

LIVRO DE CONFISSÕES

DA IGREJA PRESBITERIANA
UNIDA DO BRASIL



LIVRO DE
CONFISSÕES
DA IGREJA PRESBITERIANA
UNIDA DO BRASIL



IPU EDITORIAL

Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU)

Av. Princesa Isabel, 629 | Ed. Vitória Center, salas 1210/1211 | Vitória/ES

Conselho Coordenador da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (2023-2026)

Moderador – Rev. Francisco Benedito Leite (PJDI)

Vice-moderador – Rev. Cláudio Márcio Rebouças da Silva (PSVD)

Tesoureira – Presb^a Priscila Novaes dos Santos (PCRJ)

1º Secretário – Rev. Cleverson Gomes Corrêa (PVTR)

2ª Secretária – Presb^a Cristiane Correia Monteiro (PEB)

Organizadores da obra

Rev. Charles Pierre Alcantara e Rev. Guilherme de Freitas Silva

Assessor Teológico da IPU

Rev. Reinaldo Olecio Aguiar

Edição, Diagramação e Capa

Rev. Guilherme de Freitas Silva

Igreja Presbiteriana Unida

Livro de Confissões da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil. Vitória: Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, 2025.
288 p.

1. Confissões de fé. 2. Confissões reformadas.

CDD: 238

Sumário

Apresentação	5
Introdução	7
1 Princípios de Fé e Ordem.....	11
2 Credo dos Apóstolos.....	27
3 Credo de Niceia-Constantinopla.....	29
4 Confissão Escocesa.....	31
5 Catecismo de Heidelberg.....	55
6 Segunda Confissão Helvética.....	97
7 Confissão de Fé de Westminster.....	173
8 Catecismo Menor de Westminster.....	221
9 Declaração Teológica de Barmen.....	245
10 Confissão de 1967.....	251
11 Confissão de Accra.....	267
12 Documentos de Atibaia.....	277
Manifesto de Atibaia.....	277
Declaração de Atibaia.....	281
Pronunciamento Social.....	283
Compromisso de Atibaia.....	287

Apresentação

O Conselho Coordenador da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (CC-IPU 2023-2026) tem a grata satisfação de apresentar aos seus eclesianos e às suas eclesianas, aos irmãos e às irmãs das igrejas e instituições ecumênicas parceiras e aos demais interessados, o seu *Livro de Confissões*.

Esta obra, ao lado do Manual de Liturgia e de outros materiais institucionais da IPU, forma um acervo essencial para a vida da igreja, pois reforça sua unidade confessional, orienta a celebração litúrgica e contribui para a solidificação da nossa identidade denominacional e doutrinária.

No que diz respeito particularmente ao *Livro de Confissões*, além de suas funções didáticas e doutrinárias, também nos auxilia a ‘estar sempre preparados para responder com mansidão e temor a qualquer que nos pedir a *razão* da esperança que há em nós’ (I Pe 3.15).

A razão da nossa esperança, ou seja, o que justifica nosso esperar, é o testemunho de Jesus Cristo, filho de Deus, no qual cremos pela proclamação, que foi realizada primeiro por Jesus Cristo, em seguida pelos evangelistas e apóstolos, depois pelos Pais da Igreja e por outras tradições do cristianismo antigo e medieval, reafirmada pela Reforma Protestante – que é tão cara para nossa identidade – e pelos movimentos modernos que se derivaram dela.

Jesus Cristo se encarnou e se inseriu na história, e sua trajetória – desde sua encarnação até sua ressurreição, passando pela proclamação do evangelho, pela cruz e pelo anúncio de sua vinda – foi confessada solenemente pelos cristãos e cristãs que nos antecederam, reuniram-se como igreja, e assim proporcionaram-nos condições para que essa mensagem chegasse até nós.

No tempo chamado presente somos responsáveis por atuar na história da salvação escrita por Deus Pai, seu filho, Jesus Cristo e pelo seu Espírito Santo. Assim, como Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, confessamos solenemente nossa fé e contribuimos humildemente para que essa mensagem chegue às gerações futuras de cristãos e cristãs.

Parabenizamos aos nossos irmãos, Rev. Guilherme de Freitas Silva (PVTR) e Rev. Charles Pierre Alcântara (PEB) pelo empenho que tiveram ao reunir, editar e publicar essas confissões no formato de livro que corresponde às necessidades da nossa igreja – “Vosso trabalho não é vão no Senhor” (I Co 15.58).

Soli Deo gloria!

***Conselho Coordenador da Igreja Presbiteriana Unida
do Brasil (2023-2026)***

Introdução

As confissões de fé na tradição reformada e na Igreja Presbiteriana Unida do Brasil

A Igreja cristã desde os períodos iniciais recorreu à pequenas fórmulas confessionais com intuito de sintetizar a sua fé. Uma antiga fórmula usada pelos cristãos foi “Jesus Cristo é o Senhor” (Fp 2.11). Ela pode parecer simples, mas carregava um importante significado religioso e político. De um lado, os judeus utilizavam a palavra Senhor (*Kyrios*, em grego; *Adonai*, em hebraico) para se referir a YHWH, do outro, as instituições do mundo Greco-Romano atribuíam o título *Kyrios* ao imperador romano. Confessar que Jesus é o Senhor, para os primeiros cristãos era tanto uma forma de afirmar a divindade de Cristo quanto o seu senhorio sobre tudo e todos, inclusive sobre o imperador e os sistemas que produziam opressão.

Com o desenvolvimento do cristianismo, estas pequenas fórmulas confessionais foram se ampliando até o surgimento dos “Credos”, como o Credo dos Apóstolos – tido como o principal resumo da fé cristã – e o Credo de Nicéia-Constantinopla, ambos adotados por quase todos os ramos do cristianismo, por serem documentos anteriores às principais divisões da Igreja. Posteriormente, no contexto das Reformas do século XVI, surgiram as Confissões de Fé, documentos mais extensos e doutrinários que buscavam garantir unidade, clareza e fidelidade na interpretação da Bíblia.

Qual o papel das confissões reformadas para a Igreja hoje? Não basta apenas a Bíblia? É importante esclarecer que as confissões não substituem a Sagrada Escritura e expressam subordinação à sua autoridade, não pretendendo ocupar o seu lugar. Ainda assim, as igrejas reformadas atribuem grande importância às confissões de fé, por algumas razões:

1. Vínculo com a fé cristã histórica: as confissões reformadas explicam e aprofundam doutrinas cristãs já presentes nos primeiros credos da Igreja, demonstrando continuidade com a fé católica, isto é, universal;

2. Vínculo com a Tradição Reformada: as confissões são formas de unidade entre as Igrejas Reformadas. Uma vez que as possibilidades de interpretação bíblica são infinitas, os documentos confessionais estabelecem uma linguagem comum à nossa tradição religiosa e testemunham nossa ligação com a Igreja de outros tempos e lugares;
3. Preservação doutrinária e instrução na fé: as confissões funcionam como guia pedagógico e orientativo, ajudando a comunidade na instrução teológica de seus eclesianos e postulantes aos ministérios ordenados;
4. Testemunho público da fé: as confissões servem como uma declaração pública de fé diante da sociedade e um testemunho de nossa identidade cristã e reformada em meio a *oikoumene*.

Sonhar com uma igreja reformada, ecumênica e por isto aberta a diferentes posicionamentos exegéticos e teológicos, não significou para os fundadores e fundadoras da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU) um descuido com a defesa de uma coesão teológica no âmbito interno de nossa denominação, tampouco desprezo à confessionalidade reformada. Essa postura pode ser verificada na *Declaração de Atibaia* (1978): “Aceitamos, defendemos e promovemos a tradição presbiteriana como incorporada nos Credos da Igreja Universal, representada nas confissões históricas das Igrejas Reformadas”, e no *Manifesto de Atibaia* (1978) quando afirma que as congregações e concílios presentes na organização de nossa igreja “se reúnem para prosseguir no trabalho que já vinham fazendo sem quebra de fidelidade à Palavra de Deus, aos Credos da Igreja e às Confissões de Fé da Igreja Reformada”.

A forma encontrada pelos fundadores e fundadoras da IPU para conciliar abertura teológica e confessionalidade foi a promoção de um alargamento confessional¹, ao incluir, além da Confissão de Fé de Westminster, outras confissões reformadas menos sistematizadas e mais pastorais como por exemplo o Catecismo de Heidelberg e a Segunda Confissão Helvética, pois favorecem maior liberdade de pensamento em questões secundárias à fé cristã.

¹ JORNAL DA FENIP. Vitória: Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas, ano 1, n. 3, jul. 1979, p. 6

Inspirados no Livro de Confissões da Igreja Presbiteriana norte-americana publicado no Brasil em 1969 pela Missão Presbiteriana do Brasil Central, a IPU adotou uma série de confissões como expressões de sua doutrina (cf. Princípios de Fé e Ordem, Art. 3º) e que podem ser agrupados em:

- Credos: Credo Niceno e Credo dos Apóstolos (primeiros séculos da Igreja),
- Confissões reformadas das ilhas britânicas, típicas do presbiterianismo: Confissão Escocesa (1560), Confissão de Westminster (1647) e Catecismo Menor de Westminster (1647),
- Confissões reformadas continentais: Catecismo de Heidelberg (1563) e Segunda Confissão Helvética (1566),
- Confissões reformadas contemporâneas: Declaração Teológica de Barmen (1934), Confissão de 1967 e Confissão de Accra (2004), e
- Documentos denominacionais: Manifesto de Atibaia (1978), Declaração de Atibaia (1978), Pronunciamento Social (1962) e Compromisso de Atibaia (1978).

Passados quase 50 anos após a organização de nossa igreja, agradeço ao Senhor que a IPU publicasse um Livro de Confissões com todos esses documentos históricos e doutrinários, e que são expressões das mais belas riquezas da confessionalidade reformada.

Rev. Guilherme de Freitas Silva
Editor

Princípios de Fé e Ordem

PREÂMBULO

No dia 10 de setembro de 1978, reuniram-se em Atibaia, SP, Concílios, igrejas e pastores advindos da Igreja Presbiteriana do Brasil e criaram a Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas (FENIP), declarando, naquela oportunidade, o desejo de prosseguir na obra do Reino de Deus, dirigidos pelo Espírito Santo, em harmonia e comunhão uns com os outros. A FENIP foi solenemente instalada em 12 de abril de 1979, na Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, ES, onde preserva a sua sede histórico-eclesiástica. Nessa caminhada histórica, outros Concílios, igrejas e pastores agregaram-se à FENIP e na III Assembleia Geral Ordinária, em Vitória, ES, em 08 de julho de 1983, na consciência de sua identidade como Igreja una, santa, universal e apostólica, no espírito unificador de fidelidade ao presbiterianismo mundial, constituíram-se em Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (“IPU”).

CAPÍTULO I DA LEGISLAÇÃO E DOS FINS

Art. 1º A IPU tem sua personalidade jurídica, normas constitutivas, de ordem e funcionamento, em seu Estatuto, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Físicas e Jurídicas, de Vitória, ES, nestes Princípios de Fé e Ordem (“PFO”), em seu Regulamento Geral (“RG”) e no Regimento Interno de Assembleias (“RI”).

Art. 2º Os fins da IPU são:

- I – proclamar as Boas Novas em Jesus Cristo, ao indivíduo e à sociedade;
- II – celebrar o culto a Deus Pai, Filho e Espírito Santo, em espírito e verdade;
- III – ministrar os sacramentos do batismo e eucaristia;
- IV – preparar, por meio do ensino e da doutrina, os seus membros para a sua missão no mundo;

- V – promover a unidade e a comunhão de todos os cristãos;
- VI – desenvolver e participar de ação concreta visando a justiça, a paz, a promoção do ser humano e da vida.

CAPÍTULO II DA DOCTRINA

Art. 3º As Sagradas Escrituras são o padrão de doutrina e ética. A IPU reconhece, contudo, diante delas, o direito a diferentes posicionamentos exegéticos e teológicos os quais, sob a influência de condicionamentos históricos, culturais e sob a orientação do Espírito Santo, transformaram-se e se transformam de acordo com as necessidades dos homens e passaram a constituir verdadeiro patrimônio espiritual da Igreja Cristã. A IPU incorpora-se à família Reformada cuja posição teológica e eclesiológica tem se expressado:

- I – no Credo dos Apóstolos e no Credo de Nicéia-Constantinopla;
- II – nos documentos: Confissão Escocesa, Catecismo de Heidelberg, Segunda Confissão Helvética, Confissão de Fé de Westminster, Catecismo Menor, Declaração Teológica de Barmen, Confissão de 1967, Confissão de Accra; e
- III – no Manifesto, na Declaração, no Pronunciamento Social e no Compromisso, de Atibaia.

CAPÍTULO III DAS POSIÇÕES DOCTRINÁRIAS E LITÚRGICAS

Art. 4º A IPU valoriza a primazia da vida cristã sobre os credos, dogmas e doutrinas, e considera ainda a prioridade do amor e da justiça sobre a formulação teológica. Adota e proclama, entretanto, algumas posições doutrinárias e de ação cristã:

- I – proclama a obra redentora de Deus expressa na vida, na morte e na ressurreição de Jesus Cristo como dom supremo do amor de Deus no mundo.
- II – afirma que esta obra redentora de Deus só tem sentido numa comunidade de fé, amor e esperança; de reconciliação e fraternidade, de perdão e ajuda mútua; de liberdade e alegria; de comunhão e de serviço ao ser humano – uma antecipada experiência dentro da história humana do resultado na obra escatológica de Deus em Cristo; a nova humanidade;

- III – conforme a tradição apostólica adota dois sacramentos, Batismo e Eucaristia, ambos meios de graça eficaz pela atualização da morte e ressurreição de Jesus Cristo; o Batismo para o indivíduo, uma só vez, e a Eucaristia para a comunidade;
- IV – reconhece que o Batismo é que habilita à participação na Eucaristia;
- V – adota o Batismo por aspensão, mas reconhece outras formas quando se tratar de admissão em sua comunhão por motivo de transferência;
- VI – adota o Batismo de crianças sustentando que é por ele que a comunidade e pais assumem a incorporação da criança no Corpo de Cristo. Celebra-se no culto comunitário;
- VII – adota a Profissão de Fé como confirmação dos votos batismais por aqueles que foram batizados e como expressão de seu desejo de inserirem-se livremente nos diversos ministérios da Igreja;
- VIII – admite que a Eucaristia possa ser celebrada em formas litúrgicas diferentes enfatizando sempre o significado do corpo e do sangue de Cristo e a unidade do povo de Deus neste ato sacramental;
- IX – admite a bênção matrimonial e também celebra casamento com efeito civil na forma da lei;
- X – compartilha com os demais cristãos as dores e agonias do mundo esforçando-se para descobrir nelas, profeticamente, os sinais das coisas novas que Deus insiste em criar através da história humana;
- XI – solidariza-se – pelo espírito do próprio Evangelho que anuncia – com todo e qualquer esforço pela ampliação da liberdade, pela elevação da dignidade e preservação da integridade da pessoa humana; qualquer que seja o povo, etnia, classe ou cultura a que ela pertença, consciente do conteúdo de violência e opressão implícito em todas as formas de organização social;
- XII – envolve-se, fraternal e livremente, em amor e serviço ao próximo, dentro e fora de suas comunidades. Reconhece que, nenhuma barreira institucional humana pode obstar a ação do Espírito Santo, sinal do Reino de Deus na terra;
- XIII – entende que a cerimônia do funeral deve ser um culto de ação de graças e louvor a Deus pela vida da pessoa falecida, enfatizando, nesta celebração, a eficácia da morte vicária de Jesus Cristo e a crença na ressurreição como ponto central de toda celebração litúrgica.

Art. 5º A IPU se mantém fiel à liturgia reformada, preserva seus elementos cúltricos, mas reconhece a liberdade de cada igreja local na organização

estética de seus cultos, desde que preservados os elementos essenciais do culto cristão reformado nos termos destes PFO.

CAPÍTULO IV DO GOVERNO

Art. 6º A IPU é uma comunhão de presbitério e de igrejas locais a eles jurisdicionadas e adota a forma representativa e conciliar de governo. As instâncias decisórias da IPU são:

- I – Conselho, que dirige a Igreja local, a representa e em seu nome se pronuncia;
- II – Presbitério, que reúne igrejas e pastores e pastoras a ele jurisdicionados em uma determinada região, estado ou cidade; e
- III – A Assembleia Geral, que é o órgão nacional de decisões da IPU.

CAPÍTULO V COMPETÊNCIAS DO CONSELHO COORDENADOR, DO CONSELHO CONSULTIVO E DO CONSELHO DE DOCTRINA E ÉTICA

Seção I Do Conselho Coordenador

Art. 7º São funções do Conselho Coordenador:

- I – administrar a IPU no interregno das Assembleias Gerais Ordinárias;
- II – convocar as Assembleias Gerais;
- III – nomear comissões de expediente e outras das Assembleias Gerais;
- IV – executar e fazer executar fielmente as resoluções tomadas pelas Assembleias Gerais;
- V – nomear, quando necessário, assessores ou secretário(a)s, para os vários setores de trabalho da IPU;
- VI – receber e examinar todos os relatórios da tesouraria, das assessorias, das secretarias, do(a)s representantes da IPU em todas as instâncias, das comissões de trabalho e de outros organismos da IPU, encaminhando-o(a)s à Assembleia Geral Ordinária, quando necessário;
- VII – encaminhar ao Conselho Consultivo o relatório de suas atividades e o seu Livro de Atas;

- VIII – encaminhar à Assembleia Geral Ordinária para aprovação as análises e os pareceres elaborados pelo Conselho Consultivo;
- IX – Encaminhar à Assembleia Geral Ordinária pedidos de inclusão ou exclusão de presbitérios, propostas e consultas enviadas por igrejas e/ou presbitério, assessores, Conselho Consultivo e de Doutrina e Ética;
- X – nomear procurador(a) e/ou representante para defender ou tratar de seus interesses, quer jurídicos, quer administrativos, bem como dos presbitério jurisdicionados, quando por eles solicitado;
- XI – manter permanente contato com igrejas e presbitério jurisdicionados com o propósito de firmar a unidade, ressaltar a identidade e incentivá-los na obediência aos Fins da IPU conforme seu estatuto;
- XII – designar a instituição em que deva ser aberta a conta bancária e realizadas as operações financeiras da IPU e determinar um fundo fixo em poder do(a) tesoureiro(a).
- XIII – zelar pelo cumprimento das obrigações legais, financeiras e tributárias da IPU.
- XIV – pronunciar-se sobre assuntos surgidos nos interregnos das assembleias, “ad referendum” da Assembleia Geral;
- XV – encaminhar proposta de orçamento à Comissão de Exame de Contas a ser votada pela assembleia.

Art. 8º Ao(À) Moderador(a) compete:

- I – presidir as reuniões das Assembleias Gerais e do Conselho Coordenador;
- II – convocar as reuniões do Conselho Coordenador;
- III – participar das reuniões do Conselho Consultivo, informando as atividades do Conselho Coordenador.

Art. 9º Ao(À) Vice-Moderador(a) compete substituir o(a) Moderador(a) na sua ausência ou impedimento.

Art. 10. Ao(À) Primeiro(a) Secretário(a) compete:

- I – lavrar, em livros próprios, as atas das reuniões das Assembleias Gerais e do Conselho Coordenador;
- II – redigir e expedir as correspondências da IPU;
- III – informar ao Conselho Coordenador, as resoluções da Assembleia Geral que devam ser cumpridas.

Art. 11. Ao(À) Segundo(a) Secretário(a) compete:

I – providenciar a confecção de impressos, comunicações internas, expedição de boletins e resumo dos conclaves, tanto das Assembleias Gerais como do Conselho Coordenador;

II – substituir o(a) Primeiro(a) Secretário(a) na sua ausência ou impedimento.

Art. 12. Ao(À) Tesoureiro(a) compete:

I – ter, sob sua guarda e responsabilidade, numerários, bens e haveres da IPU que lhe forem confiados;

II – manter em dia a escrita e demais documentos da tesouraria da IPU;

III – receber ofertas, contribuições e subvenções, depositar e retirar importâncias, pagar verbas e despesas constantes do orçamento da IPU, sempre autorizadas pelo(a) Moderador(a);

IV – prestar contas de todo o movimento financeiro, mediante a apresentação de balancetes mensais e balanços anuais, devidamente assinados por profissional habilitado.

V – agir junto às igrejas e presbitério jurisdicionados, através dos Conselhos, pastores, pastoras, Moderadores, Moderadoras, Tesoureiros e Tesoureiras, a respeito do envio regular das verbas votadas à Tesouraria da IPU, no percentual estabelecido pela IPU.

Seção II Do Conselho Consultivo

Art. 13. Compete ao Conselho Consultivo:

I – assessorar o Conselho Coordenador no desempenho de suas funções administrativas;

II – analisar e dar parecer à Assembleia Geral sobre o relatório do Conselho Coordenador da IPU.

Seção III Do Conselho de Doutrina e Ética

Art. 14. Compete ao Conselho de Doutrina e Ética: Os assuntos de ordem Ética, Teológica, Doutrinária, Litúrgica e outros, que exijam orientações ou decisões jurisdicionais para preservar a unidade da igreja e a plenitude da vida cristã serão encaminhados pelo Conselho Coordenador da IPU ao

Conselho de Doutrina e Ética, por iniciativa própria ou por deferimento a pedido de eclesianos, igrejas, presbitério e/ou pastores e pastoras. Se por parte dos legitimamente interessados houver discordância quanto às resoluções do Conselho de Doutrina e Ética no tocante a matéria jurisdicional, esta será encaminhada para discussão e decisão à Assembleia Geral da IPU.

Art. 15. O CDE terá um(a) moderador(a) e um(a) secretário(a) e deverá elaborar uma proposta de Regimento Interno e submetê-la à Assembleia para aprovação.

CAPÍTULO VI DO PRESBITÉRIO

Art. 16. O presbitério é uma instância de coordenação regional com ação administrativa e espiritual com vistas à plena unidade da IPU.

§ 1º O presbitério, dotado de personalidade jurídica, é o concílio que reúne igrejas e pastores e pastoras a ele jurisdicionados numa determinada região.

§ 2º O presbitério é formado de, no mínimo, 3 (três) igrejas e 3(três) pastores ou pastoras.

§ 3º O Estatuto do presbitério deve subordinar-se ao Estatuto, aos Princípios de Fé e Ordem, ao Regulamento Geral e ao Regimento Interno das Assembleias da IPU.

Art. 17. São funções do presbitério:

I – ordenar pastores e pastoras, recebê-los, transferi-los e excluí-los;

II – examinar e receber igrejas, pastores e pastoras de outras denominações cristãs que desejarem a ele integrar-se, com a aceitação expressa dos Estatutos, PFO, RG e RI da IPU.

III – assessorar as igrejas da sua jurisdição a suprirem o pastorado, em colaboração com o Conselho de Presbíteros da Igreja;

IV – organizar igrejas;

V – providenciar a formação bíblico-teológica e cultural dos vocacionados;

VI – cooperar para a atualização e o aprimoramento bíblico-teológico e cultural dos pastores e pastoras das igrejas;

VII – atuar junto às igrejas, sempre em caráter espiritual e pastoral, colaborando com elas na consecução dos seus objetivos e na solução de suas dificuldades;

VIII – zelar para que as resoluções e planos de atividades aprovados pela Assembleia Geral da IPU sejam executados pelas igrejas jurisdicionadas;

IX – fazer-se representar nas Assembleias Gerais da IPU, com no máximo, 2 (dois) representantes;

X – promover encontros e seminários para os pastores e pastoras a ele jurisdicionados, como veículo de compartilhamento e apoio ao ministério pastoral;

XI promover a integração e a comunhão entre os pastores e pastoras e suas respectivas famílias e prestar-lhes apoio pastoral nas dimensões espiritual, psicológica, social e econômica.

CAPÍTULO VII DA IGREJA LOCAL

Art. 18. A Igreja local, unidade básica da IPU, é constituída das pessoas batizadas e nela arroladas e jurisdicionadas e deve integrar-se a um presbitério geograficamente próximo e, por meio deste, jurisdicionar-se à IPU, mantendo a autonomia administrativa e a dependência espiritual.

§ 1º A jurisdição das igrejas aos presbitério é obrigatória. A igreja que estiver desarrolada de seu presbitério, por vontade própria, terá um prazo de até 1 (um) ano, a partir da data de seu desligamento, para regularizar sua situação jurisdicional. Findo este prazo, a não filiação a algum concílio, implicará em seu desligamento automático do rol de igrejas da IPU.

§ 2º A Igreja que estiver desarrolada de um presbitério da IPU por questões disciplinares ou doutrinárias, por iniciativa deste, somente poderá arrolar-se a outro presbitério após consulta de sua situação e parecer conclusivo do Conselho de Doutrina e Ética.

§ 3º O prazo referente no parágrafo primeiro será interrompido durante o período em que estiver sob apreciação do Conselho de Doutrina e Ética.

§ 4º Durante o período no qual não estiver filiada a um presbitério, a Igreja desarrolada não poderá tomar assento nas Assembleias da IPU.

Art. 19. A tarefa prioritária da Igreja local é a evangelização, podendo jurisdicionar comunidades eclesiais e núcleos motivadores da expansão da Igreja.

Art. 20. A Igreja local deve ter seu Estatuto aprovado pela Assembleia Geral da comunidade, sob a assessoria do presbitério e registrado em cartório competente.

Parágrafo único. A Assembleia Geral da Igreja local reúne-se ordinária e extraordinariamente para deliberar sobre assuntos de sua competência, conforme seu estatuto e regimento interno.

Art. 21. A Igreja local é dirigida por um Conselho de Presbítero(a)s que a representa e em seu nome se pronuncia, ouvida a Assembleia Geral em assunto não definido em seu Estatuto e/ou Regimento Interno que gere controvérsia, e em assunto da maior importância, a critério do Conselho.

Parágrafo único. Os mandatos de Pastores e Pastoras, Presbíteros e Presbíteras, Diáconos e Diaconisas são definidos em Estatuto ou Regimento Interno das igrejas locais.

Art. 22. A Igreja local deverá contribuir fiel e regularmente com a tesouraria de seu presbitério e da IPU, na razão de 5% (cinco por cento) de sua arrecadação regular para cada instância.

Art. 23. A ação disciplinar da Igreja deve ser sempre pastoral e perdoadora, à luz do Evangelho de Jesus Cristo.

Art. 24. O rol de eclesianos tem duas categorias:

I – professores;

II – não professores (menores batizados que ainda não fizeram sua profissão de fé).

§ 1º A pessoa se torna eclesiana e seu nome é arrolado na Igreja através do batismo, da profissão de fé, por carta de transferência ou pedido de jurisdição.

§ 2º O Conselho de Presbíteros e Presbíteras, as famílias da Igreja e demais eclesianos professores exercerão permanente ação pastoral a fim de que os batizados na infância passem à categoria de professores.

§ 3º O Conselho de Presbíteros e toda a comunidade exercerão permanente cuidado pastoral junto àqueles eclesianos professores que passaram a frequentar ocasionalmente a igreja ou se ausentaram sem pedir transferência.

§ 4º Cada Igreja deverá encaminhar anualmente o seu rol de membros ao seu presbitério, em 2 (duas) vias, mediante protocolo de recebimento por parte do(a) Secretário(a) do presbitério com a aposição da data.

CAPÍTULO VIII DAS ORDENS MINISTERIAIS

Art. 25. Todos os membros da Igreja local participam dos ministérios que Jesus Cristo concedeu à Igreja e exercitam os dons espirituais para a edificação da comunidade. A IPU adota e reconhece sem qualquer sentido de hierarquia e sem distinção de sexo, raça e origem social os seguintes ministérios decorrentes do chamado de Deus:

I – Pastor(a), ordenado(a) vitaliciamente pelo presbitério, a serviço da Igreja local, onde prega a Palavra de Deus, preside a celebração dos sacramentos, é servidor da apostolicidade e da unidade do ensino, do culto e da vida comunitária. Tem a responsabilidade de direção na missão da Igreja e sempre em comunhão com os Presbíteros e Presbíteras, os Diáconos e Diaconisas e toda a comunidade, zela pelo exercício regular dos vários ministérios da Igreja.

II – Presbítero(a), ordenado(a) vitaliciamente pela Igreja local, responsável, juntamente com o(a) Pastor(a) pela vida espiritual e disciplinar e pela administração da igreja local, constitui, com o(a) Pastor(a) e os demais Presbíteros e Presbíteras, o Conselho de Presbíteros.

III – Diácono e Diaconisa, ordenado(a) vitaliciamente pela Igreja local, responsável pela coordenação da ação social e da manutenção do respeito nas atividades da Igreja local, constitui com os demais a Junta Diaconal. Representa, no seio da Igreja, a sua vocação de serva do mundo; sustenta, em nome de Cristo, o combate às injustiças e defende os direitos da pessoa humana. O Diácono e Diaconisa dá o exemplo da interdependência do culto e do serviço na vida da Igreja e leva a cabo um ministério de caridade.

Art. 26. São requisitos mínimos para que o eclesiano possa ser candidato(a) a Presbítero ou Presbítera e Diácono ou Diaconisa, além daqueles eventualmente previstos no Estatuto da Igreja local:

I – dar testemunho de fé cristã.

II – ter conhecimento bíblico e da doutrina Presbiteriana.

III – demonstrar conhecimento dos documentos e bases de fé da IPU, conforme os artigos 2º e 3º dos PFO.

IV – para exercer o presbiterato ou o diaconato, o(a) eclesiano(a) deverá ser contribuinte regular e ter no mínimo 3 (três) anos de membresia na IPU.

CAPÍTULO IX

DAS EXIGÊNCIAS PARA O MINISTÉRIO PASTORAL

Art. 27. Os candidatos ou candidatas à ordenação pastoral da IPU deverão atender, além daquelas previstas no estatuto do presbitério pretendido, no mínimo as seguintes exigências:

- I – ter formação teológica superior em instituição reconhecida pela IPU;
- II – declarar que aceita e se submete à posição teológica, doutrinária e litúrgica da IPU, expressa nestes Princípios de Fé e Ordem, bem como às Confissões de Fé contidas no artigo 3º;
- III – submeter-se a um período de licenciatura de 1 (um) ano.
- IV – apresentar uma avaliação médica sobre a saúde física e mental do(a) candidato(a), elaborada por psiquiatra indicado e subsidiado pelo presbitério.

Art. 28. A recepção de pastores e pastoras deverá ser por meio de processo formal organizado pelo presbitério, que conterà as seguintes partes:

- I – Pedido de jurisdição, com justificativas, assinado de próprio punho pelo(a) interessado(a), devendo conter o protocolo de entrega ao presbitério;
- II – Comprovação documental de que é ministro(a) ordenado(a) e carta de apresentação de uma ou mais igrejas locais que pastoreou;
- III – Declaração por escrito de que se submeterá, caso acolhido, ao Estatuto, PFO e RG e demais diretrizes da IPU;
- IV – Relatório de diligência efetuada pelo presbitério, por Comissão de Recepção de pastores ou pastoras por ele designada, para efetuar consulta junto ao presbitério e/ou Igreja de origem do interessado, acerca da sua atuação na Igreja de origem;
- V – Parecer da Comissão organizada para este fim acerca da documentação apresentada para deliberação da Assembleia Geral do presbitério;
- VI – quando o candidato ou candidata vier de outra denominação, deverá ser submetido(a) a um estágio probatório de 1 (um) ano, após o qual o

presbitério decidirá se ele ou ela está apto(a) a ser recebido(a), se o estágio deverá ser renovado ou se o processo de recepção será encerrado.

Parágrafo único. O Pastor ou Pastora poderá ser desligado(a) do presbitério por decisão de sua respectiva Assembleia Geral em cuja pauta se inclua este assunto.

Art. 29. A IPU poderá firmar Acordos de Parceria com denominações cristãs a fim de que as igrejas locais da IPU possam contar com o trabalho de pastores e/ou pastoras na qualidade de obreiro(a)s fraterno(a)s, que atuarão nos termos e condições estabelecidos pelos presbitério que as jurisdicionam.

CAPÍTULO X DO(A) ECLESIANO(A)

Art. 30. São deveres dos(as) eclesianos(as):

- I – viver de acordo com a doutrina e prática da Palavra de Deus;
- II – testemunhar e propagar a fé cristã;
- III – sustentar moral e financeiramente a Igreja e suas Instituições;
- IV – participar ativamente da vida eclesial;
- V – submeter-se à disciplina da Igreja;
- VI – apresentar ao batismo seus/suas filho(a)s e dependentes menores.

CAPÍTULO XI DO CONSELHO DE PRESBÍTEROS E PRESBÍTERAS

Art. 31. O Conselho de Presbíteros e Presbíteras tem as seguintes funções:

- I – apascentar o rebanho, coordenando e participando dos serviços e ministérios da comunidade;
- II – receber eclesianos e excluí-los, após a devida atenção a cada caso, e manter em dia o rol e estatísticas da Igreja;
- III – encaminhar a eleição de Presbíteros e Presbíteras, Diáconos e Diaconisas e ordená-lo(a)s e instalá-lo(a)s;
- IV – encaminhar a eleição de Pastor(a), devendo ouvir previamente o presbitério, especialmente no caso de possível eleição de Pastor(a), ainda não integrante da IPU, e efetivá-lo após a eleição pela Assembleia Geral da Igreja local;
- V – encaminhar a escolha do(a) Tesoureiro(a) da Igreja;

VI – encaminhar consultas e propostas ao presbitério ou à Assembleia Geral da IPU;

VII – convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e/ou Extraordinárias em tempo hábil; em se tratando de Assembleia Extraordinária, convocada por solicitação expressa de, pelo menos, 1/3 (um terço) dos eclesianos professos arrolados, o prazo deve ser de até 30 (trinta) dias antes da assembleia, obedecendo às normas legais em vigor no país e acatar suas decisões;

VIII – administrar os bens e atividades da Igreja local;

IX – relatar todas as atividades à Assembleia Geral da Igreja e ao presbitério.

Art. 32. O Conselho de Presbíteros escolhe entre seus pares um(a) moderador(a), um(a) vice-moderador(a) e secretário(a)s.

CAPÍTULO XII DA JUNTA DIACONAL

Art. 33. A Junta Diaconal tem as seguintes funções:

I – com base na orientação bíblica e Pronunciamento Social da IPU, identificar os problemas socioeconômicos da Igreja local e viabilizar a sua solução;

II – cuidar das atividades relacionadas com o patrimônio da Igreja local;

III – atender a todas as necessidades para o adequado funcionamento do culto e do templo nas celebrações litúrgicas;

IV – participar, quando necessário, na distribuição dos elementos da Ceia do Senhor;

V – recolher os dízimos e ofertas e entregá-los ao(à) tesoureiro(a), dando-lhe ciência do valor arrecadado.

CAPÍTULO XIII DA ORGANIZAÇÃO, ADMISSÃO E DESVINCULAÇÃO DE IGREJAS DOS CRITÉRIOS PARA A ORGANIZAÇÃO DE IGREJAS

Art. 34. Serão elevadas à condição de igrejas, as Congregações que, por solicitação de suas juntas administrativas, após realização de sua

Assembleia Geral, ou por iniciativa da sua Igreja-mãe ou do próprio presbitério, satisfizerem às seguintes condições:

I – possuírem, no mínimo, 25 (vinte e cinco) membros, dos quais, pelo menos, 10 (dez) civilmente capazes;

II – tiverem arrecadação de recursos próprios suficientes para o custeio básico de suas despesas, manutenção operacional e puderem prover o sustento de seu/sua Pastor(a), mensalmente;

III – apresentarem modelo de seu Estatuto em consonância com as leis do país, a legislação da IPU e do presbitério ao qual estará jurisdicionada, devendo providenciar o respectivo registro imediatamente após a organização.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às igrejas da IPU que já estejam organizadas.

CAPÍTULO XIV DOS CRITÉRIOS PARA ADMISSÃO DE IGREJAS

Art. 35. A recepção de igrejas de outras denominações cristãs, além das prescrições do Estatuto da IPU, deve ser precedida de acurada diligência por parte do presbitério.

Art. 36. O presbitério organizará um processo formal para cada pedido de jurisdição de Igreja que conterà as seguintes partes:

I – pedido de jurisdição, com justificativas, assinado de próprio punho pelo representante legal da Igreja interessada, devendo conter o protocolo de entrega ao presbitério;

II – comprovação documental da decisão, tomada em Assembleia Geral, da desvinculação da denominação a qual pertencia;

III – declaração de que se submeterá, caso acolhida, ao Estatuto, PFO, RG, RI e demais diretrizes da IPU;

IV – relatório de diligência efetuada pelo presbitério, por Comissão de Recepção de igrejas por ele designada, para efetuar consulta junto ao presbitério e/ou Igreja Nacional de origem da postulante, acerca dos fatos que a levaram a se desvincular de sua Igreja de origem;

V – parecer da Comissão de Recepção de Igrejas acerca da documentação apresentada para encaminhamento à Assembleia Geral do presbitério.

§ 1º A recusa da postulante a que o presbitério proceda às diligências acima implicará, de imediato, em cancelamento de seu processo de acolhida em

presbitério da IPU, devendo esse fato estar devidamente relatado no próprio processo.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também às igrejas da IPU.

CAPÍTULO XV DOS CRITÉRIOS PARA DESVINCULAÇÃO DE IGREJAS

Art. 37. As igrejas locais poderão se desvincular da IPU, após ação pastoral do presbitério a que estão vinculadas e do CC-IPU, desde que atendidas as seguintes condições:

I – Comunicação do Conselho da Igreja, da intenção de desvincular-se, assinada por dois terços de seus membros, via AR (Aviso de Recebimento) ou mediante protocolo ao Conselho Coordenador do Presbitério a que está jurisdicionada a Igreja e ao CC-IPU, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias antes da convocação da Assembleia;

II – Caso persista a intenção de desvinculação, e decorrido o prazo do inciso I, poderá realizar Assembleia Geral com finalidade única e específica de desvinculação da IPU, com convocação prévia de, no mínimo, 60 (sessenta) dias;

III – Quórum qualificado de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros maiores de 18 (dezoito) anos arrolados até dezembro do ano anterior ao da realização da Assembleia Geral;

IV – Decisão de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros maiores de 18 (dezoito) anos arrolados em dezembro do ano anterior ao da realização da Assembleia Geral.

CAPÍTULO XVI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38. Estes Princípios de Fé e Ordem poderão ser modificados, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral da IPU, motivada pelo lema “Igreja Reformada sempre se reformando”, desde que se obtenha maioria dos votos do(a)s delegado(a)s presentes na Assembleia Geral convocada para este fim.

Art. 39. Os casos omissos devem ser resolvidos à luz do Estatuto da IPU. Se algum conflito ocorrer entre estes dois diplomas, prevalecerá o que

estiver no Estatuto, até que a Assembleia Geral, em reunião extraordinária, o modifique.

*(Texto alterado pela
XVII Assembleia Extraordinária
realizada de 21 a 24 de abril de 2016,
no Rio de Janeiro – RJ)*

2

Credo dos Apóstolos

Creio em Deus Pai Todo-Poderoso, Criador do céu e da terra. E em Jesus Cristo, seu Filho unigênito, nosso Senhor; o qual foi concebido pelo Espírito Santo. Nasceu da Virgem Maria; padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado. Desceu à mansão dos mortos; ressuscitou ao terceiro dia; subiu ao céu e está sentado à direita de Deus Pai Todo-Poderoso, de onde há de vir para julgar os vivos e os mortos. Creio no Espírito Santo, na Igreja santa e universal, na comunhão dos santos, na remissão de pecados, na ressurreição da carne e na vida eterna. Amém.

3

Credo de Niceia-Constantinopla

Creemos em um só Deus, Pai, Todo-Poderoso, Criador de todas as coisas, visíveis e invisíveis.

E em um só Senhor Jesus Cristo, o unigênito Filho de Deus, gerado pelo Pai antes de todos os séculos, Luz da Luz, verdadeiro Deus de verdadeiro Deus, gerado, não criado, de uma só substância com o Pai, pelo qual todas as coisas foram feitas; o qual, por nós homens e por nossa salvação, desceu dos céus, foi feito carne pelo Espírito Santo e da Virgem Maria, e tornou-se homem, e foi crucificado por nós sob Pôncio Pilatos, e padeceu e foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia, conforme as Escrituras, e subiu aos céus e assentou-se à direita do Pai, e de novo há de vir com glória para julgar os vivos e os mortos, e o seu reino não terá fim.

E no Espírito Santo, Senhor e Vivificador, que procede do Pai e do Filho, que com o Pai e o Filho conjuntamente é adorado e glorificado, que falou através dos profetas. E na Igreja una, santa, universal e apostólica. Confessamos um só batismo para remissão dos pecados. Esperamos a ressurreição dos mortos e a vida do século vindouro. Amém.

4

Confissão Escocesa

PREFÁCIO À EDIÇÃO ESCOCESA

Os Estados da Escócia, com seus habitantes, professando o evangelho santo de Jesus Cristo: para os seus compatriotas, e para todos os outros reinos e nações, professando o mesmo Senhor Jesus com eles, deseja graça, misericórdia, e paz de Deus o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, com um espírito de justo julgamento, para saudação, etc.

Durante muito tempo, queridos irmãos, nós tivemos o desejo de notificar ao mundo, a soma daquela doutrina a qual nós professamos, e pela o qual nós temos recebido infâmia e perigo. Mas tal foi a fúria de Satanás contra nós, e contra a verdade eterna de Jesus Cristo, recentemente nascida entre nós, que até este dia nenhum tempo foi concedido a nós para clarear nossas consciências, como alegremente nós teríamos feito. Como nós temos sido lançados a um ano inteiro de passado, a maior parte de Europa (como nós supomos) entende. Mas vendo que a infinita bondade de nosso Deus (que nunca faz sofrer o aflito completamente para não ser confundido), acima de qualquer expectativa, nós obtivemos algum descanso e liberdade, nós não pudemos, mas passo adiante esta breve e simples confissão de tal doutrina como é proposta à nós, e como nós acreditamos e professamos; em parte para satisfação de nossos irmãos cujos corações, não temos dúvida, temos sido ainda feridos apesar da ira que ainda temos de não aprender a falar bem; e em parte pelo parar as bocas de insolentes blasfemadores que corajosamente amaldiçoam aquilo que eles nem mesmo ouviram, e o que nem ainda entendem.

Não que julguemos que tal cancerosa malícia pode ser curada por esta nossa simples confissão. Não, nós sabemos que o doce sabor do evangelho é, e deve ser, morte para os filhos de perdição. Mas nós temos respeito principalmente para com nossos irmãos fracos e enfermos, para quem nós comunicaríamos o fundo de nossos corações, para que eles não sejam aborrecidos ou levados por diversos rumores que Satanás espalha [contra] nós, para derrotar este nosso empreendimento religioso;

protestando que, se qualquer homem notar nesta nossa confissão, que qualquer artigo ou sentença seja repugnante para com a Palavra santa de Deus, isto nos agradará, por sua gentileza, e pela causa da caridade cristã, nos prevenir destes mesmos escritos; e nós, por nossa honra e fidelidade, prometemos a ele satisfação da boca de Deus (quer dizer, de suas Escrituras Santas), ou qualquer reforma que ele prove em que temos nos extraviado.

Para Deus nós levamos as historias de nossas consciências, que de nossos corações nós detestamos todas as seitas heréticas, e todos os professores de doutrina errônea; e que, com toda humildade, nós abraçamos a pureza do evangelho de Cristo que é o único alimento de nossas almas; e isto é tão precioso para nós, que nós estamos determinados a sofrer a extremidade do perigo mundano, ao invés de que nós sofreremos ao ser defraudados pelo mesmo. Pela espera nós somos certamente persuadidos, que aquele que de alguma forma negar a Cristo Jesus, ou ter vergonha dele, na presença dos homens, será negado diante do Pai, e diante de seus santos anjos.

E então, pela ajuda do poderoso Espírito do nosso mesmo Senhor Jesus, nós firmemente propomos ficar juntos até o fim, na confissão desta nossa fé, como se seguem nestes artigos.

CAPÍTULO I - DE DEUS

Confessamos e reconhecemos um só Deus, a quem, só, devemos apegar-nos, a quem, só, devemos servir, a quem, só, devemos adorar e em quem, só, devemos depositar nossa confiança.¹ Ele é eterno, infinito, imensurável, incompreensível, onipotente, invisível;² um em substância e, contudo, distinto em três pessoas, o Pai, o Filho e o Espírito Santo.³ Cremos e confessamos que por ele todas as coisas que há no céu e na terra, visíveis e invisíveis, foram criadas, são mantidas em seu ser, e são governadas e guiadas pela sua inescrutável providência para o fim que determinaram sua eterna sabedoria, bondade e justiça, e para a manifestação de sua própria glória.⁴

¹. Dt 6:4; 1Co 8:6; Dt 4:35; Is 44:5-6. ². 1Tm 1:17; 1Rs 8:27; 2Cr 6:18; Sl 139:7-8; Gn 17:1; 1Tm 6:15-16; Êx 3:14-15. ³. Mt 28:19; 1Jo 5:7. ⁴. Gn 1:1; Hb 11:3; At 17:28; Pv 16:4.

CAPÍTULO II - DA CRIAÇÃO DO HOMEM

Confessamos e reconhecemos que nosso Deus criou o homem, isto é, nosso primeiro pai, Adão, segundo sua própria imagem e semelhança, e lhe deu sabedoria, domínio, justiça, livre arbítrio e consciência de si mesmo, de modo que em toda a natureza do homem não se podia encontrar nenhuma imperfeição.¹ Dessa perfeição e dignidade caíram o homem e a mulher; a mulher, enganada pela serpente e o homem dando ouvido à voz da mulher, ambos conspirando contra a soberana majestade de Deus, que, com palavras claras, os havia previamente ameaçado de morte, se ousassem comer da árvore proibida.²

¹ Gn 1:26-28; Cl 3:10; Ef 4:24. ² Gn 3:6; 2:17.

CAPÍTULO III - DO PECADO ORIGINAL

Por essa transgressão, geralmente conhecida como pecado original, a imagem de Deus foi totalmente deformada no homem, e ele e seus filhos se tornaram, por natureza, inimigos de Deus, escravos de Satanás e servos do pecado,¹ de modo que a morte eterna tem tido e terá poder e domínio sobre todos os que não foram, não são e não forem regenerados do alto. Essa regeneração se realiza pelo poder do Espírito Santo, que cria nos corações dos escolhidos de Deus uma fé firme na promessa de Deus a nós revelada pela sua Palavra; por essa fé aprendemos Jesus Cristo com os seus dons gratuitos e com as bênçãos nele prometidas.²

¹ Sl 51:5; Rm 5:10; 7:5; 2Tm 2:26; Ef 2:1-3. ² Rm 5:14,21; 6:23; Jo 3:5; Rm 5:1; Fp 1:29.

CAPÍTULO IV - DA REVELAÇÃO DA PROMESSA

Creemos firmemente que Deus, depois da tremenda e horrenda defecção de sua obediência feita pelo homem, procurou Adão, chamou-o a si,¹ foi ter com ele, repreendeu-o e convenceu-o do seu pecado e fez-lhe afinal a promessa gratuita e a mais grata de que a semente da mulher esmagaria a cabeça da serpente,² isto é, destruiria as obras do Diabo. Essa promessa foi repetida e tornada cada vez mais clara com o correr do tempo; foi abraçada com firmeza e alegria por todos os fiéis, de Adão a

Noé. Semelhantemente, de Noé a Abraão, de Abraão a Davi e assim por diante até a encarnação de Jesus Cristo; todos - isto é, os patriarcas crentes sob a lei - viram os dias agradabilíssimos de Cristo e se regozijaram.³

¹. Gn 3:9. ². Gn 3:15. ³. Gn 12:3; 15:5-6; 2Sm 7:14; Is 7:14; 9:6; Os 2:6; Jo 8:56.

CAPÍTULO V - CONTITUIDADE, AUMENTO E PRESERVAÇÃO DA IGREJAS

Creemos, com a maior segurança, que Deus preservou, instruiu, multiplicou, honrou, adornou e vocacionou, da morte para a vida, a sua Igreja em todas as épocas, desde Adão até a vinda de Cristo Jesus em carne.¹ Ele chamou Abraão da terra de seu pai, instruiu-o e multiplicou a sua semente;² ele o preservou maravilhosamente e mais admiravelmente livrou sua semente da servidão e da tirania de Faraó;³ deu-lhe as suas leis, constituições e cerimônias,⁴ deu-lhes a terra de Canaã.⁵ Depois de lhes haver dado juízes, e posteriormente Saul, deu-lhes Davi para ser rei, a quem prometeu que do fruto dos seus lombos um devia assentar-se para sempre no seu trono real.⁶ A esse mesmo povo ele enviou profetas, em contínua sucessão de tempo, a fim de, da idolatria pela qual eles frequentes vezes se desviaram, reconduzi-los ao caminho reto do seu Deus.⁷ E, embora, por seu obstinado desprezo da justiça, tenha sido ele, compelido a entregá-los nas mãos dos seus inimigos,⁸ como fora previamente ameaçado pelos lábios de Moisés,⁹ de modo que a cidade santa foi completamente destruída, o templo devorado pelo fogo,¹⁰ e toda a terra desolada durante setenta anos,¹¹ contudo, por sua graça e misericórdia ele os reconduziu a Jerusalém, onde a cidade e o templo foram restaurados e onde eles resistiram contra todas as tentações e assaltos de Satanás, até a vinda do Messias, segundo a promessa.¹²

¹. Ez 6:6-14. ². Gn 12:1; 13:1. ³. Êx 1, etc. ⁴. Jo 1:3; 23:4. ⁵. 1Sm 10:1; 16:13. ⁶. 2Sm 7:12. ⁷. 2Rs 17:13-19. ⁸. 2Rs 24:3-4. ⁹. Dt 28:36,48. ¹⁰. 2Rs 25. ¹¹. Dn 9:2. ¹². Jr 30; Ed 1, etc.; Os 1:14; 2:7-9; Zc 3:8.

CAPÍTULO VI - DA ENCARNAÇÃO DE CRISTO

Quando chegou a plenitude do tempo, Deus enviou ao mundo o seu Filho¹ - sua eterna sabedoria, a substância da sua própria glória - o qual assumiu a natureza humana da substância de uma mulher, uma virgem, e isso por obra do Espírito Santo.² E assim nasceu a "semente justa de Davi", o "Anjo do grande conselho de Deus", o próprio Messias prometido, a quem reconhecemos e confessamos como o Emanuel, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, por duas naturezas unidas e ligadas em uma só pessoa.³ Assim, por esta nossa Confissão condenamos as condenáveis e pestilentas heresias de Ário, Márcion, Eutiques, Nestório e outros, que, ou negaram a sua divindade eterna ou a verdade da sua natureza humana, ou as confundiram ou dividiram.

¹. Gl 4:4. ². Lc 1:31; Mt 1:18; 2:1; Rm 1:3; Jo 1:45; Mt 1:23. ³. 1Tm 2:5.

CAPÍTULO VII - POR QUE DEVIA O MEDIADOR SER VERDADEIRO DEUS E VERDADEIRO HOMEM

Reconhecemos e confessamos que esta admirável união entre a divindade e a humanidade, em Jesus Cristo, procedeu do decreto eterno e imutável de Deus, do qual decorre e depende toda a nossa salvação.¹

¹. Ef 1:3-6.

CAPÍTULO VIII - A ELEIÇÃO

O mesmo eterno Deus e Pai, que somente pela graça nos escolheu em seu Filho, Jesus Cristo, antes que fossem lançados os fundamentos do mundo,¹ designou-o para ser nosso chefe,² nosso irmão,³ nosso pastor e o grande bispo de nossas almas.⁴ Mas, visto que a inimizade entre a justiça de Deus e os nossos pecados era tal que nenhuma carne por si mesma poderia ter chegado a Deus,⁵ foi preciso que o Filho de Deus descesse até nós e assumisse o corpo de nosso corpo, a carne de nossa carne e o osso de nossos ossos, para que se tornasse o perfeito Mediador entre Deus e o homem,⁶ dando a todos os que creem em Deus o poder de se tornarem filhos de Deus,⁷ como ele mesmo diz: "Subo para o meu Pai e vosso Pai, para o meu Deus e vosso Deus".⁸ Por meio desta santíssima fraternidade,

tudo o que perdemos em Adão nos é de novo restituído,⁹ e por isso não tememos chamar a Deus nosso Pai,¹⁰ não tanto por nos ter ele criado – o que temos em comum com os próprios réprobos –¹¹ como por nos ter dado o seu Filho unigênito para ser nosso irmão,¹² e por nos ter concedido graça para reconhecê-lo e abraçá-lo como nosso único Mediador, como ficou dito acima.

Além disso, era preciso que o Messias e Redentor fosse verdadeiro Deus e verdadeiro homem, porque ele seria capaz de suportar o castigo devido a nossas transgressões e apresentar-se ante o juízo de seu Pai, como em nosso lugar, para sofrer por nossa transgressão e desobediência,¹³ e, pela morte, vencer o autor da morte. Mas, porque a Divindade, só, não podia sofrer a morte,¹⁴ nem a humanidade podia vencê-la, ele uniu as duas numa só pessoa, a fim de que a fraqueza de uma pudesse sofrer e sujeitar-se à morte que nós merecíamos - e o poder infinito e invencível da outra, isto é, da Divindade, pudesse triunfar e preparar-nos a vida, a liberdade e a vitória perpétua.¹⁵ Assim confessamos e cremos sem nenhuma dúvida.

1. Ef 1:11; Mt 25:34. 2. Ef 1:22-23. 3. Hb 2:7-8, 11-12; Sl 22:22. 4. Hb 13:20; 1Pd 2:24; 5:4. 5. Sl 130:3; 143:2. 6. 1Tm 2:5. 7. Jo 1:12. 8. Jo 20:17. 9. Rm 5:17-19. 10. Rm 8:15; Gl 4:5-6. 11. At 17:26. 12. Hb 2:11-12. 13. 1Pd 3:18; Is 53:8. 14. At 2:24.15. 15. Jo 1:2; At 20:20; 1Tm 3:16; Jo 3:16.

CAPÍTULO IX - A MORTE, A PAIXÃO E O SEPULTAMENTO DE CRISTO

Confessamos que nosso Senhor Jesus Cristo se ofereceu ao Pai em sacrifício voluntário por nós,¹ que sofreu a contradição dos pecadores, que foi ferido e açoitado pelas nossas transgressões,² que, sendo o Cordeiro de Deus puro e inocente³ foi condenado na presença de um juiz terreno,⁴ a fim de que fôssemos absolvidos perante o tribunal de nosso Deus;⁵ que sofreu não só a cruel morte de cruz - que foi maldita pela sentença de Deus⁶ – mas também sofreu por um pouco a ira de seu Pai,⁷ que os pecadores mereciam. Mas declaramos que ele permanece como o Filho unicamente amado e bendito do Pai, mesmo em meio à angústia e ao tormento que ele sofreu na alma e no corpo, para dar plena satisfação pelos pecados do povo,⁸ e agora confessamos e declaramos que não resta nenhum outro sacrifício pelo pecado.⁹ Se há alguns que assim afirmam, não necessitamos

em declarar que são blasfemos contra a morte de Cristo e contra a satisfação eterna que por ela nos foi preparada.

¹. Hb 10:1-12. ². Is 53:5; Hb 12:3. ³. Jo 1:29. ⁴. Mt 27:11,26; Mc 15; Lc 23. ⁵. Gl 3:13.

⁶. Dt 21:23. ⁷. Mt 26:38-39. ⁸. 2Co 5:21. ⁹. Hb 9:12; 10:14.

CAPÍTULO X - A RESSURREIÇÃO

Visto que era impossível que as dores da morte pudessem reter cativo o Autor da vida,¹ cremos sem nenhuma dúvida que nosso Senhor Jesus Cristo foi crucificado morto e sepultado, o qual desceu ao inferno, ressuscitou para nossa justificação² e para a destruição daquele que era o autor do pecado, e nos trouxe de novo a vida, a nós que estávamos sujeitos à morte e ao seu cativeiro.³ Sabemos que sua ressurreição foi confirmada pelos testemunhos de seus inimigos⁴ e pela ressurreição dos mortos, cujos sepulcros se abriram e eles ressuscitaram e apareceram a muitos dentro da cidade de Jerusalém,⁵ e que foi também confirmada pelos testemunhos dos anjos,⁶ pelos sentidos e pelo julgamento dos apóstolos e de outros que privaram com ele e com ele comeram e beberam depois da sua ressurreição.⁷

¹. At 2:24. ². At 3:26; Rm 6:5, 9; 4:25. ³. Hb 2:14-15. ⁴. Mt 28:4. ⁵. Mt 27:52-53.

⁶. Mt 28:5-6. ⁷. Jo 20:27; 21:7,12-13; Lc 24:41-43.

CAPÍTULO XI - A ASCENSÃO

Não duvidamos, de modo nenhum, que exatamente o mesmo corpo que nasceu da Virgem, foi crucificado, morto e sepultado, e que ele ressurgiu e subiu aos céus, para cumprimento de todas as coisas,¹ onde em nosso nome e para a nossa consolação recebeu todo o poder no céu e na terra,² onde ele está sentado, à destra do Pai, tendo sido coroado no seu reino, como o único advogado e mediador por nós;³ essa glória, honra e prerrogativa possuirá ele, só, entre os irmãos, até que todos os seus inimigos sejam feitos escabelo dos seus pés.⁴ Assim também cremos, sem dúvida alguma, que haverá um juízo final, para cuja execução o mesmo Senhor Jesus há de vir visivelmente, como foi visto subir.⁵ E cremos

firmemente que virá então o tempo da recriação e restauração de todas as coisas,⁶ de modo que aqueles que desde o princípio sofreram violência e afronta por causa da justiça, entrarão na posse da bendita imortalidade a eles prometida desde o princípio.⁷

Mas, por outro lado, os obstinados, os desobedientes, os cruéis, os perseguidores, os impuros, os idólatras e incrédulos de toda sorte serão lançados no cárcere das trevas exteriores, onde o seu verme não morrerá, nem seu fogo se apagará.⁸ A lembrança daquele dia e do juízo que nele será executado não é apenas freio para coibir nossos apetites carnis, mas também uma consolação tão grande e tão incomparável que nem a ameaça dos príncipes deste mundo, nem o medo da morte temporal e do perigo presente podem levar-nos a renunciar e abandonar aquela bendita sociedade que nós, os membros, temos com o Cabeça e nosso único Mediador, Jesus Cristo:⁹ a quem nós confessamos e reconhecemos ser o Messias prometido, o único Cabeça da Igreja, nosso justo Legislador, nosso único Sumo-Sacerdote, Advogado e Mediador,¹⁰ em cujas honras e funções, se homem ou anjo ousa intrometer-se, nós os detestamos e repudiamos completamente como blasfemos de nosso soberano e supremo Governador, Jesus Cristo.

¹. Mc 16:9; Mt 28:6; Lc 24:51; At 1:9. ². Mt 28:18. ³. 1Jo 2:1; 1Tm 2:5. ⁴. Sl 110:1; Mt 22:44; Mc 12:36; Lc 20:42-43. ⁵. At 1:8. ⁶. At 3:19. ⁷. Mt 25:34. ⁸. 2Ts 1:4-8. ⁹. Ap 21:27; Is 66:24; Mt 25:41; Mc 9:44, 46,48; Mt 22:13. ¹⁰. 2Pd 3:11; 2Co 5:9-11; Lc 21:27-28; Jo 14:1, etc. ¹⁰. Is 7:14; Ef 1:22; Cl 1:18; Hb 9:11,15; 10:21; 1Jo 2:1; 1Tm 2:5.

CAPÍTULO XII - A FÉ NO ESPÍRITO SANTO

Esta fé e a sua certeza não procedem da carne e do sangue, isto é, de uma faculdade natural que há em nós, mas são a inspiração do Espírito Santo,¹ que nós confessamos ser Deus, igual com o Pai e com seu Filho,² que nos santifica e nos conduz em toda verdade pela sua operação, sem o qual permaneceríamos para sempre inimigos de Deus e ignorantes de seu Filho, Jesus Cristo. Porque por natureza somos mortos, cegos e perversos, de maneira que nem sequer sentimos quando somos aguilhoados, nem vemos a luz quando brilha, nem podemos assentir à vontade de Deus quando ela se revela, se o Espírito de nosso Senhor não vivificar o que está morto, não remover as trevas de nossas mentes e não dobrar a rebelião dos

nossos corações à obediência da sua bendita vontade.³ Dessa forma, assim como confessamos que Deus o Pai nos criou quando ainda não existíamos,⁴ assim como o seu Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, nos redimiu quando éramos seus inimigos,⁵ assim também confessamos que o Espírito Santo nos santificou e regenerou, sem qualquer respeito a qualquer mérito nosso - seja anterior seja posterior à nossa regeneração.⁶ Para deixar isto ainda mais claro: como de boa vontade renunciemos a qualquer honra e glória pela nossa própria criação e redenção,⁷ assim também o fazemos pela nossa regeneração e santificação, pois por nós mesmos nada de bom somos capazes de pensar, mas só aquele que em nós começou a obra nos faz continuar nela,⁸ para o louvor e glória de sua graça imerecida.⁹

¹ Mt 16:17; Jo 14:26; 15:26; 16:13. ² At 5:3-4. ³ Cl 2:13; Ef 2:1; Jo 9:39; Ap 3:17; Mt 17:17; Mc 9:19; Lc 9:41; Jo 6:63; Mq 7:8; 1Rs 8:57-58. ⁴ Sl 100:3. ⁵ Rm 5:10. ⁶ Jo 3:5; Tt 3:5; Rm 5:8. ⁷ Fp 3:7. ⁸ Fp 1:6; 2 Co 3:5. ⁹ Ef 1:6.

CAPÍTULO XIII - A CAUSA DAS BOAS OBRAS

Assim, confessamos que a causa das boas obras não é nosso livre arbítrio, mas o Espírito de Jesus, nosso Senhor, que habita em nossos corações pela verdadeira fé, produz as obras, quais Deus as preparou para que andássemos nelas. Por isso, com toda a ousadia afirmamos que é blasfêmia dizer que Cristo habita nos corações daqueles em quem não há nenhum espírito de santificação.¹ Portanto, não hesitamos em afirmar que os assassinos, os opressores, os cruéis, os perseguidores, os adúlteros, os fornicários, os idólatras, os alcoólatras, os ladrões e outros que praticam a iniquidade, não têm nem verdadeira fé, nem qualquer porção do Espírito do Senhor Jesus, enquanto obstinadamente continuarem na impiedade.

Pois, logo que o Espírito do Senhor Jesus, a quem os escolhidos de Deus recebem pela verdadeira fé, toma posse do coração de alguém, imediatamente ele regenera e renova esse homem, que assim começa a odiar aquilo que antes amava e a amar o que antes odiava. Daí resulta a contínua batalha entre a carne e o espírito: a carne e o homem natural, segundo a sua corrupção, cobiçam coisas que lhes são agradáveis e deleitáveis, murmuram na adversidade e enchem-se de orgulho na prosperidade e estão em todos os momentos propensos e prontos a ofender a majestade de Deus.² Mas o Espírito de Deus, que dá testemunho

junto ao nosso espírito de que somos filhos de Deus,³ leva-nos a resistir aos prazeres imundos e a suspirar na presença de Deus pelo livramento desse cativeiro da corrupção,⁴ e finalmente a triunfar sobre o pecado, para que ele não reine em nossos corpos mortais.⁵

Os homens carnis não têm esse conflito, pois são destituídos do Espírito de Deus, mas seguem e obedecem com avidez ao pecado, sem nenhum pesar, estimulados pelo Diabo e por sua cupidez depravada. Os filhos de Deus, porém, como antes foi dito, lutam contra o pecado, suspiram e gemem quando se sentem tentados à prática do mal; e, se caem, levantam-se outra vez com arrependimento não fingido.⁶ Eles fazem estas coisas não pelo seu próprio poder, mas pelo poder do Senhor Jesus, sem quem nada podem fazer.⁷

¹· Ef 2:10; Fp 2:13; Jo 15:5; Rm 8:9. ²· Rm 7:15-25; Gl 5:17. ³· Rm 8:16. ⁴· Rm 7:24; 8:22. ⁵· Rm 6:12. ⁶· 2Tm 2:26. ⁷· Jo 15:5.

CAPÍTULO XIV - AS OBRAS QUE SÃO CONSIDERADAS BOAS DIANTE DE DEUS

Confessamos e reconhecemos que Deus deu ao homem sua santa Lei, na qual se proíbem não só as obras que desagradam e ofendem sua divina majestade, mas também se ordenam todas aquelas que lhe agradam e que ele prometeu recompensar.¹ Essas obras são de duas espécies. Umas são praticadas para a honra de Deus e as outras para benefício de nosso próximo, e ambas têm a vontade revelada de Deus como sua garantia.

Ter um só Deus, adorá-lo e honrá-lo, invocá-lo em todas as nossas dificuldades, reverenciar o seu santo nome, ouvir a sua Palavra e crer nela, participar dos seus santos sacramentos, são obras da primeira espécie.² Honrar pai, mãe, príncipes, governantes e poderes superiores, amá-los, sustentá-los, obedecer às suas ordens - se estas não são contrárias aos mandamentos divinos - salvar as vidas dos inocentes, reprimir a tirania, defender os oprimidos, conservar nossos corpos limpos e santos, viver em sobriedade e temperança, tratar de modo justo todos os homens tanto por palavras como por obras e, finalmente, reprimir quaisquer desejos pelos quais nosso próximo recebe ou pode receber dano,³ são as boas obras da segunda espécie, as quais são mui gratas e aceitáveis a Deus, visto que ele mesmo as ordenou.

Os atos contrários são pecados dignos da maior indignação, que sempre lhe desagradam e o provocam à ira. São eles: não invocar só a ele quando temos necessidade, não ouvir com reverência a sua Palavra, mas desprezá-la e rejeitá-la, ter ou adorar ídolos, alimentar e defender a idolatria, fazer pouco do venerável nome de Deus, profanar, abusar ou desprezar os sacramentos de Jesus Cristo, não obedecer ou resistir aos que Deus colocou em autoridade, enquanto se mantenham dentro dos limites da sua vocação,⁴ cometer homicídio ou ser conivente com homicídio, odiar o próximo, permitir que seja derramado o sangue inocente, se podemos impedi-lo.⁵ Em conclusão, confessamos e afirmamos que a quebra de qualquer mandamento da primeira ou da segunda espécie é pecado,⁶ pelo qual se acende a ira de Deus contra o mundo soberbo e ingrato. Assim, afirmamos serem boas obras somente as que são praticadas com fé,⁷ segundo o mandamento de Deus,⁸ que, em sua lei, expôs o que lhe agrada. Afirmamos que as obras más não são apenas as que se praticam expressamente contra o mandamento de Deus,⁹ mas também as que em assuntos religiosos e de culto a Deus, não têm outro fundamento senão a invenção e a opinião do homem. Desde o princípio Deus as vem rejeitando, como aprendemos das palavras do profeta Isaías¹⁰ e de nosso Senhor Jesus Cristo: "Em vão me adoram, ensinando doutrinas que são mandamentos de homens".¹¹

1. Êx 20:3, etc.; Dt 5:6, etc.; 4:8. 2. Lc 10:27-28; Mq 6:8. 3. Ef 6:1,7; Ez 22:1, etc.; 1Co 6:19-20; 1Ts 4:3-7; Jr 22:3, etc.; Is 50:1, etc.; 1Ts 4:6. 4. Rm 13:2. 5. Ez 22:13, etc. 6. 1Jo 3:4. 7. Rm 14:23; Hb 11:6. 8. 1Sm 15:22; 1Co 10:31. 9. 1Jo 3:4. 10. Is 29:13. 11. Mt 15:9; Mc 7:7.

CAPÍTULO XV - A PERFEIÇÃO DA LEI E A IMPERFEIÇÃO DO HOMEM

Confessamos e reconhecemos que a Lei de Deus é a mais justa, a mais imparcial e a mais santa, e o que ela ordena, se perfeitamente praticado, iluminaria e poderia conduzir o homem à felicidade eterna;¹ mas a nossa natureza é tão corrupta, fraca e imperfeita que jamais seríamos capazes de cumprir perfeitamente as obras da Lei.² Mesmo depois de sermos regenerados, se dissermos que não temos pecados, enganamo-nos a nós mesmos e a verdade de Deus não está em nós.³ Por isso, importa que nos apeguemos a Cristo, em sua justiça e satisfação, pois

ele é o fim e o complemento da Lei e é por ele que somos libertados, de modo que, embora não cumpramos a Lei em todos os pontos, contudo, estamos imunes da execração de Deus.⁴ Deus o Pai contempla-nos no corpo de seu Filho Jesus Cristo, aceita como perfeita a nossa obediência imperfeita⁵ e cobre todas as nossas obras, que estão poluídas por muitas manchas,⁶ com a perfeita justiça do seu Filho.

Não queremos dizer que fomos libertados, de modo a não devermos mais obediência alguma à Lei - pois já reconhecemos o lugar dela - mas afirmamos que ninguém na terra, pela sua conduta - com exceção apenas de Cristo Jesus - deu, dá e dará à Lei a obediência que ela requer. Quando tivermos feito tudo, devemos prostrar-nos e confessar sinceramente que somos servos inúteis.⁷ Portanto, todos os que se vangloriam dos méritos de suas obras põem sua confiança em obras de supererrogação, ou se vangloriam da vaidade, ou põem sua confiança em idolatria condenável.

¹· Lv 18:5; Gl 3:12; 1Tm 1:8; Rm 7:12; Sl 19:7-9; 19:11. ²· Dt 5:29; Rm 10:3.
³· 1Rs 8:46; 2Cr 6:36; Pv 20:9; Ec 7:22; 1Jo 1:8. ⁴· Rm 10:4; Gl 3:13; Dt 27:26. ⁵· Fp 2:15. ⁶· Is 64:6. ⁷· Lc 17:10.

CAPÍTULO XVI - DA IGREJA

Assim como cremos em um só Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, assim também firmemente cremos que houve desde o princípio, há agora e haverá até o fim do mundo uma só Igreja, isto é, uma sociedade e multidão de homens escolhidos por Deus, que corretamente o adoram e aceitam, pela verdadeira fé em Jesus Cristo,¹ o qual, só, é a Cabeça da Igreja, assim como é ela o corpo e a esposa de Jesus Cristo. Essa Igreja é católica, isto é, universal, porque compreende os escolhidos de todos os tempos, de todos os reinos, nações e línguas, ou dos judeus ou dos gentios, que tenham comunhão e associação com Deus o Pai, e com seu Filho, Jesus Cristo, pela santificação do Espírito Santo.² Por isso ela é chamada comunhão, não dos profanos, mas dos santos, que, como cidadãos da Jerusalém celestial,³ gozam de benefícios inestimáveis: um só Deus, um só Senhor Jesus Cristo, uma só fé e um só batismo.⁴ Fora dessa Igreja não há nem vida nem felicidade eterna. Portanto, detestamos completamente a blasfêmia dos que sustentam que os homens que vivem segundo à equidade e a justiça serão salvos, não importando que religião professem. Pois, visto que sem Cristo não há vida nem salvação,⁵ ninguém terá parte

nesta senão aquele que o Pai deu ao seu Filho, Jesus Cristo, e aqueles que no tempo oportuno a ele vierem,⁶ confessarem a sua doutrina e nele crerem (incluímos as crianças de pais crentes).⁷ Essa Igreja é invisível, conhecida só de Deus - que é o único a conhecer os que ele escolheu⁸ - e compreende, como já ficou dito, tanto os escolhidos que já partiram, e é chamada geralmente a "Igreja Triunfante", como os que ainda vivem e lutam contra o pecado e Satanás, e os que viverem daqui por diante.⁹

¹. Mt 28:20; Ef 1:4. ². Cl 1:18; Ef 5:23-24, etc.; Ap 7:9. ³. Ef 2:19. ⁴. Ef 4:5. ⁵. Jo 3:36. ⁶. Jo 5:24; 6:37; 6:39; 6:65; 17:6. ⁷. At 2:39. ⁸. 2Tm 2:19; Jo 13:18. ⁹. Ef 1:10; Cl 1:20; Hb 12:4.

CAPÍTULO XVII - DA IMORTALIDADE DAS ALMAS

Os escolhidos, que partiram, estão em paz e descansam de seus trabalhos;¹ não que durmam e estejam perdidos no esquecimento, como sustentam alguns fantasistas, mas porque foram libertados de todo medo, de tormentos, e de toda tentação, coisas a que nós e todos os escolhidos de Deus nesta vida estamos sujeitos.² Por isso a Igreja é chamada Militante. Por outro lado, os réprobos e infiéis falecidos padecem angústia, tormentos e penas inenarráveis.³ Nem estes nem aqueles se encontram em tal sono que os impeça de sentir em que situação estejam, como claramente atestam a parábola de Jesus Cristo em São Lucas 16,⁴ as suas próprias palavras na cruz ao ladrão⁵ e o clamor das almas, sob o altar:⁶ "Senhor, que és justo e imparcial, até quando deixarás sem vingança o nosso sangue entre os habitantes da terra?"

¹. Ap 14:13. ². Is 25:8; Ap 7:14-17; 21:4. ³. Ap 16:10-11; Is 66:24; Mc 9:44,46,48.

⁴. Lc 16:23-26. ⁵. Lc 23:43. ⁶. Ap 6:9-10.

CAPÍTULO XVIII - OS SINAIS PELOS QUAIS A VERDADEIRA IGREJA SERÁ DISTINGUIDA DA FALSA E QUEM SERÁ JUIZ DA DOCTRINA

Satanás vem trabalhando desde o princípio para adornar sua pestilenta sinagoga com o título de Igreja de Deus, e inflamando corações de crudelíssimos assassinos, para perseguirem, perturbarem e

molestarem a verdadeira Igreja e seus membros, como Caim com Abel,¹ Ismael com Isaaque,² Esaú com Jacó³ e todos os sacerdotes dos judeus com Jesus Cristo e seus apóstolos que vieram depois dele.⁴ Por isso, é necessário que a verdadeira Igreja, por sinais claros e perfeitos, se distinga de tais sinagogas corruptas, a fim de que não sejamos enganados e, para nossa própria condenação, recebamos e abracemos a falsa pela verdadeira. As marcas, os sinais e as características pelos quais a noiva imaculada de Cristo se distingue da impura e horrível meretriz - a Igreja dos maldosos - nós afirmamos que não são nem a antiguidade, nem o título usurpado, nem a sucessão linear, nem a multidão de homens que aprovam o erro. Caim existiu primeiro do que Abel e Sete⁵ quanto à idade e ao título; Jerusalém tinha precedência sobre todos os outros lugares da terra,⁶ pois nela os sacerdotes descendiam linearmente de Aarão, e maior era o número que seguia os escribas, fariseus e sacerdotes do que aqueles que verdadeiramente criam em Jesus Cristo e aprovavam a sua doutrina.⁷ No entanto ninguém de são juízo, supomos, sustentará que qualquer dos acima nomeados era a Igreja de Deus.

Portanto, nós cremos, confessamos e declaramos que as marcas da verdadeira Igreja são, primeiro e antes de tudo, a verdadeira pregação da Palavra de Deus, na qual Deus mesmo se revelou a nós, como nos declaram os escritos dos profetas e apóstolos; segundo, a correta administração dos sacramentos de Jesus Cristo, os quais devem ser associados à Palavra e à promessa de Deus para selá-las e confirmá-las em nossos corações;⁸ e, finalmente, a disciplina eclesiástica corretamente administrada, como prescreve a Palavra de Deus, para reprimir o vício e estimular a virtude.⁹ Onde quer que essas marcas se encontrem e continuem por algum tempo - ainda que o número de pessoas não exceda de duas ou três - ali, sem dúvida alguma, está a verdadeira Igreja de Cristo, o qual, segundo a sua promessa, está no meio dela.¹⁰ Isto não se refere à Igreja universal de que falamos antes, mas às igrejas particulares, tais como as que havia em Corinto,¹¹ na Galácia,¹² em Éfeso¹³ e noutros lugares onde o ministério foi implantado por Paulo e às quais ele mesmo chamou igrejas de Deus.

Tais igrejas nós, habitantes do reino da Escócia, confessando a Jesus Cristo, afirmamos ter em nossas cidades, vilas e distritos reformados, porque a doutrina ensinada em nossas igrejas está contida na Palavra de Deus escrita, isto é, no Velho e no Novo Testamentos, nos livros originalmente reconhecidos como canônicos. Afirmamos que neles todas as coisas que devem ser cridas para a salvação dos homens estão

suficientemente expressas.¹⁴ Confessamos que a interpretação da Escritura não é atribuição de nenhuma pessoa particular ou pública, nem mesmo de qualquer igreja em virtude de qualquer preeminência ou prerrogativa, pessoal ou local, que uma tenha sobre a outra, mas esse direito e autoridade só pertencem ao Espírito de Deus por quem as Escrituras foram escritas.¹⁵

Quando surge, pois, controvérsia acerca do exato sentido de qualquer passagem ou sentença da Escritura, ou para a reforma de algum abuso na Igreja de Deus, devemos perguntar não tanto o que os homens disseram ou fizeram antes de nós, como o que o Espírito Santo, uniformemente, fala no corpo das Escrituras Sagradas e o que Jesus Cristo mesmo fez e mandou.¹⁶ Pois todos reconhecem sem discussão que o Espírito de Deus, que é o Espírito de unidade, não pode contradizer-se a si mesmo.¹⁷ Assim, se a interpretação ou decisão ou opinião de qualquer doutor da Igreja ou concílio é contrária à expressa Palavra de Deus em qualquer outra passagem da Escritura, é certo que essa interpretação não representa a mente e sentido do Espírito Santo, ainda que concílios, reinos e nações a tenham admitido e aprovado. Não ousamos admitir nenhuma interpretação contrária a qualquer artigo principal de fé, ou a qualquer texto claro da Escritura, ou à regra do amor.

¹ Gn 4:8. ² Gn 21:9. ³ Gn 27:41. ⁴ Mt 23:34; Jo 15:18-20,24; 11:47,53; At 4:1-3; 5:17, etc. ⁵ Gn 4:1. ⁶ Sl 48:2-3; Mt 5:35. ⁷ Jo 12:42. ⁸ Ef 2:20; At 2:42; Jo 10:27; 18:37; 1Co 1:13; Mt 18:19-20; Mc 16:15-6; 1C. 11:24-26; Rm 4:11. ⁹ Mt 18:15-18; 1Co 5:4-5. ¹⁰ Mt 18:19-20. ¹¹ 1Co 1:2; 2Co 1:2. ¹² Gl 1:2. ¹³ Ef 1:1; At 16:9-10; 18:1, etc.; 20:17, etc. ¹⁴ Jo 20:31; 2Tm 3:16-17. ¹⁵ 2Pd 1:20-21. ¹⁶ Jo 5:39. ¹⁷ Ef 4:3-4.

CAPÍTULO XIX - A AUTORIDADE DAS ESCRITURAS

Creemos e confessamos que as Escrituras de Deus são suficientes para instruir e aperfeiçoar o homem de Deus, e assim afirmamos e declaramos que a sua autoridade vem de Deus e não depende de homem ou de anjo.¹ Afirmamos, portanto, que os que dizem não terem as Escrituras outra autoridade a não ser a que elas receberam da Igreja são blasfemos contra Deus e fazem injustiça à verdadeira Igreja, que sempre ouve e obedece à voz de seu próprio Esposo e Pastor, mas nunca se arroga o direito de senhora.²

¹. 1Tm 3:16-17. ². Jo 10:27.

CAPÍTULO XX - DOS CONCÍLIOS GERAIS, SEU PODER, SUA AUTORIDADE E CAUSAS DE SUA CONVOCAÇÃO

Assim como não condenamos irrefletidamente o que homens bons, reunidos em concílio geral legalmente convocado, estabeleceram antes de nós, assim não admitimos sem justo exame tudo o que tenha sido declarado aos homens em nome de concílio geral, pois é manifesto que, sendo humanos, alguns deles manifestamente erraram, e isso em questões de máximo peso e importância.¹ Então, na medida em que um concílio confirma sua decisão e seus decretos pela clara Palavra de Deus, nós os respeitamos e acatamos. Mas, se homens, em nome de um concílio, pretendem forjar-nos novos artigos de fé, ou tomar decisões contrárias à Palavra de Deus, então devemos definitivamente negar como doutrinas de demônios tudo aquilo que afasta nossas almas da voz do único Deus para levar-nos a seguir doutrinas e decisões de homens.²

A razão por que os concílios gerais se reuniram não foi para elaborar qualquer lei permanente que Deus não tivesse feito antes, nem para formular novos artigos para a nossa fé, nem para conferir autoridade à Palavra de Deus; muito menos para afirmá-la como Palavra de Deus, ou para dela dar a verdadeira interpretação que não fora previamente expressa pela sua santa vontade em sua Palavra.³ Mas a razão dos concílios - pelo menos daqueles que merecem tal nome - foi em parte refutar heresias e fazer confissão pública de sua fé a ser seguida pela posteridade, e eles fizeram uma e outra coisa pela autoridade da Palavra de Deus escrita, sem apelar a qualquer prerrogativa de que, pelo fato de serem concílios gerais, não poderiam errar. Foi essa a razão primeira e principal dos concílios gerais, em nossa opinião. Uma segunda foi constituir e observar boa administração na Igreja, em que - como casa de Deus que é⁴ - convém que tudo seja feito com decência e ordem.⁵ Não que pensemos que a mesma administração ou ordem de cerimônias possa ser estabelecido para todas as épocas, tempos e lugares; pois, como cerimônias que os homens inventaram, são apenas temporais, e, assim, podem e devem ser mudadas quando se percebe que o seu uso fomenta antes a superstição que a edificação da Igreja.

¹. Gl 2:11-14. ². 1Tm 4:1-3; Cl 2:18-23. ³. At 15:1, etc. ⁴. 1Tm 3:15; Hb 3:2. ⁵. 1Co 14:40.

CAPÍTULO XXI - DOS SACRAMENTOS

Assim como os patriarcas sob a Lei, além da realidade dos sacrifícios, tinham dois sacramentos principais, isto é, a circuncisão e a páscoa, e aqueles que os desprezavam e negligenciavam não eram contados entre o povo de Deus,¹ assim nós também reconhecemos e confessamos que agora, na era do Evangelho, só temos dois sacramentos principais, instituídos por Cristo e ordenados para uso de todos os que desejam ser considerados membros de seu corpo, isto é, o Batismo e a Ceia ou Mesa do Senhor, também chamada popularmente Comunhão do seu Corpo e do seu Sangue.² Esses sacramentos, tanto do Velho Testamento como do Novo, foram instituídos por Deus, não só para estabelecer distinção visível entre o seu povo e os que estavam fora da Aliança, mas também para exercitar a fé dos seus filhos e, pela participação de tais sacramentos, selar em seus corações a certeza da sua promessa e daquela associação, união e sociedade mui felizes que os escolhidos têm com seu Cabeça, Jesus Cristo.

E, assim, condenamos inteiramente a vaidade dos que afirmam que os sacramentos não são outra coisa que meros sinais desnudos. Muito ao contrário, cremos seguramente que pelo Batismo somos enxertados em Jesus Cristo, para nos tornarmos participantes de sua justiça, pela qual todos os nossos pecados são cobertos e perdoados; cremos também que na Ceia corretamente usada, Cristo se une de tal modo a nós, que se torna o próprio alimento e sustento de nossas almas.³ Não que imaginemos qualquer transubstanciação do pão no corpo natural de Cristo e do vinho em seu sangue natural, como têm ensinado perniciosamente os pontífices e como creem para sua condenação; mas essa união e associação que temos com o corpo e o sangue de Jesus Cristo no uso reto dos sacramentos se realiza por meio do Espírito Santo, que pela verdadeira fé nos transporta acima de todas as coisas visíveis - que são carnis e terrenas - e nos habilita a alimentar-nos do corpo e do sangue de Jesus Cristo, uma vez partido e derramado por nós, e que agora está no céu e se apresenta por nós na presença do Pai.⁴ Não obstante a distância entre o seu corpo agora glorificado no céu e nós mortos aqui na terra, contudo cremos firmemente que o pão que partimos é a comunhão do corpo de Cristo e o cálice que abençoamos é a comunhão do seu sangue.⁵ Assim, confessamos, e cremos,

sem nenhuma dúvida, que os fiéis, mediante o uso reto da Ceia do Senhor, comem o corpo e bebem o sangue de Jesus Cristo, porque ele permanece neles e eles nele; eles, até, se tornam carne da sua carne e osso dos seus ossos⁶ de maneira tal que, como a Divindade eterna conferiu à carne de Jesus Cristo vida e imortalidade,⁷ assim também o comer e o beber da carne e do sangue de Jesus Cristo nos confere essas prerrogativas. Declaramos, contudo, que isto não nos é dado só na ocasião do sacramento, nem pela sua ação ou virtude; mas afirmamos que os fiéis, mediante o uso certo da Ceia do Senhor, têm com Jesus Cristo,⁸ uma união que o homem natural não pode compreender.

Além disso afirmamos que, embora os fiéis, impedidos pela negligência e pela fraqueza humana, não aproveitem tanto quanto desejariam, na própria ocasião em que se celebra a Ceia, no entanto subsequentemente ela produzirá frutos, sendo semente viva semeada em boa terra, pois o Espírito Santo, que nunca pode estar separado do uso reto da Instituição de Cristo, não privará os fiéis do fruto dessa ação mística. Mas tudo isto, dizemos, vem da verdadeira fé que apreende Jesus Cristo, o único que faz o sacramento eficaz em nós. Portanto, todos os que nos difamam dizendo que afirmamos ou cremos que os sacramentos não são outra coisa que sinais desnudos e vazios, fazem-nos injustiça e falam contra a verdade manifesta.

Isto, no entanto, admitimos livre e espontaneamente, que fazemos distinção entre Cristo em sua substância eterna e os elementos dos sinais sacramentais. Assim, nem adoramos os elementos em lugar do que eles significam, nem os julgamos dignos de adoração, nem os desprezamos, ou interpretamos como inúteis e vãos, mas deles participamos com grande reverência, examinando-nos a nós mesmos o mais diligentemente antes de participarmos deles, pois somos persuadidos pelos lábios do apóstolo, de que "aquele que comer o pão ou beber o cálice do Senhor, indignamente, será réu do corpo e do sangue de Jesus Cristo".⁹

¹. Gn 17:10-11; Êx 23:3,etc.; Gn 17:14; Nm 9:13. ². Mt 28:19; Mc 16:15-16; Mt 26:26-28; Mc 14:22-24; Lc 22:19-20; 1Co 11:23-26. ³. 1Co 10:16; Rm 6:3-5; Gl 3:27. ⁴. Mc 16:19; Lc 24:51; At 1:11; 3:21. ⁵. 1Co 10:16. ⁶. Ef 5:30. ⁷. Mt 27:50; Mc 15:37; Lc 23:46; Jo 19:30. ⁸. Jo 6:51; 6:53-58. ⁹. 1Co 11:27-29.

CAPÍTULO XXII - DA RETA ADMINISTRAÇÃO DOS SACRAMENTOS

Duas coisas são necessárias para a reta administração dos sacramentos. A primeira é que eles devem ser ministrados por ministros legítimos; e declaramos que tais são apenas os que são designados para a pregação da Palavra, em cujos lábios pôs Deus a Palavra de exortação e que estes são os que são para isso legitimamente escolhidos por alguma Igreja. A segunda é que devem ser ministrados com os elementos e da maneira que Deus estabeleceu; de outra forma, afirmamos que deixam de ser os sacramentos corretos de Jesus Cristo.

Esse o motivo por que abandonamos a sociedade da Igreja pontifícia e fugimos à participação dos seus sacramentos. Primeiramente, porque seus ministros não são ministros de Jesus Cristo (o que é mais horrendo é que eles permitem que mulheres batizem, quando a estas o Espírito Santo não permite ensinar na congregação). Em segundo lugar, porque adulteraram de tal modo um e outro sacramentos com as suas próprias invenções que nenhuma parte do ato original de Cristo permanece em sua simplicidade original. O óleo, o sal, o cuspo e outras coisas, no batismo, são simples invenções humanas; a adoração ou veneração do sacramento, o transportá-lo pelas ruas e praças das cidades, a conservação do pão num escrínio ou cápsula, não é o uso legítimo do sacramento do corpo de Cristo, mas simples profanação dele. Cristo disse. "Tomai e comei", e "Fazei isto em memória de mim."¹ Por estas palavras e por esta ordem ele santificou o pão e o vinho para sacramento do seu corpo e do seu sangue, de modo que um seria comido e todos bebessem do outro, e não que se conservem, e se adorem e honrem como Deus, como até agora fizeram os pontifícios, que, subtraindo ao povo o cálice da bênção, praticaram um horrendo sacrilégio.

Além disso, para uso correto dos sacramentos, requer-se que o fim e a causa da sua instituição sejam entendidos e observados não menos pelos comungantes do que pelos ministros. Se a intenção no participante se mudar, cessa o uso correto, o que é muito evidente na rejeição dos sacrifícios (assim como também se o ministro ensinar doutrina claramente falsa, o que seria odioso e detestável diante de Deus), ainda que os sacramentos sejam instituições dele próprio, porque homens ímpios deles usam para fim diverso daquele para que foram ordenados por Deus. Afirmamos que isto foi feito aos sacramentos na Igreja Pontifícia, na qual

toda a ação de Jesus Cristo é adulterada, tanto na forma exterior, como no fim e na concepção. O que Cristo fez e ordenou que se fizesse é evidente dos Evangelistas e de São Paulo; o que o sacerdote pontifício faz junto do altar não é necessário repetir. O fim e a causa da instituição de Cristo, e por que o que ele instituiu deve ser feito por nós, exprime-se nestas palavras: "Fazei isto em memória de mim"; "Todas as vezes que comerdes deste pão e beberdes deste cálice, anunciais" isto é, enalteceis, pregais, engrandeceis e louvais – "a morte do Senhor, até que ele venha".² Mas qual é o fim, qual a concepção com que os sacerdotes dizem a sua missa; revelem-no as suas próprias palavras na missa: e é que, como mediadores entre Cristo e sua Igreja, eles oferecem a Deus o Pai um sacrifício propiciatório pelos pecados dos vivos e dos mortos, doutrina blasfema porque anula a suficiência do sacrifício único de Cristo, uma vez oferecido para a purificação de todos os que são santificados. Nós aborrecemos, detestamos e repudiamos profundamente essa blasfêmia contra o próprio Jesus Cristo.³

¹ Mt 26:26; Mc 14:22; Lc 22:19; 1Co 11:24. ² 1Co 11:24-26. ³ Hb 9:27-28; 10:14.

CAPÍTULO XXIII - A QUEM INTERESSAM OS SACRAMENTOS

Reconhecemos e sustentamos que o batismo se aplica tanto aos filhos dos fiéis como aos fiéis adultos, dotados de discernimento, e assim condenamos o erro dos Anabatistas, que negam o batismo às crianças até que elas tenham compreensão e fé.¹ Mas sustentamos que a Ceia do Senhor é somente para aqueles que pertencem à família da fé e podem examinar-se e provar-se a si mesmos, tanto em sua fé como no dever da fé para com o próximo. Os que sem fé ou permanecendo em dissensão com os seus irmãos comem e bebem naquela santa mesa comem indignamente.² Esta a razão por que os pastores da nossa Igreja fazem exame público e particular, tanto no conhecimento como na conduta e na vida, daqueles que devem ser admitidos à Ceia do Senhor Jesus.

¹ Cl 2:11-12; Rm 4:11; Gn 17:10; Mt 28:19. ² 1Co 11:28-29.

CAPÍTULO XXIV - DO MAGISTRADO CIVIL

Confessamos e reconhecemos que impérios, reinos, domínios e cidades foram diferenciados e ordenados por Deus; o poder e a autoridade neles - dos imperadores nos impérios, dos reis nos reinos, dos duques e príncipes em seus domínios, e dos outros magistrados nas cidades – são uma santa ordenança de Deus destinada à manifestação de sua própria glória e à singular utilidade do gênero humano.¹ Por isso afirmamos que todos os que procuram levantar ou confundir todo o estado do poder civil, já há muito estabelecido, não são apenas inimigos da humanidade, mas lutam impiamente contra a vontade manifesta de Deus.²

Além disso, confessamos e reconhecemos que todos os que foram colocados em autoridade devem ser amados,³ honrados, temidos e tidos na mais respeitosa estima, pois fazem as vezes de Deus, e em seus concílios o próprio Deus se assenta e julga.⁴ São eles os juizes e príncipes a quem Deus entregou a espada para o louvor e defesa dos bons e para justo castigo e vingança de todos os malfeitores.⁵ Além disso, afirmamos que a purificação e preservação da religião é, sobretudo e particularmente, dever de reis, príncipes, governantes e magistrados. Não foram eles ordenados por Deus apenas para o governo civil, mas também para manter a verdadeira religião e para suprimir toda idolatria e superstição. Pode-se ver isso em Davi,⁶ Josafá,⁷ Josias,⁸ Ezequias⁹ e outros altamente recomendados pelo seu singular zelo.

Por isso, confessamos e declaramos que todos quantos resistem à suprema autoridade, usurpando o que pertence ao ofício desta, resistem a essa ordenação de Deus e, portanto, não podem ser considerados inculpáveis diante dele. Afirmamos mais que, enquanto príncipes e governantes vigilantemente cumprirem sua função, quem quer que lhes recusar auxílio, conselho e assistência nega-o a Deus, que pela presença do seu lugar-tenente lhes solicita isso.

¹. Rm 13:1; Tt 3:1; 1Pd 2:13-14. ². Rm 13:2. ³. Rm 13:7; 1Pd 2:17. ⁴. Sl 82:1. ⁵. 1Pd 2:14. ⁶. 1Cr 22-26. ⁷. 2Cr 17:6, etc.; 19:8, etc.; ⁸. 2Cr 29-31. ⁹. 2Cr 34-35.

CAPÍTULO XXV - OS DONS LIVREMENTE CONCEDIDOS À IGREJA

Embora a Palavra de Deus verdadeiramente pregada, os sacramentos corretamente ministrados e a disciplina executada segundo a Palavra de Deus sejam sinais certos e incontestáveis da verdadeira Igreja, contudo nem por isso julgamos nós que toda pessoa, individualmente, nessa comunidade seja um membro escolhido de Jesus Cristo.¹ Reconhecemos e confessamos que o joio pode ser semeado com o bom trigo, e joio e palha crescem em grande abundância no trigo, isto é, que réprobos podem unir-se às congregações dos escolhidos e comungar com eles nos benefícios externos da Palavra e dos sacramentos. Mas, como eles só confessam a Deus por um pouco com seus lábios e não com seus corações, desviam-se e não continuam até o fim.² Portanto, não participam dos frutos da morte, ressurreição e ascensão de Cristo.

Mas os que de coração creem, sem nenhuma simulação, e corajosamente confessam com seus lábios o Senhor Jesus, receberão esses dons com a mais absoluta certeza, como dissemos acima.³ Primeiramente, nesta vida terão a remissão dos pecados, e isso unicamente pela fé no sangue de Cristo; Pois, apesar de o pecado permanecer e continuamente habitar nestes nossos corpos mortais, contudo ele não nos será imputado, mas será perdoado e coberto pela justiça de Cristo.⁴ Em segundo lugar, no juízo geral conceder-se-á a cada homem e mulher a ressurreição da carne.⁵ O mar devolverá os seus mortos e a terra aqueles que nela estão sepultados. Sim, o eterno Deus estenderá a sua mão sobre o pó da terra e os mortos ressurgirão incorruptíveis,⁶ e na substância da mesma carne que cada um agora tem,⁷ para receber, segundo as suas obras, ou a glória ou o castigo.⁸ Os que agora se deleitam na vaidade, na crueldade, na impureza, na superstição ou idolatria serão condenados ao fogo inextinguível, no qual em seus corpos e espíritos - os quais agora servem o Diabo cometendo toda abominação - eles serão atormentados para sempre. Mas os que continuam a fazer o bem até o fim confessando corajosamente o Senhor Jesus cremos firmemente que eles possuirão a glória, a honra e a imortalidade, para reinarem para sempre na vida eterna com Jesus Cristo,⁹ a cujo corpo glorificado todos os escolhidos se tornarão semelhantes,¹⁰ quando ele aparecer de novo no juízo e entregar o Reino a Deus, seu Pai, o qual será então e para sempre permanecerá tudo em todas

as coisas, Deus bendito para todo o sempre,¹¹ a quem, com o Filho e o Espírito Santo seja toda honra e glória, agora e para sempre. Amém.

Levanta-te, ó Senhor, e sejam confundidos todos os teus inimigos; fujam da tua presença os que odeiam o teu divino Nome. Dá aos teus servos forças para proclamarem a tua Palavra com ousadia, e que todas as nações se apeguem ao verdadeiro conhecimento de ti. Amém.¹²

¹. Mt 13:24, etc. ². Mt 13:20-21. ³. Rm 10:9,13. ⁴. Rm 7; 2Co 5:21. ⁵. Jo 5:28-29. ⁶. Ap 20:13. ⁷. Jó 19:25-27. ⁸. Mt 25:31-46. ⁹. Ap 14:10; Rm 2:6-10. ¹⁰. Fp 3:21. ¹¹. 1Co 15:24,28. ¹². Nm 10:35; Sl 68:1; At 4:29.

5

Catecismo de Heidelberg

DOMINGO 1

1. Qual é o seu único fundamento, na vida e na morte?

O meu único fundamento é meu fiel Salvador Jesus Cristo¹. A Ele pertença, em corpo e alma, na vida e na morte², e não pertença a mim mesmo³. Com seu precioso sangue Ele pagou⁴ por todos os meus pecados e me libertou de todo o domínio do diabo⁵. Agora Ele me protege de tal maneira⁶ que, sem a vontade do meu Pai do céu, não perderei nem um fio de cabelo⁷. Além disto, tudo coopera para o meu bem⁸. Por isso, pelo Espírito Santo, Ele também me garante a vida eterna⁹ e me torna disposto a viver para Ele, daqui em diante, de todo o coração¹⁰.

1. 1Co 3:23; Tt 2:14. **2.** Rm 14:8; 1Ts 5:9,10. **3.** 1Co 6:19,20. **4.** 1Pe 1:18,19; 1Jo 1:7; 1Jo 2:2,12. **5.** Jo 8:34-36; Hb 2:14,15; 1Jo 3:8. **6.** Jo 6:39; Jo 10:27-30; 2Ts 3:3; 1Pe 1:5. **7.** Mt 10:29,30; Lc 21:18. **8.** Rm 8:28. **9.** Rm 8:16; 2Co 1:22; 2Co 5:5; Ef 1:13,14. **10.** Rm 8:14; 1Jo 3:3.

2. O que você deve saber para viver e morrer neste fundamento?

Primeiro: como são grandes meus pecados e minha miséria¹. Segundo: como sou salvo de meus pecados e de minha miséria². Terceiro: como devo ser grato a Deus por tal salvação³.

1. Mt 9:12; Jo 9:41; Rm 3:10; 1Jo 1:9,10. **2.** Lc 24:46,47; Jo 17:3; At 4:12; At 10:43; 1Co 6:11; Tt 3:3-7. **3.** Sl 50:14,15; Sl 116:12,13; Mt 5:16; Rm 6:12,13; Ef 5:10; 2Tm 2:15; 1Pe 2:9,12. Veja também Mt 11:28-30; Ef 5:8.

PARTE 1: NOSSA MISÉRIA

DOMINGO 2

3. Como você conhece sua miséria?

Pela lei de Deus.¹

1. Rm 3:20.

4. O que a lei de Deus exige de nós?

Isto Cristo nos ensina num resumo, em Mateus 22:37-40: "Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. " Este é o grande e primeiro mandamento. O segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas"¹.

1. Lv 19:18; Dt 6:5; Mc 12:30,31; Lc 10:27.

5. Você pode observar esta lei perfeitamente?

Não, não posso¹, porque por natureza sou inclinado a odiar a Deus e a meu próximo².

1. Rm 3:10,20,23; 1Jo 1:8,10. 2. Gn 6:5; Gn 8:21; Jr 17:9; Rm 7:23; Rm 8:7; Ef 2:3; Tt 3:3.

DOMINGO 3

6. Mas Deus criou o homem tão mau e perverso?

Não, Deus criou o homem bom¹ e à sua imagem², isto é, em verdadeira justiça e santidade, para conhecer corretamente a Deus seu Criador, amá-Lo de todo o coração e viver com Ele em eterna felicidade, para louvá-Lo e glorificá-Lo³.

1. Gn 1:31. **2.** Gn 1:26,27. **3.** 2Co 3:18; Ef 4:24; Cl 3:10.

7. De onde vem, então, esta natureza corrompida do homem?

Da queda e desobediência de nossos primeiros pais, Adão e Eva, no paraíso¹. Ali, nossa natureza tornou-se tão envenenada, que todos nós somos concebidos e nascidos em pecado².

1. Gn 3; Rm 5:12,18,19. **2.** Sl 51:5; Jo 3:6.

8. Mas nós somos tão corrompidos que não podemos fazer bem algum e que somos inclinados a todo mal?

Somos sim¹, se não nascermos de novo pelo Espírito de Deus².

1. Gn 6:5; Gn 8:21; Jó 14:4; Jo 15:14,16,35; Is 53:6; Tt 3:3. **2.** Jo 3:3,5; 1Co 12:3; 2Co 3:5.

DOMINGO 4

9. Então, Deus exige do homem, em sua lei, o que este não pode cumprir. Isto não é injusto?

Não, pois Deus criou o homem de tal maneira que este pudesse cumprir a lei¹. O homem, porém, sob instigação do diabo e por sua própria rebeldia, privou a si mesmo e a todos os seus descendentes destes dons².

1. Gn 1:27; Ef 4:24. **2.** Gn 3:4-6; Rm 5:12; 1Tm 2:13,14.

10. Deus deixa sem castigo esta desobediência e rebeldia?

Não, não deixa, porque Ele se ira terrivelmente tanto contra os pecados em que nascemos como contra os que cometemos, e quer castigá-los por justo julgamento, agora, nesta vida, e na futura¹. Ele mesmo declarou: "Maldito todo aquele que não permanece em todas as coisas escritas no livro da lei, para praticá-las" (Gálatas 3:10)².

1. Gn 2:17; Êx 20:5; Êx 34:7; Sl 5:5; Na 1:2; Rm 1:18; Rm 5:12; Ef 5:6; Hb 9:27. **2.** Dt 27:26.

11. Mas Deus não é também misericordioso?

Deus na verdade é misericordioso¹, mas também e justo². Por isso, sua justiça exige que o pecado, cometido contra a suprema majestade de Deus, seja castigado também com a pena máxima, quer dizer, com o castigo eterno em corpo e alma³.

1. Êx 20:6; Êx 34:6,7. **2.** Êx 20:5; Êx 23:7; Êx 34:7; Sl 7:9. **3.** Na 1:2,3; 2Ts 1:9.

PARTE 2: NOSSA SALVAÇÃO

DOMINGO 5

12. Então, conforme o justo julgamento de Deus, merecemos castigo, nesta vida e na futura. Como podemos escapar deste castigo e, de novo, ser aceitos por Deus em graça?

Deus quer que sua justiça seja cumprida¹. Por isso, nós mesmos devemos satisfazer essa justiça, ou um outro por nós².

1. Gn 2:17; Êx 20:5; Êx 23:7; Ez 18:4; Hb 10:30. **2.** Mt 5:26; Rm 8:3,4.

13. Nós mesmos podemos satisfazer essa justiça?

De maneira alguma. Pelo contrário, aumentamos, a cada dia, a nossa dívida com Deus¹.

1. Jó 4:18,19; Jó 9:2,3; Jó 15:16; Sl 130:3; Mt 6:12; Mt 16:26; Mt 18:25.

14. Será que uma criatura, sendo apenas criatura, pode pagar por nós?

Não, não pode. Primeiro: porque Deus não quer castigar uma outra criatura pela dívida do homem¹. Segundo: porque tal criatura não poderia suportar o peso da ira eterna de Deus contra o pecado e dela livrar outros².

1. Gn 3:17; Ez 18:4. **2.** Sl 130:3; Na 1:6.

15. Que tipo de Mediador e Salvador, então, devemos buscar?

O Mediador deve ser verdadeiro¹ homem e homem justo², contudo, mais poderoso que todas as criaturas; portanto, alguém que é, ao mesmo tempo, verdadeiro Deus³.

1. 1Co 15:21. **2.** Hb 7:26. **3.** Is 7:14; Is 9:6; Jr 23:6; Lc 11:22; Rm 8:3,4.

DOMINGO 6

16. Por que o Mediador deve ser verdadeiro homem e homem justo?

Deve ser verdadeiro homem, porque a justiça de Deus exige que o homem pague o pecado do homem¹. Deve ser homem justo, porque alguém que tem seus próprios pecados, não pode pagar por outros².

1. Is 53:3-5; Jr 33:15; Ez 18:4,20; Rm 5:12-15; 1Co 15:21; Hb 2:14-16. **2.** Sl 49:7; Hb 7:26,27; 1Pe 3:18.

17. Por que o Mediador deve ser, ao mesmo tempo, verdadeiro Deus?

Porque, somente sendo verdadeiro Deus¹, Ele pode suportar², como homem, o peso da ira³ de Deus, e conquistar e restituir, para nós, a justiça e a vida⁴.

1. Is 9:6; Rm 1:4; Hb 1:3. **2.** Is 53:4,11. **3.** Dt 4:24; Sl 130:3; Na 1:6. **4.** Is 53:5,11; Is 54:8; Jo 3:16; At 20:28; 1Pe 3:18.

18. Mas quem é esse Mediador que, ao mesmo tempo, é verdadeiro Deus¹ e verdadeiro² homem e homem justo³?

Nosso Senhor Jesus Cristo⁴, que nos foi dado para completa salvação e justiça⁵.

1. Jr 23:6; Mt 3:1; Rm 8:3; Gl 4:4; 1Jo 5:20. **2.** Lc 1:42; Lc 2:6,7; Rm 1:3; Fp 2:7; Hb 2:14,17; Hb 4:15. **3.** Is 53:9,11; Jr 23:5; Lc 1:35; Jo 8:46; Hb 4:15; Heb 7:26; 1Pe 1:19; 1Pe 2:22; 1Pe 3:18. **4.** Mt 1:23; Lc 2:11; Jo 1:1,14; Jo 14:6; Rm 9:5; 1Tm 2:5; 1Tm 3:16; Hb 2:9. **5.** 1Co 1:30; 2Co 5:21.

19. Como você sabe isto?

Pelo santo Evangelho, que o próprio Deus, de início, revelou no paraíso¹. Depois mandou anunciá-lo pelos santos patriarcas² e profetas³ e, de antemão, o representou através dos sacrifícios e das outras cerimônias do Antigo Testamento⁴. Finalmente, o cumpriu por seu único Filho⁵.

1. Gn 3:15. **2.** Gn 12:3; Gn 22:18; Gn 26:4; Gn 49:10. **3.** Is 42:1-4; Is 43:25; Is 49:6; Is 53; Jr 23:5,6; Jr 31:32,33; Mq 7:18-20; Jo 5:46; At 3:22-24; At 10:43; Rm 1:2; Hb 1:1. **4.** Cl 2:17; Hb 10:1,7. **5.** Rm 10:4; Gl 3:24; Gl 4:4,5; Cl 2:17.

DOMINGO 7

20. Todos os homens, então, tornam-se salvos por Cristo, assim como pereceram em Adão?

Não¹, somente aqueles que pela verdadeira fé são unidos a Cristo e aceitam todos os seus benefícios².

1. Mt 7:14; Mt 22:14. **2.** Sl 2:12; Mc 16:16; Jo 1:12,13; Jo 3:16,18,36; Rm 3:22; Rm 11:20; Hb 4:2,3; Hb 5:9; Hb 10:39; Hb 11:6.

21. O que é a verdadeira fé?

A verdadeira fé é o conhecimento e a certeza de que é verdade tudo o que Deus nos revelou em sua Palavra¹. É também a plena confiança² de que Deus concedeu, por pura graça, não só a outros, mas também a mim, a remissão dos pecados, a justiça eterna e a salvação³, somente pelos méritos

de Cristo⁴. O Espírito Santo⁵ opera esta fé em meu coração, por meio do Evangelho⁶.

1. Rm 4:20,21; Hb 11:1,3; Tg 1:6. **2.** Sl 9:10; Rm 4:16-21; Rm 5:1; Rm 10:10; Ef 3:12; Hb 4:16. **3.** Hc 2:4; At 10:43; Rm 1:17; Gl 3:11; Hb 10:10,38. **4.** Lc 1:77,78; Jo 20:31; At 10:43; Rm 3:24; Rm 5:19; Gl 2:16. **5.** Mt 16:17; Jo 3:5; Jo 6:29; At 16:14; 2Co 4:13; Ef 2:8; Fp 1:29. **6.** Mc 16:15; At 10:44; At 16:14; Rm 1:16; Rm 10:17; 1Co 1:21.

22. Em que um cristão deve crer?

Em tudo o que nos é prometido no Evangelho. O Credo Apostólico, resumo de nossa universal e indubitável fé cristã, nos ensina isto¹.

1. Mt 28:19; Mc 1:15; Jo 20:31.

23. O que dizem os artigos deste Credo?

1) Creio em Deus Pai, Todo-Poderoso, Criador do céu e da terra; 2) e em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor; 3) que foi concebido pelo Espírito Santo, nasceu da virgem Maria; 4) padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado, desceu ao inferno; 5) no terceiro dia ressurgiu dos mortos; 6) subiu ao céu e está sentado à direita de Deus Pai Todo-Poderoso; 7) donde há de vir a julgar os vivos e os mortos. 8) Creio no Espírito Santo; 9) na santa igreja universal de Cristo, a comunhão dos santos; 10) na remissão dos pecados; 11) na ressurreição da carne 12) e na vida eterna.

DOMINGO 8

24. Como se divide este Credo?

Em três partes. A primeira trata de Deus Pai e da nossa criação. A segunda de Deus Filho e da nossa salvação. A terceira de Deus Espírito Santo e da nossa santificação.

25. Por que você fala de três Pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo, visto que há um só Deus¹?

Porque Deus se revelou, em sua Palavra, de tal maneira que estas três Pessoas distintas são o único, verdadeiro e eterno Deus².

1. Dt 6:4; Is 44:6; Is 45:5; 1Co 8:4,6; Ef 4:5,6. **2.** Gn 1:2,3; Is 61:1; Mt 3:16,17; Mt 28:19; Lc 1:5; Lc 4:18; Jo 14:26; Jo 15:26; At 2:32,33; 2Co 13:13; Gl 4:6; Ef 2:18; Tt 3:4-6.

DEUS PAI E NOSSA CRIAÇÃO

DOMINGO 9

26. Em que você crê quando diz: "Creio em Deus Pai, Todo-Poderoso, Criador do céu e da terra"?

Creio que o eterno Pai de nosso Senhor Jesus Cristo criou, do nada, o céu, a terra e tudo o que neles há¹ e ainda os sustenta e governa por seu eterno conselho e providência². Ele é também meu Deus e meu Pai, por causa de seu Filho Cristo³. NEle confio de tal maneira, que não duvido que dará tudo o que for necessário para meu corpo e minha alma ⁴; e que Ele transformará em bem todo mal que me enviar, nesta vida conturbada⁵. Tudo isto Ele pode fazer como Deus todo-poderoso⁶ e quer fazer como Pai fiel⁷.

1. Gn 1:1; Gn 2:3; Êx 20:11; Jó 33:4; Jó 38:4-11; Sl 33:6; Is 40:26; At 4:24; At 14:15. **2.** Sl 104:2-5,27-30; Sl 115:3; Mt 10:29,30; Rm 11:36; Ef 1:11. **3.** Jo 1:12; Rm 8:15; Gl 4:5-7; Ef 1:5. **4.** Sl 55:22; Mt 6:25,26; Lc 12:22-24. **5.** Rm 8:28. **6.** Rm 8:37-39; Rm 10:12; Ap 1:8. **7.** Mt 6:32,33; Mt 7:9-11.

DOMINGO 10

27. O que é a providência de Deus?

É a força Todo-Poderoso e presente¹, com que Deus, pela sua mão, sustenta e governa o céu, a terra e todas as criaturas². Assim, ervas e plantas, chuva e seca³, anos frutíferos e infrutíferos, comida e bebida, saúde e doença, riqueza e pobreza e todas as coisas⁴ não nos sobrevêm por acaso, mas de sua mão paternal⁵.

1. Sl 94:9,10; Is 29:15,16; Jr 23:23,24; Ez 8:12; Mt 17:27; At 17:25-28. **2.** Hb 1:3. **3.** Jr 5:24; At 14:17. **4.** Pv 22:2; Jo 9:3. **5.** Pv 16:33; Mt 10:29.

28. Para que serve saber da criação e da providência de Deus?

Para que tenhamos paciência¹ em toda adversidade e mostremos gratidão² em toda prosperidade e para que, quanto ao futuro, tenhamos a firme confiança em nosso fiel Deus e Pai, de que criatura alguma nos pode separar do amor dEle³. Porque todas as criaturas estão na mão de Deus, de tal maneira que sem a vontade dEle não podem agir nem se mover⁴.

1. Jó 1:21,22; Sl 39:9; Rm 5:3,4; Tg 1:3. **2.** Dt 8:10; 1Ts 5:18. **3.** Sl 55:22; Rm 5: 4,5; Rm 8:38,39. **4.** Jó 1:12; Jó 2:6; Pv 21:1; At 17:25-28.

DEUS FILHO E NOSSA SALVAÇÃO

DOMINGO 11

29. O nome "Jesus" significa "Salvador". Por que o Filho de Deus tem este nome?

Porque Ele nos salva de todos os nossos pecados¹ e porque, em ninguém mais, devemos buscar ou podemos encontrar salvação².

1. Mt 1:21; Hb 7:25. **2.** Is 43:11; Jo 15:4,5; At 4:11,12; 1Tm 2:5; 1Jo 5:11,12.

30. Será que aqueles que buscam, o bem e a salvação nos assim chamados "santos", ou em si mesmos ou em qualquer lugar, realmente creem no único Salvador?

Não, não creem, pois na prática negam o único Salvador Jesus, ainda que falem tanto dEle¹. Pois das duas, uma: ou Jesus não é o perfeito Salvador, ou aqueles que O aceitam como Salvador com verdadeira fé, encontram nEle tudo o que é necessário para a salvação².

1. 1Co 1:13,30,31; Gl 5:4. **2.** Is 9:7; Jo 1:16; Cl 1:19,20; Cl 2:10; Hb 12:2; 1Jo 1:7.

DOMINGO 12

31. O nome "Cristo" significa "Ungido". Por que Jesus tem também este nome?

Porque Ele foi ordenado por Deus Pai e ungido¹ com o Espírito Santo para ser nosso supremo Profeta e Mestre, nosso único Sumo Sacerdote e nosso eterno Rei. Como Profeta Ele nos revelou plenamente o plano de Deus para nossa salvação²; como Sumo Sacerdote Ele nos resgatou pelo único sacrifício de seu corpo³ e, continuamente, intercede por nós junto ao Pai⁴; como Rei Ele nos governa por sua Palavra e Espírito e nos protege e guarda na salvação⁵ que Ele conquistou para nós.

1. Sl 45:7; Is 61:1; Lc 4:18; At 10:38; Hb 1:9. **2.** Dt 18:15; Is 55:4; Mt 11:27; Jo 1:18; Jo 15:15; At 3:22. **3.** Sl 110:4; Hb 7:21; Hb 9:12,14,28; Hb 10:12,14. **4.** Rm 8:34; Hb 7:25; Hb 9:24; 1Jo 2:1. **5.** Sl 2:6; Zc 9:9; Mt 21:5; Mt 28:18; Lc 1:33; Jo 10:28; Ap 12:10,11.

32. Por que você é chamado cristão¹?

Porque pela fé sou membro de Cristo e, por isso, também sou ungido² para ser profeta, sacerdote e rei. Como profeta confesso o nome dEle³; Como sacerdote ofereço minha vida a Ele como sacrifício vivo de gratidão⁴; e como rei combato⁵, nesta vida, o pecado e o diabo, de livre consciência, e depois, na vida eterna, vou reinar com Ele sobre todas as criaturas⁶.

1. At 11:26. **2.** Is 59:21; Jl 2:28; At 2:17; 1Co 6:15; 1Jo 2:27. **3.** Mt 10:32,33; Rm 10:10. **4.** Êx 19:6; Rm 12:1; 1Pe 2:5; Ap 1:6; Ap 5:8,10. **5.** Rm 6:12,13; Gl 5:16,17; Ef 6:11; 1Tm 1:18,19; 1Pe 2:9,11. **6.** 2Tm 2:12; Ap 22:5.

DOMINGO 13

33. Por que Cristo é chamado "o único Filho de Deus", se nós também somos filhos de Deus?

Porque só Cristo é, por natureza, o Filho eterno de Deus¹. Nós, porém, somos filhos adotivos de Deus², pela graça, por causa de Cristo.

1. Jó 1:14,18; Jo 3:16; Rm 8:32; Hb 1:1,2; 1Jo 4:9. **2.** Jo 1:12; Rm 8:15-17; Gl 4:6; Ef 1:5,6

34. Por que você chama Cristo "nosso Senhor"?

Porque Ele nos comprou e resgatou, corpo e alma, dos nossos pecados e de todo o domínio do diabo, não com ouro ou prata, mas com seu precioso sangue. Assim pertencemos a Ele¹.

1. Jo 20:28; 1Co 6:20; 1Co 7:23; Ef 1:7; 1Tm 2:6; 1Pe 1:18,19; 1Pe 2:9.

DOMINGO 14

35. O que você entende, quando diz que Cristo "foi concebido pelo Espírito Santo e nasceu da virgem Maria"?

Entendo que o eterno Filho de Deus, que é e permanece verdadeiro e eterno Deus¹, tornou-se verdadeiro homem², da carne e do sangue da virgem Maria³, por obra do Espírito Santo. Assim Ele é, de fato, o descendente de Davi⁴ igual a seus irmãos em tudo, mas sem pecado⁵.

1. Mt 1:23; Mt 3:17; Mt 16:16; Mt 17:5; Mc 1:11; Jo 1:1 Jo 17:3,5; Jo 20:28; Rm 1:3,4; Rm 9:5; Fp 2:6; Cl 1:15,16; Tt 2:13; Hb 1:3; 1Jo 5:20. **2.** Mt 1:18,20; Lc 1:35. **3.** Lc 1:31,42,43; Jo 1:14; Gl 4:4. **4.** 2Sm 7:12; Sl 132:11; Mt 1:1; Lc 1:32; At 2:30,31; Rm 1:3. **5.** Fp 2:7; Hb 2:14,17; Hb 4:15; Hb 7:26,27.

36. Que importância tem para você Cristo ter sido concebido e nascido sem pecado?

Que Ele e nosso Mediador¹ e com sua inocência e perfeita santidade, cobre diante de Deus meu pecado² no qual fui concebido e nascido.

1. Hb 2:16-18; Hb 7:26,27. **2.** Sl 32:1; Is 53:11; Rm 8:3,4; 1Co 1:30,31; Gl 4:4,5; 1Pe 1:18,19; 1Pe 3:18.

DOMINGO 15

37. O que você quer dizer com a palavra "padeceu"?

Que Cristo, em corpo e alma, durante toda a sua vida na terra, mas principalmente no final, suportou a ira de Deus contra os pecados de todo o gênero humano¹. Por este sofrimento, como o único sacrifício propiciatório², Ele salvou, da condenação eterna de Deus, nosso corpo e alma³ e conquistou para nós a graça de Deus, a justiça e a vida eterna⁴.

1. Is 53:4,12; 1Tm 2:6; 1Pe 2:24; 1Pe 3:18. **2.** Is 53:10; Rm 3:25; 1Co 5:7; Ef 5:2; Hb 9:28; Hb 10:14; 1Jo 2:2; 1Jo 4:10. **3.** Gl 3:13; Cl 1:13; Hb 9:12; 1Pe 1:18,19. **4.** Jo 3:16; Jo 6:51; 2Co 5:21; Hb 9:15; Hb 10:19.

38. Por que Ele padeceu "sob Pôncio Pilatos"?

Cristo, embora julgado inocente, foi condenado pelo juiz oficial¹, para que nos libertasse do severo juízo de Deus que devia cair sobre nós².

1. Mt 27:24; Lc 23:13-15; Jo 18:38; Jo 19:4; Jo 19:11. **2.** Is 53:4,5; 2Co 5:21; Gl 3:13.

39. Cristo "foi crucificado". Isto tem mais sentido do que morrer de outra maneira?

Tem sim, porque pela crucificação tenho certeza de que Ele tomou sobre si¹ a maldição que pesava sobre mim. Pois a morte da cruz era maldita por Deus².

1. Gl 3:13. **2.** Dt 21:23.

DOMINGO 16

40. Por que Cristo devia sofrer a morte?

Porque a justiça e a verdade de Deus¹ exigiam a morte do Filho de Deus; não houve outro meio de pagar nossos pecados².

1. Gn 2:17. **2.** Rm 8:3,4; Fp 2:8; Hb 2:9,14,15.

41. Por que Ele foi "sepultado"?

Para dar testemunho de que estava realmente morto¹.

1. Mt 27:59,60; Lc 23:53; Jo 19:40-42; At 13:29; 1Co 15:3,4.

42. Se Cristo morreu por nós, por que devemos nós morrer também?

Nossa morte não é para pagar nossos pecados¹, mas somente significa que morremos para o pecado e que passamos para a vida eterna².

1. Mc 8:37. **2.** Jo 5:24; Rm 7:24,25; Fp 1:23.

43. Que importância tem, para nós, o sacrifício e a morte de Cristo na cruz?

Pelo poder de Cristo, nosso velho homem é crucificado, morto e sepultado com Ele¹, para que os maus desejos da carne não mais nos dominem², mas que nos ofereçamos a Ele, como sacrifício de gratidão³.

1. Rm 6:6. **2.** Rm 6:8,11,12. **3.** Rm 12:1.

44. Por que se acrescenta: "desceu ao inferno"?

Porque meu Senhor Jesus Cristo sofreu, principalmente na cruz inexprimíveis angústias, dores e terrores¹. Por isso, até nas minhas mais duras tentações, tenho a certeza de que Ele me libertou da angústia e do tormento do inferno².

1. Mt 26:38; Mt 27:46; Hb 5:7. **2.** Is 53:5.

DOMINGO 17

45. Que importância tem, para nós, a ressurreição de Cristo?

Primeiro: pela ressurreição, Ele venceu a morte, para que nós pudéssemos participar da justiça, que Ele conquistou por sua morte¹. Segundo: nos também, por seu poder, somos ressuscitados para a nova vida². Terceiro: a ressurreição de Cristo é uma garantia de nossa ressurreição em glória³.

1. Rm 4:25; 1Co 15:16-18; 1Pe 1:3. **2.** Rm 6:4; Cl 3:1-3; Ef 2:4-6; **3.** Rm 8:11; 1Co 15:20-22.

DOMINGO 18

46. O que você quer dizer com as palavras: "subiu ao céu"?

Que Cristo, à vista de seus discípulos, foi elevado da terra ao céu¹ e lá está para nosso bem², até que volte para julgar os vivos e os mortos³.

1. Mt 16:19; Lc 24:51; At 1:9. **2.** Rm 8:34; Ef 4:10; Cl 3:1; Hb 4:14; Hb 7:24,25; Hb 9:24. **3.** Mt 24:30; At 1:11.

47. Cristo, então, não está conosco até o fim do mundo, como nos prometeu¹?

Cristo é verdadeiro homem e verdadeiro Deus. Segundo sua natureza humana não está agora na terra², mas segundo sua divindade, majestade, graça e Espírito jamais se afasta de nós³.

1. Mt 28:20. **2.** Mt 26:11; Jo 16:28; Jo 17:11; At 3:21; Hb 8:4. **3.** Mt 28:20; Jo 14:16-18; Jo 16:13; Ef 4:8.

48. Mas se a natureza humana não está em todo lugar onde a natureza divina está, as duas naturezas de Cristo não são separadas uma da outra?

De maneira nenhuma; a natureza divina de Cristo não pode ser limitada e está presente em todo lugar¹. Por isso, podemos concluir que a natureza divina dEle está na sua natureza humana e permanece pessoalmente unida a ela, embora também esteja fora dela².

1. Is 66:1; Jr 23:23,24; At 7:49; At 17:27,28. **2.** Mt 28:6; Jo 3:13; Jo 11:15; Cl 2:8.

49. Que importância tem, para nós, a ascensão de Cristo?

Primeiro: Ele é, no céu, nosso Advogado junto a seu Pai¹. Segundo: em Cristo temos nossa carne no céu, como garantia segura de que Ele, como nosso Cabeça, também nos levará para si, como seus membros². Terceiro: Ele nos envia seu Espírito, como garantia³, pelo poder do Espírito buscamos as coisas que são do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus, e não as coisas que são da terra⁴.

1. Rm 8:34; 1Jo 2:1. **2.** Jo 14:2,3; Jo 17:24; Ef 2:6. **3.** Jo 14:16; Jo 16:7; At 2:33; 2Co 1:22; 2Co 5:5. **4.** Fp 3:20; Cl 3:1.

DOMINGO 19

50. Por que se acrescenta: "e está sentado à direita de Deus"?

Porque Cristo subiu ao céu para manifestar-se, lá mesmo, como o Cabeça de sua igreja cristã¹ e para governar tudo em nome de seu Pai².

1. Ef 1:20-23; Cl 1:18. **2.** Mt 28:18; Jo 5:22.

51. Que importância tem, para nós, essa glória de Cristo, nosso Cabeça?

Primeiro: por seu Espírito Santo, Ele derrama sobre nós, seus membros, os dons celestiais¹. Segundo: Ele nos defende e protege, por seu poder, contra todos os inimigos².

1. At 2:33; Ef 4:8,10-12. **2.** Sl 2:9; Sl 110:1,2; Jo 10:28; Ef 4:8; Ap 12:5.

52. Que consolo traz a você a volta de Cristo "para julgar os vivos e os mortos"?

Que, em toda miséria e perseguição, espero, de cabeça erguida, o Juiz que vem do céu, a saber: o Cristo que antes se apresentou em meu lugar ao

tribunal de Deus e tirou de mim toda a maldição¹. Ele lançará, na condenação eterna, todos os seus e meus inimigos², mas Ele me levará para si mesmo, com todos os eleitos na alegria e glória celestiais³.

1. Lc 21:28; Rm 8:23,24; Fp 3:20; 1Ts 4:16; Tt 2:13. **2.** Mt 25:41-43; 2Ts 1:6,8,9. **3.** Mt 25:34-36; 2Ts 1:7,10.

DEUS ESPÍRITO SANTO E NOSSA SANTIFICAÇÃO

DOMINGO 20

53. O que você crê sobre o Espírito Santo?

Primeiro: creio que Ele é verdadeiro e eterno Deus com o Pai e o Filho¹. Segundo: que Ele foi dado também a mim². Por uma verdadeira fé, Ele me torna participante de Cristo e de todos os seus benefícios³. Ele me fortalece⁴ e fica comigo para sempre⁵.

1. Gn 1:2; At 5:3,4; 1Co 2:10; 1Co 3:16; 1Co 6:19. **2.** Mt 28:19; 2Co 1:21,22 Gl 3:14; Gl 4:6; Ef 1:13. **3.** Jo 16:14; 1Co 2:12; 1Pe 1:2. **4.** Jo 15:26; At 9:31. **5.** Jo 14:16,17; 1Pe 4:14.

DOMINGO 21

54. O que você crê sobre "a santa igreja universal de Cristo"?

Creio que o Filho de Deus¹ reúne, protege e conserva², dentre todo o gênero humano³, sua comunidade ⁴ eleita para a vida eterna ⁵. Isto Ele fez por seu Espírito e sua Palavra ⁶, na unidade da verdadeira fé ⁷, desde o princípio do mundo até o fim⁸. Creio que sou membro vivo⁹ dessa igreja, agora e para sempre ¹⁰.

1. Jo 10:11; Ef 4:11-13; Ef 5:25,26. **2.** Sl 129:4,5; Mt 16:18; Jo 10:16,28. **3.** Gn 26:4; Is 49:6; Rm 10:12,13; Ap 5:9. **4.** Sl 111:1; At 20:28; Hb 12:22,23. **5.** Rm 8:29,30; Ef 1:10-14; 1Pe 2:9. **6.** Is 59:21; Rm 1:16; Rm 10:14-17; Ef 5:26. **7.** Jo 17:21; At 2:42; Ef 4:3-6; 1Tm 3:15. **8.** Is 59:21; 1Cor 11:26 **9.** Rm 8:10; 1Jo 3:14,19-21. **10.** Sl 23:6; Jo 10:28; Rm 8:35-39; 1Co 1:8,9; 1Pe 1:5; 1Jo 2:19.

55. Como você entende as palavras: "a comunhão dos santos"?

Primeiro: entendo que todos os crentes, juntos e cada um por si, têm, como membros, comunhão com Cristo, o Senhor, e todos os seus ricos dons¹. Segundo: que todos devem sentir-se obrigados a usar seus dons com vontade e alegria para o bem dos outros membros².

1. Rm 8:32; 1Co 6:17; 1Co 12:12,13; 1Jo 1:3. **2.** 1Co 12:21; 1Co 13:1-7; Fp 2:2-5.

56. O que você crê sobre "a remissão dos pecados"?

Creio que Deus, por causa da satisfação em Cristo, jamais quer lembrar-se de meus pecados¹ e de minha natureza pecaminosa², que devo combater durante toda a minha vida. Mas Ele me dá a justiça de Cristo³, pela graça, e assim nunca mais serei condenado por Deus⁴.

1. Sl 103:3,10,12; Jr 31:34; Mq 7:19; 2Co 5:19. **2.** Rm 7:23-25. **3.** 2Co 5:21; 1Jo 1:7; 1Jo 2:1,2. **4.** Jo 3:18; Jo 5:24.

DOMINGO 22

57. Que consolo traz a você "a ressurreição da carne"?

Meu consolo é que depois desta vida minha alma será imediatamente elevada para Cristo, seu Cabeça¹. E que também esta minha carne, ressuscitada pelo poder de Cristo, será unida novamente à minha alma e se tornará semelhante ao corpo glorioso de Cristo².

1. Lc 16:22; Lc 20:37,38; Lc 23:43; Fp 1:21,23; Ap 14:13. **2.** Jó 19:25-27; 1Co 15:53,54; Fp 3:21; 1Jo 3:2.

58. Que consolo traz a você o artigo sobre a vida eterna?

Meu consolo é que, como já percebo no meu coração o início da alegria eterna¹, depois desta vida terei a salvação perfeita. Esta salvação nenhum

olho jamais viu, nenhum ouvido ouviu e jamais surgiu no coração de alguém. Então louvarei a Deus eternamente².

1. Jo 17 3; 2Co 5:2,3. **2.** Jo 17:24; 1Co 2:9.

A JUSTIFICAÇÃO

DOMINGO 23

59. Mas que proveito tem sua fé no Evangelho?

O proveito é que sou justo perante Deus, em Cristo, e herdeiro da vida eterna¹.

1. Hc 2:4; Jo 3:36; Rm 1:17.

60. Como você é justo perante Deus?

Somente por verdadeira fé em Jesus Cristo¹. Mesmo que minha consciência me acuse de ter pecado gravemente contra todos os mandamentos de Deus, e de não ter guardado nenhum deles, e de ser ainda inclinado a todo mal ², todavia Deus me dá, sem nenhum mérito meu, por pura graça ³, a perfeita satisfação, a justiça e a santidade de Cristo ⁴. Deus me trata⁵ como se eu nunca tivesse cometido pecado algum ou jamais tivesse sido pecador; e, como se pessoalmente eu tivesse cumprido toda a obediência que Cristo cumpriu por mim⁶. Este benefício é meu somente se eu o aceitar por fé, de todo o coração⁷.

1. Rm 3:21-26; Rm 5:1,2; Gl 2:16; Ef 2:8,9; Fp 3:9. **2.** Rm 3:9; Rm 7:23. **3.** Dt 9:6; Ez 36:22; Rm 3:24; Rm 7:23-25; Ef 2:8; Tt 3:5. **4.** 1Jo 2:1,2. **5.** Rm 4:4-8; 2Co 5:19. **6.** 2Co 5:21. **7.** Jo 3:18; Rm 3:22.

61. Por que você diz que é justo somente pela fé?

Eu o digo não porque sou agradável a Deus graças ao valor da minha fé, mas porque somente a satisfação por Cristo e a justiça e santidade dEle me justificam perante Deus¹. Somente pela fé posso aceitar e possuir esta justificação².

1. 1Co 1:30; 1Co 2:2. 2. 1Jo 5:10.

DOMINGO 24

62. Mas por que nossas boas obras não nos podem justificar perante Deus, pelo menos em parte?

Porque a justiça que pode subsistir perante o juízo de Deus deve ser absolutamente perfeita e completamente conforme a lei de Deus¹. Entretanto, nesta vida, todas as nossas obras, até as melhores, são imperfeitas e manchadas por pecados².

1. Dt 27:26; Gl 3:10. 2. Is 64:6.

63. Nossas boas obras, então, não têm mérito? Deus não promete recompensá-las, nesta vida e na futura?

Essa recompensa não nos é dada por mérito, mas por graça¹.

1. Lc 17:10.

64. Mas essa doutrina não faz com que os homens se tornem descuidosos e ímpios?

Não, pois é impossível que aqueles que estão implantados em Cristo, por verdadeira fé, deixem de produzir frutos de gratidão¹.

1. Mt 7:18; Jo 15:5.

A PALAVRA E OS SACRAMENTOS

DOMINGO 25

65. Visto que somente a fé nos faz participar de Cristo e de todos os seus benefícios, de onde vem esta fé?

Vem do Espírito Santo¹ que a produz em nossos corações pela pregação do Evangelho², e a fortalece pelo uso dos sacramentos³.

1. Jo 3:5; 1Co 2:12; 1Co 12:3; Ef 1:17, 18; Ef 2:8; Fp 1:29. **2.** At 16:14; Rm 10:17; 1Pe 1:23. **3.** Mt 28:19.

66. Que são sacramentos?

São visíveis e santos sinais e selos. Deus os instituiu para nos fazer compreender melhor e para garantir a promessa do Evangelho, pelo uso deles. Essa promessa é que Deus nos dá, de graça, o perdão dos pecados e a vida eterna, por causa do único sacrifício de Cristo na cruz¹.

1. Gn 17:11; Lv 6:25; Dt 30:6; Is 6:6,7; Is 54:9; Ez 20:12; Rm 4:11; Hb 9:7,9; Hb 9:24.

67. Então, tanto a Palavra como os sacramentos têm a finalidade de apontar nossa fé para o sacrifício de Jesus Cristo na cruz, como o único fundamento de nossa salvação¹?

Sim, pois o Espírito Santo ensina no Evangelho e confirma pelos sacramentos que toda a nossa salvação está baseada no único sacrifício de Cristo na cruz.

1. Rm 6:3; Gl 3:27.

68. Quantos sacramentos Cristo instituiu na nova aliança?

Dois: o santo batismo e a santa ceia.

O SANTO BATISMO

DOMINGO 26

69. Como o batismo ensina e garante a você que o único sacrifício de Cristo na cruz é para seu bem?

Cristo instituiu essa lavagem com água¹ e acrescentou a promessa de lavar, com seu sangue e Espírito, a impureza da minha alma (isto é, todos os meus pecados)² tão certo como por fora fico limpo com a água que tira a sujeira do corpo.

1. Mt 28:19. **2.** Mt 3:11; Mc 1:4; Mc 16:16; Lc 3:3; Jo 1:33; At 2:38; Rm 6:3,4; 1Pe 3:21.

70. O que significa ser lavado com o sangue e o Espírito de Cristo?

Significa receber perdão dos pecados, pela graça de Deus, por causa do sangue de Cristo, que Ele derramou por nós, em seu sacrifício na cruz¹. Significa também ser renovado pelo Espírito Santo e santificado para ser membro de Cristo. Assim morremos mais e mais para o pecado e levamos uma vida santa e irrepreensível².

1. Ez 36:25; Zc 13:1; Hb 12:24; 1Pe 1:2; Ap 1:5; Ap 7:14. **2.** Ez 36:26,27; Jo 1:33; Jo 3:5; Rm 6:4; 1Co 6:11; 1Co 12:13; Cl 2:11,12.

71. Onde Cristo prometeu lavar-nos com seu sangue e seu Espírito, tão certo como somos lavados com a água do batismo?

Na instituição do batismo, onde Ele diz: "Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo" (Mateus 28:19). "Quem crer e for batizado será salvo; quem, porém, não crer será condenado" (Marcos 16:16). Esta promessa se repete também onde a Escritura chama o batismo de "lavagem da regeneração" (Tito 3:5) e de "purificação dos pecados" (Atos 22:16).

DOMINGO 27

72. Então, a própria água do batismo é a purificação dos pecados?

Não¹, pois somente o sangue de Jesus Cristo e o Espírito Santo nos purificam de todos os pecados².

1. Mt 3:11; Ef 5:26; 1Pe 3:21. **2.** 1Co 6:11; 1Jo 1:7.

73. Por que, então, o Espírito Santo chama o batismo "lavagem da regeneração" e "purificação dos pecados"?

É por motivo muito sério que Deus fala assim. Ele nos quer ensinar que nossos pecados são tirados pelo sangue e Espírito de Cristo assim como a sujeira do corpo é tirada por água¹. E, ainda mais, Ele nos quer assegurar por este divino sinal e garantia que somos lavados espiritualmente dos nossos pecados tão realmente como nosso corpo fica limpo com água².

1. 1Co 6:11; Ap 1:5; Ap 7:14. **2.** Mt 16:16; Gl 3:27.

74. As crianças pequenas devem ser batizadas?

Devem, sim, porque tanto as crianças como os adultos pertencem à aliança de Deus e à sua igreja¹. Também a elas como aos adultos são prometidos, no sangue de Cristo, a salvação do pecado e o Espírito Santo que produz a fé².

Por isso, as crianças, pelo batismo como sinal da aliança, devem ser incorporadas à igreja cristã e distinguidas dos filhos dos incrédulos³. Na época do Antigo Testamento se fazia isto pela circuncisão⁴. No Novo Testamento foi instituído o batismo, no lugar da circuncisão⁵.

1. Gn 17:7. **2.** Sl 22:10; Is 44:1-3; Mt 19:14; At 2:39. **3.** At 10:47. **4.** Gn 17:14. **5.** Cl 2:11,12.

A SANTA CEIA

DOMINGO 28

75. Como a santa ceia ensina e garante que você tem parte no único sacrifício de Cristo na cruz e em todos os seus benefícios?

Da seguinte maneira: Cristo me mandou, assim como a todos os fiéis, comer do pão partido e beber do cálice, em sua memória. E Ele acrescentou esta promessa: Primeiro, que, por mim, seu corpo foi sacrificado na cruz e que, por mim, seu sangue foi derramado, tão certo

como vejo com meus olhos que o pão do Senhor é partido para mim e o cálice me é dado. Segundo, que Ele mesmo alimenta e sacia minha alma para a vida eterna com seu corpo crucificado e seu sangue derramado, tão certo como recebo da mão do ministro e tomo com minha boca o pão e o cálice do Senhor. Eles são sinais seguros do corpo e do sangue de Cristo¹.

1. Mt 26:26-28; Mc 14:22-24; Lc 22:19,20; 1Co 10:16,17; 1Co 11:23-25.

76. O que significa comer o corpo crucificado de Cristo e beber seu sangue derramado?

Significa aceitar com verdadeira fé todo o sofrimento e morte de Cristo e assim receber o perdão dos pecados e a vida eterna¹. Significa também ser unido cada vez mais ao santo corpo de Cristo², pelo Espírito Santo que habita tanto nEle como em nós. Assim somos carne de sua carne e osso de seus ossos³ mesmo que Cristo esteja no céu⁴ e nós na terra; e vivemos eternamente e somos governados por um só Espírito, como os membros do nosso corpo o são por uma só alma⁵.

1. Jo 6:35,40,47-54. 2. Jo 6:55,56. 3. Jo 14:23; 1Co 6:15,17,19; Ef 3:16,17; Ef 5:29,30; 1Jo 3:24; 1Jo 4:13. 4. At 1:9,11; At 3:21; 1Co 11:26; Cl 3:1. 5. Jo 6:57; Jo 15:1-6; Ef 4:15,16.

77. Onde Cristo prometeu alimentar e saciar os fiéis com seu corpo e seu sangue, tão certo como eles comem do pão partido e bebem do cálice?

Nas palavras da instituição da ceia, que são¹: "O Senhor Jesus, na noite em que foi traído, tomou o pão; e, tendo dado graças, o partiu e disse: Isto é o meu corpo que é dado por vós; fazei isto em memória de mim. Por semelhante modo, depois de haver ceado, tomou também o cálice, dizendo: Este cálice é a nova aliança no meu sangue; fazei isto, todas as vezes que o beberdes, em memória de mim. Porque todas as vezes que comerdes este pão e beberdes o cálice, anunciais a morte do Senhor, até que ele venha" (1Coríntios 11:23-26). O apóstolo Paulo já se tinha referido a esta promessa, dizendo: "Porventura o cálice da bênção que abençoamos, não é a comunhão do sangue de Cristo? O pão que partimos, não é a comunhão do corpo de Cristo? Porque nós, embora muitos, somos

unicamente um pão, um só corpo; porque todos participamos do único pão" (1Coríntios 10:16,17).

1. Mt 26:26-28; Mc 14:22-24; Lc 22-19,20.

DOMINGO 29

78. Pão e vinho, então, se transformam no próprio corpo e sangue de Cristo?

Não¹. Neste ponto há igualdade entre o batismo e a ceia. A água do batismo não se transforma no sangue de Cristo, nem tira os pecados. Ela é somente um sinal divino e uma garantia disto². Igualmente o pão da santa ceia não se transforma no próprio corpo de Cristo³, mesmo que seja chamado "corpo de Cristo", conforme a natureza e o uso dos sacramentos⁴.

1. Mt 26:29. 2. Ef 5:26; Tt 3:5. 3. 1Co 10:16; 1Co 11:26. 4. Gn 17:10,11; Êx 12: 11,13; Êx 12:26,27; Êx 13:9; Êx 24:8; At 22:16; 1Co 10:1-4; 1Pe 3:21.

79. Por que, então, Cristo chama o pão "seu corpo" e o cálice "seu sangue" ou "a nova aliança em seu sangue", e por que Paulo fala sobre "a comunhão do corpo e do sangue de Cristo"?

É por motivo muito sério que Cristo fala assim. Ele nos quer ensinar que seu corpo crucificado e seu sangue derramado são o verdadeiro alimento e bebida de nossas almas para a vida eterna, assim como pão e vinho mantêm a vida temporária¹. E, ainda mais, Ele nos quer assegurar por estes visíveis sinais e garantias, primeiro: que participamos de seu corpo e sangue, pela obra do Espírito Santo, tão realmente como recebemos com nossa própria boca estes santos sinais, em memória dEle²; e segundo: que todo o seu sofrimento e obediência são nossos, tão certo, como se nós mesmos tivéssemos sofrido e pago por nossos pecados.

1. Jo 6:51,53-55. 2. 1Co 10:16.

DOMINGO 30

80. Que diferença há entre a ceia do Senhor e a missa do papa?

A ceia do Senhor nos testemunha que temos completo perdão de todos os nossos pecados, pelo único sacrifício de Jesus Cristo, que Ele mesmo, uma única vez, realizou na cruz¹; e também que, pelo Espírito Santo, somos incorporados a Cristo², que agora, com seu verdadeiro corpo, não está na terra mas no céu, à direita do Pai ³ e lá quer ser adorado por nós⁴. A missa, porém, ensina que Cristo deve ser sacrificado todo dia, pelos sacerdotes na missa, em favor dos vivos e dos mortos, e que estes, sem a missa, não tem perdão dos pecados pelo sofrimento de Cristo; e também, que Cristo está corporalmente presente sob a forma de pão e vinho e, por isso, neles deve ser adorado. A missa, então, no fundo, não é outra coisa senão a negação do único sacrifício e sofrimento de Cristo e uma idolatria abominável⁵.

1. Mt 26:28; Lc 22:19,20; Jo 19:30; Hb 7:26,27; Hb 9:12; Hb 9:25-28; Hb 10:10,12,14. **2.** 1Co 6:17; 1Co 10:16,17. **3.** Jo 20:17; Cl 3:1; Hb 1:3; Hb 8:1,2. **4.** At 7:55,56; Fp 3:20; Cl 3:1; 1Ts 1:10. **5.** Hb 9:26; Hb 10:12,14.

81. Quem deve vir a santa ceia?

Aqueles que se aborrecem de si mesmos por causa dos seus pecados, mas confiam que estes lhes foram perdoados por amor de Cristo e que, também, as demais fraquezas são cobertas por seu sofrimento e sua morte; e que desejam, cada vez mais, fortalecer a fé e corrigir-se na vida. Mas os pecadores impenitentes e os hipócritas comem e bebem para sua própria condenação¹.

1. 1Co 10:19-22; 1Co 11:28,29.

82. Podem vir a essa ceia também aqueles que, por sua confissão e vida, se mostram incrédulos e ímpios?

Não, porque assim é profanada a aliança de Deus e é provocada sua ira sobre toda a congregação¹. Por isso, a igreja cristã tem a obrigação, conforme o mandamento de Cristo e de seus apóstolos, de excluir tais pessoas, pelas chaves do reino dos céus, até que demonstrem arrependimento.

1. Sl 50:16; Is 1:11-15; Is 66:3; Jr 7:21-23; 1Co 11:20,34.

DOMINGO 31

83. Que são as chaves do reino dos céus?

A pregação do santo Evangelho e a disciplina cristã. É por estes dois meios que o reino dos céus se abre para aqueles que creem e se fecha para aqueles que não creem¹.

1. Mt 16:18,19; Mt 18:15-18.

84. Como se abre e se fecha o reino dos céus pela pregação do santo Evangelho?

Conforme o mandamento de Cristo, se proclama e testifica aos crentes, a todos juntos e a cada um deles, que todos os seus pecados realmente lhes são perdoados por Deus, pelo mérito de Cristo, sempre que aceitam a promessa do Evangelho com verdadeira fé. Mas a todos os incrédulos e hipócritas se proclama e testifica que a ira de Deus e a condenação permanecem sobre eles, enquanto não se converterem¹. Segundo este testemunho do Evangelho Deus julgará todos, nesta vida e na futura.

1. Mt 16:19; Jo 20:21-23.

85. Como se fecha e se abre o reino dos céus pela disciplina cristã?

Conforme o mandamento de Cristo, aqueles que, com o nome de cristãos, se comportam na doutrina ou na vida como não-cristãos, são fraternalmente advertidos, repetidas vezes. Se não querem abandonar seus erros ou maldades, são denunciados à igreja e aos que, pela igreja, foram ordenados para este fim. Se não dão atenção nem a admoestação destes, não são mais admitidos aos sacramentos e, assim, excluídos da congregação de Cristo, e, pelo próprio Deus, do reino de Cristo. Eles voltam a ser recebidos como membros de Cristo e da sua igreja, quando realmente prometem e demonstram verdadeiro arrependimento¹.

1. Mt 18:15-18; 1Co 5:3-5,11; 2Co 2:6-8; 2Ts 3:14,15; 1Tm 5:20; 2Jo :10,11.

PARTE 3: NOSSA GRATIDÃO

DOMINGO 32

86. Visto que fomos libertados de nossa miséria, por Cristo, sem mérito algum de nossa parte, somente pela graça, por que ainda devemos fazer boas obras?

Primeiro: porque Cristo não somente nos comprou e libertou com seu sangue, mas também nos renova, à sua imagem, por seu Espírito Santo, para que mostremos, com toda a nossa vida, que somos gratos a Deus por seus benefícios¹, e para que Ele seja louvado por nós². Segundo: para que, pelos frutos da fé, tenhamos a certeza de que nossa fé é verdadeira³ e para que ganhemos nosso próximo para Cristo, pela vida cristã que levamos⁴.

1. Rm 6:13; Rm 12:1,2; 1Co 6:20; 1Pe 2:5,9. **2.** Mt 5:16; 1Pe 2:12. **3.** Mt 7:17,18; Gl 5:6,22; 2Pe 1:10. **4.** Mt 5:16; Rm 14:18,19; 1Pe 3:1,2.

87. Não podem ser salvos, então, aqueles que continuam vivendo sem Deus e sem gratidão e não se convertem a Ele?

De maneira alguma, porque a Escritura diz que nenhum impuro, idólatra, adúltero, ladrão, avarento, bêbado, maldizente, assaltante ou semelhante herdará o reino de Deus¹.

1. 1Co 6:9,10; Ef 5:5,6; 1Jo 3:14,15.

DOMINGO 33

88. Quantas partes há na verdadeira conversão do homem?

Duas: a morte do velho homem e o nascimento do novo homem¹.

1. Rm 6:4-6; 1Co 5:7; 2Co 7:10; Ef 4:22-24; Cl 3:5-10.

89. O que é a morte do velho homem?

É a profunda tristeza por causa dos pecados e a vontade de odiá-los e evitá-los, cada vez mais¹.

1. Jl 2:13; Rm 8:13.

90. O que é o nascimento do novo homem?

É a alegria sincera em Deus, por Cristo¹, e o forte desejo de viver conforme a vontade de Deus em todas as boas obras².

1. Is 57:15; Rm 5:1,2; Rm 14:17. 2. Rm 6:10,11; Gl 2:19,20.

91. Que são boas obras?

São somente aquelas que são feitas com verdadeira fé¹ conforme a lei de Deus² e para sua glória³; não são aquelas que se baseiam em nossa própria opinião ou em tradições humanas⁴.

1. Rm 14:23. 2. Lv 18:4; 1Sm 15:22; Ef 2:10. 3. 1Co 10:31. 4. Is 29:13,14; Ez 20:18,19; Mt 15:7-9.

OS DEZ MANDAMENTOS

DOMINGO 34

92. Que diz a lei do SENHOR?

Deus falou todas estas palavras (Êxodo 20:1-17; Deuteronômio 5:6-21): "Eu sou o SENHOR teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão."

Primeiro mandamento: "Não terás outros deuses diante de mim."

Segundo mandamento: "Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima nos céus, nem em baixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não as adorarás, nem lhes darás culto; porque eu sou o SENHOR teu Deus, Deus zeloso, que visito a iniquidade

dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem, e faço misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos."

Terceiro mandamento: "Não tomarás o nome do SENHOR teu Deus em vão, porque o SENHOR não terá por inocente o que tomar seu nome em vão."

Quarto mandamento: "Lembra-te do dia de descanso, para o santificar. Seis dias trabalharás, e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o sábado do SENHOR teu Deus; não farás nenhum trabalho, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro das tuas portas para dentro; porque em seis dias fez o SENHOR os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há, e ao sétimo dia descansou: por isso o SENHOR abençoou o dia de sábado, e o santificou."

Quinto mandamento: "Honra a teu pai e a tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o SENHOR teu Deus te dá."

Sexto mandamento: "Não matarás."

Sétimo mandamento: "Não adulterarás."

Oitavo mandamento: "Não furtarás."

Nono mandamento: "Não dirás falso testemunho contra o teu próximo."

Décimo mandamento: "Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo".

93. Como se dividem estes Dez Mandamentos?

Em duas partes¹. A primeira nos ensina, em quatro mandamentos, como devemos viver diante de Deus; a segunda nos ensina, em seis mandamentos, as nossas obrigações para com nosso próximo².

1. Êx 31:18; Dt 4:13; Dt 10:3,4. **2.** Mt 22:37-40.

94. O que Deus ordena no primeiro mandamento?

Primeiro: para não perder minha salvação, devo evitar e fugir de toda idolatria¹, feitiçaria, adivinhação e superstição². Também não posso invocar os santos ou outras criaturas³. Segundo: devo reconhecer devidamente o único e verdadeiro Deus⁴, confiar somente nEle⁵, me submeter somente a Ele⁶ com toda humildade⁷ e paciência. Devo amar⁸, temer⁹ e honrar¹⁰ a Deus de todo o coração, e esperar todo o bem somente dEle¹¹. Em resumo, devo renunciar a todas as criaturas e não fazer a menor coisa contra a vontade de Deus ¹².

1. 1Co 6:10; 1Co 10:7,14; 1Jo 5:21. **2.** Lv 19:31; Dt 18:9-12. **3.** Mt 4:10; Ap 19:10; Ap 22:8,9. **4.** Jo 17:3. **5.** Jr 17:5,7. **6.** Rm 5:3-5; 1Co 10:10; Fp 2:14; Cl 1:11; Hb 10:36. **7.** 1Pe 5:5. **8.** Dt 6:5; Mt 22:37,38. **9.** Dt 6:2; Sl 111:10; Pv 1:7; Pv 9:10; Mt 10:28. **10.** Dt 10:20; Mt 4:10. **11.** Sl 104:27-30; Is 45:7; Tg 1:17. **12.** Mt 5:29,30; Mt 10:37-39; At 5:29.

95. Que é idolatria?

Idolatria é inventar ou ter alguma coisa em que se deposite confiança, em lugar ou ao lado do único e verdadeiro Deus, que se revelou em sua Palavra¹.

1. 1Cr 16:26; Is 44:16,17; Jo 5:23; Gl 4:8; Ef 2:12; Ef 5:5; Fp 3:19; 1Jo 2:23.

DOMINGO 35

96. O que Deus exige no segundo mandamento?

Não podemos, de maneira alguma, representar Deus por imagem ou figura¹. Devemos adorá-Lo somente da maneira que Ele ordenou em sua palavra².

1. Dt 4:15,16; Is 40:18,19,25; At 17:29; Rm 1:23-25. **2.** Dt 12:30-32; lSm 15:23; Mt 15:9.

97. Não se pode fazer imagem alguma?

Não se pode nem deve fazer nenhuma imagem de Deus. As criaturas podem ser representadas, mas Deus nos proíbe fazer ou ter imagens delas para adorá-las ou para servir a Deus por meio delas¹.

1. Êx 34:13,14,17; Dt 12:3,4; Dt 16:22; 2Rs 18:4 Is 40:25.

98. Mas não podem ser toleradas as imagens nas igrejas como “livros para ignorantes”?

Não, porque não devemos ser mais sábios do que Deus. Ele não quer ensinar a seu povo por meio de ídolos mudos¹, mas pela pregação viva de sua Palavra².

1. Jr 10:5,8; Hc 2:18,19. **2.** Rm 10:14-17; 2Tm 3:16,17; 2Pe 1:19.

DOMINGO 36

99. O que Deus exige no terceiro mandamento?

Não devemos blasfemar ou profanar o santo nome de Deus por maldições¹ ou juramentos falsos² nem por juramentos desnecessários³. Também não devemos tomar parte em pecados tão horríveis, ficando calados quando os ouvimos⁴. Em resumo, devemos usar o santo nome de Deus somente com temor e reverência⁵ a fim de que Ele, por nós, seja devidamente confessado⁶, invocado⁷ e glorificado por todas as nossas palavras e obras⁸.

1. Lv 24:15,16. **2.** Lv 19:12. **3.** Mt 5:37; Tg 5:12. **4.** Lv 5:1; Pv 29:24. **5.** Is 45:23; Jr 4:2. **6.** Mt 10:32; Rm 10:9,10. **7.** Sl 50:15; 1Tm 2:8. **8.** Rm 2:24; Cl 3:17; lTm 6:1.

100. Será que blasfemar o nome de Deus por juramentos e maldições é um pecado tão grande, que Deus se ira também contra aqueles que não se esforçam para impedir e proibir tal coisa?

Claro que sim, pois não há pecado maior ou que mais provoque a ira de Deus do que blasfemar seu nome. Por isso, Ele mandava castigar este pecado com a pena da morte¹.

1. Lv 24:16; Ef 5:11.

DOMINGO 37

101. Mas não podemos nós, de modo piedoso, fazer juramento em nome de Deus?

Podemos sim, quando as autoridades o exigirem ou quando for preciso, para manter e promover a fidelidade e a verdade, para a glória de Deus e o bem-estar do próximo. Por tal juramento está baseado na Palavra de Deus¹ e era praticado, com razão, pelos santos do Antigo e Novo Testamento².

1. Dt 6:13; Dt 10:20; Hb 6:16. 2. Gn 21:24; Gn 31:53; 1Sm 24:22,23; 2Sm 3:35; 1Rs 1:29,30; Rm 1:9; Rm 9:1; 2Co 1:23.

102. Podemos jurar também pelos santos ou por outras criaturas?

Não, porque o juramento legítimo é uma invocação a Deus, para que Ele, o único que conhece os corações, testemunhe a verdade e nos castigue, se jurarmos falsamente¹. Tal honra não pertence a criatura alguma².

1. Rm 9:1; 2Co 1:23. 2. Mt 5:34-36; Tg 5:12.

DOMINGO 38

103. O que Deus ordena no quarto mandamento?

Primeiro: o ministério do Evangelho e as escolas cristãs devem ser mantidos¹, e eu devo reunir-me fielmente com o povo de Deus, especialmente no dia de descanso², para conhecer a palavra de Deus³, para participar dos sacramentos⁴, para invocar publicamente ao Senhor Deus⁵ e para praticar a caridade cristã para com os necessitados⁶. Segundo: eu devo, todos os dias da minha vida, desistir das más obras, deixando o

Senhor operar em mim, por seu Espírito. Assim começo nesta vida o descanso eterno⁷.

1. 1Co 9:13,14; 1Tm 3:15; 2Tm 2:2; 2Tm 3:14,15; Tt 1:5. **2.** Lv 23:3; Sl 40:9,10; Sl 122:1; At 2:42,46. **3.** 1Co 14:1,3; 1Tm 4:13; Ap 1:3. **4.** At 20:7; 1Co 11:33. **5.** 1Co 14:16; 1Tm 2:1-4. **6.** Dt 15:11; 1Co 16:1,2; 1Tm 5:16. **7.** Hb 4:9,10.

DOMINGO 39

104. O que Deus exige no quinto mandamento?

Devo prestar toda honra, amor e fidelidade a meu pai e a minha mãe e a todos os meus superiores; devo submeter-me à sua boa instrução e disciplina com a devida obediência¹, e também ter paciência com seus defeitos²; porque Deus nos quer governar pelas mãos deles³.

1. Êx 21:17; Pv 1:8; Pv 4:1; Pv 15:20; Pv 20:20; Rm 13:1; Ef 5:22; Ef 6:1,2,5; Cl 3:18,20,22. **2.** Pv 23:22; 1Pe 2:18. **3.** Mt 22:21; Rm 13:2,4; Ef 6:4; Cl 3:20.

DOMINGO 40

105. O que Deus exige no sexto mandamento?

Eu não devo desonrar, odiar, ofender ou matar meu próximo¹, por mim mesmo ou através de outros. Isto não posso fazer, nem por pensamentos, palavras, ou gestos e muito menos por atos. Mas devo abandonar todo desejo de vingança², não fazer mal a mim mesmo ou, de propósito, colocar-me em perigo³. Por isso as autoridades dispõem das armas para impedir homicídios⁴.

1. Gn 9:6; Mt 5:21,22; Mt 26:52. **2.** Mt 5:25; Mt 18:35; Rm 12:19; Ef 4:26. **3.** Mt 4:7; Cl 2:23. **4.** Gn 9:6; Êx 21:14; Rm 13:4.

106. Este mandamento trata somente de matar?

Não, proibindo o homicídio, Deus nos ensina que Ele detesta a raiz do homicídio, a saber: a inveja¹, o ódio², a ira³ e o desejo de vingança. Ele considera tudo isto homicídio⁴.

1. Sl 37:8; Pv 14:30; Rm 1:29. **2.** 1Jo 2:9-11. **3.** Tg 1:20; Gl 5:19-21. **4.** 1Jo 3:15.

107. Mas é suficiente não matar nosso próximo?

Não, porque Deus, condenando a inveja, o ódio e a ira, manda que amemos nosso próximo como a nós mesmos¹ e mostremos paciência, paz, mansidão, misericórdia e gentileza para com ele². Devemos evitar seu prejuízo, tanto quanto possível³, e fazer bem até aos nossos inimigos⁴.

1. Mt 7:12; Mt 22:39; Rm 12:10. **2.** Mt 5:5,7; Lc 6:36; Rm 12:18; Gl 6:1,2; Ef 4:1-3; Cl 3:12; 1Pe 3:8. **3.** Êx 23:5. **4.** Mt 5:44,45; Rm 12:20,21.

DOMINGO 41

108. O que o sétimo mandamento nos ensina?

Toda impureza sexual é amaldiçoada por Deus¹. Por isso, devemos detestá-la profundamente e viver de maneira pura e disciplinada², sejamos casados ou solteiros³.

1. Lv 18:27-29. **2.** 1Ts 4:3-5. **3.** Ml 2:16; Mt 19:9; 1Co 7:10,11; Hb 13:4.

109. Mas Deus, neste mandamento, proíbe somente adultério e outros pecados vergonhosos?

Não, pois como nosso corpo e nossa alma são o templo do Espírito Santo, Deus quer que os conservemos puros e santos¹. Por isso, Ele proíbe todos os atos, gestos, palavras², pensamentos e desejos³ impuros e tudo o que possa atrair o homem para tais pecados⁴.

1. 1Co 6:18-20. **2.** Dt 22:20-29; Ef 5:3,4. **3.** Mt 5:27,28. **4.** 1Co 15:33; Ef 5:18.

DOMINGO 42

110. O que Deus proíbe no oitavo mandamento?

Deus não somente proíbe o furto¹ e o roubo² que as autoridades castigam, mas também classifica como roubo todos os maus propósitos e as práticas maliciosas, através dos quais tentamos nos apropriar dos bens do próximo³, seja por força, seja por aparência de direito, a saber: falsificação de peso, de medida, de mercadoria e de moeda⁴, seja por juros exorbitantes ou por qualquer outro meio, proibido por Deus⁵. Também proíbe toda avareza⁶ bem como todo abuso e desperdício de suas dádivas⁷.

1. 1Co 6:10. **2.** Lv 19:13. **3.** Lc 3:14; 1Co 5:10. **4.** Dt 25:13-15; Pv 11:1; Pv 16:11; Ez 45:9-12. **5.** Sl 15:5; Lc 6:35. **6.** 1Co 6:10. **7.** Pv 21:20; Pv 23:20,21.

111. Mas o que Deus ordena neste mandamento?

Devo promover tanto quanto possível, o bem do meu próximo e tratá-lo como quero que outros me tratem¹. Além disto, devo fazer fielmente meu trabalho para que possa ajudar ao necessitado².

1. Mt 7:12. **2.** Ef 4:28.

DOMINGO 43

112. O que Deus exige no nono mandamento?

Jamais posso dar falso testemunho contra meu próximo¹, nem torcer suas palavras² ou ser mexeriqueiro ou caluniador³. Também não posso ajudar a condenar alguém levemente, sem o ter ouvido⁴. Mas devo evitar toda mentira e engano, obras próprias do diabo⁵, para Deus não ficar aborrecido comigo⁶. Em julgamentos e em qualquer outra ocasião, devo amar a verdade, falar a verdade e confessá-la francamente⁷. Também devo defender e promover, tanto quanto puder, a honra e a boa reputação de meu próximo⁸.

1. Pv 19:5,9; Pv 21:28. **2.** Sl 50:19,20. **3.** Sl 15:3; Rm 1:30. **4.** Mt 7:1,2; Lc 6:37. **5.** Jo 8:44. **6.** Pv 12:22. **7.** 1Co 13:6; Ef 4:25. **8.** 1Pe 4:8.

DOMINGO 44

113. O que Deus exige no décimo mandamento?

Jamais pode surgir em nosso coração o menor desejo ou pensamento contra qualquer mandamento de Deus. Pelo contrário, devemos sempre, de todo o coração odiar todos os pecados e amar toda justiça¹.

1. Rm 7:7.

114. Mas aqueles que se converteram a Deus, podem guardar perfeitamente estes mandamentos?

Não, não podem, porque nesta vida até os mais santos deles apenas começam a guardar os mandamentos¹. Entretanto, começam, com sério propósito, a viver não somente conforme alguns, mas conforme todos os mandamentos de Deus².

1. Ec 7:20; Rm 7:14,15; 1Co 13:9; 1Jo 1:8,10. 2. Sl 1:2; Rm 7:22; 1Jo 2:3.

115. Para que, então, manda Deus pregar os Dez Mandamentos tão rigorosamente, já que ninguém pode guardá-los nesta vida?

Primeiro: para que, durante toda a vida, conheçamos cada vez melhor nossa natureza pecaminosa¹ e, por isso, ainda mais desejemos buscar, em Cristo, o perdão dos pecados e a justiça². Segundo: para que sempre sejamos zelosos e oremos a Deus pela graça do Espírito Santo, a fim de que sejamos cada vez mais renovados segundo a imagem de Deus até que, depois desta vida, alcancemos o objetivo, a saber: a perfeição³.

1. Sl 32:5; Rm 3:20; 1Jo 1:9. 2. Mt 5:6; Rm 7:24,25. 3. 1Co 9:24; Fp 3:12-14.

A ORAÇÃO

DOMINGO 45

116. Por que a oração é necessária aos cristãos?

Porque a oração é a parte principal da gratidão, que Deus requer de nós¹. Além disto, Deus quer conceder sua graça e seu Espírito Santo somente aos que continuamente Lhe pedem e agradecem, de todo o coração².

1. Sl 50:14,15. 2. Mt 7:7,8; Lc 11:9,10; 1Ts 5:17,18.

117. Como devemos orar, para que a oração seja agradável a Deus e Ele nos ouça?

Primeiro: devemos invocar, de todo o coração¹, o único e verdadeiro Deus, que se revelou a nós em sua palavra², e orar por tudo o que Ele nos ordenou pedir³. Segundo: devemos muito bem conhecer nossa necessidade e miséria⁴, a fim de nos humilharmos perante sua majestade⁵. Terceiro: devemos ter a plena certeza⁶ de que Deus, apesar de nossa indignidade, quer atender à nossa oração⁷, por causa de Cristo, como Ele prometeu em sua Palavra⁸.

1. Sl 145:18-20; Tg 4:3,8. 2. Jo 4:22-24; Ap 19:10. 3. Rm 8:26; Tg 1:5; 1Jo 5:14. 4. 2Cr 20:12; Sl 143:2. 5. Sl 2:11; Sl 51:17; Is 66:2. 6. Rm 8:15,16; Rm 10:14; Tg 1:6-8. 7. Dn 9:17-19; Jo 14:13,14; Jo 15:16; Jo 16:23. 8. Sl 27:8; Sl 143:1; Mt 7:8.

118. O que Deus ordenou pedir a Ele?

Tudo o que é necessário ao nosso corpo e a nossa alma¹, como Cristo, o Senhor, o resumiu na oração que Ele mesmo nos ensinou.

1. Mt 6:33; Tg 1:17.

119. Que diz esta oração?

"Pai nosso, que estás nos céus, santificado seja o teu nome; venha o teu reino, faça-se a tua vontade, assim na terra como no céu; o pão nosso de cada dia dá-nos hoje; e perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores; e não nos deixes cair em tentação, mas livra-nos do mal; pois teu é o reino, o poder e a glória para sempre. Amém" (Mateus 6:9-13; Lucas 11:2-4).

DOMINGO 46

120. Por que Cristo nos ordenou dizer a Deus "Pai nosso"?

Porque Cristo quer despertar em nós, logo no início como base da oração, respeito e confiança, como uma criança para com Deus. Pois Deus se tornou nosso Pai, por Cristo. E muito menos do que nossos pais nos recusam bens materiais, Ele nos recusará o que Lhe pedirmos com verdadeira fé¹.

1. Mt 7:9-11; Lc 11:11-13

121. Por que se acrescenta: "que estás nos céus"?

Porque assim Cristo nos ensina a não ter ideia terrena da majestade celestial de Deus¹ e a esperar, da onipotência dEle, tudo o que é necessário ao nosso corpo e a nossa alma².

1. Jr 23:23,24; At 17:24-27. **2.** Rm 10:12.

DOMINGO 47

122. Qual é a primeira petição?

"Santificado seja o teu nome". Quer dizer: Faze primeiro, com que Te conheçamos em verdade¹ e Te santifiquemos, honremos e glorifiquemos em todas as tuas obras², em que brilham tua onipotência, sabedoria, bondade, justiça, misericórdia e verdade. Faze, também, com que dirijamos toda a nossa vida -nossos pensamentos, palavras e obras- de tal maneira que teu nome não seja blasfemado por nossa causa, mas honrado e glorificado³.

1. Sl 119:105; Jr 9:24; Jr 31:33,34, Mt 16:17; Jo 17:3; Tg 1:5. **2.** Êx 34:6,7; Sl 119:137,138; Sl 145:8,9; Jr 31:3; Jr 32:18,19; Mt 19:17; Lc 1:46-55; Lc 1:68,69; Rm 3:3,4; Rm 11:22,23; Rm 11:33. **3.** Sl 71:8; Sl 115:1; Mt 5:16.

DOMINGO 48

123. Qual é a segunda petição?

"Venha o teu reino". Quer dizer: Governa-nos por tua palavra e por teu Espírito, de tal maneira que, cada vez mais, nos submetamos a Ti¹; conserve e aumenta tua igreja²; destrói as obras do diabo, e todo poder que se levanta contra Ti, e todos os maus planos que são inventados contra tua santa Palavra³; até que venha a plenitude de teu reino⁴, em que Tu serás tudo em todos⁵.

1. Sl 119:5; Sl 143:10; Mt 6:33. **2.** Sl 51:18; Sl 122:6,7. **3.** Rm 16:20; 1Jo 3:8. **4.** Rm 8:22,23; Ap 22:17,20. **5.** 1Co 15:28.

DOMINGO 49

124. Qual é a terceira petição?

"Faça-se a tua vontade, assim na terra como no céu". Quer dizer: Faze com que nós e todos os homens renunciemos à nossa própria vontade¹ e obedeçamos, sem protestos, à tua vontade², a única que é boa, para que cada um, assim, cumpra sua tarefa e vocação³, tão pronta e fielmente como os anjos no céu⁴.

1. Mt 16:24; Tt 2:11,12. **2.** Lc 22:42; Rm 12:2; Ef 5:10. **3.** 1Co 7:22-24. **4.** Sl 103:20,21.

DOMINGO 50

125. Qual é a quarta petição?

"O pão nosso de cada dia dá-nos hoje". Quer dizer: Cuida de nós com tudo o que for necessário ao nosso corpo¹, para que reconheçamos que Tu és a única fonte de todo o bem² e que, sem tua bênção, nem nosso cuidado e trabalho, nem teus dons nos são úteis³. Faze também com que, por isso, não mais depositemos nossa confiança em qualquer criatura, mas somente em Ti⁴.

1. Sl 104:27,28; Sl 145:15,16; Mt 6:25,26. **2.** At 14:17; At 17:27,28; Tg 1:17. **3.** Dt 8:3; Sl 37:3-7,16,17; Sl 127:1,2; 1Co 15:58. **4.** Sl 55:22; Sl 62:10; Sl 146:3; Jr 17:5,7.

DOMINGO 51

126. Qual é a quinta petição?

"E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores". Quer dizer: Por causa do sangue de Cristo, não cobres de nós, miseráveis pecadores que somos, nossas transgressões nem o mal que ainda há em nós¹, assim como tua graça em nós fez com que tenhamos o firme propósito de perdoar nosso próximo, de todo o coração².

1. Sl 51:1; Sl 143:2; Rm 8:1; 1Jo 2:1. **2.** Mt 6:14,15.

DOMINGO 52

127. Qual é a sexta petição?

"E não nos deixes cair em tentação, mas livra-nos do mal". Quer dizer: Somos tão fracos que, por nós mesmos, não podemos subsistir por um só momento¹; além disto, nossos inimigos declarados: o diabo², o mundo³ e nossa própria carne⁴ nos tentam continuamente. Por isso, Te pedimos: sustenta-nos e fortalece-nos, pelo poder de teu Espírito Santo, a fim de que neste combate espiritual não sejamos derrotados⁵, mas possamos fortemente resistir, até que finalmente alcancemos a vitória total⁶.

1. Sl 103:14-16; Jo 15:5. **2.** Ef 6:12; 1Pe 5:8. **3.** Jo 15:19. **4.** Rm 7:23; Gl 5:17. **5.** Mt 26:41; Mc 13:33; 1Co 10:12,13. **6.** 1Ts 3:13; 1Ts 5:23.

128. Como você termina sua oração?

"Pois teu é o reino, o poder e a glória, para sempre". Quer dizer: Tudo isso Te pedimos, porque Tu queres e podes dar-nos todo o bem, pois és nosso Rei e tudo está em teu poder¹. Pedimos-Te isso também, para que não o nosso, mas teu santo nome seja eternamente glorificado².

1. 1Cr 29:10-12; Rm 10:11-13; 2Pe 2:9. **2.** Sl 115:1; Jr 33:8,9; Jo 14:13.

129. O que significa a palavra: "amém"?

Amém quer dizer: é verdadeiro e certo. Pois Deus atende à minha oração com muito mais certeza do que o desejo que eu sinto, no coração, de ser ouvido por Ele¹.

1. 2Co 1:20; 2Tm 2:13.

6

Segunda Confissão Helvética

Elaborada em 1562 por Heinrich Bullinger, publicada em 1566 por Frederico III da Palatina, adotada pelas Igrejas Reformadas da Suíça, França, Escócia, Hungria, Polônia e outras.

1. Da Sagrada Escritura como a verdadeira Palavra de Deus

Escritura Canônica. Cremos e confessamos que as Escrituras Canônicas dos santos profetas e apóstolos de ambos os Testamentos são a verdadeira Palavra de Deus, e têm suficiente autoridade de si mesmas e não dos homens. O próprio Deus falou aos patriarcas, aos profetas e aos apóstolos, e ainda nos fala a nós pelas Santas Escrituras.

E nesta Escritura Sagrada a Igreja Universal de Cristo tem a mais completa exposição de tudo o que se refere à fé salvadora e à norma de uma vida aceitável a Deus; e a esse respeito é expressamente ordenado por Deus que a ela nada se acrescente ou dela nada se retire.

A Escritura ensina plenamente toda a piedade. Julgamos, portanto, que destas Escrituras devem derivar-se a verdadeira sabedoria e piedade, a reforma e o governo das igrejas, também a instrução em todos os deveres da piedade; enfim, a confirmação de doutrinas e a refutação de todos os erros, assim como todas as exortações segundo a palavra do apóstolo: “Toda Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão”, etc. (II Tm 3.16-17). E ainda: “Escrevo-te estas cousas”, diz o apóstolo a Timóteo, “para que fiques ciente de como se deve proceder na casa de Deus”, etc. (I Tm 3.14-15). **A Escritura é a Palavra de Deus.** O mesmo apóstolo diz aos tessalonicenses: “Tendo vós recebido a palavra que de nós ouvistes, que é de Deus, acolhestes, não como palavra de homens, e, sim, como, em verdade é, a palavra de Deus”, etc. (I Ts 2.13). E o Senhor disse no Evangelho: “Não sois vós os que falais, mas o Espírito de vosso Pai é quem fala em vós” (Mt 10.20); portanto, “quem vos der ouvidos, ouve-me a mim; e, quem vos rejeitar, a mim me rejeita; quem, porém, me rejeitar, rejeita aquele que me enviou”, (Mt 10.40; Lc 10.16; Jo 13.20).

A pregação da Palavra de Deus é a Palavra de Deus.

Portanto, quando esta Palavra de Deus é agora anunciada na Igreja por pregadores legitimamente chamados, cremos que a própria Palavra de Deus é anunciada e recebida pelos fiéis; e que nenhuma outra Palavra de Deus pode ser inventada, ou esperada do céu: e que a própria Palavra anunciada é que deve ser levada em conta e não o ministro que a anuncia, pois, mesmo que este seja mau e pecador, contudo a Palavra de Deus permanece boa e verdadeira.

Nem pensamos que a pregação exterior deve ser considerada infrutífera pelo fato de a instrução na verdadeira religião depender da iluminação interior do Espírito; porque está escrito: “Não ensinará jamais cada um ao seu próximo... porque todos me conhecerão” (Jr 31.34), e “nem o que planta é alguma coisa, nem o que rega, mas Deus que dá o crescimento”, (I Co 3.7). Pois, ainda que ninguém possa vir a Cristo, se não for levado pelo Pai (cf. Jo 6.44), se não for interiormente iluminado pelo Espírito Santo, sabemos contudo que é da vontade de Deus que sua palavra seja pregada também externamente. Deus poderia, na verdade, pelo seu Santo Espírito, ou diretamente pelo ministério do anjo, sem o ministério de São Pedro, ter ensinado a Cornélio (cf. At 10.1 ss); não obstante, ele o envia a São Pedro, a respeito de quem o anjo diz: “Ele te dirá o que deves fazer” (cf. At 11.14).

A iluminação interior não elimina a pregação exterior.

Aquele que ilumina interiormente dando aos homens o Espírito Santo é o mesmo que deu aos discípulos este mandamento: “Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura” (Mc 16.5). E assim, em Filipos, São Paulo pregou a Palavra externamente a Lídia, vendedora de púrpura; mas o Senhor, internamente, abriu o coração da mulher (At 16.14). E o mesmo São Paulo, numa bela gradação, em Rm 10.17, chega, afinal, a esta conclusão: “E assim, a fé vem pela pregação e a pregação pela palavra de Cristo”.

Reconhecemos, entretanto, que Deus pode iluminar quem ele quiser e quando quiser, mesmo sem ministério externo, pois isso está em seu poder; mas aqui falamos da maneira usual de instruir os homens, que nos foi comunicado por Deus, tanto por mandamento como pelo exemplo.

Heresias. Detestamos, portanto, todas as heresias de Artêmon, dos maniqueus, dos valentinianos, de Cerdon e dos marcionitas, os quais negaram que as Escrituras procediam do Espírito Santo; ou não aceitaram algumas partes delas, ou as interpelaram e corromperam.

Apócrifos. Contudo, não dissimulamos o fato de que certos livros do Velho Testamento foram chamados Apócrifos pelos antigos autores, e Eclesiásticos por outros, porquanto alguns admitiam que fossem lidos nas igrejas, não, porém, invocados para confirmar a autoridade da fé. Assim também Santo Agostinho, em sua *De Civitate Dei*, livro 18, cap. 38, observa que “nos livros dos Reis, nomes e livros de certos profetas são citados”; mas acrescenta que “eles não se encontram no Cânon”; e que “os livros que temos são suficientes para a piedade”.

2. Da interpretação das Escrituras Sagradas; e dos santos padres, dos concílios e das tradições

A verdadeira interpretação da Escritura. O Apóstolo São Pedro disse que as Escrituras Sagradas não são de interpretação particular (II Pe 1.20). Assim não aprovamos quaisquer interpretações; pelo que nem reconhecemos como a verdadeira ou genuína interpretação das Escrituras a que se chama simplesmente a opinião da Igreja Romana, isto é, a que os defensores da Igreja Romana claramente sustentam que deve ser imposta à aceitação de todos. Mas reconhecemos como ortodoxa e genuína a interpretação da Escritura que é retirada das próprias Escrituras segundo o gênio da língua em que elas foram escritas, segundo as circunstâncias em que foram registradas, e pela comparação de muitíssimas passagens semelhantes e diferentes, e que concorda com a regra de fé e amor, e mais contribui para a glória e a salvação dos homens.

Interpretação dos santos padres. Por isso, não desprezamos as interpretações dos santos padres gregos e latinos, nem rejeitamos as suas discussões e os seus tratados sobre assuntos sagrados, sempre que concordem com as Escrituras; mas respeitosa e divergimos deles, quando neles encontramos coisas estranhas às Escrituras ou contrárias a elas. E não julgamos fazer-lhes qualquer injustiça nesta questão, visto que todos eles, unanimemente, não procuram igualar seus escritos com as Escrituras Canônicas, mas nos mandam verificar até onde eles concordam com elas ou delas discordam, aceitando o que está de acordo com elas e rejeitando o que está em desacordo. **Concílios.** Nessa mesma ordem colocam-se também as definições e cânones dos concílios.

Por esse motivo, nas controvérsias religiosas não aceitamos como imposição as simples opiniões dos Santos Padres ou os decretos dos concílios; muito menos, os costumes herdados ou, até o fato de ser uma

opinião partilhada por uma multidão ou consagrada por um longo tempo. **Quem é o juiz?** Portanto, em questão de fé, não admitimos juiz algum, a não ser o próprio Deus, que, pelas Santas Escrituras, proclama o que é verdadeiro, o que é falso, o que deve ser seguido ou o que deve ser evitado. Assim, apoiamo-nos exclusivamente nos julgamentos de homens espirituais, por eles tomados à Palavra de Deus. Jeremias e outros profetas condenaram severamente os concílios de sacerdotes estabelecidos contra a lei de Deus; e nos advertiram diligentemente que não ouvíssemos os nossos pais, nem trilhássemos os seus caminhos, porque eles, andando segundo suas próprias invenções se desviaram da lei de Deus.

Tradições de homens. Rejeitamos, igualmente, as tradições humanas, mesmo que venham adornadas de títulos atraentes, como se fossem divinas e apostólicas, entregues à Igreja de viva voz pelos apóstolos e, como pelas mãos de varões apostólicos, aos bispos que os sucederam, as quais, quando comparadas com as Escrituras delas discrepam, e por essa discrepância revelam que, de modo nenhum, são apostólicas. Como os apóstolos não se contradisseram entre si quanto à doutrina, assim os varões apostólicos não ensinaram nada contrário aos apóstolos. Ao contrário, seria ímpio afirmar que os apóstolos, de viva voz, tivessem ensinado coisas contrárias aos seus escritos. São Paulo afirma claramente que ele ensinava as mesmas coisas em todas as igrejas (I Co 4.17). E mais: “Porque nenhuma outra cousa vos escrevemos, além das que ledes e bem compreendeis” (II Co 1.13). Também, em outra passagem, testifica que ele e seus discípulos - a saber, os varões apostólicos - andavam do mesmo modo e, ligados pelo mesmo Espírito, faziam todas as coisas (II Co 12.18). Os judeus também tiveram, no passado, as tradições dos seus anciãos, mas essas tradições foram severamente repetidas pelo Senhor, que mostrou que a sua observância põe entaves à lei de Deus, e que por meio delas Deus é em vão adorado (Mt 15.1 ss; Mc 7.1 ss)

3. De Deus, sua unidade e trindade

Deus é uno. Cremos e ensinamos que Deus é um em essência ou natureza, subsistindo por si mesmo, todo suficiente em si mesmo, invisível, incorpóreo, imenso, eterno, criador de todas as coisas, visíveis e invisíveis, o supremo-bem, vivo, vivificador e preservador de todas as coisas, onipotente e supremamente sábio, clemente ou misericordioso, justo e verdadeiro. Abominamos a pluralidade de deuses, porque está

claramente escrito: “O Senhor nosso Deus é o único Senhor” (Dt 6.4). “Eu sou o Senhor teu Deus. Não terás outros deuses diante de mim” (Êx 20.2-3). “Eu sou o Senhor, e não há outro; além de mim não há Deus. Deus justo e Salvador não há além de mim” (Is 45.5.21). “Senhor, Senhor Deus compassivo, clemente e longânimo, e grande em misericórdia e fidelidade” (Êx 34.6).

Deus é trino. Entretanto, cremos e ensinamos que o mesmo Deus imenso, uno e indiviso é inseparavelmente e sem confusão, distinto em pessoas - Pai, Filho e Espírito Santo - e, assim como o Pai gerou o Filho desde a eternidade, o Filho foi gerado por inefável geração, e o Espírito Santo verdadeiramente procede de um e outro, desde a eternidade e deve ser com ambos adorado.

Assim, não há três deuses, mas três pessoas, consubstanciais, coeternas e coiguais, distintas quanto às hipóstases e quanto à ordem, tendo uma precedência sobre a outra, mas sem qualquer desigualdade. Segundo a natureza ou essência, acham-se tão unidas que são um Deus, e a essência divina é comum ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo.

A Escritura ensina-nos manifesta distinção de pessoas, quando o anjo diz, entre outras coisas, à bem-aventurada Virgem; “Descerá sobre ti o Espírito Santo e o poder do Altíssimo te envolverá com a sua sombra; por isso também o ente santo que há de nascer, será chamado Filho de Deus” (Lc 1.35). E, igualmente, no batismo de Cristo, ouve-se uma voz do céu a seu respeito, dizendo: “Este é o meu Filho amado” (Mt 3.17). O Espírito Santo também apareceu em forma de pomba (Jo 1.32). E, quando o Senhor mesmo mandou os apóstolos batizar, mandou-os batizar “em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28.19). Em outra parte do Evangelho, diz ele: “O Espírito Santo, a quem o Pai enviará em meu nome” (Jo 14.26). E noutro lugar: “Quando, porém, vier o Consolador, que eu vos enviarei da parte do Pai, o Espírito da verdade, que dele procede, esse dará testemunho de mim”, etc. (Jo 15.26). Em resumo, recebemos o Credo dos Apóstolos, porque ele nos comunica a verdadeira fé.

Heresias. Portanto, condenamos judeus e maometanos, e todos quantos blasfemam da Trindade santa e digna de adoração. Condenamos, também, todas as heresias e os heréticos que ensinam que o Filho e o Espírito Santo são Deus apenas de nome, e ainda que há algo criado e subserviente, ou subordinado a outro, na Trindade, e que nela há algo desigual, maior ou menor, corpóreo ou corporeamente concebido, diferente quanto aos costumes ou à vontade, confuso ou solitário, como se

o Filho e o Espírito Santo fossem os sentimentos e propriedades de um Deus o Pai, como pensavam os monarquistas, os novacianos, Praxeas, os patripassianos, Sabélio, Paulo de Samosata, Êcio, Macedônio, os antropomorfitas, Ário e outros semelhantes.

4. Dos ídolos ou imagens de Deus, de Cristo e dos santos

Imagens de Deus. Visto que Deus como Espírito é, em essência, invisível e imenso, não pode, certamente, ser expresso por qualquer arte ou imagem. Por essa razão, não tememos afirmar com a Escritura que imagens de Deus não passam de mentiras. Assim, rejeitamos não somente os ídolos dos gentios mas também as imagens dos cristãos.

Imagens de Cristo. Embora Cristo tenha assumido a natureza humana, não a assumiu para fornecer modelo a escultores e pintores. Afirmou que não veio “revogar a lei ou os profetas” (Mt 5.17). E as imagens são proibidas pela lei e pelos profetas (Dt 4.15; Is 44.9). Afirmou que a sua presença corporal não seria de proveito para a Igreja, e prometeu que estaria junto de nós, para sempre, pelo seu Espírito (Jo 16.7). Quem, pois, haveria de crer que uma sombra ou semelhança de seu corpo traria qualquer benefício para as almas piedosas? (II Co 5.5). Se ele vive em nós pelo seu Espírito, somos já os templos de Deus (I Co 3.16). Mas, “que ligação há entre o santuário de Deus e os ídolos?” (II Co 6.16). **Imagens de santos.** E desde que os espíritos bem-aventurados e os santos do céu, quando viviam aqui na terra, rejeitaram qualquer culto de si mesmos (At 3.12ss; 14.11ss; Ap 14.7; 22.9) e condenaram as imagens, poderá alguém achar plausível que os santos e anjos celestiais se agradem com suas imagens, diante das quais os homens se ajoelham, descubrem as cabeças e dispensam outras honras?

Para instruir os homens na religião e lembrá-los das coisas divinas e da sua salvação, o Senhor ordenou que se pregasse o Evangelho (Mc 16.15) - e não que se pintassem quadros para ensinar os leigos. Instituiu também os sacramentos, mas em nenhum lugar estabeleceu imagens. **A escritura dos leigos.** Demais, para onde quer que volvamos os olhos, vemos as criaturas de Deus, vivas e verdadeiras ao nosso olhar, as quais, se bem examinadas como convém, causam ao observador uma impressão muito mais viva do que todas as imagens ou pinturas vãs, imóveis, frágeis e mortas, feitas pelos homens, das quais com razão disse o profeta: “Têm olhos, e não veem” (Sl 115.5).

Lactânio, Epifânio e Jerônimo. Por isso aprovamos a opinião de Lactânio, escritor antigo, que diz: “Indubitavelmente nenhuma religião existe onde há uma imagem”. Afirmamos, também, que o bem-aventurado bispo Epifânio procedeu bem quando, ao encontrar nas portas de uma igreja um véu no qual estava pintada uma figura que se dizia ser de Cristo ou de algum santo, rasgou-o e o arrancou dali, por ver, contra a autoridade da Escritura, a figura de um homem afixada na Igreja de Cristo. Por isso, ele ordenou que dali por diante tais véus, que eram contrários à nossa religião, não fossem afixados na Igreja de Cristo, mas antes fossem removidas essas coisas duvidosas, indignas da Igreja de Cristo e dos fiéis. Além disso, aprovamos esta afirmação de Santo Agostinho sobre a verdadeira religião: “Não seja a nossa religião um culto de obras humanas: os próprios artistas que as fazem são melhores do que elas; no entanto, não devemos adorá-los” (*De Vera Religione*, IV, 108).

5. Da adoração, do culto e da invocação de Deus por Jesus Cristo, único Mediador

Somente Deus deve ser adorado e cultuado. Ensinamos que somente o verdadeiro Deus deve ser adorado e cultuado. Esta honra não concedemos a nenhum outro, segundo o mandamento do Senhor: “Ao Senhor teu Deus adorarás, e só a ele darás culto” (Mt 4.10). Sem dúvida, todos os profetas censuraram severissimamente o povo de Israel todas as vezes que este adorou e cultuou deuses estranhos e não o único Deus verdadeiro. E ensinamos que Deus deve ser adorado e cultuado como ele mesmo nos ensinou a cultuá-lo, a saber, “em Espírito e em verdade” (Jo 4.23 ss), e não com qualquer superstição, mas com sinceridade, segundo a sua Palavra; para que, em tempo algum, não venha ele a dizer-nos: “Quem vos requereu o só pisardes os meus átrios?” (Is 1,12; Jr 6,20). São Paulo também diz: “Deus não é servido por mãos humanas, como se de alguma coisa precisasse”, etc. (At 17,25).

Só Deus deve ser invocado pela exclusiva mediação de Cristo. Em todas as crises e provações de nossa vida invocamos somente a ele e isso pela mediação de Jesus Cristo, nosso único mediador e intercessor. Eis o que nos é claramente ordenado: “Invoca-me no dia da angústia: eu te livrarei, e tu me glorificarás” (Sl 50,15). Temos uma promessa generosíssima do Senhor, que disse: “Se pedirdes alguma coisa ao Pai, ele vo-la concederá em meu nome” (Jo 16,23), e: “Vinde a mim

todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei” (Mt 11,28). Está escrito: “Como, porém, invocarão aquele em que não creram?” (Rm 10.14). Nós cremos em um só Deus, e só a ele invocamos, e o fazemos mediante Cristo. “Porquanto há um só Deus, diz o Apóstolo, e um só Mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo, homem” (I Tm 2,5). Também se diz: “Se, todavia, alguém pecar, temos Advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o justo”, etc. (I Jo 2,1).

Os santos não devem ser adorados, cultuados ou invocados. Por essa razão não adoramos, nem cultuamos nem invocamos os santos dos céus, nem outros deuses, nem os reconhecemos como nossos intercessores ou mediadores perante o Pai que está no céu. Deus e Cristo, o Mediador, nos são suficientes. Nem concedemos a outros a honra que é devida somente a Deus e ao seu Filho, porque ele claramente disse: “A minha glória, pois, não a darei a outrem” (Is 42.8). E porque São Pedro disse: “Porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos”, a não ser o nome de Cristo (At 4,12). Nele, os que dão seu assentimento pela fé não buscam coisa alguma além de Cristo.

A honra devida aos santos. Entretanto, não desprezamos os santos nem os tratamos como seres vulgares. Reconhecemo-los como membros vivos de Cristo e amigos de Deus, que venceram gloriosamente a carne e o mundo. Por isso nós os amamos como irmãos e também os honramos; não, porém, com qualquer espécie de culto, mas os encaramos com apreciação e respeito e com justos louvores. Também os imitamos, pois com ardentíssimos anseios e súplicas desejamos ser imitadores da sua fé e das suas virtudes, partilhar com eles a salvação eterna, habitar eternamente com eles na presença de Deus e regozijar-nos com eles em Cristo. Neste ponto aprovamos o que diz Santo Agostinho: “Não seja a nossa religião um culto dos mortos. Pois, se viveram vidas santas, não devemos supor que estejam à procura de tais honras; ao contrário, querem que adoremos aquele por cuja iluminação eles se alegram de que sejamos conservos dos seus méritos. Devem, portanto, ser honrados pela imitação, e não adorados por religião”, etc. (*De Vera Religione*, LV, 108).

Relíquias dos santos. Muito menos cremos que as relíquias dos santos devem ser adoradas ou cultuadas. Aqueles santos antigos pareciam ter honrado suficientemente seus mortos, se de modo decente tinham entregado seus restos mortais à terra, depois que os espíritos subiram ao alto. E consideravam que as mais nobres relíquias de seus ancestrais eram

suas virtudes, sua doutrina e sua fé, as quais, como eles as recomendavam pelo louvor dos seus mortos, assim se esforçavam para imitá-las enquanto viviam na terra.

Juramento só pelo nome de Deus. Aqueles homens antigos não juravam senão pelo nome do único Deus, Javé, como ordenava a lei divina. Como por ela é proibido jurar pelo nome de deuses estranhos (Êx 23.13; Dt 10.20), assim não juramos em nome dos santos, como se exige de nós. Rejeitamos, portanto, em todas estas questões, uma doutrina que atribui mais do que o devido aos santos que estão nos céus.

6. Da providência de Deus

Todas as coisas são governadas pela providência de Deus. cremos que tudo o que há no céu e na terra, e em todas as criaturas, é preservado e governado pela providência deste Deus sábio, eterno e onipotente. Davi o testifica e diz: “Excelso é o Senhor acima de todas as nações, e a sua glória acima dos céus. Quem há semelhante ao Senhor nosso Deus, cujo trono está nas alturas; que se inclina para ver o que se passa no céu e sobre a terra?” (Sl 113,4 ss). Outra vez: “Esquadrinhas... todos os meus caminhos. Ainda a palavra me não chegou à língua, e tu, Senhor, já a conheces toda” (Sl 139, 3 ss). São Paulo também testifica e declara: “Nele vivemos, e nos movemos, e existimos” (At 17, 28), e “dele e por meio dele e para ele são todas as cousas” (Rm 11, 36). Portanto Santo Agostinho, muito acertadamente e segundo a Escritura, declarou em seu livro *De Agone Christi*, cap. 8: “O Senhor disse: ‘Não se vendem dois pardais por um asse? e nenhum deles cairá em terra sem o consentimento de vosso Pai’” (Mt 10.29). Assim falando, ele quis mostrar que aquilo que os homens consideram de valor insignificante é governado pela onipotência de Deus. Porquanto aquele que é a verdade diz que as aves do céu são alimentadas por ele e os lírios do campo são vestidos por ele; e diz também, que os cabelos de nossa cabeça estão contados (Mt 6.26 ss).

Os Epicureus. Condenamos, portanto, os epicureus que negam a providência de Deus e todos quantos blasfemem dizendo que Deus está ocupado com os céus e nem nos vê, nem vê nossos interesses, nem cuida de nós. Davi, o rei-profeta, também os condenou, quando disse: “Senhor, até quando exultarão os perversos? Dizem: O Senhor não vê; nem disso faz caso o Deus de Jacob. Atendei, ó estúpidos dentre o povo; e vós insensatos,

quando sereis prudentes? O que fez o ouvido, acaso não ouvirá? e o que formou os olhos, será que não enxerga?” (Sl 94, 3.7-9).

Os meios não devem ser desprezados. Entretanto, não desprezamos como inúteis os meios pelos quais opera a providência divina, mas ensinamos que devemos acomodar-nos a eles, na medida em que nos são recomendados na Palavra de Deus. Eis por que desaprovamos as afirmações temerárias daqueles que dizem que, se todas as coisas são geridas pela providência de Deus, então nossos esforços e diligências são inúteis. Seria o bastante deixarmos tudo ao governo da divina providência e não nos preocuparmos nem fazermos coisa alguma. São Paulo reconhecia que navegava sob a providência de Deus, que lhe dissera: “...deste testemunho a meu respeito em Jerusalém, assim importa que também o faças em Roma” (At 23.11), e em adição lhe havia prometido: “Porque nenhuma vida se perderá de dentre vós... pois nenhum de vós perderá nem mesmo um fio de cabelo” (At. 27, 22.34). Todavia, quando os marinheiros estavam pensando em abandonar o navio, ele mesmo disse ao centurião e aos soldados: “Se estes não permanecerem a bordo, vós não podereis salvar-vos” (At 27.31). Deus, que destinou a cada coisa o seu fim, ordenou o começo e os meios pelos quais a coisa atinge seu alvo. Os pagãos atribuem as coisas à fortuna cega e ao acaso incerto. No entanto, São Tiago não deseja que digamos: “Hoje, ou amanhã, iremos para a cidade tal, e lá passaremos um ano, e negociaremos e teremos lucros”, mas aconselha: “Em vez disso, deveis dizer: Se o Senhor quiser, não só viveremos, como faremos isto ou aquilo” (Tg 4.13,15). E Santo Agostinho diz: “Tudo o que para os homens vãos, na natureza parece acontecer por acidente, realiza simplesmente a sua Palavra, porque não acontece senão por sua ordem” (*Enarrationes in Psalmos*, 148). Assim, parecia acontecer por mero acaso quando Saul, enquanto procurava as jumentas de seu pai, inesperadamente se encontrou com o profeta Samuel. Mas previamente o Senhor dissera ao profeta: “Amanhã a estas horas te enviarei um homem da terra de Benjamim” (I Sm 9.16).

7. Da criação de todas as coisas: dos anjos, do diabo e do homem

Deus criou todas as coisas. Este Deus bom e onipotente criou todas as coisas, visíveis e invisíveis, pela sua Palavra coeterna, e as preserva pelo seu Espírito coeterno, como Davi testificou, quando disse:

“Os céus por sua palavra se fizeram, e pelo sopro de sua boca o exército deles” (Sl 33.6). E, como diz a Escritura, tudo o que Deus fez era muito bom, e foi feito para proveito e uso do homem. Ora, afirmamos que todas aquelas coisas partiram de um princípio. **Maniqueus e Marcionitas.** Portanto, condenamos os maniqueus e os marcionitas que impiamente imaginaram duas substâncias e duas naturezas, a do bem e a do mal; também dois princípios e dois deuses, um contrário ao outro, um bom e um mau.

Dos anjos e do diabo. Entre todas as criaturas, os anjos e os homens são os mais excelentes. Dos anjos declara a Santa Escritura: “Fazes a teus anjos ventos, e a teus ministros, labaredas de fogo” (Sl 104, 4). Diz ainda: “Não são todos eles espíritos ministradores enviados para serviço, a favor dos que hão de herdar a salvação?” (Hb 1, 14). Do Diabo testifica o próprio Senhor Jesus: “Ele foi homicida desde o princípio e jamais se firmou na verdade. Quando ele profere a mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira” (Jo 8.44). Portanto, ensinamos que alguns anjos persistiram na obediência e foram designados para fiel serviço a Deus e aos homens, mas outros caíram pela sua própria vontade e foram precipitados na ruína, tornando-se inimigos de todo o bem e dos fiéis, etc.

Do homem. Já do homem diz a Escritura que no princípio ele foi criado bom, à imagem e semelhança de Deus, que Deus o colocou no Paraíso e lhe sujeitou todas as coisas (Gn 2). Isso é o que Davi magnificamente celebra no Salmo 8. Além disso, Deus lhe deu uma esposa e os abençoou. Afirmamos também que o homem consiste de duas substâncias diferentes numa pessoa: de uma alma imortal, que, quando separada do corpo, nem dorme nem morre, e de um corpo mortal que, porém, ressuscitará dos mortos no juízo final, de modo que desde então o homem todo, na vida ou na morte, viva para sempre.

As seitas. Condenamos todos os que ridicularizam ou mediante argumentos subtis põem em dúvida a imortalidade das almas, ou dizem que a alma dorme ou é parte de Deus. Em resumo, condenamos todas as opiniões de todos os homens, por mais numerosos que sejam, que ensinam diversamente do que, a respeito da criação, dos anjos e dos demônios, e do homem, nos foi ensinado pelas Santas Escrituras na Igreja apostólica de Cristo.

8. Da queda do homem, do pecado e sua causa

A queda do homem. Desde o início foi o homem Por Deus criado à imagem de Deus, em justiça e santidade de verdade, bom e reto, mas, por instigação da serpente e pela sua própria culpa, ele se afastou da bondade e da retidão e tornou-se sujeito ao pecado, à morte e a várias calamidades. E qual veio ele a ser pela queda - isto é, sujeito ao pecado, à morte e a várias calamidades - tais são todos os que dele descenderam.

Pecado. Por pecado entendemos a corrupção inata do homem, que se comunicou ou propagou de nossos primeiros pais, a todos nós, pela qual nós - mergulhados em más concupiscências, avessos a todo o bem, inclinados a todo o mal, cheios de toda impiedade, de descrenças, de desprezo e de ódio a Deus - nada de bom podemos fazer, e, até, nem ao menos podemos pensar por nós mesmos. Além disso, à medida que passam os anos, por pensamentos, palavras e obras más, contrárias à lei de Deus, produzimos frutos corrompidos, dignos de uma árvore má (Mt 12,33 ss). Por essa razão, sujeitos à ira de Deus, por nossas próprias culpas, estamos expostos ao justo castigo, de modo que todos nós teríamos sido por Deus lançados fora, se Cristo, o Libertador, não nos tivesse reconduzido.

Morte. Por morte entendemos não só a morte corpórea, que todos nós teremos de experimentar uma vez, por causa dos pecados, mas também os suplícios eternos devidos aos nossos pecados e à nossa corrupção. Eis o que diz o apóstolo: “Estando vós mortos nos vossos delitos e pecados... éramos por natureza filhos da ira, como também os demais. Mas Deus, sendo rico em misericórdia... e estando nós mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente com Cristo” (Ef 2.1 ss). E também: “Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram” (Rm 5.12).

Pecado original; pecados atuais. Reconhecemos, portanto, que há pecado original em todos os homens. Reconhecemos que todos os outros pecados que deste provêm são chamados, e verdadeiramente são, pecados, qualquer que seja o nome que lhes seja dado - pecados mortais, veniais ou mesmo aquele que é chamado pecado contra o Espírito Santo, que nunca é perdoado (Mc 3.29; I Jo 5.16). Confessamos também que os pecados não são iguais: embora surjam da mesma fonte de corrupção e incredulidade, alguns são mais graves que os outros. Como disse o Senhor,

haverá mais tolerância para Sodoma do que para a cidade que rejeita a palavra do Evangelho (Mt 10.14 ss; 11.20 ss).

As seitas. Condenamos, portanto, todos os que ensinaram o contrário disto, especialmente Pelágio e todos os pelagianos, juntamente com os jovinianos, que, com os estoicos, consideravam todos os pecados como iguais. Em toda esta questão concordamos com Santo Agostinho, que das Escrituras Sagradas extraiu seu ponto de vista e por elas o defendeu. Mais ainda, condenamos Florino e Blasto, contra quem escreveu Irineu, e todos os que fazem Deus o autor do pecado.

Deus não é o autor do pecado; e até onde se pode dizer que ele endurece. Está claramente escrito: “Tu não és Deus que se agrada com a iniquidade. Aborreces a todos que praticam iniquidade. Tu destróis os que proferem mentira” (Sl 5.4 ss). E de novo: “Quando ele profere a mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira” (Jo 8.44). Além disso, há em nós suficiente pecado e corrupção, não sendo necessário que Deus em nós infunda uma nova e ainda maior depravação. Quando, portanto, se diz nas Escrituras que Deus endurece, cega e entrega a uma disposição réproba de mente, deve-se entender que Deus o faz mediante um justo juízo, como um Juiz Vingador e justo. Finalmente, sempre que na Escritura se diz ou parece que Deus faz algo mal, não se diz, por isso, que o homem não pratique o mal, mas que Deus o permite e não o impede, segundo o seu justo juízo, que poderia impedi-lo se o quisesse, ou porque ele transforma o mal do homem em bem, como fez no caso do pecado dos irmãos de José, ou porque ele próprio controla os pecados, para que não irrompam e grassem mais largamente do que convém. Santo Agostinho escreve em seu *Enchiridion*: “De modo admirável e inexplicável não se faz além da sua vontade aquilo que contra a sua vontade faz. Pois não se faria, se ele não o permitisse. E, no entanto, ele não o permite contra a vontade, mas voluntariamente. O bom não permitiria que se fizesse o mal, a não ser que, sendo onipotente, pudesse do mal fazer o bem”. É isso o que ele diz.

Questões curiosas. As demais questões - tais como, se Deus quis que Adão caísse, ou se o incitou à queda, ou por que não impediu a queda e outras semelhantes - nós as reconhecemos como curiosas (salvo, talvez, se a impiedade dos heréticos ou de outros homens grosseiros nos leve a explicá-las também, com base na Palavra de Deus, como frequentemente o fizeram os piedosos doutores da Igreja), sabendo que o Senhor proibiu o homem de comer do fruto proibido e puniu sua transgressão. Sabemos

também que as coisas que se fazem não são más com respeito à providência, à vontade e ao poder de Deus, mas com respeito a Satanás e à nossa vontade que se opõe à vontade de Deus.

9. Do livre arbítrio e da capacidade humana

Nesta questão, que sempre produziu muitos conflitos na Igreja, ensinamos que se deve considerar uma tríplice condição ou estado do homem. **Qual era o homem antes da queda.** Há o estado em que o homem se encontrava no princípio, antes da queda; era certamente reto e livre, de modo que podia continuar no bem ou declinar para o mal, mas inclinou-se para o mal e se envolveu a si mesmo e a toda a raça humana em pecado e morte, como se disse acima. **Qual se tornou o homem depois da queda.** Depois, importa considerar qual se tornou o homem depois da queda. Sem dúvida, seu entendimento não lhe foi retirado, nem foi ele privado de vontade, nem foi transformado inteiramente numa pedra ou árvore; mas seu entendimento e sua vontade foram de tal sorte alterados e enfraquecidos que não podem mais fazer o que podiam antes da queda. O entendimento se obscureceu, e a vontade, que era livre, tornou-se uma vontade escrava. Agora ela serve ao pecado, não involuntária mas voluntariamente. Tanto é assim que o seu nome é “vontade”; não é “não – vontade”.

O homem pratica o mal por sua própria vontade. Portanto, quanto ao mal ou ao pecado, o homem não é forçado por Deus ou pelo Diabo, mas pratica o mal espontaneamente e nesse sentido ele tem arbítrio muito livre. Mas o fato de vermos, não raro, que os piores crimes e desígnios dos homens são impedidos por Deus de atingir seus propósitos não tolhe a liberdade do homem na prática do mal, mas é Deus que pelo seu próprio poder impede aquilo que o homem livremente determinou de modo diverso. Assim, os irmãos de José livremente determinaram desfazer-se dele, mas não o puderam, porque outra coisa parecia bem ao conselho de Deus.

O homem por si só não é capaz do bem. Com referência ao bem e à virtude, o entendimento do homem, por si mesmo, não julga retamente a respeito das coisas divinas. A Escritura evangélica e apostólica requer regeneração de todos aqueles de entre nós que desejamos ser salvos. Por conseguinte, nosso primeiro nascimento de Adão em nada contribui para nossa salvação. São Paulo diz: “O homem natural não aceita

as cousas do Espírito de Deus”, etc. (I Co 2.14). E em outra passagem ele afirma que nós, por nós mesmos, não somos capazes de pensar nada de bom (II Co 3.5). Ora, sabe-se que a mente ou entendimento é a luz da vontade, e quando o guia é cego, é óbvio até onde a vontade poderá chegar. Por isso, o homem ainda não regenerado não tem livre arbítrio para o bem e nenhum poder para realizar o que é bom. O Senhor diz no Evangelho: “Em verdade, em verdade vos digo: Todo o que comete pecado é escravo do pecado” (Jo 8.34). E o apóstolo São Paulo diz: “Por isso o pendor da carne é inimizado contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar” (Rm 8.7). O entendimento das coisas terrenas, porém, não é inteiramente nulo no homem decaído.

Compreensão das artes. Deus em sua misericórdia permitiu que permanecesse o talento natural, apesar de este distar muito daquele que existia no homem antes da queda. Deus manda o homem cultivar o seu talento e, ao mesmo tempo, lhe acrescenta dons e favores. E é manifesto que não fazemos nenhum progresso em todas as artes sem a bênção de Deus. Certamente, a Escritura atribui todas as artes a Deus; e, na verdade, até os pagãos atribuem a origem das artes a deuses, que seriam os seus inventores.

Quais são os poderes dos regenerados, e de que modo é livre o seu arbítrio. Finalmente, devemos ver se os regenerados têm e até que ponto têm livre arbítrio. Na regeneração, o entendimento é iluminado pelo Espírito Santo, para que compreenda os mistérios e a vontade de Deus. E a própria vontade não é somente mudada pelo Espírito, mas é também equipado com poderes, de modo, que ela espontaneamente deseje o bem e seja capaz de praticá-la (Rm 8.1 ss). Se não concedermos isso, negaremos a liberdade cristã e introduziremos uma servidão geral. Mas também o profeta registra o que Deus diz: “Na mente lhes imprimirei as minhas leis, também no coração lhes inscreverei” (Jr 31.33; Ez 36.26 ss). E o Senhor também diz no Evangelho: “Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres” (Jo 8.36). E São Paulo também escreve aos filipenses: “Porque vos foi concedida a graça de padecerdes por Cristo, e não somente de crerdes nele” (Fp 1.29). E outra vez: “Estou plenamente certo de que aquele que começou boa obra em vós há de completá-la até ao dia de Cristo Jesus” (v. 6). E ainda: “Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade” (2.13).

Os regenerados operam não só passiva, mas ativamente. Entretanto, ensinamos que há duas coisas a serem observadas: Primeiro,

que os regenerados, na sua eleição e operação, não agem só passiva mas ativamente. São levados por Deus a fazer por si mesmos o que fazem. Santo Agostinho muito bem afirma que “Deus é nosso ajudador. Mas ninguém pode ser ajudado, se não aquele que faz alguma coisa”. Os maniqueus despojavam o homem de toda ação e o faziam semelhante a uma pedra ou a um pedaço de pau.

O livre arbítrio é fraco nos regenerados. Segundo, nos regenerados permanece a fraqueza. Desde que o pecado permanece em nós, e nos regenerados a carne luta contra o espírito até o fim de nossa vida, eles não conseguem realizar livremente tudo o que planejaram. Isso é confirmado pelo apóstolo em Romanos 7 e Gálatas 5. Portanto, é fraco em nós o livre arbítrio por causa dos remanescentes do velho Adão e da corrupção humana inata, que permanece em nós até o fim de nossa vida. Entretanto, desde que os poderes da carne e os remanescentes do velho homem não são tão eficazes que extingam totalmente a operação do Espírito, os fiéis são por isso considerados livres, mas de modo tal que reconhecem a própria fraqueza e não se gloriam de modo algum em seu livre arbítrio. Os fiéis devem ter sempre em mente o que Santo Agostinho tantas vezes inculca, segundo o apóstolo: “o que tendes que não recebestes? Se, pois, o recebestes, por que vos vangloriais, como se não fosse um dom?” A isso ele acrescenta que aquilo que planejamos não acontece imediatamente, pois os resultados das coisas estão nas mãos de Deus. Esta a razão por que São Paulo ora ao Senhor para promover sua viagem (Rm 1.10). E esta é também a razão pela qual o livre arbítrio é fraco.

Nas coisas externas há liberdade. Todavia, ninguém nega que nas coisas externas tanto os regenerados como os não-regenerados gozam de livre arbítrio. O homem tem em comum com os outros animais (aos quais ele não é inferior) esta natureza de querer umas coisas e não querer outras. Assim, ele pode falar ou ficar calado, sair de sua casa ou nela permanecer, etc. Contudo, mesmo aqui deve-se ver sempre o poder de Deus, pois essa foi a causa por que Balaão não pôde ir tão longe quanto desejava (Nm, cap. 24), e Zacarias, ao voltar do templo, não podia falar como era seu desejo (Lc, cap. 1).

Heresias. Nesta questão, condenamos os maniqueus, os quais afirmam que o início do mal, para o homem bom, não foi de seu livre arbítrio. Condenamos, também, os pelagianos, que afirmam que um homem mau tem suficiente livre arbítrio para praticar o bem que lhe é

ordenado. Ambos são refutados pela Santa Escritura, que diz aos primeiros: “Deus fez o homem reto”; e aos segundos: “Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres” (Jo 8.36).

10. Da predestinação de Deus e da eleição dos santos

Deus nos elegeu pela graça. Deus, desde a eternidade, livremente e movido apenas pela sua graça, sem qualquer respeito humano, predestinou ou elegeu os santos que ele quer salvar em Cristo, segundo a palavra do apóstolo: “Ele nos escolheu nele antes da fundação do mundo” (Ef 1.4); e de novo: “... que nos salvou, e nos chamou com santa vocação; não segundo as nossas obras, mas conforme a sua própria determinação e graça que nos foi dada em Cristo Jesus antes dos tempos eternos, e manifestada agora pelo aparecimento de nosso Salvador Cristo Jesus” (II Tm 1.9-10).

Somos eleitos ou predestinados em Cristo. Portanto, não foi sem medo, embora não por qualquer mérito nosso, mas em Cristo e por causa de Cristo que Deus nos elegeu, para que aqueles que agora se encontram enxertados em Cristo pela fé também sejam eleitos, mas sejam rejeitados aqueles que estão fora de Cristo, segundo a palavra do apóstolo: “Examinai-vos a vós mesmos se realmente estais na fé; provai-vos a vós mesmos. Ou não reconheceis que Jesus Cristo está em vós? Se não é que já estais reprovados” (II Co 13.5).

Somos eleitos para um fim determinado. Finalmente, os santos são eleitos em Cristo por Deus para um fim determinado, que o apóstolo esclarece, quando diz: “Ele nos escolheu nele antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo... para o louvor da glória de sua graça” (Ef 1.4-6).

Devemos bem esperar acerca de todos. E, embora Deus conheça os que são seus, e nalgum lugar se faça menção do reduzido número dos eleitos, devemos, contudo, bem esperar acerca de todos, e não julgar apressadamente nenhum homem como rejeitado. São Paulo diz aos filipenses: “Dou graças ao meu Deus por tudo que recordo de vós” (ora, ele fala de toda a Igreja dos filipenses), “pela vossa cooperação no Evangelho... Estou plenamente certo de que aquele que começou boa obra em vós há de completá-la até o dia de Cristo Jesus” (Fp 1.3-7).

Sobre se são poucos os eleitos. E, quando perguntaram ao Senhor se eram poucos os que seriam salvos, ele não respondeu que poucos ou muitos seriam salvos ou condenados, mas antes exortou todo homem a “esforçar-se por entrar pela porta estreita” (Lc 13.24). É como se dissesse: “Não vos compete inquirir com muita curiosidade acerca dessas questões, mas antes esforçar-vos por entrar no céu pelo caminho estreito”.

O que deve ser condenado nesse caso. Por isso, não aprovamos as afirmações ímpias de alguns que dizem: “Poucos são os eleitos, e, como eu não sei se estou no número desses poucos, não me privarei dos prazeres”. Outros dizem: “Se sou predestinado ou eleito por Deus, nada me impedirá da salvação, já certamente determinada, seja o que for que eu fizer. Mas, se estou no número dos rejeitados, nenhuma fé ou arrependimento poderá valer-me, visto que a determinação de Deus não pode ser mudada. Portanto, todas as doutrinas e advertências são inúteis”. Mas o ensino do apóstolo contradiz estes homens: “O servo do Senhor deve ser apto para instruir... disciplinando com mansidão os que se opõem, na expectativa de que Deus lhes conceda não só o arrependimento ... livrando-se eles dos laços do diabo, tendo sido feitos cativos por ele, para cumprirem a sua vontade” (II Tm 2.24-26).

As admoestações não são inúteis pelo fato de a salvação vir da eleição. Santo Agostinho também mostra que devem ser pregadas tanto a graça da livre eleição e predestinação como também as admoestações e doutrinas da salvação (*De Bono Perseverantiae*, cap. 14 ss),

Se somos eleitos. Condenamos, portanto, aqueles que, fora de Cristo, perguntam se são eleitos, e o que sobre eles decretou Deus antes de toda a eternidade, pois deve ser ouvida a pregação do Evangelho e deve-se crer nele, e deve-se ter como fora de dúvida que, se alguém crê e está em Cristo, é eleito. Com efeito, o Pai nos revelou em Cristo o eterno propósito da sua predestinação, como ainda há pouco expus, pelo que diz o apóstolo, em II Tm 1.9-10. Deve-se, pois, ensinar e antes de tudo considerar quão grande amor do Pai para conosco nos foi revelado em Cristo. Devemos ouvir o que o próprio Senhor diariamente nos prega no Evangelho, como ele nos chama e diz: “Vinde a mim todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei” (Mt 11.28); “Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho Unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3.16). E ainda: “Não é a vontade de vosso Pai celeste que pereça um só destes pequeninos” (Mt 18.14). Seja,

pois, Cristo o espelho, no qual contemplemos a nossa predestinação. Teremos um testemunho bastante claro e seguro de que estamos inscritos no Livro da Vida, se tivermos comunhão com Cristo, e se ele for nosso e nós dele em verdadeira fé.

Tentação sobre a predestinação. Na tentação sobre a predestinação, que é, talvez, mais perigosa do que qualquer outra, console-nos o fato de que as promessas de Deus são universais para os fiéis, pois ele diz: “Pedi, e dar-se-vos-á... Pois todo o que pede recebe” (Lc 11.9-10). É, finalmente, o que pedimos com toda a Igreja de Deus: “Pai nosso que nos céus” (Mt 6.9). Fomos enxertados no corpo de Cristo, pelo batismo, e da sua carne e do seu sangue nos alimentamos frequentemente em sua Igreja, para a vida eterna. Fortalecidos por essas bênçãos, segundo o preceito de São Paulo recebemos ordem de operar a nossa salvação com temor e tremor.

11. De Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, único Salvador do mundo

Cristo é verdadeiro Deus. Além disso, ensinamos que o Filho de Deus, nosso Senhor Jesus Cristo, foi, desde a eternidade, predestinado ou pré-ordenado pelo Pai para ser o Salvador do Mundo. E cremos que ele nasceu, não somente quando da Virgem Maria assumiu a carne, nem apenas antes que se lançassem os fundamentos do mundo, mas antes de toda a eternidade e certamente pelo Pai, de um modo inexprimível. Isaías diz: “E da sua linhagem quem dela cogitou?” (cap. 53.8). E Miquéias diz “E cujas origens são desde os tempos antigos, desde os dias da eternidade” (Mq 5.2). Também São João disse no Evangelho: “No principio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus”, etc. (cap. 1.1). Portanto, quanto à sua divindade, o Filho é coigual e consubstancial com o Pai; verdadeiro Deus (Fp 2.11), não de nome ou por adoção ou por qualquer dignidade, mas em substância e natureza, como disse o apóstolo São João: “Este é o verdadeiro Deus e a vida eterna” (I Jo 5.20). São Paulo também diz: “A quem constituiu herdeiro de todas as cousas, pelo qual também fez o universo. Ele, que é o resplendor da glória e a expressão exata do seu ser, sustentando todas as cousas pela palavra do seu poder” (Hb I.2 ss). E no Evangelho o Senhor mesmo também disse: “Glorifica-me, ó Pai, contigo mesmo, com a glória que eu tive junto de ti, antes que houvesse mundo” (Jo 17.5). Em outro lugar do Evangelho também está

escrito: “Os judeus ainda mais procuravam matá-lo, porque... também dizia que Deus era seu próprio Pai, fazendo-se igual a Deus” (Jo 5.18).

As seitas. Abominamos, pois, a doutrina ímpia de Ário e de todos os arianos contra o Filho de Deus, e especialmente as blasfêmias do espanhol, Miguel Serveto, e de todos os servetanos, que Satanás, por meio deles, retirou do inferno, por assim dizer, e vai espalhando por todo o mundo, audaciosa e impiamente.

Cristo é verdadeiro homem, tendo verdadeira carne. Cremos também e ensinamos que o eterno Filho do eterno Deus se fez Filho do homem, da semente de Abraão e David, não com concurso carnal do homem, como diz Ébion, mas concebido do Espírito Santo com toda a pureza e nascido da sempre virgem Maria, como a história evangélica cuidadosamente nos explica (Mt, cap.1). E São Paulo diz: “Ele não assumiu a natureza de anjos, mas a da semente de Abraão”. Também o apóstolo São João diz que todo aquele que não crê que Jesus Cristo veio em carne não é de Deus. Portanto, a carne de Cristo não era nem imaginária nem trazido do céu, como erradamente sonhavam Valentino e Márcion.

Alma racional em Cristo. Além disso, nosso Senhor Jesus Cristo não possuiu uma alma desprovida de percepção e de razão, como pensava Apolinário, nem carne sem alma, como ensinava Eudômio, mas alma com sua razão e carne com seus sentidos, pelos quais por ocasião de sua paixão ele suportou dores reais, como ele mesmo testifica quando diz: “A minha alma está profundamente triste até à morte” (Mt 26.38); “Agora está angustiada a minha alma” (Jo 12.27).

Dois naturezas em Cristo. Reconhecemos, portanto, duas naturezas ou substâncias, a divina e a humana, num e no mesmo Senhor nosso Jesus Cristo (Hb, cap. 2). E dizemos que elas estão ligadas e unidas uma com a outra de tal modo que não foram absorvidas, ou confundidas, ou misturadas, mas unidas ou integradas numa pessoa - com as propriedades das naturezas intactas e permanentes.

Não dois, mas um só Cristo. Assim, não adoramos dois, mas um Cristo, o Senhor, um verdadeiro Deus e verdadeiro homem, segundo a natureza divina, consubstancial com o Pai, e segundo a natureza humana, consubstancial com os homens e semelhante a nós em todas as coisas, exceto no pecado (Hb 4.15).

As seitas. Certamente abominamos o dogma nestoriano, que de um Cristo faz dois e dissolve a união da Pessoa. Semelhantemente, execramos

totalmente a loucura de Eutiques e dos monotelitas ou monofisitas, que destrói a propriedade da natureza humana.

A natureza divina de Cristo não sofreu e a humana não está em toda a parte. Portanto, de modo nenhum ensinamos que a natureza divina em Cristo sofreu, ou que Cristo em sua natureza humana ainda está neste mundo e ainda em toda parte. Pois nem pensamos nem ensinamos que a realidade do corpo de Cristo cessou depois de sua glorificação, ou que foi deificado e deificado de tal modo que ele tenha deposto as suas propriedades com respeito ao corpo e à alma, e estes se tenham mudado inteiramente em uma natureza divina e passado a ser uma substância una. ***As seitas.*** Por isso, de maneira nenhuma aprovamos ou aceitamos as argúcias sem argúcia, intrincadas e obscuras, de Schwenkfeldt e de semelhantes dizedores de sutilezas, nem suas dissertações pouco consistentes sobre essa questão, nem somos schwenkfeldianos.

Nosso Senhor verdadeiramente sofreu. cremos, além disso, que nosso Senhor Jesus Cristo verdadeiramente sofreu e morreu por nós em carne, como diz São Pedro (I Pe 4.1). Abominamos a impiíssima loucura dos jacobitas e de todos os turcos, que blasfemam do sofrimento do Senhor. Ao mesmo tempo, não negamos que o Senhor da glória foi crucificado por nós, segundo as palavras de São Paulo (I Co 2.8).

Comunicação de propriedades de linguagem. Aceitamos e aplicamos pia e respeitosamente a comunicação de propriedades de linguagem derivada da Escritura e usada por toda a antiguidade para explicar e reconciliar passagens aparentemente contraditórias.

Cristo verdadeiramente ressuscitou dos mortos. cremos e ensinamos que o mesmo Jesus Cristo nosso Senhor, em sua verdadeira carne na qual fora crucificado e morrerá, ressuscitou dos mortos, e que não foi outra carne que ressuscitou, mas a que foi sepultada, nem foi o espírito que subiu ao alto em vez da carne, mas ele reteve seu verdadeiro corpo. Portanto, ainda que os seus discípulos pensassem ver o espírito do Senhor, ele lhes mostrou as mãos e os pés marcados realmente com os sinais dos cravos e das feridas, e ajuntou: “Vede as minhas mãos e os meus pés, que sou eu mesmo, apalpai-me e verificam, porque um espírito não tem carne nem ossos, como vedes que eu tenho” (Lc 24-39).

Cristo verdadeiramente subiu ao céu. cremos que nosso Senhor Jesus Cristo, em sua própria carne, subiu acima de todos os céus visíveis ao supremo céu, isto é, à habitação de Deus e dos bem-

aventurados, à destra de Deus o Pai. Embora isso signifique participação igual em glória e majestade, considera-se, contudo, também como um lugar definido, acerca do qual o Senhor, falando no Evangelho, diz: “Vou preparar-vos lugar” (Jo 14.2). O apóstolo São Pedro também diz: “Ao qual é necessário que o céu receba até aos tempos da restauração de todas as cousas” (At 3.21). E do céu o mesmo Cristo retomará para o juízo, quando a impiedade no mundo estiver no seu máximo e quando o Anticristo, tendo corrompido a verdadeira religião, tiver envolvido todas as coisas com superstição e impiedade, e tiver cruelmente assolado a Igreja com sangue e fogo (Dn, cap. 11). Mas Cristo voltará para reclamar os seus, e pela sua vinda destruir o Anticristo e julgar os vivos e os mortos (At 17,31). Os mortos ressuscitarão (I Ts 4.14 ss), e os que naquele dia (que é desconhecido de todas as criaturas - Mc 13.32) estiverem vivos serão transformados “num abrir e fechar de olhos”, e todos os fiéis serão arrebatados ao encontro de Cristo nos ares, para assim entrarem com ele nas benditas mansões e viverem para sempre (I Co 15.51 ss). Mas os incrédulos ou os ímpios descerão com os demônios para o inferno a fim de arderem para sempre e nunca serem libertados dos tormentos (Mt 25.46).

As seitas. Condenamos, portanto, todos os que negam a ressurreição real da carne (II Tm 2.18), ou que, com João de Jerusalém, contra quem escreveu São Jerônimo, não pensam corretamente acerca dos corpos glorificados. Condenamos também os que ensinam que os demônios e todos os ímpios serão um dia salvos, e que haverá um fim dos castigos. O Senhor declarou com clareza: “Onde não lhes morre o verme, nem o fogo se apaga” (Mc 9.44). Condenamos, além disso, os sonhos judaicos de que haverá uma idade áurea na terra antes do Dia do Juízo, e que os piedosos, tendo subjogado todos os seus inimigos ímpios, entrarão na posse de todos os reinos do mundo. Pois a verdade evangélica em Mt, caps. 24 e 25, e Lc, cap. 18, e o ensino apostólico em II Ts, cap. 2, e II Tm, caps. 3 e 4, apresentam coisa inteiramente diversa.

O fruto da morte e ressurreição de Cristo. Além do mais, pela sua paixão e morte e tudo o que, em sua carne e na sua vinda, ele fez e suportou por nossa causa nosso Senhor reconciliou o Pai celestial com todos os fiéis, expiou o pecado, desarmou a morte, arruinou a condenação e o inferno, e, pela sua ressurreição dos mortos, trouxe de novo e restituiu a vida e a imortalidade. Ele é a nossa justiça, a nossa vida e ressurreição, em uma palavra, a plenitude e perfeição de todos os fiéis, a salvação e a mais completa suficiência. O apóstolo diz: “Aprove a Deus que nele

residisse toda a plenitude”, e “Viestes à plenitude da vida nele” (Cl caps. 1 e 2).

Jesus Cristo é o único Salvador do mundo, e o verdadeiro Messias esperado. Ensinamos e cremos que este Jesus Cristo, nosso Senhor, é o único e eterno Salvador do gênero humano, e também do mundo inteiro, em quem pela fé se salvaram todos os que antes da Lei, sob a Lei e sob o Evangelho foram salvos, e em quem se salvarão todos os que ainda vierem a salvar-se até o fim do mundo. É o próprio Senhor quem diz no Evangelho: “O que não entra pela porta no aprisco das ovelhas, mas sobe por outra parte, esse é ladrão e salteador ... Eu sou a porta das ovelhas” (Jo 10.1 e 7). E também em outro lugar, no mesmo Evangelho: “Abraão... viu o meu dia e regozijou-se” (cap. 8.56). O apóstolo São Pedro também diz: “Não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos”. Cremos, portanto, que seremos salvos mediante a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, como nossos pais o foram (At 4.12; 10.43; 15.1 1). São Paulo também diz: “Todos eles comeram de um só manjar espiritual, e beberam da mesma fonte espiritual; porque bebiam de uma pedra espiritual que os seguia. E a pedra era Cristo” (I Co 10.3 ss). E assim lemos o que João diz: Cristo era o “Cordeiro que foi morto, desde a fundação do mundo” (Ap 13.8), e João Batista testificou que Cristo é “o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (Jo 1.29). Eis por que professamos e pregamos, com toda a clareza, que Jesus Cristo é o único Redentor e Salvador do mundo, o Rei e o Sumo - Sacerdote, o verdadeiro Messias esperado, aquele santo e bendito que todos os tipos da lei e todos os vaticínios dos profetas prefiguraram e prometeram; e que Deus o designou anteriormente e no-lo enviou, de modo que não devemos esperar nenhum outro. Nem nos resta agora outra coisa que darmos a Cristo toda a glória, nele cremos, somente nele descansarmos, desprezando e rejeitando todas as demais ajudas na vida. Com efeito, decaíram da graça e tornam Cristo vão para si todos os que buscam a salvação em qualquer outra coisa que não somente em Cristo (Gl 5.4).

Os credos recebidos de quatro concílios. E, para dizer muito em poucas palavras, cremos de todo o coração, e livremente confessamos à viva voz, tudo o que foi definido com fundamento nas Escrituras Sagradas a respeito do mistério da Encarnação de nosso Senhor Jesus Cristo, compreendido nos Credos e decretos dos quatro primeiros venerandos sínodos reunidos em Niceia, Constantinopla, Éfeso e

Calcedônia - juntamente com o Credo do bem-aventurado Atanásio, e todos os credos similares; e condenamos tudo o que for contrário a eles.

As seitas. E dessa maneira mantemos inviolada ou intacta a fé cristã, ortodoxa e católica, sabendo que nada se contém nos credos atrás citados que não seja conforme com a Palavra de Deus, e que não contribua, ao mesmo tempo, para uma exposição pura da fé.

12. Da lei de Deus

A vontade de Deus nos é exposta na lei de Deus. Ensinamos que a vontade de Deus nos é exposta na Lei de Deus: o que ele quer ou não quer que façamos, o que é bom e justo, ou o que é mau e injusto. Portanto, confessamos que a Lei é boa e santa.

A lei natural. Esta lei foi escrita nos corações dos homens pelo dedo de Deus (Rm 2.15), e é chamada a lei natural; foi também esculpida pelo dedo de Deus nas duas tábuas de Moisés e mais pormenorizadamente exposta nos livros de Moisés (Êx 20.1 ss; Dt 5.6 ss). Para maior clareza, distinguimos: a lei moral contida no Decálogo ou nas duas Tábuas e expostas nos livros de Moisés; a lei cerimonial, que determina as cerimônias e o culto de Deus; e a lei judiciária, que versa questões políticas e domésticas.

A lei é completa e perfeita. Cremos que toda a vontade de Deus e todos os preceitos necessários a cada esfera da vida são nesta lei ensinados com toda a plenitude. De outro modo o Senhor não nos teria proibido de adicionar-lhe ou de subtrair-lhe qualquer coisa; nem nos teria mandado andar num caminho reto diante desta Lei, sem dela nos declinarmos para a direita ou para a esquerda (Dt 4.2; 12.32, 5.32, cf. Num 20-17 e Dt 2.27).

Porque foi dada a lei. Ensinamos que esta Lei não foi dada aos homens para que fôssemos justificados pela sua observância, mas antes para que, pelo seu ensino, conhecêssemos nossa fraqueza, nosso pecado e condenação e, perdendo a confiança em nossas forças, nos convertêssemos a Cristo pela fé. O apóstolo diz claramente: “A Lei suscita a ira”; “pela Lei vem o pleno conhecimento do pecado” (Rm 4.15; 3.20); “porque, se fosse promulgada uma Lei que pudesse dar vida, a justiça, na verdade seria procedente da Lei; mas a Escritura encerrou tudo sob o pecado, para que mediante a fé em Jesus Cristo fosse a promessa concedida aos que creem...”

De maneira que a Lei nos serviu de aio para nos conduzir a Cristo, a fim de que fôssemos justificados por fé” (Gl 3.21 ss).

A carne não cumpre a lei. Ninguém poderia ou pode satisfazer a Lei de Deus ou cumpri-la, por causa de fraqueza da nossa carne que adere e permanece em nós até nosso último suspiro. Outra vez diz o apóstolo: “O que fora impossível à Lei, no que estava enferma pela carne, isso fez Deus enviando o seu próprio Filho em semelhança de carne pecaminosa e no tocante ao pecado” (Rm 8.3). Portanto, Cristo é o aperfeiçoador da Lei e o nosso cumprimento dela (Rm 10.4), o qual, com o fim de remover a maldição da Lei, foi feito maldição por nós (Gl 3.13). Assim, ele nos comunica, pela fé, o seu cumprimento da Lei, e a sua justiça e obediência nos são imputadas.

Até que ponto foi a lei ab-rogada. A Lei de Deus é, pois, abrogada na medida em que ela não mais nos condena, nem opera ira em nós. Estamos debaixo da graça e não debaixo da Lei. Além disso, Cristo cumpriu todas as formas da Lei. Daí, vindo o corpo, cessaram as sombras, de modo que agora em Cristo temos a verdade e toda a plenitude. Contudo, de modo nenhum rejeitamos por isso a Lei. Lembramo-nos das palavras do Senhor, que disse: “Não vim para revogar, vim para cumprir” (Mt 5.17). Sabemos que na Lei nos são ensinados os padrões de virtudes e vícios. Sabemos que a Lei escrita, quando explicado pelo Evangelho, é útil à Igreja, e que, portanto, sua leitura não deve ser excluída da Igreja. E, embora a face de Moisés estivesse recoberta com um véu, no entanto o apóstolo diz que o véu foi retirado e abolido por Cristo. ***As seitas.*** Condenamos tudo o que os heréticos, antigos e modernos, ensinaram contra a Lei.

13. Do Evangelho de Jesus Cristo, das promessas, do espírito e da letra

Os antigos tiveram promessas evangélicas. O Evangelho opõe-se à Lei. A Lei opera a ira e anuncia a maldição, enquanto o Evangelho prega a graça e a bênção. São João diz: “Porque a Lei foi dada por intermédio de Moisés; a graça e a verdade vieram por meio de Jesus Cristo” (Jo 1.17). Não obstante, é perfeitamente certo que aqueles que viveram antes da Lei e sob a Lei não estavam totalmente destituídos do Evangelho. Tinham insignes promessas evangélicas, tais como estas: “A semente da mulher te ferirá a cabeça” (Gn 3.15). “Nela serão benditas

todas as nações da terra” (Gn 22.18). “O cetro não se arredará de Judá... até que venha Silo” (Gn 49.10). “O Senhor teu Deus te suscitará um profeta do meio de ti, de teus irmãos” (Dt 18.15; At 3.22) etc.

Promessas dúplices. Reconhecemos que duas espécies de promessas foram reveladas aos antigos, como também a nós. Algumas eram de coisas presentes ou terrenas, tais como as promessas da Terra de Canaã e de vitórias, e como, ainda hoje, as promessas do pão quotidiano. Outras eram naquela ocasião, e são ainda agora, de coisas celestiais e eternas, como a graça divina, a remissão de pecados, a vida eterna por meio da fé em Jesus Cristo.

Os patriarcas tiveram promessas não só carnis, mas também espirituais. Os antigos não tiveram, em Cristo, apenas promessas externas ou terrenas, mas também espirituais e celestiais. São Pedro diz: “Foi a respeito desta salvação que os profetas indagaram e inquiriram, os quais profetizaram acerca da graça a vós outros destinada” (I Pe 1.10). Donde também o apóstolo São Paulo diz: “O Evangelho de Deus... foi... outrora prometido por intermédio dos seus profetas nas Sagradas Escrituras” (Rm 1.2). Por isso é bem claro que os antigos não foram inteiramente destituídos de todo o Evangelho.

Que é propriamente o Evangelho? E, embora nossos pais tivessem dessa maneira, nos escritos dos profetas, o Evangelho, pelo qual alcançaram a salvação em Cristo pela fé, contudo, o que se chama propriamente “Evangelho” são as notícias alegres e felizes pelas quais, primeiro por João Batista, depois por Cristo, o Senhor, e depois pelos apóstolos e seus sucessores, se anunciou aos homens que Deus já realizou o que ele prometera, desde o princípio do mundo, e nos mandou, ou melhor nos deu o seu único Filho e nele a reconciliação com o Pai, a remissão dos pecados, toda a plenitude e a vida eterna. Portanto, a história apresentada pelos quatro evangelistas, explicando como isso foi realizado ou cumprido por Cristo, o que Cristo ensinou e praticou, e que aqueles que creem nele têm toda a plenitude, e exatamente o que se chama “Evangelho”. A Pregação e os escritos apostólicos, nos quais os apóstolos nos expõem como o Filho nos foi dado pelo Pai, e nele tudo o que diz respeito à vida e à salvação, são também o que se chama corretamente “doutrina evangélica”, de modo que ainda hoje, se sinceramente pregada, não perde o direito a tão preclara designação.

Do espírito e da letra. Essa mesma pregação do Evangelho é também chamada pelo apóstolo “o espírito” e “o ministério do espírito”,

porque pela fé ela se torna eficaz e viva nos ouvidos, ou melhor, nos corações dos crentes iluminados pelo Espírito Santo (II Co 3.6). A letra, que se opõe ao Espírito, significa tudo o que é externo, mas especialmente a doutrina da Lei, que, sem o Espírito e a fé, produz ira e excita o pecado nas mentes daqueles que não têm uma fé viva. Por isso o apóstolo chama a isso «o ministério da morte». Aqui é pertinente a palavra do apóstolo: “A letra mata, mas o Espírito vivifica”. Falsos apóstolos também pregavam um Evangelho corrompido, misturando-lhe a Lei, como se sem a Lei Cristo não pudesse salvar.

As seitas. Assim, afirmavam os ebionitas, descendentes espirituais do herege Ébion, e os nazaritas, que anteriormente eram chamados mineus. A todos estes nós condenamos, e pregamos ao mesmo tempo o puro Evangelho, ensinando que os crentes são justificados só pelo Espírito, e não pela Lei. Uma exposição mais detalhada deste assunto virá sob o título de “justificação”.

O ensino do Evangelho não é novo, mas muito antigo. Embora o ensino do Evangelho, comparado com o dos fariseus sobre a Lei, tenha parecido ser uma nova doutrina quando pregado por Cristo a primeira vez, o que também Jeremias profetizou a respeito do Novo Testamento, contudo, ele, na realidade não só era como ainda é, uma velha doutrina (que hoje ela é chamada nova pelos papistas, quando comparada com a doutrina agora recebida entre eles), mas na verdade é a mais antiga de todas no mundo. Com efeito Deus destinou desde a eternidade salvar o mundo por Cristo, e manifestou ao mundo, através do Evangelho, esta sua predestinação e o seu conselho eterno (II Tm 2.9 ss). Disso é evidente que a religião e a doutrina evangélica, entre quantas já existiram, existem e virão a existir, é a mais antiga de todas. Por isso, afirmamos que todos os que dizem que a religião e a doutrina evangélica é uma fé surgida recentemente, e que não tem mais que trinta anos de existência, erram vergonhosamente e falam coisas indignas do conselho eterno de Deus. A eles se aplica a palavra de Isaías, o profeta: “Ai dos que ao mal chamam bem, que fazem da escuridade luz, e da luz escuridade; põem o amargo por doce, e o doce por amargo!” (Is 5.20).

14. Do arrependimento e da conversão do homem

A doutrina do arrependimento está ligada ao Evangelho. Pois assim diz o Senhor no Evangelho: “Que em seu nome se pregasse

arrependimento para remissão de pecados a todas as nações” (Lc 24.47). **Que é arrependimento?** Por arrependimento entendemos uma volta atrás da mente no pecador provocado pela Palavra do Evangelho e pelo Espírito Santo, e recebida pela verdadeira fé, com o que o pecador imediatamente reconhece a sua corrupção inata e todos os seus pecados denunciados pela Palavra de Deus; e entristece-se por eles em seu coração, e não apenas os lamenta e francamente confessa diante de Deus com um sentimento de vergonha, mas também com indignação os abomina; cuidando agora zelosamente de emendar-se, num esforço constante em busca da inocência e da virtude, no qual esforço se exercita santamente em todo o resto de sua vida.

O arrependimento é verdadeira conversão a Deus. E este é o verdadeiro arrependimento, uma sincera volta para Deus e para todo o bem, e uma profunda aversão ao Diabo e a todo o mal. **1. O arrependimento é dom de Deus.** Dizemos expressamente que este arrependimento é puro dom de Deus e não uma realização de nossas forças. O apóstolo ordena a um fiel ministro que diligentemente instrua aqueles que se opõem à verdade, “na expectativa de que Deus lhes conceda o arrependimento para conhecerem plenamente a verdade” (II Tm 2.25). **2. Lamenta os pecados cometidos.** Aquela mulher que lavou os pés do Senhor com suas lágrimas, e São Pedro, que chorou amargamente e lamentou ter negado o Senhor (Lc 7.38; 22.62) mostram claramente como deve ser o espírito de um homem arrependido, lamentando seriamente os pecados que cometeu. **3. Confessa os pecados a Deus.** E o filho pródigo e o publicano no Evangelho, quando comparados com o fariseu, apresentam-nos as fórmulas mais adequadas de confessar os nossos pecados a Deus. O primeiro disse: “Pai, pequei contra o céu e diante de ti; já não sou digno de ser chamado teu filho; trata-me como um dos teus trabalhadores” (Lc 15.18 ss). E o segundo, não ousando erguer os olhos ao céu, bate no peito, dizendo: “Ó Deus, sê propício a mim, pecador!” (cap. 18.13). E não temos dúvida de que foram aceitos em graça por Deus, pois o apóstolo São João diz: “Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça. Se dissermos que não temos cometido pecado, fazemo-lo mentiroso e a sua palavra não está em nós” (I Jo 1.9 ss).

Confissão e absolvição sacerdotais. Cremos que é suficiente esta sincera confissão feita só a Deus, ou particularmente entre Deus e o pecador, ou publicamente na Igreja quando se faz a confissão geral de

pecados, e que para se obter perdão de pecados não é necessário ninguém confessar seus pecados a um sacerdote, sussurrando-lhe aos ouvidos, para dele ouvir em troca a absolvição, com a imposição das mãos, porque não existe nenhum mandamento nem exemplo disso nas Santas Escrituras. David testifica e diz: “Confessei-te o meu pecado e a minha iniquidade não mais ocultei. Disse: Confessarei ao Senhor as minhas transgressões; e tu perdoaste a iniquidade do meu pecado” (Sal 32.5). E o Senhor, ao ensinar-nos a orar e ao mesmo tempo a confessar nossos pecados, disse: “Pai nosso que estás nos céus... perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores” (Mt 6.9 e 12). Portanto, é necessário que confessemos nossos pecados a Deus, nosso Pai, e nos reconciliemos com nosso próximo, se o ofendemos. Quanto a esse tipo de confissão, o apóstolo São Tiago diz: “Confessai, pois, os vossos pecados uns aos outros” (Tg 5.16). Se, contudo, alguém se acha acabrunhado pelo peso de seus pecados e por tentações que o põem perplexo, e procurar conselho, instrução e conforto individualmente, ou de um ministro da Igreja, ou de um outro irmão instruído na Lei de Deus, não desaprovamos. Por outro lado, aprovamos plenamente a confissão de pecados geral e pública, que usualmente se realiza na Igreja e em reuniões de culto, como notamos acima, tanto mais que isso está de acordo com a Escritura.

Das chaves do Reino do Céu. Quanto às chaves do Reino de Deus, que o Senhor entregou aos apóstolos, muitos tagarelam inúmeras coisas espantosas, e com elas forjam espadas, lanças, cetros e coroas, e pleno poder sobre os maiores reinos, e, afinal, sobre almas e corpos. Julgando de modo singelo, segundo a Palavra do Senhor, dizemos que todos os que são legitimamente chamados ministros possuem e exercem as chaves, ou o uso das chaves, quando anunciam o Evangelho; isto é, quando ensinam, exortam, confortam, repreendem e exercem a disciplina sobre o povo confiado aos seus cuidados.

Abrir e fechar (o Reino). Desse modo abrem o Reino dos Céus aos obedientes e o fecham aos desobedientes. O Senhor prometeu essas chaves aos apóstolos em Mt, cap.16, e as deu em João, cap. 20, Marcos, cap. 16 e Lucas, cap.24, quando enviou seus discípulos e os mandou pregar o Evangelho a todo o mundo, e perdoar pecados.

O ministério da reconciliação. Na carta aos Coríntios diz o apóstolo que o Senhor deu o ministério da reconciliação aos seus ministros (II Co 5.18 ss). E ele explica qual é ele, dizendo que é a pregação ou o ensino da reconciliação. E, tornando suas palavras ainda mais claras, acrescenta

que os ministros de Cristo desempenham o ofício de embaixadores em nome de Cristo, como se Deus mesmo por meio deles exortasse o povo a se reconciliar com Deus, sem dúvida nenhuma pela fiel obediência. Portanto, exercem o poder das chaves quando persuadem os homens à fé e ao arrependimento. Assim, reconciliam os homens com Deus.

Os ministérios proclamam a remissão de pecados. Assim, eles perdoam pecados. Abrem, assim, o Reino dos Céus e nele introduzem os crentes: mui diferentemente daqueles de quem o Senhor fala no Evangelho: “Ai de vós, intérpretes da lei! porque tomastes a chave da ciência; contudo, vós mesmos não entrastes e impedistes os que estavam entrando” (Lc 11.52).

Como os ministros absolvem. Os ministros, portanto, absolvem correta e eficazmente quando pregam o Evangelho de Cristo e nele a remissão de pecados, que é prometida a todo aquele que crê, assim como cada um é batizado, e quando testificam que ela pertence a cada um particularmente. E não julgamos que esta absolvição se torne mais eficaz por ser murmurada no ouvido de alguém ou individualmente sobre a cabeça de alguém. Pensamos, contudo, que a remissão de pecados pelo sangue de Cristo deve ser diligentemente anunciada, e que cada um deve ser avisado de que o perdão de pecados lhe pertence.

Diligência na renovação da vida. Ademais os exemplos do Evangelho ensinam-nos quão vigilantes e diligentes devem ser os arrependidos no esforço de renovação de vida e na mortificação do homem velho e despertar do homem novo. O Senhor disse ao paralítico que ele curara: “Olha que já estás curado; não peques mais, para que não te suceda coisa pior” (Jo 5.14). De igual modo, disse à adúltera a quem libertou: “Vai, e não peques mais” (cap. 8.11). Sem dúvida, por estas palavras ele não quis dizer que o homem, alguma vez, enquanto ainda vive nesta carne, não peque; mas recomenda vigilância cuidadosa e diligência para que nos esforcemos de todos os modos e supliquemos a Deus em nossas orações para não cairmos nos pecados dos quais como que ressuscitamos, e para não sermos vencidos pela carne, pelo mundo e pelo Diabo. Zaqueu, o publicano, recebido pelo Senhor em graça, exclama no Evangelho: “Senhor, resolvo dar aos pobres a metade dos meus bens; e, se nalguma coisa tenho defraudado alguém, restituo quatro vezes mais” (Lc 19.8). Portanto, do mesmo modo pregamos que restituição e misericórdia, e, até, esmolas, são necessárias para aqueles que verdadeiramente se arrependem, e exortamos todos os homens em toda parte com as palavras

do apóstolo: “Não reine, portanto, o pecado em vosso corpo mortal, de maneira que obedeçais às suas paixões; nem ofereçais cada um os membros do seu corpo ao pecado como instrumentos de iniquidade; mas oferecei-vos a Deus como ressurrectos dentre os mortos, e os vossos membros a Deus como instrumentos de justiça” (Rm 6.12 ss).

Erros. Por isso, condenamos todas as afirmações ímpias de alguns que fazem mau uso da pregação do Evangelho e dizem: “É fácil retornar a Deus; Cristo expiou todos os pecados: é fácil o perdão dos pecados; portanto, que mal há em pecar? Nem precisamos estar muito preocupados acerca do arrependimento, etc.” Não obstante, ensinamos sempre que o acesso a Deus está aberto a todos os pecadores, e que ele perdoa todos os pecados a todos os que creem, exceto o pecado contra o Espírito Santo (Mc 3.29). **As seitas.** Eis por que condenamos os antigos e modernos novacianos e os cataristas.

Indulgências papais. Condenamos, de modo especial, a doutrina lucrativa do Papa sobre a penitência, e contra a sua simonia e as suas indulgências simoníacas usamos o julgamento de São Pedro com respeito a Simão: “O teu dinheiro seja contigo para perdição, pois julgaste adquirir por meio dele o dom de Deus. Não tens parte nem sorte neste ministério, porque o teu coração não é reto diante de Deus” (At 8.20 ss).

Satisfações. Não aprovamos também aqueles que pensam que, pelas suas satisfações, reparam os pecados cometidos. Ensinamos que só Cristo, pela sua morte ou paixão, é a satisfação, a propiciação ou a expiação de todos os pecados (Is. cap. 53; I Co 1.30). Contudo, como já dissemos, não cessamos de insistir na mortificação da carne. Mas acrescentamos que essa mortificação não deve ser orgulhosamente exaltada perante Deus como satisfação pelos pecados, mas deve ser realizada humildemente, de conformidade com a natureza dos filhos de Deus, como uma nova obediência resultante da gratidão pelo livramento e pela satisfação plena obtidos pela morte e satisfação do Filho de Deus.

15. Da verdadeira justificação dos fiéis

Que é justificação? Segundo o apóstolo no seu tratamento da justificação, justificar significa “perdoar pecados”, “absolver de culpa e castigo”, “receber em graça” e “declarar justo”. Em sua Epístola aos Romanos o apóstolo diz: “É Deus quem os justifica. Quem os condenará?” (Rm 8.33). Justificar e condenar são termos opostos. E nos Atos dos

Apóstolos o apóstolo diz: “Tomai, pois, irmãos, conhecimento de que se vos anuncia remissão de pecados por intermédio deste; e por meio dele todo o que crê é justificado de todas as cousas das quais vós não pudestes ser justificados pela lei de Moisés” (At 13.38 ss). Na Lei, assim como nos Profetas, lemos: “Em havendo contenda entre alguns, e vierem a juízo, os juízes os julgarão, justificando ao justo e condenando ao culpado” (Dt 25.1). E em Is. cap. 5: “Ai dos que... por suborno justificam o perverso”.

Somos justificados por causa de Cristo. É absolutamente certo que todos nós somos por natureza pecadores e ímpios, e diante do tribunal de Deus somos acusados de impiedade e réus de morte, mas, só pela graça de Cristo, sem qualquer mérito nosso ou consideração por nós, somos justificados, isto é, absolvidos dos pecados e da morte por Deus, o juiz. Que é, com efeito, mais claro do que o que disse São Paulo? “Pois todos pecaram e carecem da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus” (Rm 3.23 ss).

A justiça imputada. Cristo tomou sobre si mesmo e carregou os pecados do mundo, e satisfaz a justiça divina. Portanto, é só por causa dos sofrimentos e ressurreição de Cristo que Deus é propício para com nossos pecados e não no-los imputa, mas imputa-nos como nossa a justiça de Cristo (II Co 5.19 ss; Rm 4.25), de modo que agora não só estamos limpos e purificados de pecados ou somos santos, mas também, sendo-nos dada a justiça de Cristo, e sendo nós assim absolvidos do pecado, da morte ou da condenação, somos finalmente justos e herdeiros da vida eterna. Propriamente falando, portanto, só Deus justifica, e justifica somente por causa de Cristo, não nos imputando os pecados, mas a sua justiça.

Somos justificados somente pela fé. E porque recebemos esta justificação, não por quaisquer obras, mas pela fé na misericórdia de Deus e em Cristo, por isso ensinamos e cremos, com o apóstolo, que o pecador é justificado somente pela fé em Cristo e não pela lei ou por quaisquer obras. O apóstolo diz: “Concluímos, pois, que o homem é justificado pela fé, independentemente das obras da lei” (Rm 3.28). Também: “Porque se Abraão foi justificado por obras, tem de que se gloriar, porém não diante de Deus. Pois, que diz a Escritura? Abraão creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça... Mas ao que não trabalha, porém crê naquele que justifica ao ímpio, a sua fé lhe é atribuída como justiça” (Rm 4.2 ss; Gn 15.6). E outra vez: “Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie”, etc.

(Ef 2.8 ss). Portanto, porque a fé recebe Cristo, nossa justiça, e atribui tudo à graça de Deus em Cristo, por isso a justificação é atribuída à fé, principalmente por causa de Cristo, e não porque ela seja obra nossa, visto que é dom de Deus.

Recebemos Cristo pela fé. Além disso, o Senhor mostra sobejamente que recebemos Cristo pela fé, em João, cap. 6, onde ele usa comer por crer, e crer por comer. Pois, como é comendo que recebemos o alimento, assim é crendo que participamos de Cristo. **A justificação não é atribuída parcialmente a Cristo ou à fé, e parcialmente a nós.** Por conseguinte, não compartilhamos do benefício da justificação em parte por causa da graça de Deus ou de Cristo, e em parte por causa de nós mesmos, de nosso amor, de nossas obras ou de nosso mérito, mas atribuímo-lo totalmente à graça de Deus em Cristo pela fé. Mas também nosso amor e nossas obras não poderiam agradar a Deus, sendo realizados por homens injustos: por isso, é necessário que sejamos justos antes que possamos amar ou praticar obras justas. Somos feitos verdadeiramente justos, como dissemos, pela fé em Cristo, só pela graça de Deus, que não nos imputa os nossos pecados, mas a justiça de Cristo, e por isso, ele nos imputa a fé em Cristo como justiça. Ademais, o apóstolo mui claramente deriva da fé o amor, quando diz: “Ora, o intuito da presente admoestação visa o amor que procede de coração puro e de consciência boa e de fé sem hipocrisia” (I Tm 1.5).

Tiago comparado com Paulo. Por isso, aqui falamos, não de uma fé imaginária, vã e inerte ou morta, mas de uma fé viva e vivificante, a qual, por apreender a Cristo, que é vida e vivifica, é viva e se chama “viva” e se mostra viva por obras vivas. E assim São Tiago não contradiz coisa alguma nesta nossa doutrina. É que ele fala de uma fé vã e morta, da qual alguns se vangloriavam, mas que não tinham Cristo vivendo neles pela fé (Tg 2.14 ss). São Tiago disse que as obras justificam, contudo sem contradizer o apóstolo (do contrário ele teria de ser rejeitado), mas mostrando que Abraão provou sua fé viva e justificadora pelas obras. É isso o que fazem todos os piedosos, confiados, porém, só em Cristo e não em suas próprias obras. O apóstolo ainda diz: “Já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim; e esse viver que agora tenho na carne, vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e a si mesmo se entregou por mim. Não anulo a graça de Deus; pois, se a justiça é mediante a lei, segue-se que morre Cristo em vão”, etc. (Gl 2.20).

16. Da fé e das boas obras, e da sua recompensa, e do mérito do homem

Que é a fé? A fé cristã não é opinião e convicção humana, mas confiança extremamente firme, e o claro e inabalável assentimento do espírito, e finalmente a apreensão certíssima da verdade de Deus apresentadas nas Escrituras e no Credo dos Apóstolos, assim como apreensão do próprio Deus, o supremo bem, e especialmente da promessa de Deus e de Cristo, que é o cumprimento de todas as promessas.

A fé é dom de Deus. Mas esta fé é simplesmente um dom de Deus, que só ele pela sua graça, segundo a sua medida, concede aos seus eleitos quando, a quem e quanto ele quer. E ele realiza isso pelo Espírito Santo, pela pregação do Evangelho e pela oração fiel.

O aumento da fé. Essa fé pode também ser aumentada por Deus; se assim não fosse, o apóstolo não teria dito: “Senhor: aumenta-nos a fé” (Lc 17.5). Tudo o que até aqui temos dito com respeito à fé, os apóstolos ensinaram antes de nós. São Paulo disse: “Ora, a fé é *hypostasis* ou a certeza das cousas que se esperam, a *elegchos*, isto é, a convicção dos fatos que se não veem” (Hb 11.1). E noutro passo ele diz que todas as promessas de Deus são sim por Cristo, e pelo mesmo Cristo são amém (II Co 1.20). E aos filipenses ele disse que a eles lhes foi dado crer em Cristo (Fil 1.29). Noutro passo: Deus concedeu a cada um a medida da fé (Rm 12.3). Noutro ainda: “Nem todos têm fé” e, “Nem todos obedecem ao Evangelho” (II Tes 3.2; Rm 10.16). Também Lucas atesta, dizendo: “Creram todos os que haviam sido destinados para a vida eterna” (At 13.48). Eis porque São Paulo também a chama “a fé dos eleitos de Deus” (Tt I.1), e outra vez: “A fé vem pela pregação e a pregação pela palavra de Cristo” (Rm 10.17). Em outras partes, com frequência, manda que os homens orem pedindo fé.

Fé eficaz e ativa. O mesmo apóstolo chama a fé “eficaz” e “que atua pelo amor” (Gal 5.6). Ela também acalma a consciência e abre um livre acesso para Deus, de modo que podemos aproximar-nos dele com confiança e dele conseguir o que é útil e necessário. A mesma (fé) conserva-nos no serviço que devemos a Deus e ao próximo, fortalece-nos a paciência na adversidade, molda uma verdadeira confissão e manifesta: numa palavra, produz bons frutos de todas as espécies, e boas obras.

Das boas obras. Ensinamos que as verdadeiras boas obras nascem de uma fé viva, pelo Espírito Santo, e são praticadas pelos fiéis segundo a vontade ou a regra da Palavra de Deus. Ora, o apóstolo São Pedro diz:

“Reunindo a vossa diligência, associai com a vossa fé a virtude; com a virtude, o conhecimento; com o conhecimento, o domínio próprio”, etc. (II Pe 1.5 ss). Dissemos acima que a Lei de Deus, que é sua vontade, estabelece para nós o padrão de boas obras. E o apóstolo diz: “Pois esta é a vontade de Deus, a vossa santificação: que vos abstenhais da prostituição... e que, nesta matéria, ninguém ofenda nem defraude a seu irmão” (I Ts 4.3 ss).

Obras de escolha humana. E na verdade, obras e cultos que escolhemos por nosso arbítrio não são agradáveis a Deus. A estes São Paulo denomina *ethelothreskia* (CI 2.23). Desses o Senhor diz no Evangelho: “Em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos de homens” (Mt 15.9). Portanto, desaprovamos tais obras, mas aprovamos e estimulamos aquelas que são da vontade e de mandado de Deus.

O fim das boas obras. Essas mesmas obras não devem ser praticadas para, por meio delas, ganharmos a vida eterna pois, como diz o apóstolo, a vida eterna é dom de Deus. Nem devem ser elas praticadas por ostentação, o que o Senhor rejeita em Mt, cap. 6, nem para lucro, o que também ele rejeita em Mt, cap. 23, mas para a glória de Deus, para adornar a nossa vocação, para manifestar gratidão a Deus e para benefício do próximo. É assim que Nosso Senhor diz no Evangelho: “Assim brilhe também a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai que está nos céus” (Mt 5.16). E o apóstolo São Paulo diz: “Que andeis de modo digno da vocação a que fostes chamados” (Ef 4.1). Ainda: “E tudo o que fizerdes, seja em palavra, seja em ação, fazei-o em nome do Senhor Jesus, dando por ele graças a Deus Pai” (Cl 3.17); “Não tenha cada um em vista o que é propriamente seu, senão também cada qual o que é dos outros” (Fp 2.4); “Que aprendam também a distinguir-se nas boas obras, a favor dos necessitados, para não se tornarem infrutíferos” (Tt 3.14).

As boas obras não são rejeitadas. Portanto, embora ensinemos com o apóstolo que o homem é justificado pela graça pela fé em Cristo e não por quaisquer boas obras, contudo não menosprezamos nem condenamos as boas obras. Sabemos que o homem não foi criado ou regenerado pela fé, para viver ocioso, mas antes para fazer sem cessar o que é bom e útil. No Evangelho o Senhor diz que uma árvore boa produz bom fruto (Mt 12.33), e que aquele que nele permanece produz muito fruto (Jo 15.5). O apóstolo diz: “Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas” (Ef 2.10). E ainda: “O qual a si mesmo se deu por nós, a fim de

remir-nos de toda iniquidade, e purificar para si mesmo um povo exclusivamente seu, zeloso de boas obras” (Tt 2.14). Condenamos, portanto, todos os que desprezam as boas obras e vivem a dizer que não precisamos dar atenção a elas e que elas são inúteis.

Não somos salvos pelas boas obras. Entretanto, como foi dito acima, não julgamos que somos salvos pelas boas obras nem que elas sejam necessárias para a salvação, de modo que sem elas ninguém já tenha sido salvo. Pois somos salvos somente pela graça e pelo favor de Cristo. As obras procedem, necessariamente, da fé. A salvação é impropriamente atribuída a elas; ao passo que é com absoluta propriedade que ela é atribuída à graça. É bem conhecida a declaração do apóstolo: “E se é pela graça, já não é pelas obras; do contrário, a graça já não é graça” (Rm 11.6).

As boas obras agradam a Deus. As obras que praticamos pela fé são agradáveis a Deus e são por ele aprovadas. Por causa da fé em Cristo, aqueles que praticam boas obras, que sobretudo pelo Espírito Santo são praticadas pela graça de Deus, são agradáveis a Deus. São Pedro diz: “Em qualquer nação, aquele que teme e faz o que é justo lhe é aceitável” (At 10.35). E São Paulo diz: “Não cessamos de orar por vós... a fim de viverdes de modo digno do Senhor, para o seu inteiro agrado, frutificando em toda boa obra” (Cl 1.9 ss).

Ensinamos as verdadeiras virtudes, não as falsas e filosóficas. Assim, zelosamente ensinamos as verdadeiras virtudes, não as falsas ou filosóficas, as verdadeiramente boas obras e os genuínos serviços de um cristão. E tanto quanto podemos, diligente e insistentemente as inculcamos a todos os homens, censurando ao mesmo tempo a desídia e hipocrisia dos que com os lábios louvam e professam o Evangelho e o desonram pelas suas vidas ignominiosas. Nesta questão, pomos diante deles as terríveis ameaças de Deus, bem como as suas ricas promessas e generosas recompensas - exortando, consolando e repreendendo.

Deus recompensa as boas obras. Ensinamos que Deus dá uma rica recompensa aos que praticam boas obras, segundo a palavra do profeta: “Reprime a tua voz de choro... porque há recompensa para as tuas obras” (Jr 31.16; Is. cap. 4). Também o Senhor disse no Evangelho: “Regozijai-vos e exultai, porque é grande o vosso galardão nos céus” (Mt 5.12), e “Quem der a beber ainda que seja um copo de água fria, a um destes pequeninos ... em verdade vos digo que de modo algum perderá o seu galardão” (cap. 10.42). Atribuímos, entretanto, esta recompensa, que o

Senhor dá, não ao mérito do homem que a recebe, mas à bondade ou generosidade e veracidade de Deus, que a promete e a dá, e que, embora não deva nada a ninguém, contudo prometeu que dará recompensa a seus fiéis adoradores; mas ele lhes dá para que eles o adorem. Além disso, mesmo nas obras dos santos há muitas coisas indignas de Deus e muitas mais que são imperfeitas. Mas, porque Deus recebe em graça e acolhe os que praticam obras por amor a Cristo, confere-lhes a prometida recompensa. A assim que em outro contexto as nossas justiças são comparadas a “trapo de imundícia” (Is 64.6). Também o Senhor diz no Evangelho: “Vós, depois de haverdes feito quanto vos foi ordenado, dizei: Somos servos inúteis, porque fizemos apenas o que devíamos fazer” (Lc 17.10).

Os méritos dos homens são nulos. Portanto, embora ensinemos que Deus recompensa as nossas boas ações, todavia ensinamos, ao mesmo tempo, com Santo Agostinho, que Deus não coroa em nós os nossos méritos, mas os seus dons. Por isso dizemos, que qualquer recompensa que recebemos é também graça, e é mais graça que recompensa, porque o bem que fazemos, fazemo-lo mais por Deus do que por nós mesmos, e porque São Paulo diz: “Que tens tu que não tenhas recebido? E, se o recebeste, por que te vanglorias, como se o não tiveras recebido?” (I Co 4.7). E isto é o que o bendito mártir São Cipriano concluiu deste verso: Não devemos gloriar-nos de coisa alguma em nós, visto que nada é propriamente nosso. Condenamos, portanto, os que defendem os méritos dos homens, de modo a esvaziar a graça de Deus.

17. Da Igreja de Deus, santa e católica, e do único Cabeça da Igreja.

A Igreja sempre existiu e sempre existirá. Visto que Deus desde o princípio quis salvar os homens e trazê-los ao conhecimento da verdade (I Tm 2.4), é absolutamente necessário que a Igreja tenha existido no passado, exista agora e continue até o fim do mundo.

Que é a Igreja. A Igreja é a assembleia dos fiéis convocada ou reunida do mundo: é, direi, a comunhão de todos os santos, isto é, dos que verdadeiramente conhecem, adoram corretamente e servem o verdadeiro Deus em Cristo, o Salvador, pela palavra e pelo Espírito Santo, e que, finalmente, participam, pela fé, de todos os benefícios gratuitamente oferecidos mediante Cristo. **Cidadãos de uma comunidade.** São todos

eles cidadãos de uma só cidade, vivem sob o mesmo Senhor, sob as mesmas leis, e na mesma participação de todos os benefícios. O apóstolo os chamou “concidadãos dos santos, e... da família de Deus” (Ef 2.19), denominando “santos” os fiéis na terra (I Co 4.1), que são santificados pelo sangue do filho de Deus. Deve ser entendido inteiramente com relação a estes santos o artigo do Credo: “Creio na santa Igreja católica, na comunhão dos santos”.

Uma só Igreja em todos os tempos. E, visto que há sempre um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Jesus o Messias, e um só Pastor de todo o rebanho, uma só Cabeça deste corpo, enfim, um só Espírito, uma só salvação, uma só fé, um só testamento ou aliança, segue-se, necessariamente, que existe uma só Igreja. A Igreja católica. Por isso chamamos “católica” e essa Igreja, porque é universal, e se espalha por todas as partes do mundo, estende-se por todos os tempos e não é limitada pelo tempo ou pelo espaço. Condenamos, portanto, os donatistas, que confinavam a Igreja a não sei que cantos da África, e não aprovamos o clero romano, que vive a propalar que só a Igreja de Roma é católica.

Partes ou formas da Igreja. A Igreja divide-se em diferentes partes ou formas, não por estar dividida ou rasgada em si mesma, mas por ser distinta pela diversidade dos seus membros. Militante e triunfante. Uma é chamada a Igreja Militante e a outra a Igreja Triunfante. A primeira ainda milita na terra e luta contra a carne, o mundo e o Diabo, que é o príncipe deste mundo, e contra o pecado e a morte. A outra, já deu baixa e triunfa no céu depois de ter vencido esses inimigos, e exulta diante do Senhor. Entretanto, essas duas igrejas têm comunhão e união uma com a outra.

A Igreja particular. A Igreja Militante na terra tem tido, sempre, muitas igrejas particulares. Contudo, todas estas devem ser referidas à unidade da Igreja católica. Esta Igreja (Militante) foi estabelecida de um modo antes da Lei, entre os patriarcas, de outro modo diferente sob Moisés, pela Lei; e de modo diferente por Cristo, por meio do Evangelho.

Os dois povos. Em geral se mencionam dois povos: os israelitas e os gentios, ou aqueles que foram congregados de entre judeus e gentios na Igreja. Há, também, dois Testamentos, o Velho e o Novo. **A mesma Igreja para o velho e o novo povo.** No entanto, de todos esses povos foi e ainda é só uma a comunidade, uma só a salvação num só Messias, em quem, como membros de um só corpo, sob um só Cabeça, todos estão unidos na mesma fé, participando também do mesmo alimento e da

mesma bebida espiritual. Aqui, porém, reconhecemos uma diversidade de tempos e uma diversidade nos sinais do Messias prometido e manifestado; agora, abolidas as cerimônias, a luz brilha sobre nós de maneira mais clara, e bênçãos nos são dadas mais abundantemente, e uma liberdade mais completa.

A Igreja, casa do Deus vivo. Esta santa Igreja de Deus é chamada a casa do Deus vivo, construída de pedras vivas e espirituais e fundada sobre uma rocha firme, sobre fundamento que ninguém tem o direito de substituir por um outro, e é, assim chamada “coluna e baluarte da verdade” (I Tm 3.15). **A Igreja não erra.** Ela não erra, enquanto se apoia sobre a rocha, Cristo, e sobre o fundamento dos profetas e apóstolos. E não é de admirar se ela errar, todas as vezes que abandonar aquele que, só, é a verdade. **A Igreja noiva e virgem.** A Igreja é também chamada virgem e a noiva de Cristo e, em verdade, única e diletta. O apóstolo diz: “Tenho-vos preparado para vos apresentar como virgem pura a um esposo” (II Co 11.2). **A Igreja, rebanho de ovelhas.** A Igreja é chamada rebanho sob um só pastor, Cristo, segundo Ez, cap. 34, e João, cap. 10. **A Igreja corpo de Cristo.** É chamada também corpo de Cristo, porque os fiéis são os membros vivos de Cristo, sob Cristo, o Cabeça.

Cristo o único cabeça da Igreja. É a cabeça que tem a preeminência no corpo, e dela o corpo todo recebe vida; pelo seu espírito o corpo é em tudo governado; dela, ainda, o corpo recebe incremento e crescimento. Mais ainda, há uma só cabeça do corpo a qual com ele se ajusta. Por isso a Igreja não pode ter nenhuma outra cabeça além de Cristo. Como a Igreja é um corpo espiritual, ela precisa ter também uma cabeça espiritual em harmonia consigo mesma. Não pode ser governada por outro espírito que não seja o Espírito de Cristo. Por conseguinte, São Paulo diz: “Ele é a cabeça do corpo, da igreja. Ele é o princípio, o primogênito de entre os mortos, para em todas as cousas ter a primazia” (Cl 1.18). E em outro lugar: “Cristo é o cabeça da igreja, sendo este mesmo salvador do corpo” (Ef 5.23). E novamente: Ele é “o cabeça sobre todas as cousas, e o deus à igreja, a qual é o seu corpo, a plenitude daquele que a tudo enche em todas as cousas” (Ef 1.22 ss). Também: “Cresçamos em tudo naquele que é o cabeça, Cristo, de quem todo o corpo, bem ajustado e consolidado... efetua o seu próprio aumento” (Ef 4.15 ss). Por isso não aprovamos a doutrina do clero romano, que faz do seu Pontífice Romano o pastor universal, o cabeça supremo da Igreja Militante aqui na terra, e assim o próprio vigário de Jesus Cristo, que tem, como eles dizem, toda a plenitude de poder e

soberana autoridade na Igreja. **Cristo o único pastor da Igreja.** Ensinamos que Cristo, nosso Senhor, é e continua a ser o único pastor universal e sumo Pontífice diante de Deus seu Pai, e que na Igreja ele mesmo realiza todas as funções de um pontífice ou pastor, até o fim do mundo; [**Vigário**] e, conseqüentemente, não necessita de vigário, que é substituto de quem está ausente. Mas Cristo está presente com sua Igreja e é sua cabeça vivificadora. **Nenhum primado na Igreja.** Ele proibiu, com toda a severidade, aos seus apóstolos e sucessores qualquer veleidade de primado e domínio na Igreja. Portanto, todos os que resistem, opondo-se a essa verdade transparente, e introduzem outro governo na Igreja de Cristo devem ser ligados àqueles, a respeito de quem profetizam os apóstolos de Cristo, São Pedro e São Paulo, em II Pe cap. 2, e At 20.2, II Co 11.2, II Ts, cap. 2, assim como em outros lugares?

Nenhuma confusão na Igreja. Contudo, repudiando o cabeça romano, não introduzimos na Igreja de Cristo nenhuma confusão ou perturbação, pois ensinamos que o governo da Igreja, estabelecido pelos apóstolos, nos é suficiente para conservar a Igreja na devida ordem. No princípio, quando a Igreja não tinha esse chefe romano, que hoje, como se diz, a conserva em ordem, não estava em confusão ou desordenada. O chefe romano preserva, na verdade, a sua tirania e a corrupção que foi introduzido na Igreja; e, ao mesmo tempo, ele impede, resiste e, com todas as suas forças, arruína a conveniente reforma da Igreja.

Dissentimento e luta na Igreja. Objetam-nos que tem havido várias lutas e dissensões em nossas Igrejas desde que se separaram da Igreja Romana, e que por isso elas não podem ser igrejas verdadeiras. Como se nunca tivesse havido seitas na Igreja Romana, nem dissensões e lutas a respeito de religião, e na verdade presentes não tanto nas escolas como nos púlpitos no meio do povo. Sabemos, certamente, que o apóstolo disse: “Deus não é de confusão; e, sim, de paz” (I Co 14.33). E: “porquanto, havendo entre vós ciúmes e contendias, não é assim que sois carnis?” Contudo, não podemos negar que Deus estava na Igreja apostólica e que a Igreja apostólica era Igreja verdadeira, não obstante a existência de combates e dissensões nela. O apóstolo São Paulo repreendeu o apóstolo São Pedro (Gl 2.11 ss), e Barnabé divergiu de Paulo. Grande luta surgiu na Igreja de Antióquia entre os que pregavam o único Cristo, como Lucas registra nos Atos dos Apóstolos, cap. 15. E tem havido, em todos os tempos, graves lutas na Igreja, e os mais eminentes doutores da Igreja divergiram de opinião entre si acerca de importantes assuntos, sem, no entanto, a

Igreja deixar de ser aquilo que ela era, por causa de tais contendidas. Pois, dessa forma, é do agrado de Deus usar as dissensões que surgem na Igreja para a glória do seu nome, para elucidar a verdade e para que os que são aprovados sejam manifestados (I Co 11.19).

Marcas ou sinais da verdadeira Igreja. Ademais, visto que não reconhecemos nenhum outro chefe da Igreja a não ser Cristo, de igual modo não reconhecemos como a verdadeira Igreja qualquer Igreja que se vangloria de o ser; ensinamos, no entanto, que a verdadeira Igreja é aquela em que se encontram as marcas ou sinais da verdadeira Igreja, principalmente a legítima e sincera pregação da palavra de Deus como nos foi deixada nos escritos dos profetas e apóstolos, que nos conduzem todos nós a Cristo, que no Evangelho disse: “As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem. Eu lhes dou a vida eterna... De modo nenhum seguirão o estranho, antes fugirão dele porque não conhecem a voz dos estranhos” (Jo 10.5, 27, 28).

E aqueles que são assim na Igreja de Deus têm uma fé e um espírito; e por isso adoram o único Deus e só a ele cultuam em espírito e verdade, só a ele amando de todo o coração e de todas as suas forças, só a ele orando por meio de Jesus Cristo, o único Mediador e Intercessor; e não buscam nenhuma justiça e vida fora de Cristo e da fé nele. Pelo fato de reconhecerem a Cristo como o único chefe e fundamento de sua Igreja, apoiando-se nele, renovam-se diariamente pelo arrependimento e, com paciência, carregam a cruz imposta a eles. Além disso, congregados juntos com todos os membros de Cristo por um amor não fingido, revelam que são discípulos de Cristo perseverando no vínculo da paz e da santa unidade. Ao mesmo tempo participam dos sacramentos instituídos por Cristo e a nós entregues pelos seus apóstolos, não os usando de nenhuma outra maneira a não ser como os receberam do próprio Senhor. Aquela palavra do apóstolo São Paulo é bem conhecida de todos: “Porque eu recebi do Senhor o que também vos entreguei” (I Co 11.23 ss). Por causa disso, condenamos como alienadas da verdadeira Igreja de Cristo todas aquelas igrejas que não são como ouvimos que devem ser, a despeito do muito que se jactam de uma sucessão de bispos, de unidade e de antiguidade. Além do mais, temos a advertência dos apóstolos de Cristo, para que fujamos da idolatria e de Babilônia (I Co 10.14; I Jo 5.21), e não tenhamos parte com ela se não queremos ser participantes das pragas de Deus (Ap 18.4; II Co 6.17).

Fora da Igreja de Deus não há salvação. Consideramos a comunhão com a verdadeira Igreja de Cristo coisa tão elevada que negamos que possa viver perante Deus aqueles que não estiverem em comunhão com a verdadeira Igreja de Deus, mas dela se separam. Pois, como não havia salvação fora da arca de Noé, quando o mundo perecia no dilúvio, igualmente cremos que não há salvação certa e segura fora de Cristo, que se oferece para o bem dos eleitos na Igreja; e por isso ensinamos que os que querem viver não podem separar-se da Igreja de Cristo.

A Igreja não está limitada aos seus sinais. Entretanto, pelos sinais acima mencionados, não restringimos a Igreja ao ponto de ensinarmos que estão fora dela todos aqueles que ou não participam dos sacramentos, pelo menos não voluntariamente ou por desprezo, mas antes, forçados pela necessidade, involuntariamente se abstêm deles ou deles são privados, ou em quem a fé algumas vezes falha, embora não seja inteiramente extinta e não cesse de todo; ou em quem se encontram as imperfeições e erros devidos à fraqueza. Sabemos que Deus teve alguns amigos no mundo fora da comunidade de Israel. Sabemos do que aconteceu ao povo de Deus no cativeiro da Babilônia, onde foram privados dos seus sacrifícios por setenta anos. Sabemos o que aconteceu a São Pedro, que negou o Mestre, e o que costuma acontecer diariamente aos eleitos de Deus e às pessoas fiéis que se desviam e são fracas. Sabemos, mais, que tipo de igrejas eram as existentes na Galácia e em Corinto nos dias dos apóstolos, nas quais o apóstolo encontrou muitos e sérios pecados; apesar disso ele as chama santas igrejas de Cristo (I Co 1.2; Gl 1.2).

A Igreja às vezes parece estar extinta. Sim, muitas vezes acontece que Deus, em seu justo juízo, permite que a verdade da sua Palavra, a fé católica e o culto verdadeiro de Deus sejam de tal forma obscurecidos e deformados, que a Igreja parece quase extinta e não mais existir, como vemos ter acontecido nos dias de Elias (I Rs 19.10, 14), e em outras ocasiões. Não obstante, Deus tem, neste mundo e nestas trevas, os seus verdadeiros adoradores, que não são poucos, chegando mesmo a sete mil e mais (I Rs 19.18, Ap 7.4, 9). Pois o apóstolo exclama: “O firme fundamento de Deus permanece, tendo este selo, ‘O Senhor conhece os que lhe pertencem’”, etc. (II Tm 2.19). Vem daí que pode a Igreja de Deus ser designada invisível; não que os homens dos quais ela é formada sejam

invisíveis, mas porque, estando oculta de nossos olhos e sendo conhecida só de Deus, ela às vezes secretamente foge ao juízo humano.

Nem todos os que estão na Igreja são da Igreja. Por outro lado, nem todos os que são contados no número da Igreja são santos ou membros vivos e verdadeiros da Igreja. Pois há muitos hipócritas que externamente ouvem a palavra de Deus e publicamente recebem os sacramentos, e parecem invocar a Deus somente por meio de Cristo, confessar que Cristo é a sua única justiça, e adorar a Deus e exercer os deveres de caridade e por algum tempo suportar com paciência as desgraças. E, não obstante, interiormente, estão completamente destituídos da verdadeira iluminação do Espírito, de fé e de sinceridade de coração, e de perseverança até o fim. Mas finalmente o caráter destes homens, em sua maior parte, será manifestado. O apóstolo São João diz: “Eles saíram de nosso meio, mas não eram dos nossos; porque, se tivessem sido dos nossos, teriam permanecido conosco” (I Jo 2.19). Todavia, conquanto simulem piedade, não são da Igreja, ainda que sejam considerados estarem na Igreja, exatamente como os traidores numa república estão incluídos no número de seus cidadãos, antes que sejam descobertos; e, como o joio e a palha se encontram no trigo, e como inchaços e tumores se acham no corpo sadio, quando ao contrário são doenças e deformidades e não genuínos membros do corpo. E assim a Igreja de Deus é muito adequadamente comparada a uma rede que retira peixes de todas as espécies, e a um campo no qual se encontram joio e trigo (Mt 13.24 ss, 47 ss).

Não devemos julgar irrefletida e prematuramente. Consequentemente, devemos ser muito cuidadosos, não julgando antes da hora, nem tentando excluir e rejeitar ou separar aqueles aos quais o Senhor não quer excluídos nem rejeitados, e nem aqueles que não podemos eliminar sem prejuízo para a Igreja. Por outro lado, devemos estar vigilantes para que, enquanto os piedosos ressonam, os ímpios não ganhem terreno e causem mal à Igreja.

A unidade da Igreja não consiste em ritos externos. Além disso, diligentemente ensinamos que se deve tomar grande cuidado naquilo em que consistem de modo especial a verdade e a unidade da Igreja, para não provocarmos nem alimentarmos cismas na Igreja, irrefletidamente. A unidade não consiste em cerimônias e ritos externos, mas antes na verdade e unidade da fé católica. A fé católica não nos é transmitida pelas leis humanas, mas pelas Santas Escrituras, das quais é

um resumo o Credo Apostólico. E, assim, lemos nos escritores antigos que havia grande diversidade de cerimônias, mas que eram livres e ninguém jamais pensava que a unidade da Igreja era, desse modo, dissolvida. Assim, ensinamos que a verdadeira harmonia da Igreja consiste em doutrinas e na verdadeira e unânime pregação do Evangelho de Cristo, nos ritos que foram expressamente transmitidos pelo Senhor. E aqui insistimos na palavra do apóstolo: “Todos, pois, que somos perfeitos, tenhamos este sentimento; e, se porventura pensais doutro modo, também isto Deus vos esclarecerá. Todavia, andemos de acordo com o que já alcançamos” (Fp 3.11 ss).

18. Dos ministros da Igreja, sua instituição e deveres

Deus usa ministros na edificação da Igreja. Deus sempre usou ministros para reunir ou estabelecer para si a Igreja, e para o governo e preservação da mesma; e ainda os usa e sempre os usará, enquanto a Igreja permanecer na terra. Portanto, a origem, a instituição e o ofício de ministros é uma ordenação muito antiga de Deus mesmo e não inovação de homens. ***Instituição e origem de ministros.*** É verdade que Deus poderia, pelo seu poder, sem qualquer meio, congregar para si mesmo uma Igreja de entre os homens; mas ele preferiu tratar com os homens pelo ministério de homens. Por isso os ministros devem ser considerados não como ministros apenas por si mesmos, mas como ministros de Deus, visto que por meio deles Deus realiza a salvação de homens.

O ministério não deve ser depreciado. Por essa razão, chamamos a atenção dos homens para que tomem cuidado para não atribuímos o que diz respeito à nossa conversão e instrução ao poder secreto do Espírito Santo, fazendo pouco do ministério eclesiástico. Pois convém termos sempre em mente as palavras do apóstolo: “Como, porém, invocarão aquele em que não creram? e como crerão naquele de quem nada ouviram? e como ouvirão, se não há quem pregue? ... E assim, a fé vem pela pregação e a pregação pela palavra de Cristo” (Rm 10.14, 17). E também o que o Senhor disse no Evangelho: “Em verdade, em verdade vos digo: Quem recebe aquele que eu enviar, a mim me recebe; e quem me recebe, recebe aquele que me enviou” (Jo 13.20). De igual modo, um homem da Macedônia, que apareceu numa visão a São Paulo, enquanto este se encontrava na Ásia, secretamente o admoestou dizendo: “Passa à Macedônia, e ajuda-nos” (At 16.9). E em outro lugar o mesmo apóstolo diz:

“Porque de Deus somos cooperadores; lavoura de Deus, edifício de Deus sois vós” (I Co 3.9).

Por outro lado, no entanto, devemos precaver-nos para não atribuímos demasiado aos ministros e ao ministério; aqui também lembrando-nos das palavras de nosso Senhor no Evangelho: “Ninguém pode vir a mim se o Pai que me enviou não o trouxer” (Jo 6.44), e as palavras do apóstolo: “Quem é Apolo? e quem é Paulo? Servos por meio de quem crestes, e isto conforme o Senhor concedeu a cada um ... Eu plantei, Apolo regou; mas o crescimento veio de Deus. De modo que nem o que planta é alguma cousa, nem o que rega, mas Deus que dá o crescimento” (I Co 3. 5, 7). **Deus move os corações dos homens.** Então, creiamos que Deus nos ensina pela sua palavra, externamente por meio dos seus ministros e internamente move os corações dos seus eleitos à fé pelo seu Espírito Santo; e que, portanto, devemos atribuir a Deus toda a glória de todo este benefício. Mas deste assunto já tratamos no primeiro capítulo desta Explicação.

Quem são os ministros e de que sorte são os que Deus deu ao mundo. E em verdade desde o princípio do mundo Deus usou os mais eminentes homens no mundo inteiro (ainda que muitos deles fossem simples na sabedoria terrena ou na filosofia, no entanto na verdadeira teologia eram excelentes), a saber, os patriarcas, com os quais ele falou frequentemente pelos anjos. Pois os patriarcas eram os profetas e mestres dos seus dias, aos quais, por essa razão, quis Deus que vivessem por vários séculos, para que fossem, por assim dizer pais e luzes do mundo. Foram seguidos por Moisés e os profetas famosos pelo mundo inteiro.

Cristo o mestre. Depois destes o Pai celestial enviou o seu Filho unigênito, o mais perfeito mestre do mundo, em quem está escondida a sabedoria de Deus, a qual veio até nós através da mais santa, simples e perfeita de todas as doutrinas. Ele escolheu discípulos para si mesmo, aos quais fez apóstolos. Estes saíram por todo o mundo e em toda parte congregaram igrejas pela pregação do Evangelho, e depois ordenaram pastores ou mestres (doutores) em todas as igrejas do mundo, segundo o mandamento de Cristo; mediante seus sucessores ele ensinou e governou a Igreja até hoje. Portanto, como Deus deu ao seu povo antigo os patriarcas, juntamente com Moisés e os profetas, assim também ao seu povo do Novo Testamento ele enviou seu Filho unigênito e, com ele, os apóstolos e doutores da Igreja.

Ministros do Novo Testamento. Além disso, os ministros do novo povo são designados por diversos nomes. São chamados apóstolos, Profetas, evangelistas, bispos, anciãos, pastores e mestres (I Co 12.28; Ef 4.11). **Os apóstolos.** Os apóstolos não permaneciam num lugar determinado, mas por todo o mundo iam congregando diversas igrejas. Uma vez estas estabelecidos, deixou de haver apóstolos, e, em seu lugar, apareceram pastores, cada um em sua igreja. **Profetas.** Nos primeiros tempos eram videntes, conhecendo o futuro; mas também interpretavam as Escrituras. Tais homens são encontrados também hoje. **Evangelistas.** Os escritores da história evangélica eram chamados Evangelistas; mas eram também arautos do Evangelho de Cristo; como o apóstolo São Paulo ordena a Timóteo: “Faze o trabalho de evangelista” (II Tm 4.5). **Bispos.** Bispos são os supervisores e vigias da Igreja, que administram o alimento e outras necessidades da vida da Igreja. **Presbíteros.** Os presbíteros são os anciãos e, por assim dizer, os senadores e pais da Igreja, governando-a com sadio conselho. **Pastores.** Os pastores não só guardam o rebanho do Senhor, como também providenciam as coisas necessárias a ele. **Mestres.** Os mestres instruem e ensinam a verdadeira fé e piedade. Portanto, os ministros da Igreja podem, agora, ser chamados bispos, anciãos, pastores e mestres.

Ordens dos papistas. Com o passar o tempo, muitas outras designações de ministros na Igreja foram introduzidas na Igreja de Deus. Alguns foram ordenados patriarcas, outros arcebispos, outros sufragâneos; também metropolitanos, arqui-diáconos, diáconos, subdiáconos, acólitos, exorcistas, cantores, porteiros e não sei quantos outros, como cardeais, reitores e priores; abades maiores e menores; ordens mais elevadas e inferiores. Não estamos preocupados, porém, acerca de todas estas, de como foram uma vez e são agora. Basta-nos a doutrina apostólica no que concerne aos ministros.

A respeito dos monges. Como sabemos com certeza que os monges e as ordens, ou seitas de monges, não são instituídas nem por Cristo, nem pelos apóstolos, ensinamos que elas nada valem para a Igreja de Deus; antes são perniciosas. Pois, embora anteriormente fossem toleráveis - quando eram solitários, ganhando a vida com suas próprias mãos, e não eram carga para ninguém e, como os leigos, eram por toda parte obedientes aos pastores das igrejas - agora, porém, o mundo todo vê e sabe a que são semelhantes. Eles formulam não sei que votos; mas levam vida totalmente contrária aos seus votos, de modo que os melhores deles

merecem ser incluídos entre aqueles de quem o apóstolo fala: “Estamos informados de que entre vós há pessoas que andam desordenadamente, não trabalhando” etc. (II Ts 3.11). Portanto, não temos tais pessoas em nossas igrejas, nem ensinamos que devem existir nas igrejas de Cristo.

Os ministros devem ser chamados e eleitos. Ninguém deve usurpar a honra do ministério eclesiástico; isto é, apoderar-se dele por suborno ou quaisquer enganos, ou por sua própria escolha. Que os ministros da Igreja sejam chamados e eleitos por eleição legal e eclesiástica; isto é, que sejam eleitos escrupulosamente pela Igreja ou por aqueles que dela receberam delegação para tal fim, na devida ordem, sem qualquer tumulto, divisões ou rivalidade. Não se eleja qualquer um, mas homens idôneos, que se distingam por suficiente cultura sagrada, piedosa eloquência, sabedoria simples, e por fim, pela moderação e reputação honrada, segundo a regra apostólica fixada pelo apóstolo em I Tm, cap. 3, e Tt, cap. 1.

Ordenação. E os que foram eleitos sejam ordenados pelos anciãos com orações públicas e imposição das mãos. Aqui condenamos todos quantos concorrem por conta própria, não sendo nem escolhidos, nem enviados, nem ordenados (Jr. cap. 23). Condenamos os ministros ineptos e os desprovidos dos dons necessários a um pastor.

Ao mesmo tempo, reconhecemos que a inocente simplicidade de certos pastores na Igreja Antiga por vezes aproveitou mais à Igreja do que a erudição multiforme, refinada e elegante mas demasiado infatuada de outros. Por esse motivo não rejeitamos, nem mesmo hoje, a simplicidade honesta de alguns, que não é, porém, de modo algum ignorante.

O sacerdócio de todos os crentes. Sem dúvida, os apóstolos de Cristo designam todos os que creem em Cristo como “sacerdotes”, não por causa de qualquer ofício, mas porque, por Cristo, todos os fiéis, feitos reis e sacerdotes, podemos oferecer sacrifícios espirituais a Deus (Êx 19.6; I Pe 2.9; Ap 1.6). Portanto, o sacerdócio e o ministério são bem diferentes um do outro. O sacerdócio, como acabamos de dizer, é comum a todos os cristãos; o mesmo não acontece com o ministério. Nem abolimos o ministério da Igreja pelo fato de termos repudiado o sacerdócio papístico da Igreja de Cristo.

Sacerdotes e sacerdócio. Sem dúvida nenhuma, na nova aliança de Cristo não existe mais essa forma de sacerdócio como existia entre o povo antigo; o qual incluía unção externa, roupagens santas e inúmeras cerimônias que eram tipos de Cristo, que aboliu tudo isso pela sua vinda e

cumprimento desses tipos. Mas ele mesmo permanece o único sacerdote para sempre e para não subtrairmos qualquer coisa dele, não chamamos sacerdote a nenhum dos ministros. Pois o próprio Senhor nosso não nomeou nenhum sacerdote na Igreja do Novo Testamento, que, tendo recebido autoridade do sufragâneo, ofereçam sacrifício diariamente, isto é, a própria carne e sangue do Senhor, pelos vivos e mortos, mas ministros que ensinem e administrem os sacramentos.

A natureza dos ministros do Novo Testamento. São Paulo expõe de modo simples e conciso o que devemos pensar dos ministros do Novo Testamento ou da Igreja Cristã, e o que devemos atribuir-lhes: “Assim, pois, importa que os homens nos considerem como ministros de Cristo, e despenseiros dos mistérios de Deus” (I Co 4.1). Por isso, o apóstolo quer que estimemos os ministros como ministros. Ora, o apóstolo os chamou *hyperétas*, “remadores”, que têm os olhos fixos unicamente no timoneiro, e são, assim, homens que não vivem para si mesmos ou segundo sua própria vontade, mas para os outros - a saber, para os seus senhores, de cujas ordens dependem inteiramente. Pois em todos os seus deveres todo ministro da Igreja recebe ordens, não de satisfazer a sua vontade, mas de executar apenas o que está nos mandamentos recebidos do seu Senhor. E neste caso declarasse, expressamente, quem é o Senhor, isto é, Cristo, a quem os ministros estão sujeitos em todas as questões do ministério.

Os ministros, despenseiros dos mistérios de Deus. Contudo, para explicar mais completamente o ministério, o apóstolo acrescenta que os ministros da Igreja são *ecónomos* ou despenseiros dos mistérios de Deus. Ora, em muitas passagens, especialmente em Efésios, cap. 3, São Paulo chamou “mistérios de Deus” ao Evangelho de Cristo. E os escritores antigos também chamaram “mistérios” aos sacramentos de Cristo. Assim, é para isto que os ministros da Igreja são vocacionados - para pregarem o Evangelho de Cristo aos fiéis e para administrarem os sacramentos. Lemos, ainda, em outro lugar do Evangelho, a respeito do “mordomo fiel e prudente” a quem “o senhor confiará os seus conservas para dar-lhes o sustento a seu tempo” (Lc 12.42). Além disso, em outra passagem do Evangelho, um homem parte de viagem para um país estrangeiro e, deixando sua casa, passa os seus bens e a sua autoridade nesta a seus servos, dando a cada um a sua tarefa.

Do poder dos ministros da Igreja. Agora, pois, convém falarmos algo também acerca do poder e do dever dos ministros da Igreja.

Sobre esse poder alguns têm discutido diligentemente, e a ele sujeitaram tudo o que há de supremo valor na terra, e o fizeram contrariamente ao mandamento do Senhor, que proibiu aos seus discípulos o domínio e recomendou com insistência a humildade (Lc 22. 24 ss; Mt 18.3 ss; 20.25 ss). Há, na verdade, outro poder que é simples e absoluto, chamado o poder do direito. Segundo esse poder, todas as coisas do mundo inteiro estão sujeitas a Cristo, o Senhor, como ele mesmo declarou, dizendo: “Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra” (Mt 28.18). E ainda: “Eu sou o primeiro e o último, e aquele que vive; estive morto, mas eis que estou vivo pelos séculos dos séculos, e tenho as chaves da morte e do inferno” (Ap 1.18). Igualmente: “... aquele que tem a chave de David, que abre e ninguém fechará, e que fecha e ninguém abre” (Ap 3.7).

O Senhor reserva para si o verdadeiro poder. Esse poder o Senhor o reserva para si, e não o transfere a nenhum outro, ficando ao lado ocioso, como espectador, enquanto os seus ministros trabalham. É Isaías que diz: “Porei sobre o seu ombro a chave da casa de David” (Is 22.22). E outra vez: “O governo está sobre os seus ombros” (Is 9.6). Ele não lança o governo sobre os ombros de outros homens, mas ainda conserva e usa o seu próprio poder, governando todas as coisas.

O poder do ofício e o ministerial. Entretanto, há outro poder, o do ofício, ou poder ministerial, limitado por aquele que usa do poder pleno. E este é mais semelhante a um ministério do que a um império. As chaves. Um senhor concede poder ao seu mordomo e para isso dá-lhes as chaves, com as quais ele introduz na casa ou dela exclui quem o seu senhor gostaria de introduzir ou excluir. Em virtude desse poder o ministro, pelo seu ofício, realiza aquilo que o Senhor ordenou que ele fizesse, e o Senhor confirma aquilo que ele faz e deseja que o que o seu servo fez seja considerado e reconhecido como se ele mesmo o tivesse feito. Indubitavelmente, é a isto que se referem estas sentenças evangélicas: “Dar-te-ei as chaves do reino dos céus: o que ligares na terra, terá sido ligado nos céus; e o que desligares na terra, terá sido desligado nos céus” (Mt 16.19). Ainda: “Se de alguns perdoardes os pecados, são-lhes perdoados; se lhos retiverdes, são retidos” (Jo 20.23). Mas, se o ministro não agir em todas as coisas como o Senhor lhe ordenou, mas transgredir os limites da fé, então o Senhor certamente invalida aquilo que ele fez. Eis por que o poder eclesiástico dos ministros da Igreja é aquela função pela qual eles de fato governam a Igreja de Deus, mas fazem todas as coisas na Igreja como o Senhor as ordenou em sua Palavra. Quando essas coisas são

feitas, os fiéis as consideraram como feitas pelo próprio Senhor. Quanto às chaves, delas já se fez acima uma menção.

O poder dos ministros é um e o mesmo em todos. Ora, o mesmo e igual poder ou função é concedido a todos os ministros na Igreja. Certamente, no princípio os bispos ou presbíteros governavam a Igreja em comum; nenhum homem se elevava acima de qualquer outro, ninguém usurpava maior poder ou autoridade sobre seus *co-episcopos*. Lembrados das palavras do Senhor “Aquele que dirige seja como o que serve” (Lc 22.26) conservavam-se em humildade, e pelo serviço mútuo ajudavam-se no governo e na preservação da Igreja.

A ordem a ser preservada. Entretanto, por causa da preservação da ordem, algum dos ministros convocava reunião da assembleia, e perante ela propunha assuntos a serem apresentados, reunia as opiniões dos demais e, enfim, o quanto estava nele, providenciava para que não surgisse confusão. Assim procedeu São Pedro, segundo lemos nos Atos dos Apóstolos, o qual contudo não era, por essa razão, preferido pelos demais, nem revestido de maior autoridade que os outros. Mui acertadamente disse o Mártir São Cipriano, no seu *De Simplicitate Clericorum*: “Os outros apóstolos eram, seguramente, o que era Pedro, dotados de semelhante associação de honra e poder; mas, [seu] primado procede da unidade para que a Igreja seja manifesta como sendo uma”.

Como e quando um foi colocado diante dos outros. Também São Jerônimo, em seu Comentário à Epístola de Paulo a Tito, diz algo não muito diferente disto: “Antes que começasse a ligação a pessoas em religião, pela instigação do diabo, as igrejas eram governadas pelo conselho comum dos anciãos; mas, depois que cada um passou a pensar que aqueles que ele havia batizado eram seus e não de Cristo, decretou-se que um dos anciãos fosse escolhido e colocado sobre os demais, em quem recairia o cuidado de toda a Igreja, e que se removessem todas as sementes de cismas”. Contudo, São Jerônimo não recomenda este decreto como divino; pois ele logo acrescenta: “Assim como os anciãos sabem pelo costume da Igreja que se acham sujeitos ao que foi posto sobre eles, assim saibam os bispos, que se acham sobre os anciãos mais pelo costume do que pela verdade de uma disposição do Senhor, e que devem governar a Igreja em comum com eles”. Até aqui São Jerônimo. Por conseguinte, ninguém tem o direito de proibir o retorno à antiga constituição da Igreja de Deus, e recorrer a isso com apoio no costume humano.

Os deveres do ministro. São vários os deveres dos ministros, no entanto, em geral se restringem a dois, nos quais todos os outros estão incluídos: o ensino evangélico de Cristo e a legítima administração dos sacramentos. É dever dos ministros reunir a assembleia sagrada e nela expor a Palavra de Deus, e aplicar toda a doutrina à razão e ao uso da Igreja, de modo que o que for ensinado seja útil aos ouvintes e edifique os fiéis. É dever dos ministros, afirmo, ensinar os ignorantes e exortar; e estimular os indecisos ou ainda os que caminham lentamente à avançar no caminho do Senhor, consolar e confirmar os pusilânimes, e armá-los contra as multiformes tentações de Satanás; corrigir os que pecam; reconduzir ao caminho os transviados; levantar os caídos; convencer os contradizentes; expulsar do rebanho do Senhor os lobos; repreender, prudente e severamente os crimes e os criminosos; não serem coniventes nem se calarem perante o crime. Mas, além de tudo isso, é seu dever administrar os sacramentos, recomendar o uso justo deles e, pela sã doutrina, preparar todos para recebê-los; conservar também os fiéis numa santa unidade; e impedir os cismas, enfim catequizar os ignorantes, recomendar à Igreja as necessidades dos pobres, visitar, instruir e conservar no caminho da vida os enfermos e os afligidos por várias tentações. Além disso, devem cuidar das orações públicas ou das súplicas em ocasiões de necessidade, juntamente com o jejum, isto é, procurar uma santa abstinência; e cuidar o mais diligentemente possível de tudo o que diz respeito à tranquilidade, à paz e à salvação das igrejas.

E para que o ministro possa realizar todas estas coisas da melhor maneira e mais facilmente, requer-se especialmente dele que tema a Deus, seja constante na oração, entregue-se à leitura sagrada e, em todas as coisas e em todas as ocasiões, seja vigilante, e pela pureza de vida deixe sua luz brilhar diante de todos os homens.

Disciplina. E, visto que a disciplina é absolutamente necessária na Igreja, e que a excomunhão foi outrora usada, entre os antigos, e havia, entre o povo de Deus julgamentos eclesiásticos, nos quais esta disciplina era exercida por homens sábios e piedosos, será também dever dos ministros regular essa disciplina para edificação, de acordo com as circunstâncias dos tempos, do estado público e com a necessidade. Todas as vezes que se deve observar a regra, tudo se deve fazer para edificação, decente e honestamente, sem tirania e divisão. Pois o apóstolo atesta que lhe foi outorgada pelo Senhor autoridade na Igreja “para edificação, e não para destruição” (II Co 10.8). E o Senhor mesmo proibiu arrancar o joio

no campo do Senhor, porque haveria o perigo de ser arrancado o trigo juntamente com ele (Mt 13.29 ss).

Mesmo os maus ministros devem ser ouvidos. Ademais, detestamos energicamente o erro dos donatistas, que consideram a doutrina e a administração dos sacramentos eficazes ou ineficazes, segundo a vida boa ou má dos ministros. Porquanto sabemos que a voz de Cristo deve ser ouvida, mesmo dos lábios de maus ministros; porque o Senhor mesmo disse: “Fazei e guardai, pois, tudo quanto eles vos disserem, porém, não os imiteis nas suas obras” (Mt 23.3). Sabemos que os sacramentos são santificados pela instituição e pela palavra de Cristo, e que são válidos para o fiel, embora administrados por ministros indignos. Sobre este assunto Santo Agostinho, o bem-aventurado servo de Deus, muitas vezes argumentou com base nas Escrituras, contra os donatistas.

Sínodos. Apesar disso, deve haver disciplina adequada entre os ministros. Nos Sínodos a doutrina e a vida dos ministros devem ser cuidadosamente examinadas. Os que pecam devem ser repreendidos pelos anciãos e reconduzidos ao caminho certo, se forem curáveis; e, se forem incuráveis, devem ser depostos, e, como lobos, expulsos do rebanho do Senhor pelos verdadeiros pastores. Se são falsos mestres, não podem ser de modo algum tolerados. Nem desaprovamos os concílios ecumênicos, se convocados segundo o exemplo dos apóstolos, para a salvação da Igreja e não para sua destruição.

O obreiro é digno do seu salário. Todos os ministros fiéis, como bons obreiros, são também dignos do seu salário e não pecam quando recebem estipêndios e todas as coisas necessárias a eles mesmos e suas famílias. O apóstolo mostra em I Co, cap. 9 e em I Tm, cap. 5, bem como em outras passagens, que tais coisas são, de direito, dadas pela Igreja e recebidas pelos ministros. Os anabaptistas, que condenam e difamam os ministros que vivem do seu ministério, são também refutados pelo ensino apostólico.

19. Dos sacramentos e da Igreja de Cristo

Os sacramentos adicionais à Palavra e o que são eles. Deus, desde o princípio, acrescentou à pregação da Palavra em sua Igreja os sacramentos ou sinais sacramentais. É o que a Sagrada Escritura claramente testifica. Sacramentos são símbolos místicos, ou ritos santos, ou atos sagrados instituídos pelo próprio Deus, consistindo segundo a sua

Palavra, de sinais e de coisas significadas, por meio das quais ele, na Igreja, conserva a memória dos grandes benefícios por ele concedidos ao homem - renovando-a frequentemente - por meio dos quais, também, ele sela as suas promessas e, externamente as representa e, como que nos põe diante dos olhos aquelas coisas que internamente ele nos concede, e assim fortalece e aumenta a nossa fé pela operação do Espírito de Deus em nossos corações. Finalmente, por meio deles, ele nos separa de todos os outros povos e religiões, e nos consagra e nos liga a si só, e nos dá a entender o que ele requer de nós.

Alguns são sacramentos do Velho, outros do Novo Testamento. Alguns sacramentos são do velho povo, outros do novo. Os sacramentos do velho povo eram a Circuncisão e o Cordeiro Pascal, que era imolado; por essa razão, ele se relaciona com os sacrifícios celebrados desde o princípio do mundo.

O número dos sacramentos do novo povo. Os sacramentos do novo povo são o Batismo e a Ceia do Senhor. Alguns há que reconhecem sete sacramentos do novo povo. Destes, reconhecemos que o arrependimento, a ordenação de ministros - não a ordenação papista, mas a apostólica - e o matrimônio são instituições úteis de Deus, não porém sacramentos. A confirmação e a extrema unção são simples invenções dos homens, que a Igreja pode dispensar sem nenhum prejuízo. Na verdade, não as temos em nossas igrejas, pois elas contêm certas coisas que de modo nenhum podemos aprovar. Acima de tudo, detestamos todo o comércio que exercem os romanistas na dispensação dos sacramentos.

O autor dos sacramentos. O autor de todos os sacramentos não é nenhum homem, mas Deus somente. Os homens não podem instituir sacramentos. Estes fazem parte do culto de Deus. E não é da competência do homem estabelecer e prescrever o culto de Deus, mas receber e preservar o que por Deus foi entregue. Além disso, os símbolos têm juntas as promessas que requerem fé. E a fé se apoia exclusivamente na Palavra de Deus; e a Palavra de Deus assemelha-se a escritos ou cartas, e os sacramentos a selos, que somente Deus coloca nas cartas.

Cristo ainda opera nos sacramentos. E sendo Deus o autor dos sacramentos, assim ele continuamente opera na Igreja, em que os sacramentos são devidamente celebrados; de modo que os fiéis, quando recebem dos ministros os sacramentos, reconhecem que Deus opera em sua própria instituição, e portanto, recebem os sacramentos como da mão do próprio Deus; e os defeitos do ministro (ainda que sejam muito

grandes) não podem prejudicá-lo, se eles reconhecem que a integridade dos sacramentos depende da instituição do Senhor.

Deve-se distinguir entre o autor e o ministro dos sacramentos. Por conseguinte, na administração dos sacramentos distinguem eles, também claramente, entre o Senhor mesmo e o ministro do Senhor, confessando que a substância dos sacramentos lhes é dada pelo próprio Senhor e os símbolos pelos ministros do Senhor.

A essência ou coisa principal nos sacramentos. Mas, a coisa principal que Deus propõe em todos os sacramentos e para a qual todos os piedosos de todos os tempos voltam a atenção que outros chamam substância e matéria nos sacramentos é Cristo o Salvador, o sacrifício único, o Cordeiro de Deus morto desde a fundação do mundo, a rocha, também, da qual todos os nossos pais beberam, por quem todos os eleitos são circuncidados não por mãos, pelo Espírito Santo, e são lavados de todos os seus pecados e alimentados com o próprio corpo e sangue de Cristo para a vida eterna.

Semelhança e diferença dos sacramentos do velho e do novo povo de Deus. Com respeito ao que é o principal e a própria matéria, os sacramentos de ambos os povos são iguais. Pois Cristo, o único Salvador e Mediador dos fiéis, é o principal elemento e a própria substância dos sacramentos em ambos; porquanto o mesmo Deus é o autor dos dois sacramentos.

Eles foram dados aos dois povos como sinais e selos da graça e das promessas de Deus, para que tragam à mente e renovem a lembrança dos grandíssimos benefícios de Deus e para que distinguissem os fiéis de todas as outras religiões do mundo; finalmente, para que fossem recebidos espiritualmente pela fé e ligassem à Igreja os participantes, e os lembrassem dos seus deveres. Nesses e em outros pontos semelhantes digo que os sacramentos de ambos os povos não são diferentes como parecem, embora exteriormente o sejam. E, na verdade. no que diz respeito aos sinais, fazemos uma maior distinção. Os nossos são mais firmes e mais duradouros, visto que nunca serão mudados até o fim do mundo. Mais ainda, os nossos testificam que tanto a substância como a promessa foram cumpridas ou consumadas em Cristo; os anteriores significavam o que estava para ser cumprido. Os nossos são também, mais simples e menos complicados, menos pomposos e menos envolvidos com cerimônias. E ainda mais, pertencem a um povo mais numeroso, disperso por toda a face da terra. E, porque são mais excelentes e pelo Espírito

Santo despertam maior fé, resultam ainda, em maior abundância do Espírito.

Nossos sacramentos sucedem aos antigos, que foram abolidos. Certamente, visto que Cristo, o verdadeiro Messias, nos é apresentado e a abundância da graça é derramada sobre o povo do Novo Testamento, os sacramentos do velho povo de Deus foram abolidos e cessaram; e em seu lugar colocaram-se os símbolos do Novo Testamento - o Batismo em lugar da Circuncisão, a Ceia do Senhor em lugar do Cordeiro Pascal e dos sacrifícios.

Em que consistem os sacramentos. E como outrora os sacramentos consistiam da palavra, do sinal e da coisa significada, assim também agora eles se compõem, por assim dizer, dessas mesmas partes. Pois, a Palavra de Deus os faz sacramentos, o que antes não eram. ***A consagração dos sacramentos.*** São consagrados pela Palavra e declarados santificados por aquele que os instituiu. Santificar ou consagrar uma coisa a Deus é dedicá-la a usos sagrados isto é, retirá-la do uso comum ou profano e destiná-la a uso sagrado, pois, os sinais nos sacramentos se derivam do uso comum, de coisas externas e visíveis. No Batismo, o sinal externo é o elemento da água e a ablução visível, feita pelo ministro; a coisa significada é a regeneração e purificação de pecados. Na Ceia do Senhor, o sinal externo é o pão e o vinho, tomados do uso comum do comer e do beber; a coisa significado é o corpo do Senhor que foi entregue, e seu sangue vertido por nós, ou a comunhão do corpo e do sangue do Senhor. Por isso, a água, o pão, o vinho, segundo sua natureza e à parte da instituição divina e do uso sagrado, são somente aquilo que são chamados, e que experimentamos. Mas, quando a Palavra do Senhor lhes é acrescentada, com a invocação do nome divino e a renovação de sua primeira instituição e santificação, então esses sinais são consagrados e se mostram santificados por Cristo. A primeira instituição de Cristo e a consagração dos sacramentos permanece sempre eficaz na Igreja de Deus, de tal modo que aqueles que celebram os sacramentos, não de modo diferente daquele que o Senhor mesmo estabeleceu desde o princípio, ainda hoje desfrutam daquela primeira e sobre-excelente consagração. E por isso, na celebração dos sacramentos, são repetidas as próprias palavras de Cristo.

Os sinais recebem o nome das coisas significadas. Porque aprendemos da Palavra de Deus que estes sinais foram instituídos para outro fim, diverso do uso comum, ensinamos que eles agora, em seu santo

uso, assumem em si os nomes das coisas significados e não são mais chamados apenas água, pão ou vinho, mas também, regeneração ou o lavar com água e o corpo e sangue do Senhor, ou símbolos e sacramentos do corpo e sangue do Senhor. Não que os símbolos se transformem nas coisas significados ou cessem de ser o que são por sua natureza. Pois de outro modo não poderiam ser sacramentos. Se fossem apenas a coisa significados, não seriam sinais.

A união sacramental. Portanto, os sinais adquirem os nomes das coisas, porque são símbolos místicos de coisas sagradas, e porque os sinais e as coisas significados estão sacramentalmente ligados; ligam-se, digo, ou unem-se pela significação mística e pela vontade e conselho daquele que instituiu os sacramentos. A água, o pão e o vinho não são sinais comuns, mas sagrados. E aquele que instituiu a água no batismo não a instituiu com a vontade e intenção de que os fiéis apenas fossem aspergidos pela água do batismo; e aquele que mandou comer o pão e beber o vinho na ceia não queria que os fiéis recebessem apenas pão e vinho sem qualquer mistério, da maneira como comem pão em suas casas, mas, que participassem espiritualmente das coisas significados, sendo pela fé verdadeiramente lavados de seus pecados e participantes de Cristo.

As seitas. Portanto, não podemos absolutamente aprovar os que atribuem a santificação dos sacramentos a não sei que propriedades e fórmulas ou ao poder de palavras pronunciadas por alguém que é consagrado e o que tem a intenção de consagrar, ou por outros acidentes quaisquer, que nem Cristo nem os apóstolos nos entregaram por palavras ou exemplo. Nem aprovamos tampouco a doutrina daqueles que falam dos sacramentos apenas como sinais comuns, não santificados nem eficazes. Nem aprovamos os que desprezam o aspecto visível dos sacramentos por causa do invisível, e assim creem que os sinais são supérfluos porque pensam que já gozam as próprias coisas significados, como dizem que os messalianos sustentavam.

A coisa significados não está incluída nos sacramentos nem a eles ligada. Não aprovamos a doutrina daqueles que ensinam que a graça e as coisas significados estão de tal modo ligadas aos sinais e neles incluídas que, todos aqueles que participarem externamente dos sinais, não importando que espécie de pessoas sejam, são também interiormente participantes da graça e das coisas significados.

No entanto, como não julgamos o valor dos sacramentos pela dignidade ou indignidade dos ministros, assim também não os avaliamos

pela condição daqueles que os recebem. Pois, sabemos que o valor dos sacramentos depende da fé e da veracidade e exclusiva bondade de Deus. Assim como a Palavra de Deus permanece a verdadeira Palavra de Deus que, em sendo pregada, não são meras palavras repetidas, mas ao mesmo tempo, as coisas significadas ou anunciadas em palavras são oferecidas por Deus, embora os ímpios e incrédulos as ouçam e compreendam, contudo não aproveitam as coisas significadas, porque não as recebem pela verdadeira fé, assim os sacramentos, que pela Palavra consistem de sinais e de coisas significadas, continuam sendo sacramentos verdadeiros e invioláveis, significando não somente coisas sagradas mas, pelo oferecimento de Deus, as próprias coisas significadas, embora os incrédulos não percebam as coisas oferecidas. Neste caso, a culpa não é de Deus que as dá e as oferece, mas dos homens que as recebem sem fé e de modo ilegítimo, cuja incredulidade, porém, não invalida a fidelidade de Deus (Rm 3.3 ss).

O fim para o qual os sacramentos foram instituídos. Desde que o fim para o qual os sacramentos foram instituídos foi também explanado, de passagem, quando logo no começo de nossa exposição se mostrou o que eles são, não há necessidade de se fazer a repetição molesta daquilo que já foi dito. Consequentemente, portanto, falaremos agora, separadamente, dos sacramentos do novo povo.

20. Do santo batismo

A instituição do batismo. O batismo foi instituído e consagrado por Deus. Primeiro João batizou, tendo imergido Cristo na água do Jordão. Dele passou para os apóstolos, que também batizavam com água. Ordenou-lhes expressamente o Senhor que pregassem o Evangelho e batizassem “em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28.19). E nos Atos disse São Pedro aos judeus que perguntaram o que deviam fazer: “... e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para remissão dos vossos pecados, e recebereis o dom do Espírito Santo” (At 2.38). Em consequência disso, o batismo é chamado por alguns, sinal de iniciação para o povo de Deus, visto que por ele os eleitos de Deus são consagrados a Deus.

Um só batismo. Há um só batismo na Igreja de Deus; e é suficiente ser uma só vez batizado ou consagrado a Deus. Pois o batismo, uma vez recebido, continua por toda a vida; e é o selo perpétuo de nossa adoção.

O que significa ser batizado. Ser batizado em nome de Cristo é ser arrolado, incluído e recebido na aliança e na família, e assim na herança dos filhos de Deus; sim, e nesta vida ser chamado segundo o nome de Deus, isto é, ser chamado filho de Deus; ser purificado também da impureza dos pecados, e receber a multiforme graça de Deus para uma vida nova e inocente. O batismo, portanto, retém na memória e renova o grande benefício que Deus dispensou à raça dos mortais. Pois todos nascemos na impureza do pecado e somos filhos da ira. Mas Deus, que é rico em misericórdia, nos purifica gratuitamente dos nossos pecados pelo sangue de seu Filho, e, nele nos adota como seus filhos, e por uma santa aliança nos une a si mesmo e nos enriquece com inúmeros dons, para podermos viver uma nova vida. Todas estas coisas são consignadas pelo batismo. Internamente, somos regenerados, purificados e renovados por Deus mediante o Espírito Santo; e exteriormente recebemos o selo dos maiores dons na água, pela qual são também representados os maiores benefícios, e como que colocados diante dos nossos olhos para serem observados.

Somos batizados com água. Por isso, somo batizados, isto é, lavados ou aspergidos com a água visível. Pois a água lava as impurezas, resfria e refresca os corpos quentes e cansados. E a graça de Deus realiza estas coisas para as almas, e o faz de modo invisível ou espiritual.

A obrigação do batismo. Deus também nos separa de todas as religiões e povos estranhos pelo símbolo do batismo, e nos consagra a si mesmo como sua propriedade. Confessamos, portanto, nossa fé quando somos batizados, e sujeitamo-nos a Deus pela obediência, mortificação da carne e novidade de vida, e, com isso, alistamo-nos na santa milícia de Cristo para lutarmos durante toda a nossa vida contra o mundo, Satanás e nossa própria carne. Ademais, somos batizados no corpo da Igreja para, com todos os seus membros, podermos de modo distinto, participar de uma só e da mesma religião e dos serviços mútuos.

A forma do batismo. Cremos que a mais perfeita forma de batismo é aquela pela qual Cristo foi batizado e pela qual os apóstolos batizaram. Aquilo, portanto, que pelo expediente do homem foi acrescentado posteriormente, e usado na Igreja, não consideramos necessário à perfeição do batismo. Por exemplo, o exorcismo, o uso de velas acesas, óleo, sal, cuspo e outras coisas semelhantes como a ideia de que o batismo deve ser administrado duas vezes por ano com um grande número de cerimônias. Cremos que um só batismo da Igreja foi santificado

na primeira instituição realizada por Deus, e que ele é consagrado pela Palavra, e é também eficaz ainda hoje, em virtude da primeira bênção de Deus.

O ministro do batismo. Ensinamos que o batismo não deve ser administrado na Igreja por mulheres ou por parteiras. São Paulo vetou à mulher os ofícios eclesiásticos. E o batismo pertence aos ofícios eclesiásticos.

Anabatistas. Condenamos os anabatistas, que negam que as criancinhas recém-nascidas dos fiéis devam ser batizadas. Mas, segundo o ensino evangélico, “dos tais é o Reino de Deus”, e as mesmas se encontram na aliança de Deus. Por que, então, não deve o sinal da aliança de Deus ser conferido a elas? Por que não devem aqueles que são propriedade de Deus e estão na sua Igreja ser iniciados pelo santo batismo? Condenamos os anabatistas em outras das suas doutrinas peculiares, que eles sustentam em oposição à Palavra de Deus. Não somos, portanto, anabatistas e nada temos em comum com eles.

21. Da santa Ceia do Senhor

A Ceia do Senhor. A Ceia do Senhor - também chamada Mesa do Senhor e Eucaristia, isto é, Ação de Graças - é em geral chamada ceia porque foi instituída por Cristo em sua última ceia, e ainda a representa, e porque nela os fiéis são espiritualmente alimentados e dessedentados.

O autor e consagrador da Ceia. O autor da Ceia do Senhor não é nenhum anjo ou homem, mas o próprio Filho de Deus, nosso Senhor Jesus Cristo, que primeiro a consagrou para sua Igreja. Essa consagração ou bênção ainda permanece entre todos quantos celebram não outra ceia, mas aquela mesma, que o Senhor instituiu e na qual eles recitam as palavras da Ceia do Senhor, e em tudo voltam o olhar com verdadeira fé para o único Cristo, e recebem, como de suas mãos, aquilo que recebem pelo ministério dos ministros da Igreja.

Um memorial das bênçãos de Deus. Por este rito sagrado o Senhor deseja manter em viva lembrança a maior bênção que concedeu aos mortais, a saber, que pelo dom do seu corpo e pelo derramamento do seu sangue ele perdoou todos os nossos pecados e nos redimiu da morte eterna e do poder do Diabo, e agora nos alimenta com a sua carne e nos dá a beber o seu sangue, os quais, recebidos espiritualmente com verdadeira fé, nos alimentam para a vida eterna. E essa bênção tão grande se renova

tantas vezes quantas é celebrada a Ceia do Senhor. Eis o que disse o Senhor: “Fazei isto em memória de mim”. Esta santa Ceia sela, também, para nós, que o próprio corpo de Cristo foi verdadeiramente entregue por nós, e seu sangue vertido para remissão dos nossos pecados, a fim de que em nada a nossa fé venha a vacilar.

O sinal e a coisa significada. E isto é visivelmente representado de modo exterior por este sacramento pelo ministrante e, como que exposto aos olhos para ser contemplado, aquilo que pelo Espírito Santo é concedido interiormente na alma de maneira invisível. O pão é exteriormente oferecido pelo ministro, e ouvem-se as palavras do Senhor: “Tomai, comei; este é o meu corpo”; e “Recebei e reparti entre vós. Bebei dele todos; porque isto é o meu sangue”. Portanto, os fiéis recebem o que é dado pelo ministro do Senhor, e comem o pão do Senhor e bebem do cálice do Senhor. Ao mesmo tempo, pela obra de Cristo por meio do Espírito Santo, interiormente recebem também a carne e o sangue do Senhor e deles se alimentam para a vida eterna. Pois a carne e o sangue de Cristo são o verdadeiro alimento e a verdadeira bebida para a vida eterna; e Cristo mesmo, desde que foi entregue por nós e é nosso Salvador, é o principal elemento na Ceia, e não permitimos que nenhuma outra coisa seja colocada em seu lugar.

Mas, para que se compreenda mais retamente e com clareza como a carne e o sangue de Cristo são o alimento e a bebida dos fiéis, e são recebidos pelos fiéis para a vida eterna, acrescentaríamos estas poucas coisas. Há mais de uma espécie de comer. Há o comer corporal, pelo qual o alimento é posto pelo homem na boca, mastigado com os dentes e deglutido para o estômago. No passado, os cafarnauenses acharam que a carne do Senhor devia ser comida desse modo, mas são refutados pelo próprio Senhor, em João, cap. 6. Desde que a carne de Cristo não pode ser comida corporalmente, sem infâmia e selvageria, assim ela não é alimento para o estômago. Todos os homens são obrigados a admitir isso. Desaprovamos, portanto, o cânon nos decretos do papa, *Ego Berengariust (De Consecrat., Dist. 2)*. Nem a piedosa antiguidade cria, nem cremos nós que o corpo de Cristo possa ser corporalmente e essencialmente comido pela boca.

O comer o Senhor espiritualmente. Há também um comer espiritual do corpo de Cristo; não que pensemos que, por isso, o próprio alimento se mude em espírito, mas o corpo e o sangue do Senhor, embora permanecendo em sua própria essência e propriedade, nos são

espiritualmente comunicados, certamente não de modo corporal, mas espiritual, pelo Espírito Santo, que aplica em nós e nos confere estas coisas que nos foram preparadas pelo sacrifício do corpo e do sangue do Senhor por nós, a saber, a remissão de pecados, o livramento e a vida eterna; de tal modo que Cristo vive em nós e nós vivemos nele, sendo que ele nos possibilita recebê-lo pela verdadeira fé para que possa tornar-se, para nós, esse alimento e bebida espirituais, isto é, nossa vida.

Cristo como nosso alimento sustenta-nos a vida. Assim como o alimento e a bebida corporal não só refazem e fortalecem nossos corpos, mas também os conservam vivos, também a carne de Cristo, entregue por nós e seu sangue vertido por nós não só refazem e fortalecem nossas almas, mas também as conservam vivas, não na medida em que sejam corporalmente comidos e bebidos, mas na medida em que nos são comunicados espiritualmente pelo Espírito de Deus, como diz o Senhor: “O pão que darei pela vida do mundo, é a minha carne” (Jo 6.51), e “a carne” (sem dúvida, corporalmente comida) “para nada aproveita; o espírito é o que vivifica” (v. 63). E mais: “As palavras que eu vos tenho dito, são espírito e são vida”.

Cristo recebido pela fé. E como devemos, pelo comer, receber alimento em nossos corpos para que ele atue em nós e prove a sua eficácia em nós - visto que ele não é de comum proveito quando retido fora de nós - assim é necessário que recebamos Cristo pela fé, para que ele se torne nosso e viva em nós e nós nele. Pois, ele diz: “Eu sou o pão da vida; o que vem a mim, jamais terá fome; e o que crê em mim, jamais terá sede” (Jo 6.35); e também: “Quem de mim se alimenta, por mim viverá... permanece em mim e eu nele” (vs. 57, 56).

Alimento espiritual. De tudo isto, fica claro que por alimento espiritual não queremos dizer algum alimento imaginário que não se sabe bem o que seja mas o próprio corpo do Senhor dado por nós, que entretanto é recebido pelos fiéis não corpórea, mas espiritualmente pela fé. Nesta questão seguimos o ensino do próprio Salvador, Cristo o Senhor, segundo João, cap. 6

O comer é necessário à salvação. E este comer da carne e beber do sangue do Senhor é tão necessário à salvação, que sem ele, nenhum homem pode ser salvo. Mas este comer e beber, espiritualmente, ocorrem também à parte da Ceia do Senhor, sempre e onde quer que o homem creia em Cristo. A isto talvez se aplique a frase de Santo Agostinho: “Por que preparas os dentes e o estômago? Crê e terás comido”.

O comer sacramental do Senhor. Além do comer altamente espiritual há também o comer sacramental do corpo do Senhor, pelo qual o crente participa não só espiritual e interiormente do verdadeiro corpo e sangue do Senhor, mas também, pela aproximação à Mesa do Senhor, recebe externamente o sacramento visível do corpo e do sangue do Senhor. Sem dúvida alguma, já antes, quando creu, recebeu o crente o alimento que lhe dá a vida, e ainda o usufrui. Portanto, quando ele agora recebe o sacramento não é que não receba algo. Pois ele progride na comunicação contínua do corpo e do sangue do Senhor, e assim sua fé se aviva e se desenvolve mais e mais, sendo revigorada pelo alimento espiritual. Enquanto vivemos, nossa fé aumenta continuamente. Ora, aquele que, externamente, recebe o sacramento com verdadeira fé, não recebe apenas o sinal, mas também, como dissemos, desfruta a própria realidade. Além disso, obedece ele à instituição e ao mandamento do Senhor, e com mente alegre rende graças pela própria redenção e a da humanidade toda, realizando uma fiel comemoração da morte do Senhor, dando testemunho diante da Igreja, de cujo corpo é membro. Assegura-se também, aos que recebem o sacramento que o corpo do Senhor foi dado e seu sangue derramado, não apenas pelos homens em geral, mas, particularmente por todo fiel comungante, para quem ele é alimento e bebida para a vida eterna.

Os incrédulos recebem o sacramento para seu julgamento. Mas, aquele que se aproxima da sagrada Mesa do Senhor sem fé, participa somente do sacramento e não recebe a essência do sacramento, de onde provém vida e salvação; e tais pessoas participam indignamente da Mesa do Senhor. Ora, os que comem o pão e bebem o cálice do Senhor de modo não digno, tornam-se culpados do corpo e do sangue do Senhor comendo e bebendo para si mesmo condenação (I Co 11.26-29). Não se aproximando com verdadeira fé, desonram a morte de Cristo e, conseqüentemente, comem e bebem condenação para si mesmos.

A presença de Cristo na Ceia. Nós, pois, não identificamos o corpo do Senhor e seu sangue com o pão e o vinho a ponto de dizer que o próprio pão é o corpo de Cristo, exceto no sentido sacramental; ou que o corpo de Cristo está oculto corporeamente sob o pão, de modo que deve ser adorado sob a forma de pão; ou ainda que, quem quer que receba o sinal, recebe também a própria realidade. O corpo de Cristo está nos céus, à mão direita do Pai; e, portanto, nossos corações devem elevar-se para o

alto e não se fixarem no pão, nem deve o Senhor ser adorado no pão. Contudo, o Senhor não está ausente de sua Igreja, quando esta celebra a Ceia. O sol, que está afastado de nós, nos céus, encontra-se, entretanto, efetivamente presente em nosso meio. Quanto mais o Sol da justiça, Cristo, embora estando ausente de nós nos céus, pelo seu corpo, não estará presente conosco, não corporal, mas, espiritualmente, pela sua operação vivificadora, como ele mesmo declarou, por ocasião da última Ceia, que haveria de estar presente conosco (Jo, caps. 14, 15 e 16). Decorre daí que não temos uma Ceia sem Cristo, mas uma Ceia incruenta e mística, como foi universalmente chamada pela antiguidade.

Outros propósitos da Ceia do Senhor. Além do mais, na celebração da Ceia do Senhor, somos admoestados a estarmos conscientes de cujo corpo nos tornamos membros, e portanto, a sermos uma só mente com todos os irmãos; a viver uma vida santa e a não nos corrompermos com a iniquidade e com religiões estranhas; mas, perseverando na verdadeira fé até o fim da vida, esforçarmo-nos para alcançar a excelência da santidade de vida.

Preparação para a Ceia. Convém, portanto, que tendo de participar da Ceia, primeiro examinemo-nos a nós mesmos, segundo o mandamento do apóstolo, especialmente quanto à fé que temos, se cremos que Cristo veio para salvar os pecadores e chamá-los ao arrependimento, e se cremos que pertencemos ao número dos que foram libertados e salvos por Cristo; e se estamos resolvidos a mudar nossa vida ímpia, a fim de levarmos uma vida santa e, com o auxílio do Senhor, a perseverar na verdadeira religião e na harmonia com os irmãos, e a render graças devidas a Deus pelo seu livramento.

A observância da Ceia com pão e vinho. Julgamos que o rito, a maneira ou forma da Ceia mais simples e excelente seja aquela que mais se aproxime da primeira instituição do Senhor e da doutrina dos apóstolos. Consiste na proclamação da Palavra de Deus, em orações piedosas, na ação do Senhor mesmo, e em sua repetição, comendo do corpo do Senhor, e bebendo de seu sangue; relembrando a morte do Senhor e ele fiel ação de graças; e numa santa participação na união do corpo da Igreja. Desaprovamos, pois, os que privaram os fiéis de um dos elementos do sacramento, a saber, do cálice do Senhor. Estes pecam seriamente contra a ordem do Senhor, que diz: “Bebei dele todos”; o que ele não disse de modo tão expresso a respeito do pão.

Não estamos discutindo, agora, que espécie de missa existiu outrora entre os antigos, se deve ser tolerada ou não. Mas, dizemos isto abertamente: a missa agora usada em toda a Igreja Romana foi abolida em nossas igrejas por muitas e boas razões, as quais, para sermos breves, não enumeramos agora em pormenores. Não poderíamos aprovar a mudança de uma ação salutar em um espetáculo inútil, e num meio de alcançar mérito, e celebrado por um preço. Nem poderíamos aprovar a afirmação de que na mesma, o sacerdote efetua o próprio corpo do Senhor, e realmente o oferece pela remissão dos pecados dos vivos e dos mortos, e ainda para a honra, veneração e lembrança dos santos no céu, etc.

22. Do culto e das reuniões na Igreja

Como deve ser o culto. Embora se permita a todos os homens lerem as Escrituras particularmente em casa, pela instrução edificando-se mutuamente na verdadeira religião, no entanto, para que a Palavra de Deus seja anunciada convenientemente ao povo, e se façam publicamente orações e súplicas, bem como sejam os sacramentos administrados de modo próprio, e se levantem ofertas para os pobres e para o pagamento de todas as despesas da Igreja, e para a conservação das relações sociais, é muito necessário que se mantenham as reuniões de culto ou da Igreja. Pois, é certo que na Igreja apostólica e primitiva, havia tais assembleias, frequentadas por todos os piedosos.

As reuniões para culto não devem ser negligenciadas. Todos quantos negligenciam as reuniões de culto, delas ficando ausentes, desprezam a verdadeira religião, devendo ser exortados pelos pastores e magistrados piedosos para não continuarem ausentes dos cultos.

As reuniões devem ser públicas. As reuniões da Igreja não devem ser ocultas ou às escondidas, mas públicas e bem frequentadas, a não ser que a perseguição movida pelos inimigos de Cristo e da Igreja não permita que sejam públicas. Pois, sabemos como sob a tirania dos imperadores romanos, as reuniões da Igreja Primitiva realizavam-se em lugares secretos.

Lugares decentes de reunião. Além disso, os lugares onde os fiéis se congregam devem ser decentes, e em tudo próprios para a Igreja de Deus. Portanto, devem-se escolher prédios com bastante espaço ou templos, mas expurgados de tudo o que não seja adequado a uma Igreja. E tudo deve concorrer para o decoro, a necessidade e a piedosa decência,

a fim de que nada fique faltando, nada que seja indispensável ao culto e às obras necessárias da Igreja.

Nas reuniões, devem-se observar a modéstia e a humildade. E como cremos que Deus não habita em templos feitos por mãos, também sabemos que, por causa da Palavra de Deus e do uso sagrado, os lugares dedicados a Deus e ao seu culto não são profanos, mas sagrados, e os que neles estão presentes devem conduzir-se com reverência e com modéstia, reconhecendo que se encontram em lugar sagrado, na presença de Deus e de seus santos anjos.

A verdadeira ornamentação dos santuários. Portanto, todo aparato, orgulho e tudo o que seja impróprio à humildade, à disciplina e à modéstia cristãs, deve ser banido dos santuários e lugares de oração dos cristãos. Pois, a verdadeira ornamentação das igrejas não consiste em marfim, ouro e pedras preciosas, mas na frugalidade, na piedade e nas virtudes daqueles que estão na Igreja. Que todas as coisas sejam feitas com decência e ordem na igreja e, finalmente, que todas as coisas concorram para a edificação.

Culto na linguagem comum. Calem-se, pois, todas as línguas estranhas nas reuniões de culto, e sejam todas as coisas expressas na língua do povo, compreendida por todas as pessoas presentes.

23. Das orações da Igreja, do cântico e das horas canônicas

Vernáculo. Certo é que se permite a quem quer que seja orar em particular em qualquer língua que entenda, mas as orações públicas nas reuniões de culto devem ser feitas em vernáculo, a língua conhecida do povo. ***Oração.*** Que todas as orações dos fiéis sejam dirigidas somente a Deus, pela mediação única de Cristo, procedentes da fé e do amor. O sacerdócio de Cristo, o Senhor, e a verdadeira religião proíbem invocar os santos no céu, ou usá-los como intercessores. Devem-se fazer orações pelos magistrados, pelos reis e por todos quantos estão investidos de autoridade, pelos ministros da Igreja e por todas as necessidades das igrejas. Em calamidades, especialmente em se tratando da Igreja, deve-se orar sem cessar, tanto em particular como publicamente.

Oração livre. Ademais, deve a oração ser voluntária, sem constrangimento e não buscar recompensa. Não convém mesmo que se limite, supersticiosamente a oração a um lugar, como se não fosse permitido orar em qualquer lugar, exceto num templo. Nem é necessário

que as orações públicas sejam as mesmas quanto à forma e ao tempo, em todas as igrejas. Que cada igreja use de liberdade neste sentido. Diz Sócrates, em sua história: “Em todas as regiões do mundo não encontrareis duas igrejas, que concordem inteiramente quanto à oração” (*Hist. ecclesiast.* V. 22,57). Os autores de tais diferenças - é de supor-se - foram aqueles, que se encontravam à frente das igrejas em certas ocasiões. No entanto, se concordam, recomenda-se com insistência que o exemplo seja imitado por outras.

O método para as orações públicas. Como em todas as coisas, também nas orações públicas deve haver um padrão, a fim de que não se tornem longas demais e cansativas. A maior parte das reuniões de culto deve, portanto, destinar-se ao ensino evangélico, tomando-se o cuidado para que a congregação não se aborreça com as orações muito longas, de forma que ao chegar a hora de ouvir a pregação do Evangelho, os presentes, já exaustos, deixem a reunião ou queiram suprimi-la. Para tais pessoas o sermão parece muito longo, quando de outra forma, seria breve. Convém pois, que os pregadores saibam manter a medida.

Cântico. De igual forma, deve o cântico ser usado com moderação no culto. O Cântico chamado Gregoriano encerra muitas coisas tolas; daí com justa razão ser ele rejeitado por muitas de nossas igrejas. Não se deve condenar as igrejas, que embora tendo bom sermão não têm um bom cântico. Nem todas podem contar com a vantagem de ter boa música. Sabemos pelo testemunho da antiguidade que se o hábito de cantar é muito velho nas Igrejas Orientais, só tardiamente foi aceito no Ocidente.

Horas canônicas. A antiguidade nada conhecia das horas canônicas, isto é, das orações preparadas para certas horas do dia, cantadas ou recitadas pelos papistas, o que se comprova pelos seus breviários e por outras fontes. Há nelas não poucos absurdos, dos quais nada direi mais; são elas, com razão, omitidas pelas igrejas que colocaram em seu lugar coisas benéficas para toda a Igreja de Deus.

24. Dos dias santos, dos jejuns e da escolha dos alimentos

O tempo necessário para o culto. Embora não esteja a religião limitada pelo tempo, contudo não pode ser cultivada ou praticada sem distribuição e arranjo próprio do tempo. Toda igreja, portanto, escolhe determinado horário para as orações públicas, a pregação do Evangelho e a celebração dos sacramentos, não sendo permitido a ninguém transtornar

esse horário da igreja a seu bel prazer. Pois, a não ser que algum tempo livre seja reservado ao exercício da religião, sem dúvida os homens absorvidos pelos seus negócios, estariam afastados dela.

O Dia do Senhor. Por isso vemos que nas igrejas antigas não havia apenas certas horas da semana destinadas às reuniões, mas que também o Dia do Senhor, desde o tempo dos apóstolos, fora separado para as mesmas, e para o santo repouso, prática essa, acertadamente preservada por nossas igrejas para fins de culto e serviço de amor.

Superstição. Neste ponto, entretanto, não cedemos às observâncias dos judeus e às superstições. Pois, não cremos que um dia seja mais santo do que outro, nem pensamos que o repouso em si mesmo seja aceitável a Deus. Além disso, guardamos o Dia do Senhor, e não o sábado como livre observância.

As festas de Cristo e dos santos. Ademais, se na liberdade cristã, as igrejas celebram de modo religioso a lembrança do nascimento do Senhor, a circuncisão, a paixão, a ressurreição e sua ascensão ao céu, bem como o envio do Espírito Santo sobre os discípulos, damos-lhes plena aprovação. Não aprovamos, contudo, as festas instituídas em honra de homens ou dos santos. Os dias santificados têm a ver com a primeira Tábua da Lei e só a Deus pertencem. Finalmente, os dias santificados, instituídos em honra dos santos, os quais abolimos, têm muito de absurdo e inútil, e não devem ser tolerados. Entretanto, confessamos que a lembrança dos santos, em hora e lugar apropriados, pode ser recomendada de modo aproveitável ao povo em sermões, e os seus santos exemplos, apresentados como dignos de serem imitados por todos.

Jejum. Ora, quanto mais seriamente a Igreja de Cristo condena a gula, a embriaguez e toda a espécie de lascívia e intemperança, tanto mais e com insistência, recomenda-nos o jejum cristão. Pois, jejuar nada mais é do que a abstinência e moderação dos piedosos e uma disciplina, cuidado e castigo de nossa carne, exercitados segundo a necessidade do momento, pelos quais nos humilhamos diante de Deus, privando nossa carne de seu combustível, de modo que possa mais espontânea e facilmente obedecer ao Espírito. Portanto, aqueles que não dão atenção a tais coisas não jejuam, mas imaginam que o fazem se abarrotam o estômago uma vez por dia e a certa hora ou em horário prescrito abstêm-se de certos alimentos, pensando que, pelo fato de terem praticado essa obra agradam a Deus e estão fazendo algo de bom. O jejum vem a ser um auxílio para as orações dos santos e para todas as virtudes. Mas, como se vê nos livros dos

profetas, o jejum dos judeus, que se abstinham de alimento, não porém da iniquidade, não agradava a Deus.

Jejum público e particular. Há jejum público e pessoal. Nos tempos antigos celebravam-se jejuns públicos, em tempos de calamidade ou em situações difíceis da Igreja. Abstendo-se totalmente de alimento até o anoitecer, dedicavam-se todo o tempo a santas orações, ao culto a Deus e ao arrependimento. Eles diferiam pouco do luto, havendo frequente menção do mesmo nos Profetas, especialmente em Joel, cap. 2. Tal jejum deve ser observado ainda hoje, sempre que a Igreja se encontre em situação difícil. Os jejuns particulares podem ser praticados por qualquer um de nós, quando se sente afastado do Espírito. Pois, dessa maneira, priva-se a carne de seu combustível.

Características do jejum. Todo jejum deve partir de um espírito livre, espontâneo e realmente humilde, e não simulado, só para conquistar o aplauso ou favor dos homens, e muito menos para que por meio dele pretenda o homem ser merecedor de justiça. Mas, que cada um jejue para este fim - não dar lugar aos desejos da carne e servir a Deus mais fervorosamente.

Quaresma. O jejum da Quaresma tem o testemunho dos antigos, mas não dos escritos apostólicos, pelo que não deve e não pode ser imposto aos fiéis. É certo que no princípio havia várias formas ou costumes de jejum. Por isso, diz Irineu, escritor muito antigo: “Uns pensam que se deve observar o jejum somente um dia, outros, dois dias, outros mais dias, e alguns, quarenta dias. Tal diversidade na observância do jejum não começou em nossos tempos, porém, muito antes de nós por aqueles, suponho, que não se apegavam simplesmente ao que lhes havia sido entregue desde o princípio, mas passaram a outro costume por negligência ou ignorância” (*Fragm. 3*, ed. Stieren, I, 824 s). Além disso, Sócrates, o historiador, diz: “Visto que não se encontra nenhum texto antigo acerca deste assunto, penso que os apóstolos o deixaram à opinião de cada pessoa, de modo que cada qual pudesse fazer o que é bom, sem temor ou constrangimento” (*Hist. ecclesiast*, V. 22,40).

A escolha dos alimentos. Quanto à escolha dos alimentos, julgamos que no jejum se deve negar à carne tudo o que possa torná-la mais arrogante e deleitá-la mais, aguçando-lhe o desejo de peixe, ou carne, ou condimentos, ou de guloseimas e bons vinhos. Além do mais, sabemos que todas as criaturas de Deus foram feitas para o uso e serviço dos homens. Tudo o que Deus fez é bom, devendo ser usado no temor de Deus

e com moderação (Gn 2.15 s). Diz o apóstolo: “Todas as coisas são puras para os puros” (Tt I.15), e mais: “Comei de tudo o que se vende no mercado, sem nada perguntardes por motivo de consciência” (I Co 10.25). O mesmo apóstolo chama a doutrina daqueles que ensinam abstenção de carnes “doutrina de demônios”; pois “... alimentos, que Deus criou para serem recebidos, com ações de graças, pelos fiéis, e por quantos conhecem plenamente a verdade; pois, tudo o que Deus criou é bom e, recebido com ações de graça, nada é recusável” (I Tm 4.1 ss). **Seitas**. Portanto, condenamos inteiramente os tacionos e os encratitas, bem como todos os discípulos de Eustátio, contra quem foi convocado o Sinodo Gangrense.

25. Da catequese, do conforto e das visitas aos doentes

A juventude deve ser instruída na piedade. O Senhor ordenou ao seu povo antigo que tivesse o maior cuidado no sentido de que a mocidade, desde a infância, fosse devidamente instruída, e mais do que isso, expressamente ordenou em sua Lei, que a ensinasse e lhe interpretasse os mistérios dos sacramentos. Sabe-se pelos escritos dos evangelistas bem como dos apóstolos que não é menor o interesse de Deus hoje, pela juventude do povo da nova aliança, pois claramente nos dá testemunho disso, dizendo: “Deixai vir a mim os pequeninos, não os embaraces, porque dos tais é o reino de Deus” (Mc 10.14). Por isso, os pastores das igrejas agem de maneira a mais sábia, quando desde cedo e com cuidado, catequizam a juventude, transmitindo-lhe os primeiros fundamentos da fé, fielmente ensinando-lhe os rudimentos da nossa religião pela explicação dos Dez Mandamentos, do Credo Apostólico, da Oração Dominical e da doutrina dos sacramentos, com outros princípios semelhantes e tópicos principais da nossa religião. Que a Igreja mostre a sua fé e diligência trazendo as crianças para serem catequizadas, desejosa e feliz de ter seus filhos bem instruídos.

A visitação dos doentes. Visto que os homens nunca estão mais expostos às mais penosas tentações do que quando enfraquecidos por enfermidades do espírito ou do corpo, sendo afligidos por elas, não há dúvida de que nada é mais próprio aos pastores das igrejas do que zelar com o maior cuidado pelo bem-estar do rebanho, em doenças ou fraquezas. Portanto, que visitem os enfermos, prontamente, e que sejam chamados em tempo pelos doentes, se as circunstâncias assim o exigirem. Que os confortem e confirmem na verdadeira fé, ajudando-os a lutar

contra as perniciosas sugestões de Satanás. Devem também orar pelos doentes no lar, e se necessário, orar por eles também no culto público; e cuidem para que sintam felizes ao partir desta vida. Dissemos anteriormente, que não aprovamos a visitação papista ao doente com a extrema unção, por ser absurda, não tendo a aprovação das Escrituras canônicas.

26. Do sepultamento dos fiéis e do cuidado que se deve ter com os mortos; do purgatório e da aparição de espíritos

O sepultamento dos corpos. Sendo os corpos dos fiéis o templo do Espírito Santo, que seguramente cremos hão de ser ressuscitados no último dia, as Escrituras mandam que sejam entregues à terra, honrosamente e sem superstição, e também que se façam referências honrosas aos santos, que dormiram no Senhor, bem como se cumpram todos os deveres de piedade familiar para com suas viúvas e órfãos. Não ensinamos que se tenha qualquer outro cuidado com os mortos. Portanto, damos ênfase ao fato de que desaprovamos os cínicos, que negligenciavam os corpos dos mortos e descuidada e desdenhosamente os lançavam à terra, nunca pronunciando uma boa palavra acerca do falecido, ou se preocupando com os seus que ficaram.

O cuidado pelos mortos. Por outro lado, não aprovamos aqueles que se preocupam excessiva e indevidamente com os mortos; que, à semelhança dos pagãos, lamentam os seus mortos (embora não censuremos o luto moderado, que o apóstolo permite em I Tes 4.13, julgando até desumano não entristecer-se alguém de modo nenhum); e que oferecem sacrifícios pelos mortos, murmuram certas orações, não sem paramento, com o fim de, por meio de tais cerimônias, libertar os entes queridos dos tormentos em que foram imersos pela morte, e pensam serem capazes assim de libertá-los por meio de tal magia.

O estado da alma que deixou o corpo. Cremos que os fiéis, depois da morte do corpo, vão diretamente para Cristo e, portanto, não há necessidade de sufrágios e orações dos vivos pelos mortos, nem de seus ofícios. Igualmente, cremos que os incrédulos são imediatamente lançados no inferno, do qual não há saída possível para os ímpios por quaisquer ofícios dos vivos.

Purgatório. O que alguns ensinam a respeito do fogo do purgatório se opõe à fé cristã, a saber, “creio no perdão de pecados e na vida eterna”,

e à perfeita purificação mediante Cristo, bem como a estas palavras de Cristo, nosso Senhor: “Em verdade, em verdade vos digo: Quem ouve a minha palavra e crê naquele que me enviou, tem a vida eterna, não entra em juízo, mas passou da morte para a vida” (Jo 5.24). E estas: “Quem já se banhou não necessita de lavar senão os pés; quanto ao mais está todo limpo” (Jo 13.10).

A aparição de espíritos. No tocante aos espíritos, ou às almas dos mortos, que algumas vezes aparecem aos vivos e pedem a estes certos trabalhos, pelos quais possam ser libertados, incluímos tais aparições entre os ludíbrios, as artimanhas e os enganos do Diabo, que, como pode transformar-se em anjo de luz, assim se esforça para, ou transtornar a verdadeira fé, ou lançar dúvida sobre a mesma. No Velho Testamento, o Senhor proibiu a busca da verdade com os mortos e toda espécie de contacto com os espíritos (Dt 18.11). Ao rico glutão, que estava em tormentos, como narra a verdade evangélica, se negou a faculdade de voltar a seus irmãos. Assim diz o divino oráculo: “Eles têm Moisés e os profetas; ouçam-nos. Se não ouvem a Moisés e aos profetas, tampouco se deixarão persuadir, ainda que ressuscite alguém dentre os mortos” (Lc 16.29 ss)

27. Dos ritos, cerimônias e coisas indiferentes

Cerimônias e ritos. Ao povo do Velho Testamento foram dadas no passado, certas cerimônias, como uma espécie de instrução para os que estavam sob a Lei, como sob um pedagogo ou tutor. Mas, quando veio Cristo, o Libertador, e a Lei foi abolida, nós os fiéis, não estamos mais debaixo da Lei (Rm 6.14), e as cerimônias desapareceram; por isso os apóstolos não quiseram conservá-las ou restaurá-las na Igreja de Cristo, a tal ponto que, abertamente declararam não desejarem pôr nenhuma carga sobre a Igreja. Portanto, pareceria estarmos introduzindo e restaurando o Judaísmo, se multiplicássemos as cerimônias e os ritos na Igreja de Cristo, segundo o costume da Igreja antiga. Por isso, de nenhum modo aprovamos a opinião daqueles que pensaram que a Igreja de Cristo deve ser regulamentada por diferentes ritos, como uma espécie de treinamento. Pois, se os apóstolos não quiseram impor ao povo cristão cerimônias ou ritos, que foram indicados por Deus, quem, pergunto eu, em perfeito juízo haveria de impor-lhes invenções imaginadas pelo homem? Quanto mais aumenta o volume de ritos na Igreja, tanto mais ela se despoja da liberdade

cristã, de Cristo, e de sua fé nele, enquanto o povo busca nos ritos aquilo que deveria buscar somente pela fé no Filho de Deus, Jesus Cristo. Por conseguinte, basta aos crentes, alguns ritos moderados e simples, que não sejam contrários à Palavra de Deus.

Diversidade de ritos. Se nas igrejas se encontram ritos diferentes, ninguém deve pensar que por isso estejam as mesmas em desacordo. Diz Sócrates: “Seria impossível colocar junto no papel todos os ritos das igrejas, em todas as cidades e países. Nenhuma religião observa os mesmos ritos, ainda que reconheça a mesma doutrina a respeito deles. Pois, os que pertencem à mesma fé discordam entre si mesmos acerca dos ritos” (*Hist. ecclesiast.* V. 22, 30, 62). Isto é o que diz Sócrates. E nós, hoje, tendo em nossas igrejas diferentes ritos na celebração da Ceia do Senhor e em algumas outras coisas, contudo não discordamos na doutrina e na fé; nem é, por esse fato, rasgada em pedaços a unidade e a comunidade de nossas igrejas. Sempre tiveram as igrejas sua liberdade em tais ritos, como sendo coisas indiferentes. O mesmo fazemos nós hoje.

Coisas indiferentes. Mas, ao mesmo tempo as admoestamos a se manterem em guarda, a fim de não considerarem indiferentes coisas que de fato não o são, como querem alguns em relação à missa e ao uso das imagens em lugares de culto. “Indiferente”, escreveu São Jerônimo a Santo Agostinho, “é aquilo que não é bom nem mau, de modo que, se você o fizer ou não fizer, não é justo nem injusto”. Portanto, quando para dar validade às coisas indiferentes se torce a confissão de fé, deixam as mesmas de ser indiferentes. São Paulo mostra que está certo o homem comer carne, desde que alguém não o informe de que foi oferecida aos ídolos; pois, de outra forma estaria errado, visto que comendo, parece aprovar a idolatria (I Co 8.9 ss; 10.25 ss).

28. Dos bens da Igreja

Os bens da Igreja e seu justo uso. A Igreja de Cristo conta com recursos provindos da generosidade de príncipes e da liberalidade dos fiéis, que doaram seus bens à Igreja. Necessita a Igreja de tais recursos, e desde os tempos antigos têm-nos tido para a manutenção de tudo o que lhe é necessário. Ora, o verdadeiro uso dos bens da Igreja era outrora, e ainda o é, o de manter o ensino nas escolas e nas reuniões religiosas, bem como o culto, ritos e edifícios sagrados; manter mestres, discípulos e ministros, juntamente com outras coisas necessárias, e especialmente

ajudar a alimentar os pobres. **Administração.** Além disso, homens sábios e tementes a Deus, destacados na administração dos negócios devem ser escolhidos para administrar legitimamente os bens da Igreja.

O mau uso dos bens da Igreja. Mas, se por uma calamidade ou por causa da ousadia, ignorância ou avareza de alguns, os bens da Igreja forem malbaratados, devem ser restaurados para o uso sagrado por homens fiéis e sábios. Pois, não se pode ser conivente com o abuso, o que seria o maior sacrilégio. Portanto, ensinamos que as escolas e instituições, que se tenham corrompido na doutrina, no culto e na moral, devem ser reformadas, e que o serviço aos pobres deve ser organizado de uma forma responsável, prudente e de boa fé.

29. Do celibato, casamento e administração dos negócios domésticos.

Pessoas solteiras. Os que têm do céu o dom do celibato, de modo que, de coração ou de toda a alma podem ser puros e continentos e não são levados pelos ardores do sexo, sirvam ao Senhor nessa vocação, enquanto se sentirem dotados do dom divino. E não se julguem melhores do que os outros, mas sirvam o Senhor continuamente em simplicidade e humildade (I Co 7.7 ss). Estes estão mais aptos a lidar com as coisas divinas do que aqueles que se distraem com os interesses particulares de uma família. Mas, no caso de ser-lhes retirado o dom, e sentirem um durável ardor, lembrem-se das palavras do apóstolo: “É melhor casar do que viver abrasado” (I Co 7.9).

Casamento. O casamento (que é o remédio da incontidência e é a própria continência) foi instituído pelo Senhor Deus mesmo, que o abençoou da maneira mais generosa, e que desejou que o homem e a mulher se unissem um ao outro inseparavelmente e vivessem juntos em completo amor e concórdia (Mt 19.4 ss). Sobre isso sabemos o que disse o apóstolo: “Digno de honra entre todos seja o matrimônio, bem como o leito sem mácula” (Hb 13,4). E outra vez: “Se a virgem se casar, por isso não peca” (I Co 7.28). **As seitas.** Condenamos, portanto, a poligamia e os que condenam o segundo casamento.

Como deve ser contraído o casamento. Ensinamos que o casamento deve ser contraído legalmente no temor do Senhor, e não contra as leis, que proíbem certos graus de consanguinidade, a fim de que o casamento não seja incestuoso. O casamento deve ser feito com o

consentimento dos pais, ou dos que estão em lugar dos pais, e acima de tudo para o fim para o qual o Senhor instituiu o casamento. Além disso, devem conservar-se santos, com a máxima fidelidade, piedade, amor e pureza dos que se uniram. Portanto, evitem-se as discussões, as dissensões, a lascívia e o adultério.

Fórum matrimonial. Devem estabelecer-se cortes legais na Igreja, tendo juizes santos, que possam cuidar dos casamentos, reprimir a impureza e a imprudência, diante dos quais se resolvam os conflitos matrimoniais.

A criação dos filhos. Devem os filhos ser criados pelos pais, no temor do Senhor; e devem os pais prover o sustento dos seus filhos, lembrando-se do que disse o apóstolo: “Ora, se alguém não tem cuidado dos seus e especialmente dos de sua própria casa, tem negado a fé, e é pior do que o descrente” (I Tm 5.8). Mas, devem principalmente ensinar a seus filhos para terem uma carreira ou profissões honestas com que possam manter-se a si mesmos. Devem conservá-los afastados da ociosidade, e em tudo inculcar neles a verdadeira fé em Deus, a fim de que, pela falta de confiança ou demasiada segurança ou pela feia avareza venham a tornar-se dissolutos, e a fracassar na vida.

Aliás, é muito certo que as obras praticadas pelos pais com verdadeira fé, mediante os deveres domésticos e administração de sua casa, são, aos olhos de Deus, santas e verdadeiramente boas obras. Não são menos agradáveis a Deus do que as orações, os jejuns e as obras de beneficência. Pois, assim ensinou o apóstolo em suas epístolas, especialmente nas dirigidas a Timóteo e a Tito. E com o mesmo apóstolo incluímos entre os ensinamentos de demônios a doutrina dos que proíbem o casamento e abertamente o criticam ou indiretamente o desacreditam, como se não fosse santo e puro.

Execramos também, a vida impura dos solteiros, a lascívia secreta ou às claras, e a fornicção dos hipócritas, que simulam continência, sendo os mais incontinentes de todos. A todos estes julgará Deus. Não desaprovamos as riquezas dos que as possuem, quando são piedosos e fazem bom uso delas. Mas, rejeitamos a seita dos Apostólicos, etc.

30. Da magistratura

A magistratura vem de Deus. A magistratura em todas as suas formas foi instituída por Deus mesmo para a paz e a tranquilidade do

gênero humano, devendo pois, ter o lugar mais importante no mundo. Se o magistrado for inimigo da Igreja poderá entrar a sua ação e perturbá-la muito; mas sendo amigo ou membro da Igreja, torna-se o mais útil e excelente entre os seus membros, podendo ajudá-la muito e dar-lhe assistência melhor do que todos os demais.

O dever do magistrado. O principal dever do magistrado é garantir e preservar a paz e a tranquilidade pública. Indubitavelmente, ele nunca realizará isso com tanto sucesso como quando é de fato temente a Deus e religioso. Quer isso dizer, quando segundo o exemplo dos mais santos reis e príncipes do povo do Senhor, promove o magistrado a pregação da verdade e a fé sincera, extirpa as mentiras e toda a superstição, juntamente com toda impiedade e idolatria e defende a Igreja de Deus. Certamente, ensinamos que o cuidado da religião pertence especialmente ao santo magistrado.

Tenha ele, pois, em suas mãos a Palavra de Deus, tomando cuidado de que não se ensine nada contrário à mesma. Governe também o povo, que lhe foi confiado por Deus, por meio de boas leis, elaboradas segundo a Palavra de Deus, conservando-o na disciplina, no dever e na obediência. Exerça o seu ofício de magistrado, julgando com justiça. Não faça acepção de pessoas, nem aceite subornos. Proteja as viúvas, os órfãos e os aflitos. Use sua autoridade para punir os criminosos e até bani-los, bem como aos impostores e bárbaros. Pois, não é sem motivo que ele traz a espada. (Rm 13.4).

Portanto, desembainhe a espada de Deus contra todos os malfeitores, sediciosos, ladrões, homicidas, opressores, blasfemadores, perjuros, e contra todos aqueles, a quem Deus lhe ordenou punir e mesmo executar. Reprima os hereges incorrigíveis (verdadeiramente heréticos), que não cessam de blasfemar contra a majestade de Deus, e de perturbar e mesmo pôr em perigo a Igreja de Deus.

Guerra. E, se for necessário preservar pela guerra a segurança do povo, que o magistrado declare guerra em nome de Deus, desde que tenha primeiramente procurado por todos os meios possíveis fazer a paz, não podendo pois, salvar seu povo a não ser pela guerra. Quando, pela fé pratica o magistrado estas coisas, serve a Deus por aquelas obras, que são verdadeiramente boas, e recebe a bênção do Senhor.

Condenamos os Anabatistas que, ao negarem possa o cristão exercer o ofício de magistrado, negam também que o homem possa ser, com justiça, condenado à morte pelo magistrado, ou que este possa declarar

guerra, ou que se prestem juramentos ao magistrado, e coisas semelhantes.

O dever dos súditos. Como Deus efetua a segurança do povo através do magistrado, a quem deu ao mundo para ser como uma espécie de pai, assim ordena a todos os súditos que reconheçam este favor de Deus no magistrado. Que os súditos, pois, honrem e respeitem o magistrado como ministro de Deus; que o estimem, colaborem com ele, orem por ele como por um pai, e obedeam às suas decisões justas e legítimas. Finalmente, paguem fiel e prontamente todos os impostos e taxas e todos os demais direitos. E se a segurança pública do país e a justiça o exigirem, e vir-se o magistrado obrigado a empreender uma guerra, deem até suas vidas e derramem o seu sangue pela segurança pública e pela do magistrado. E o façam em nome de Deus, espontaneamente, com bravura e alegria. Pois, quem se opõe ao magistrado provoca contra si mesmo a severa ira de Deus.

Seitas e sedições. Condenamos, portanto, todos quantos desprezam o magistrado - os rebeldes, os inimigos do estado, os vilões sediciosos, enfim, todos os que aberta ou astuciosamente se recusam a cumprir qualquer das obrigações, que lhes competem. Oramos a Deus, nosso mui misericordioso Pai do Céu, para que abençoe os governantes, a nós e a todo o seu povo, mediante Jesus Cristo, nosso único Senhor e Salvador, a quem seja o louvor e a glória, e as ações de graças, para todo o sempre. Amém.

Confissão de Fé de Westminster

CAPÍTULO I - DA ESCRITURA SAGRADA

I. Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência de tal modo manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, que os homens ficam inescusáveis, contudo não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e da sua vontade necessário para a salvação; por isso foi o Senhor servido, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar à sua Igreja aquela sua vontade; e depois, para melhor preservação e propagação da verdade, para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e malícia de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazê-la escrever toda. Isto torna indispensável a Escritura Sagrada, tendo cessado aqueles antigos modos de revelar Deus a sua vontade ao seu povo.

Sl 19: 1-4; Rm 1: 32, e 2: 1, e 1: 19-20, e 2: 14-15; I Co 1:21, e 2:13-14; Hb 1:1-2; Lc 1:3-4; Rm 15:4; Mt 4:4, 7, 10; Is 8: 20; I Tm 3: 15; II Pe 1: 19.

II. Sob o nome de Escritura Sagrada, ou Palavra de Deus escrita, incluem-se agora todos os livros do Velho e do Novo Testamento, que são os seguintes, todos dados por inspiração de Deus para serem a regra de fé e de prática:

O VELHO TESTAMENTO

Gênesis	I Samuel
Êxodo	II Samuel
Levítico	I Reis
Números	II Reis
Deuteronômio	I Crônicas
Josué	II Crônicas
Juízes	Esdras
Rute	Neemias

Ester
Jó
Salmos
Provérbios
Eclesiastes
Cântico dos Cânticos
Isaías
Jeremias
Lamentações de Jeremias
Ezequiel
Daniel
Oséias

Joel
Amós
Obadias
Jonas
Miquéias
Naum
Habacuque
Sofonias
Ageu
Zacarias
Malaquias

O NOVO TESTAMENTO

Mateus
Marcos
Lucas
João
Atos
Romanos
I Coríntios
II Coríntios
Gálatas
Efésios
Filipenses
Colossenses
I Tessalonicenses
II Tessalonicenses

I Timóteo
II Timóteo
Tito
Filemon
Hebreus
Tiago
I Pedro
II Pedro
I João
II João
III João
Judas
Apocalipse

Ef. 2:20; Ap 22:18-19; II Tm 3:16; Mt 11:27.

III. Os livros geralmente chamados Apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do cânon da Escritura; não são, portanto, de autoridade na Igreja de Deus, nem de modo algum podem ser aprovados ou empregados senão como escritos humanos.

Lc 24:27,44; Rm 3:2; II Pe 1:21.

IV. A autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade) que é o seu autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a palavra de Deus.

II Tm 3:16; I Jo 5:9, I Ts 2:13.

V. Pelo testemunho da Igreja podemos ser movidos e incitados a um alto e reverente apreço da Escritura Sagrada; a suprema excelência do seu conteúdo, e eficácia da sua doutrina, a majestade do seu estilo, a harmonia de todas as suas partes, o escopo do seu todo (que é dar a Deus toda a glória), a plena revelação que faz do único meio de salvar-se o homem, as suas muitas outras excelências incomparáveis e completa perfeição, são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia ser ela a palavra de Deus; contudo, a nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provém da operação interna do Espírito Santo, que pela palavra e com a palavra testifica em nossos corações.

I Tm 3:15; I Jo 2:20,27; Jo 16:13-14; I Co 2:10-12.

VI. Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela. À Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens; reconhecemos, entretanto, ser necessária a íntima iluminação do Espírito de Deus para a salvadora compreensão das coisas reveladas na palavra, e que há algumas circunstâncias, quanto ao culto de Deus e ao governo da Igreja, comum às ações e sociedades humanas, as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras gerais da palavra, que sempre devem ser observadas.

II Tm 3:15-17; Gl 1:8; II Ts 2:2; Jo 6:45; I Co 2:9, 10, 12; I Co 11:13-14.

VII. Na Escritura não são todas as coisas igualmente claras em si, nem do mesmo modo evidentes a todos; contudo, as coisas que precisam ser

obedecidas, cridas e observadas para a salvação, em um ou outro passo da Escritura são tão claramente expostas e explicadas, que não só os doutos, mas ainda os indoutos, no devido uso dos meios ordinários, podem alcançar uma suficiente compreensão delas.

II Pe 3:16; Sl 119:105, 130; At 17:11.

VIII. O Velho Testamento em Hebraico (língua vulgar do antigo povo de Deus) e o Novo Testamento em Grego (a língua mais geralmente conhecida entre as nações no tempo em que ele foi escrito), sendo inspirados imediatamente por Deus e pelo seu singular cuidado e providência conservados puros em todos os séculos, são por isso autênticos e assim em todas as controvérsias religiosas a Igreja deve apelar para eles como para um supremo tribunal; mas, não sendo essas línguas conhecidas por todo o povo de Deus, que tem direito e interesse nas Escrituras e que deve no temor de Deus lê-las e estudá-las, esses livros têm de ser traduzidos nas línguas vulgares de todas as nações aonde chegarem, a fim de que a palavra de Deus, permanecendo nelas abundantemente, adorem a Deus de modo aceitável e possuam a esperança pela paciência e conforto das escrituras.

Mt 5:18; Is 8:20; II Tm 3:14-15; I Co 14; 6, 9, 11, 12, 24, 27-28; Cl 3:16; Rm 15:4.

IX. A regra infalível de interpretação da Escritura é a mesma Escritura; portanto, quando houver questão sobre o verdadeiro e pleno sentido de qualquer texto da Escritura (sentido que não é múltiplo, mas único), esse texto pode ser estudado e compreendido por outros textos que falem mais claramente.

At. 15: 15; Jo 5:46; II Pe 1:20-21.

X. O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares, o Juiz Supremo em cuja sentença nos devemos firmar não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura.

Mt 22:29, 3 1; At. 28:25; Gl 1: 10.

CAPÍTULO II - DE DEUS E DA SANTÍSSIMA TRINDADE

I. Há um só Deus vivo e verdadeiro, o qual é infinito em seu ser e perfeições. Ele é um espírito puríssimo, invisível, sem corpo, membros ou paixões; é imutável, imenso, eterno, incompreensível, - onipotente, onisciente, santíssimo, completamente livre e absoluto, fazendo tudo para a sua própria glória e segundo o conselho da sua própria vontade, que é reta e imutável. É cheio de amor, é gracioso, misericordioso, longânimo, muito bondoso e verdadeiro remunerador dos que o buscam e, contudo, justíssimo e terrível em seus juízos, pois odeia todo o pecado; de modo algum terá por inocente o culpado.

Dt 6:4; I Co 8:4, 6; I Ts 1:9; Jr 10:10; Jó 11:79; Jó 26:14; Jo 6:24; I Tm 1:17; Dt 4:15-16; Lc 24:39; At. 14:11, 15; Tg 1:17; I Reis 8:27; Sl 92:2; Sl 145:3; Gn 17:1; Rm 16:27; Is 6:3; Sl 115:3; Ex 3:14; Ef. 1:11; Pv 16:4; Rm 11:36; Ap 4:11; I Jo 4:8; Ex 36:6-7; Hb 11:6; Ne 9:32-33; Sl 5:5-6; Na 1:2-3.

II. Deus tem em si mesmo, e de si mesmo, toda a vida, glória, bondade e bem-aventurança. Ele é todo suficiente em si e para si, pois não precisa das criaturas que trouxe à existência, não deriva delas glória alguma, mas somente manifesta a sua glória nelas, por elas, para elas e sobre elas. Ele é a única origem de todo o ser; dele, por ele e para ele são todas as coisas e sobre elas tem ele soberano domínio para fazer com elas, para elas e sobre elas tudo quanto quiser. Todas as coisas estão patentes e manifestas diante dele; o seu saber é infinito, infalível e independente da criatura, de sorte que para ele nada é contingente ou incerto. Ele é santíssimo em todos os seus conselhos, em todas as suas obras e em todos os seus preceitos. Da parte dos anjos e dos homens e de qualquer outra criatura lhe são devidos todo o culto, todo o serviço e obediência, que ele há por bem requerer deles.

Jo 5:26; At. 7:2; Sl 119:68; I Tm 6: 15; At 17:24-25; Rm 11:36; Ap 4:11; Hb 4:13; Rm 11:33-34; At. 15:18; Pv 15:3; Sl 145-17; Ap 5: 12-14.

III. Na unidade da Divindade há três pessoas de uma mesma substância, poder e eternidade - Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo, O

Pai não é de ninguém - não é nem gerado, nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai; o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho.

Mt 3:16-17; 28-19; II Co 13:14; Jo 1:14, 18 e 15:26; Gl 4:6.

CAPÍTULO III - DOS ETERNOS DECRETOS DE DEUS

I. Desde toda a eternidade, Deus, pelo muito sábio e santo conselho da sua própria vontade, ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece, porém de modo que nem Deus é o autor do pecado, nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias, antes estabelecidas.

Is 45:6-7; Rm 11:33; Hb 6:17; Sl5:4; Tg 1:13-17; I Jo 1:5; Mt 17:2; Jo 19:11; At 2:23; At 4:27-28 e 27:23, 24, 34.

II. Ainda que Deus sabe tudo quanto pode ou há de acontecer em todas as circunstâncias imagináveis, ele não decreta coisa alguma por havê-la previsto como futura, ou como coisa que havia de acontecer em tais e tais condições.

At. 15:18; Pv 16:33; I Sm 23:11-12; Mt 11:21-23; Rm 9:11-18.

III. Pelo decreto de Deus e para manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são predestinados para a vida eterna e outros preordenados para a morte eterna.

I Tm 5:21; Mc 5:38; Jd 6; Mt 25:31, 41; Pv 16:4; Rm 9:22-23; Ef. 1:5-6.

IV. Esses homens e esses anjos, assim predestinados e preordenados, são particular e imutavelmente designados; o seu número é tão certo e definido, que não pode ser nem aumentado nem diminuído.

Jo 10: 14-16, 27-28; 13:18; II Tm 2:19.

V. Segundo o seu eterno e imutável propósito e segundo o santo conselho e beneplácito da sua vontade, Deus antes que fosse o mundo criado,

escolheu em Cristo para a glória eterna os homens que são predestinados para a vida; para o louvor da sua gloriosa graça, ele os escolheu de sua mera e livre graça e amor, e não por previsão de fé, ou de boas obras e perseverança nelas, ou de qualquer outra coisa na criatura que a isso o movesse, como condição ou causa.

Ef. 1:4, 9, 11; Rm 8:30; II Tm 1:9; I Tess, 5:9; Rm 9:11-16; Ef. 1: 19: e 2:8-9.

VI. Assim como Deus destinou os eleitos para a glória, assim também, pelo eterno e mui livre propósito da sua vontade, preordenou todos os meios conducentes a esse fim; os que, portanto, são eleitos, achando-se caídos em Adão, são remidos por Cristo, são eficazmente chamados para a fé em Cristo pelo seu Espírito, que opera no tempo devido, são justificados, adotados, santificados e guardados pelo seu poder por meio da fé salvadora. Além dos eleitos não há nenhum outro que seja remido por Cristo, eficazmente chamado, justificado, adotado, santificado e salvo.

I Pe 1:2; Ef. 1:4 e 2: 10; II Ts 2:13; I Ts 5:9-10; Tt 2:14; Rm 8:30; Ef.1:5; I Pe 1:5; Jo 6:64-65 e 17:9; Rm 8:28; I Jo 2:19.

VII. Segundo o inescrutável conselho da sua própria vontade, pela qual ele concede ou recusa misericórdia, como lhe apraz, para a glória do seu soberano poder sobre as suas criaturas, o resto dos homens, para louvor da sua gloriosa justiça, foi Deus servido não contemplar e ordená-los para a desonra e ira por causa dos seus pecados.

Mt 11:25-26; Rm 9:17-22; II Tm 2:20; Jd 4; I Pe 2:8.

VIII. A doutrina deste alto mistério de predestinação deve ser tratada com especial prudência e cuidado, a fim de que os homens, atendendo à vontade revelada em sua palavra e prestando obediência a ela, possam, pela evidência da sua vocação eficaz, certificar-se da sua eterna eleição. Assim, a todos os que sinceramente obedecem ao Evangelho esta doutrina fornece motivo de louvor, reverência e admiração de Deus, bem como de humildade diligência e abundante consolação.

Rm 9:20 e 11:23; Dt 29:29; II Pe 1:10; Ef. 1:6; Lc 10:20; Rm 5:33, e 11:5-6, 10.

CAPÍTULO IV - DA CRIAÇÃO

I. Ao princípio aprovou a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo, para a manifestação da glória do seu eterno poder, sabedoria e bondade, criar ou fazer do nada, no espaço de seis dias, e tudo muito bom, o mundo e tudo o que nele há, visíveis ou invisíveis.

Rm 9:36; Hb 1:2; Jo 1:2-3, Rm 1:20; Sl 104:24; Jr 10: 12; Gn 1; At. 17:24; Cl 1: 16; Ex 20: 11.

II. Depois de haver feito as outras criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea, com almas racionais e imortais, e dotou-as de inteligência, retidão e perfeita santidade, segundo a sua própria imagem, tendo a lei de Deus escrita em seus corações, e o poder de cumpri-la, mas com a possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade da sua própria vontade, que era mutável. Além dessa escrita em seus corações, receberam o preceito de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal; enquanto obedeceram a este preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus e tiveram domínio sobre as criaturas.

Gn 1:27 e 2:7; Sl 8:5; Ec 12:7; Mt 10:28; Rm 2:14, 15; Cl 3:10; Gn 3:6.

CAPÍTULO V – DA PROVIDÊNCIA

I. Pela sua muito sábia providência, segundo a sua infalível presciência e o livre e imutável conselho da sua própria vontade, Deus, o grande Criador de todas as coisas, para o louvor da glória da sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia, sustenta, dirige, dispõe e governa todas as suas criaturas, todas as ações e todas as coisas, desde a maior até a menor.

Ne 9:6; Sl 145:14-16; Dn 4:34-35; Sl 135:6; Mt 10:29-31; Pv 15:3; II Cr 16:9; At 15:18; Ef. 1:11; Sl 33:10-11; Ef. 3:10; Rm 9:17; Gn 45:5.

II. Posto que, em relação à presciência e ao decreto de Deus, que é a causa primária, todas as coisas acontecem imutável e infalivelmente, contudo,

pela mesma providência, Deus ordena que elas sucedam conforme a natureza das causas secundárias, necessárias, livre ou contingentemente.

Jr 32:19; At. 2:13; Gn 8:22; Jr 31:35; Is 10:6-7.

III. Na sua providência ordinária Deus emprega meios; todavia, ele é livre para operar sem eles, sobre eles ou contra eles, segundo o seu arbítrio.

At. 27:24, 31; Is 55:10-11; Os.1:7; Rm 4:20-21; Dan.3:27; Jo 11:34-45; Rm 1:4.

IV. A onipotência, a sabedoria inescrutável e a infinita bondade de Deus, de tal maneira se manifestam na sua providência, que esta se estende até a primeira queda e a todos os outros pecados dos anjos e dos homens, e isto não por uma mera permissão, mas por uma permissão tal que, para os seus próprios e santos desígnios, sábia e poderosamente os limita, e regula e governa em uma múltipla dispensação mas essa permissão é tal, que a pecaminosidade dessas transgressões procede tão somente da criatura e não de Deus, que, sendo santíssimo e justíssimo, não pode ser o autor do pecado nem pode aprová-lo.

Is 45:7; Rm 11:32-34; At. 4:27-28; Sl 76:10; II Rs 19:28; At.14:16; Gn 50:20; Is 10:12; I Jo 2:16; Sl 50:21; Tg 1:17.

V. O mui sábio, justo e gracioso Deus muitas vezes deixa por algum tempo seus filhos entregues a muitas tentações e à corrupção dos seus próprios corações, para castigá-los pelos seus pecados anteriores ou fazer-lhes conhecer o poder oculto da corrupção e dolo dos seus corações, a fim de que eles sejam humilhados; para animá-los a dependerem mais intima e constantemente do apoio dele e torná-los mais vigilantes contra todas as futuras ocasiões de pecar, para vários outros fins justos e santos.

II Cr 32:25-26, 31; II Sm 24:1, 25; Lc 22:31-32; II Co 12:7-9.

VI. Quanto àqueles homens malvados e ímpios que Deus, como justo juiz, cega e endurece em razão de pecados anteriores, ele somente lhes recusa a graça pela qual poderiam ser iluminados em seus entendimentos e movidos em seus corações, mas às vezes tira os dons que já possuíam, e os

expõe a objetos que a sua corrupção torna ocasiões de pecado; além disso os entrega às suas próprias paixões, às tentações do mundo e ao poder de Satanás; assim acontece que eles se endurecem sob as influências dos meios que Deus emprega para o abrandamento dos outros.

Rm 1:24-25, 28 e 11:7; Dt 29:4; Mc 4:11-12; Mt 13:12 e 25:29; II Rs 8:12-13; Sl81:11-12; I Co 2:11; II Co 11:3; Ex 8:15, 32; II Co 2:15-16; Is 8:14.

VII. Como a providência de Deus se estende, em geral, a todos os crentes, também de um modo muito especial ele cuida da Igreja e tudo dispõe a bem dela.

Amós 9:8-9; Mt 16:18; Rm 8-28; I Tm 4: 10.

CAPÍTULO VI - DA QUEDA DO HOMEM, DO PECADO E DO SEU CASTIGO

I. Nossos primeiros pais, seduzidos pela astúcia e tentação de Satanás, pecaram, comendo do fruto proibido. Segundo o seu sábio e santo conselho, foi Deus servido permitir este pecado deles, havendo determinado ordená-lo para a sua própria glória.

Gn 3:13; II Co 11:3; Rm 11:32 e 5:20-21.

II. Por este pecado eles decaíram da sua retidão original e da comunhão com Deus, e assim se tornaram mortos em pecado e inteiramente corrompidos em todas as suas faculdades e partes do corpo e da alma.

Gn 3:6-8; Rm 3:23; Gn 2:17; Ef. 2:1-3; Rm 5:12; Gn 6:5; Jr 17:9; Tt 1:15; Rm 3:10-18.

III. Sendo eles o tronco de toda a humanidade, o delito dos seus pecados foi imputado a seus filhos; e a mesma morte em pecado, bem como a sua natureza corrompida, foram transmitidas a toda a sua posteridade, que deles procede por geração ordinária.

At. 17:26; Gn 2:17; Rm 5:17, 15-19; I Co 15:21-22,45, 49; Sl51:5; Gn 5:3; Jo 3:6.

IV. Desta corrupção original pela qual ficamos totalmente indispostos, adversos a todo o bem e inteiramente inclinados a todo o mal, é que procedem todas as transgressões atuais.

Rm 5:6, 7:18 e 5:7; Cl 1:21; Gn 6:5 e 8:21; Rm 3:10-12; Tg 1:14-15; Ef. 2:2-3; Mt 15-19.

V. Esta corrupção da natureza persiste, durante esta vida, naqueles que são regenerados; e, embora seja ela perdoada e mortificada por Cristo, todavia tanto ela, como os seus impulsos, são real e propriamente pecado.

Rm 7:14, 17, 18, 21-23; Tg 3-2; I Jo 1:8-10; Pv 20:9; Ec. 7-20; Gl 5:17.

VI. Todo o pecado, tanto o original como o atual, sendo transgressão da justa lei de Deus e a ela contrária, torna, pela sua própria natureza, culpado o pecador e por essa culpa está ele sujeito à ira de Deus e à maldição da lei e, portanto, exposto à morte, com todas as misérias espirituais, temporais e eternas.

I Jo 3:4; Rm 2: 15; Rm 3:9, 19; Ef. 2:3; Gl 3:10; Rm 6:23; Ef. 6:18; Lm, 3:39; Mt 25:41; II Ts 1:9.

CAPÍTULO VII - DO PACTO DE DEUS COM O HOMEM

I. Tão grande é a distância entre Deus e a criatura, que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como ao seu Criador, nunca poderiam fruir nada dele como bem-aventurança e recompensa, senão por alguma voluntária condescendência da parte de Deus, a qual foi ele servido significar por meio de um pacto.

Jó 9:32-33; Sl 113:5-6; At. 17:24-25; Lc 17:10.

II. O primeiro pacto feito com o homem era um pacto de obras; nesse pacto foi a vida prometida a Adão e nele à sua posteridade, sob a condição de perfeita obediência pessoal.

Gl 3:12; Rm 5: 12-14 e 10:5; Gn 2:17; Gl 3: 10.

III. O homem, tendo-se tornado pela sua queda incapaz de vida por esse pacto, o Senhor dignou-se fazer um segundo pacto, geralmente chamado o pacto da graça; nesse pacto ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação por Jesus Cristo, exigindo deles a fé nele para que sejam salvos; e prometendo dar a todos os que estão ordenados para a vida o seu Santo Espírito, para dispô-los e habilitá-los a crer.

Gl 3:21; Rm 3:20-21 e 8:3; Is 42:6; Gn 3:15; Mt 28:18-20; Jo 3:16; Rm 1:16-17 e 10:6-9; At. 13:48; Ez 36:26-27; Jo 6:37, 44, 45; Lc 11: 13; Gl 3:14.

IV. Este pacto da graça é frequentemente apresentado nas Escrituras pelo nome de Testamento, em referência à morte de Cristo, o testador, e à perdurável herança, com tudo o que lhe pertence, legada neste pacto.

Hb. 9:15-17.

V. Este pacto no tempo da Lei não foi administrado como no tempo do Evangelho. Sob a Lei foi administrado por promessas, profecias, sacrifícios, pela circuncisão, pelo cordeiro pascoal e outros tipos e ordenanças dadas ao povo judeu, prefigurando, tudo, Cristo que havia de vir; por aquele tempo essas coisas, pela operação do Espírito Santo, foram suficientes e eficazes para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias prometido, por quem tinham plena remissão dos pecados e a vida eterna. Esse pacto chama-se o Velho Testamento.

II Co 3:6-9; Rm 6:7; Cl 2:11-12; I Co 5:7 e 10:14; Hb 11:13; Jo 8:36; Gl 3:7-9, 14.

VI. Sob o Evangelho, quando foi manifestado Cristo, a substância, as ordenanças pelas quais este pacto é dispensado são a pregação da palavra e a administração dos sacramentos do batismo e da ceia do Senhor; por estas ordenanças, posto que poucas em número e administradas com maior simplicidade e menor glória externa, o pacto é manifestado com maior plenitude, evidência e eficácia espiritual, a todas as nações, aos judeus bem como aos gentios. É chamado o Novo Testamento. Não há, pois, dois pactos de graça diferentes em substância, mas um e o mesmo sob várias dispensações.

Cl 2:17; Mt 28:19-2; I Co 11:23-25; Hb 12:22-24; II Co 3:9-11; Lc 2:32; Ef. 2:15-19; Lc 22:20; Gl 3:14-16; At. 15: 1; Rm 3:21-22, 30 e 4:16-17, e 23-24; Hb 1:1-2.

CAPÍTULO VIII - DE CRISTO O MEDIADOR

I. Aproveu a Deus em seu eterno propósito, escolher e ordenar o Senhor Jesus, seu Filho Unigênito, para ser o Mediador entre Deus e o homem, o Profeta, Sacerdote e Rei, o Cabeça e Salvador de sua Igreja, o Herdeiro de todas as coisas e o Juiz do Mundo; e deu-lhe desde toda a eternidade um povo para ser sua semente e para, no tempo devido, ser por ele remido, chamado, justificado, santificado e glorificado.

Is 42: 1; I Pe 1: 19-20; I Tm 2:5; Jo 3:16; Dt 18:15; At. 3:20-22; Hb 5:5-6; Is 9:6-7; Lc 1:33; Hb 1:2; Ef. 5:23; At. 17:31; II Co 5:10; Jo 17:6; Ef. 1:4; I Tm 2:56; I Co 1:30; Rm 8:30.

II. O Filho de Deus, a Segunda Pessoa da Trindade, sendo verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai e igual a ele, quando chegou o cumprimento do tempo, tomou sobre si a natureza humana com todas as suas propriedades essenciais e enfermidades comuns, contudo sem pecado, sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria e da substância dela. As duas naturezas, inteiras, perfeitas e distintas - a Divindade e a humanidade - foram inseparavelmente unidas em uma só pessoa, sem conversão composição ou confusão; essa pessoa é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, porém, um só Cristo, o único Mediador entre Deus e o homem.

Jo 1:1,14; I Jo 5:20; Fp 2:6; Gl 4:4; Hb 2:14, 17 e 4:15; Lc 1:27, 31, 35; Mt 16:16; Cl 2:9; Rm 9:5; Rm 1:3-4; I Tm 2:5.

III. O Senhor Jesus, em sua natureza humana unida à divina, foi santificado e sem medida ungido com o Espírito Santo tendo em si todos os tesouros de sabedoria e ciência. Aproveu ao Pai que nele habitasse toda a plenitude, a fim de que, sendo santo, inocente, incontaminado e cheio de graça e verdade, estivesse perfeitamente preparado para exercer o ofício de Mediador e Fiador. Este ofício ele não tomou para si, mas para ele foi

chamado pelo Pai, que lhe pôs nas mãos todo o poder e todo o juízo e lhe ordenou que os exercesse.

Sl 45:5; Jo 3:34; Hb 1:8-9; Cl 2:3, e 1:9; Hb 7:26; Jo 1:14; At. 10:38; Hb 12:24, e 5:4-5; Jo 5:22, 27; Mt 28:18.

IV. Este ofício o Senhor Jesus empreendeu mui voluntariamente. Para que pudesse exercê-lo, foi feito sujeito à lei, que ele cumpriu perfeitamente; padeceu imediatamente em sua alma os mais cruéis tormentos e em seu corpo os mais penosos sofrimentos; foi crucificado e morreu; foi sepultado e ficou sob o poder da morte, mas não viu a corrupção; ao terceiro dia ressuscitou dos mortos com o mesmo corpo com que tinha padecido; com esse corpo subiu ao céu, onde está sentado à destra do Pai, fazendo intercessão; de lá voltará no fim do mundo para julgar os homens e os anjos.

Sl 40:7-8; Hb 10:5-6; Jo 4:34; Fp 2:8; Gl 4:4; Mt 3:15 e 5:17; Mt 26:37-38; Lc 22:24; Mt 27:46; Fil 2:8; At. 2:24, 27 e 13:37; I Co 15:4; Jo 20:25-27; Lc 24:50-51; II Pe 3:22; Rm 8:34; Hb 7:25; Rm 14:10; At. 1:11, Jo 5:28-29; Mt 13:40-42.

V. O Senhor Jesus, pela sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo, sacrifício que pelo Eterno Espírito, ele ofereceu a Deus uma só vez, satisfez plenamente à justiça do Pai. e para todos aqueles que o Pai lhe deu adquiriu não só a reconciliação, como também uma herança perdurável no Reino dos Céus.

Rm 5:19 e :25-26; Hb 10:14; Ef. 1:11, 14; Cl 1:20; II Co 5:18; 20; Jo 17:2; Hb 9:12,15.

VI. Ainda que a obra da redenção não foi realmente cumprida por Cristo senão depois da sua encarnação; contudo a virtude, a eficácia e os benefícios dela, em todas as épocas sucessivamente desde o princípio do mundo, foram comunicados aos eleitos naquelas promessas, tipos e sacrifícios, pelos quais ele foi revelado e significado como a semente da mulher que devia esmagar a cabeça da serpente, como o cordeiro morto desde o princípio do mundo, sendo o mesmo ontem, hoje e para sempre.

Gl 4:45; Gn 3:15; Hb 3:8.

VII. Cristo, na obra da mediação, age de conformidade com as suas duas naturezas, fazendo cada natureza o que lhe é próprio: contudo, em razão da unidade da pessoa, o que é próprio de uma natureza é às vezes, na Escritura, atribuído à pessoa denominada pela outra natureza.

Jo 10:17-18; I Pe 3:18; Hb 9:14; At. 20:28; Jo 3:13

VIII. Cristo, com toda a certeza e eficazmente aplica e comunica a salvação a todos aqueles para os quais ele a adquiriu. Isto ele consegue, fazendo intercessão por eles e revelando-lhes na palavra e pela palavra os mistérios da salvação, persuadindo-os eficazmente pelo seu Espírito a crer e a obedecer, dirigindo os corações deles pela sua palavra e pelo seu onipotente poder e sabedoria, da maneira e pelos meios mais conformes com a sua admirável e inescrutável dispensação.

Jo 6:37; 39 e 10:15-16; I Jo 2:1; Jo 15:15; Ef. 1:9; Jo 17:6; II Co 4:13; Rm 8:9, 14 e 15:18-19; Jo 17:17; Sl 90:1; I Co 15: 25-26; Cl 2:15; Lc 10: 19.

CAPÍTULO IX - DO LIVRE ARBITRIO

I. Deus dotou a vontade do homem de tal liberdade, que ele nem é forçado para o bem ou para o mal, nem a isso é determinado por qualquer necessidade absoluta da sua natureza.

Tg 1:14; Dt 30:19; Jo 5:40; Mt 17:12; At.7:51; Tg 4:7.

II. O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que é bom e agradável a Deus, mas mudavelmente, de sorte que pudesse decair dessa liberdade e poder.

Ec. 7:29; Cl 3: 10; Gn 1:26 e 2:16-17 e 3:6.

III. O homem, caindo em um estado de pecado, perdeu totalmente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação, de sorte que um homem natural, inteiramente adverso a esse

bem e morto no pecado, é incapaz de, pelo seu próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso.

Rm 5:6 e 8:7-8; Jo 15:5; Rm 3:9-10, 12, 23; Ef.2:1, 5; Cl 2:13; Jo 6:44, 65; I Co 2:14; Tt 3:3-5.

IV. Quando Deus converte um pecador e o transfere para o estado de graça, ele o liberta da sua natural escravidão ao pecado e, somente pela sua graça, o habilita a querer e fazer com toda a liberdade o que é espiritualmente bom, mas isso de tal modo que, por causa da corrupção, ainda nele existente, o pecador não faz o bem perfeitamente, nem deseja somente o que é bom, mas também o que é mau.

Cl 1: 13; Jo 8:34, 36; Fp 2:13; Rm 6:18, 22; Gl5:17; Rm 7:15, 21-23; I Jo 1:8, 10.

V. É no estado de glória que a vontade do homem se torna perfeita e imutavelmente livre para o bem só.

Ef. 4:13; Jd, 24; I Jo 3:2.

CAPÍTULO X - DA VOCAÇÃO EFICAZ

I. Todos aqueles que Deus predestinou para a vida, e só esses, é ele servido, no tempo por ele determinado e aceito, chamar eficazmente pela sua palavra e pelo seu Espírito, tirando-os por Jesus Cristo daquele estado de pecado e morte em que estão por natureza, e transpondo-os para a graça e salvação. Isto ele o faz, iluminando os seus entendimentos espiritualmente a fim de compreenderem as coisas de Deus para a salvação, tirando-lhes os seus corações de pedra e dando lhes corações de carne, renovando as suas vontades e determinando-as pela sua onipotência para aquilo que é bom e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo, mas de maneira que eles vêm mui livremente, sendo para isso dispostos pela sua graça.

Jo 15:16; At. 13:48; Rm 8:28-30 e 11:7; Ef. 1:5,10; I Ts 5:9; II Ts 2:13-14; II Co 3:3,6; Tg 1:18; I Co 2:12; Rm 5:2; II Tm 1:9-10; At. 26:18; I Co 2:10, 12; Ef. 1:17-18; II Co 4:6; Ez 36:26, e 11:19; Dt 30:6; Jo 3:5; Gl 6:15; Tt 3:5; I Pe 1:23; Jo 6:44-45; Sl 90:3; Jo 9:3; Jo 6:37; Mt 11:28; Ap 22:17.

II. Esta vocação eficaz é só da livre e especial graça de Deus e não provem de qualquer coisa prevista no homem; na vocação o homem é inteiramente passivo, até que, vivificado e renovado pelo Espírito Santo, fica habilitado a corresponder a ela e a receber a graça nela oferecida e comunicada.

II Tm 1:9; Tt 3:4-5; Rm 9:11; I Co 2:14; Rm 8:7-9; Ef. 2:5; Jo 6:37; Ez 36:27; Jo 5:25.

III. As crianças que morrem na infância, sendo eleitas, são regeneradas e por Cristo salvas, por meio do Espírito, que opera quando, onde e como quer, Do mesmo modo são salvas todas as outras pessoas incapazes de serem exteriormente chamadas pelo ministério da palavra.

Gn 17:7; Sl 105:8-10; Ez 16-20-21; Lc 18:15-16; At. 2:39; Gl 3:29; Jo 3:8 e 16:7-8; I Jo 5: 12; At. 4:12.

IV. Os não eleitos, posto que sejam chamados pelo ministério da palavra e tenham algumas das operações comuns do Espírito, contudo não se chegam nunca a Cristo e, portanto, não podem ser salvos; muito menos poderão ser salvos por qualquer outro meio os que não professam a religião cristã, por mais diligentes que sejam em conformar as suas vidas com a luz da natureza e com a lei da religião que professam; o asseverar e manter que podem é muito pernicioso e detestável.

Mt 13:14-15; At. 28:24; Mt 22:14; Mt 13:20-21, e 7:22; Hb 6:4-5; Jo 6:64-66, e 8:24; At. 4:12; Jo 14:6 e 17:3; Ef. 2:12-13; II Jo 10: 1; Gl 1:8; I Co 16:22.

CAPÍTULO XI - DA JUSTIFICAÇÃO

I. Os que Deus chama eficazmente, também livremente justifica. Esta justificação não consiste em Deus infundir neles a justiça, mas em perdoar os seus pecados e em considerar e aceitar as suas pessoas como justas. Deus não os justifica em razão de qualquer coisa neles operada ou por eles feita, mas somente em consideração da obra de Cristo; não lhes imputando como justiça a própria fé, o ato de crer ou qualquer outro ato de obediência evangélica, mas imputando-lhes a obediência e a satisfação de Cristo,

quando eles o recebem e se firmam nele pela fé, que não têm de si mesmos, mas que é dom de Deus.

Rm 8:30 e 3:24, 27-28; II Co 5:19, 21; Tt 3:5-7; Ef. 1:7; Jr 23:6; Jo 1:12 e 6:44-45; At. 10:43-44; Fp 1:20; Ef. 2:8.

II. A fé, assim recebendo e assim se firmando em Cristo e na justiça dele, é o único instrumento de justificação; ela, contudo não está sozinha na pessoa justificada, mas sempre anda acompanhada de todas as outras graças salvadoras; não é uma fé morta, mas obra por amor.

Jo 3:16, 18, 36; Rm 3:28, e 5: I; Tg 2:17, 22, 26; Gl 5:6.

III. Cristo, pela sua obediência e morte, pagou plenamente a dívida de todos os que são justificados, e, em lugar deles, fez a seu Pai uma satisfação própria, real e plena. Contudo, como Cristo foi pelo Pai dado em favor deles e como a obediência e satisfação dele foram aceitas em lugar deles, ambas livremente e não por qualquer coisa neles existente, a justificação deles é só da livre graça, a fim de que tanto a justiça restrita como a abundante graça de Deus sejam glorificadas na justificação dos pecadores.

Rm 5:8, 9, 18; II Tm 2:5-6; Hb 10:10, 14; Rm 8:32; II Co 5:21; Mt 3:17; Ef. 5:2; Rm 3:26; Ef. 2:7.

IV. Deus, desde toda a eternidade, decretou justificar todos os eleitos, e Cristo, no cumprimento do tempo, morreu pelos pecados deles e ressuscitou para a justificação deles; contudo eles não são justificados enquanto o Espírito Santo, no tempo próprio, não lhes aplica de fato os méritos de Cristo.

Gl 3:8; I Pe 1:2, 19-20; Gl 4:4; I Tm 2:6; Rm 4:25; I Pe 1:21; Cl 1:21-22; Tt 3:4-7.

V. Deus continua a perdoar os pecados dos que são justificados. Embora eles nunca poderão decair do estado de justificação, poderão, contudo, incorrer no paternal desagrado de Deus. e ficar privados da luz do seu rosto, até que se humilhem, confessem os seus pecados, peçam perdão e renovem a sua fé e o seu arrependimento.

Mt 6:12; I Jo 1:7, 9, e 2:1-2; Lc 22:32; Jo 10:28; Sl 89:31-33; e 32:5.

VI. A justificação dos crentes sob o Velho Testamento era, em todos estes respeitos. a mesma justificação dos crentes sob o Novo Testamento.

Gl 3:9, 13-14; Rm 4:22, 24.

CAPÍTULO XII - DA ADOÇÃO

I. Todos os que são justificados é Deus servido, em seu único Filho Jesus Cristo e por ele, fazer participantes da graça da adoção. Por essa graça eles são recebidos no número dos filhos de Deus e gozam a liberdade e privilégios deles; têm sobre si o nome deles, recebem o Espírito de adoção, têm acesso com confiança ao trono da graça e são habilitados, a clamar "Abba, Pai"; são tratados com comiseração, protegidos, providos e por ele corrigidos, como por um pai; nunca, porém, abandonados, mas selados para o dia de redenção, e herdam as promessas, como herdeiros da eterna salvação.

Ef. 1:5; Gl 4:4-5; Rm 8:17; Jo 1: 12; Jr 14:9; II Co 6:18; Ap 3:12; Rm 8:15; Ef. 3:12; Gl 4:6; Sl 103:13; Pv 14:26; Mt 6:30, 32; Hb 12:6; Lm 3:31-32; Ef. 4:30; Hb 6:12; I Pe 1: 3-4; Hb 1: 14.

CAPÍTULO XIII - DA SANTIFICAÇÃO

I. Os que são eficazmente chamados e regenerados, tendo criado em si um novo coração e um novo espírito, são além disso santificados real e pessoalmente, pela virtude da morte e ressurreição de Cristo, pela sua palavra e pelo seu Espírito, que neles habita; o domínio do corpo do pecado é neles todo destruído, as suas várias concupiscências são mais e mais enfraquecidas e mortificadas, e eles são mais e mais vivificados e fortalecidos em todas as graças salvadores, para a prática da verdadeira santidade, sem a qual ninguém verá a Deus.

I Co 1:30; At. 20:32; Fp 3:10; Rm 6:5-6; Jo 17:17, 19; Ef. 5-26; II Ts 2:13; Rm 6:6, 14; Gl 5:24; Cl, 1:10-11; Ef. 3:16-19; II Co 7:1; Cl 1:28, e 4:12; Hb 12:14.

II. Esta santificação é no homem todo, porém imperfeita nesta vida; ainda persistem em todas as partes dele restos da corrupção, e daí nasce uma guerra contínua e irreconciliável - a carne lutando contra o espírito e o espírito contra a carne.

I Ts 5:23; I Jo 1:10; Fp 3:12; Gl 5:17; I Pe 2:11.

III. Nesta guerra, embora prevaleçam por algum tempo as corrupções que ficam, contudo, pelo contínuo socorro da eficácia do santificador Espírito de Cristo, a parte regenerada do homem novo vence, e assim os santos crescem em graça, aperfeiçoando a santidade no temor de Deus.

Rm 7:23, e 6:14; I Jo 5:4; Ef. 4:15-16; II Pe 3:18; II Co 3:18, e 7: 1.

CAPÍTULO XIV - DA FÉ SALVADORA

I. A graça da fé, pela qual os eleitos são habilitados a crer para a salvação das suas almas, é a obra que o Espírito de Cristo faz nos corações deles, e é ordinariamente operada pelo ministério da palavra; por esse ministério, bem como pela administração dos sacramentos e pela oração, ela é aumentada e fortalecida.

Hb 10:39; II Co 4:13; Ef. 1:17-20, e 2:8; Mt 28:19-20; Rm 10:14, 17; I Co 1:21; I Pe 2:2; Rm 1:16-17; Lc 22:19; Jo 6:54-56; Rm 6:11; Lc 17:5, e 22:32.

II. Por essa fé o cristão, segundo a autoridade do mesmo Deus que fala em sua palavra, crê ser verdade tudo quanto nela é revelado, e age de conformidade com aquilo que cada passagem contém em particular, prestando obediência aos mandamentos, tremendo às ameaças e abraçando as promessas de Deus para esta vida e para a futura; porém os principais atos de fé salvadora são - aceitar e receber a Cristo e firmar-se só nele para a justificação, santificação e vida eterna, isto em virtude do pacto da graça.

Jo 6:42; I Ts 2:13; I Jo 5:10; At. 24:14; Mt 22:37-40; Rm 16:26; Is 66:2; Hb 11:13; I Tm 6:8; Jo 1:12; At. 16:31; Gl 2:20; At. 15: 11.

III. Esta fé é de diferentes graus, é fraca ou forte; pode ser muitas vezes e de muitos modos assaltada e enfraquecida, mas sempre alcança a vitória, atingindo em muitos a uma perfeita segurança em Cristo, que é não somente o autor, como também o consumidor da fé.

Rm 4:19-20; Mt 6:30, e 5: 10; Ef. 6:16; I Jo 4:5; Hb 6:11, 12, 10:22 e 12:2.

CAPÍTULO XV - DO ARREPENDIMENTO PARA A VIDA

I. O arrependimento para a vida é uma graça evangélica, cuja doutrina deve ser tão pregada por todo o ministro do Evangelho como a da fé em Cristo.

At. 11: 18; Lc 24:47; Mc 1: 15; At. 20:21.

II. Movido pelo reconhecimento e sentimento, não só do perigo, mas também da impureza e odiosidade do pecado como contrários à santa natureza e justa lei de Deus; apreendendo a misericórdia divina manifestada em Cristo aos que são penitentes, o pecador pelo arrependimento, de tal maneira sente e aborrece os seus pecados, que, deixando-os, se volta para Deus, tencionando e procurando andar com ele em todos os caminhos dos seus mandamentos.

Ez 18:30-31 e 34:31; Sl 51:4; Jr 31:18-19; II Co 7:11; Sl 119:6, 59, 106; Mt 21:28-29.

III. Ainda que não devemos confiar no arrependimento como sendo de algum modo uma satisfação pelo pecado ou em qualquer sentido a causa do perdão dele, o que é ato da livre graça de Deus em Cristo, contudo, ele é de tal modo necessário aos pecadores, que sem ele ninguém poderá esperar o perdão,

Ez. 36:31-32 e 16:63; Os. 14:2, 4; Rm 3:24; Ef. 1: 7; Lc 13:3, S; At. 17:30,31.

IV. Como não há pecado tão pequeno que não mereça a condenação, assim também não há pecado tão grande que possa trazer a condenação sobre os que se arrependem verdadeiramente.

Rm 6:23; Mt 12:36; Is 55: 7; Rm 8:1; Is 1: 18.,

V. Os homens não devem se contentar com um arrependimento geral, mas é dever de todos procurar arrepender-se particularmente de cada um dos seus pecados.

Sl 19:13; Lc 19:8; I Tm 1:13, 15.

VI. Como todo o homem é obrigado a fazer a Deus confissão particular das suas faltas, pedindo-lhe o perdão delas, fazendo o que, achará misericórdia, se deixar os seus pecados, assim também aquele que escandaliza a seu irmão ou a Igreja de Cristo, deve estar pronto, por uma confissão particular ou pública do seu pecado e do pesar que por ele sente, a declarar o seu arrependimento aos que estão ofendidos; isto feito, estes devem reconciliar-se com ele e recebê-lo em amor.

Sl 32:5-6; Pv 28:13; I Jo 1:9; Tiago 5: 16; Lc 17:3-4; Js 7:19; II Co 2:8.

CAPÍTULO XVI - DAS BOAS OBRAS

I. Boas obras são somente aquelas que Deus ordena em sua santa palavra, não as que, sem autoridade dela, são aconselhadas pelos homens movidos de um zelo cego ou sob qualquer outro pretexto de boa intenção.

Mq. 6:8; Rm 12:2; Hb 13:21; Mt 15:9; Is 29:13; I Pe 1:18; Jo 16:2; Rm 10:2; 1 Sm 15:22; Dt 10:12-13; Cl 2:16, 17, 20-23.

II. Estas boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são o fruto e as evidências de uma fé viva e verdadeira; por elas os crentes manifestam a sua gratidão, robustecem a sua confiança, edificam os seus irmãos, adornam a profissão do Evangelho, tapam a boca aos adversários e glorificam a Deus, cuja feitura são criados em Jesus Cristo para isso mesmo, a fim de que, tendo o seu fruto em santificação, tenham no fim a vida eterna.

Tiago 2:18, 22; Sl 116-12-13; I Pe 2:9; I Jo 2:3,5; II Pe 1:5-10; II Co 9:2; Mt 5:16; I Tm 4:12; Tt 2:5, 9,12; I Tm 6:1; I Pe 2:12, 15; Fp 1,11; Jo 15:8; Ef. 2:10; Rm 6:22.

III. O poder de fazer boas obras não é de modo algum dos próprios fiéis, mas provém inteiramente do Espírito de Cristo. A fim de que sejam para isso habilitados, é necessário, além da graça que já receberam, uma influência positiva do mesmo Espírito Santo para obrar neles o querer e o perfazer segundo o seu beneplácito; contudo, não devem por isso tornar-se negligentes, como se não fossem obrigados a cumprir qualquer dever senão quando movidos especialmente pelo Espírito, mas devem esforçar-se por estimular a graça de Deus que há neles.

Jo 15:4-6; Lc 11:13; Fp 2:13, e 4:13; II Co 3:5; Ef. 3:16; Fp 2:12; Hb 6:11-12; Is 64:7.

IV. Os que alcançam pela sua obediência a maior perfeição possível nesta vida estão tão longe de exceder as suas obrigações e fazer mais do que Deus requer, que são deficientes em muitas coisas que são obrigados a fazer.

Lc 17: 10; Gl 5: 17.

V. Não podemos, pelas nossas melhores obras, merecer da mão de Deus perdão de pecado ou a vida eterna, porque é grande a desproporção que há entre eles e a glória porvir, e infinita a distância que vai de nós a Deus, a quem não podemos ser úteis por meio delas, nem satisfazer pela dívida dos nossos pecados anteriores; e porque, como boas, procedem do Espírito e, como nossas, são impuras e misturadas com tanta fraqueza e imperfeição, que não podem suportar a severidade do juízo de Deus; assim, depois que tivermos feito tudo quanto podemos, temos cumprido tão somente, o nosso dever, e somos servos inúteis.

Rm 3:20, e 4:2,4, 6; Ef. 2:8-9; Lc 17:10; Gl. 5:22-23; Is 64-6; Sl 143, 2, e 130:3.

VI. Não obstante o que havemos dito, sendo aceitas por meio de Cristo as pessoas dos crentes, também são aceitas nele as boas obras deles, não como se fossem, nesta vida, inteiramente puras e irrepreensíveis à vista de Deus, mas porque Deus considerando-as em seu Filho, é servido aceitar e recompensar aquilo que é sincero, embora seja acompanhado de muitas fraquezas e imperfeições.

Ef. 1:6; I Pe 2:5; Sl 143:2; II Co 8:12; Hb 6:10; Mt 2,5:21, 23.

VII. As obras feitas pelos não regenerados, embora sejam, quanto à matéria, coisas que Deus ordena, e úteis tanto a si mesmos como aos outros, contudo, porque procedem de corações não purificados pela fé, não são feitas devidamente - segundo a palavra; - nem para um fim justo - a glória de Deus; são pecaminosas e não podem agradar a Deus, nem preparar o homem para receber a graça de Deus; não obstante, o negligenciá-las é ainda mais pecaminoso e ofensivo a Deus.

II Rs 10:30, 31; Fp 1:15-16, 18; Hb 11:4, 6; Mc 10:20-21; I Co 13:3; Is 1:12; Mt 6:2, 5, 16; Ag. 2:14; Amós 5:21-22; Mc 7:6-7; Sl 14:4; e 36:3; Mt 2,5:41-45, e 23:23.

CAPÍTULO XVII - DA PERSEVERANÇA DOS SANTOS

I. Os que Deus aceitou em seu Bem-amado, os que ele chamou eficazmente e santificou pelo seu Espírito, não podem decair do estado da graça, nem total, nem finalmente; mas, com toda a certeza hão de perseverar nesse estado até o fim e serão eternamente salvos.

Fp 1: 6; Jo 10: 28-29; I Pe 1:5, 9.

II. Esta perseverança dos santos não depende do livre arbítrio deles, mas da imutabilidade do decreto da eleição, procedente do livre e imutável amor de Deus Pai, da eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo, da permanência do Espírito e da semente de Deus neles e da natureza do pacto da graça; de todas estas coisas vêm a sua certeza e infalibilidade.

II Tm 2:19; Jr 31:3; Jo 17:11, 24; Hb 7:25; Lc 22:32; Rm 8:33, 34, 38-39; Jo 14:16-17; I Jo 2:27 e 3:9; Jr 32:40; II Ts 3:3; I Jo 2:19; Jo 10:28.

III. Eles, porém, pelas tentações de Satanás e do mundo, pela força da corrupção neles restante e pela negligência dos meios de preservação, podem cair em graves pecados e por algum tempo continuar neles; incorrem assim no desagrado de Deus, entristecem o seu Santo Espírito e de algum modo vêm a ser privados das suas graças e confortos; têm os seus

corações endurecidos e as suas consciências feridas; prejudicam e escandalizam os outros e atraem sobre si juízos temporais.

Sl 51:14; Mt 26:70-74; II Sm 12:9, 13; Is 64:7, 9; II Sm 11:27; Ef. 6:30; Sl 51:8, 10, 12; Ap 2:4; Is 63:17; Mc 6:52; Sl 32:3-4; II Sm 12:14; Sl 89:31-32; I Co 11:32.

CAPÍTULO XVIII - DA CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO

I. Ainda que os hipócritas e os outros não regenerados podem iludir-se vãmente com falsas esperanças e carnal presunção de se acharem no favor de Deus e em estado de Salvação, esperança essa que perecerá, contudo, os que verdadeiramente creem no Senhor Jesus e o amam com sinceridade, procurando andar diante dele em toda a boa consciência, podem, nesta vida, certificar-se de se acharem em estado de graça e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus, nessa esperança que nunca os envergonhará.

Dt 29:19; Mq. 3:11; Jo 5:41; Mt 8:22-23; I Jo 2:3 e 5: 13; Rm 5:2, S; II Tm 4:7-8.

II. Esta certeza não é uma mera persuasão conjectural e provável, fundada numa falsa esperança, mas uma infalível segurança da fé, fundada na divina verdade das promessas de salvação, na evidência interna daquelas graças a que são feitas essas promessas, no testemunho do Espírito de adoção que testifica com os nossos espíritos sermos nós filhos de Deus, no testemunho desse Espírito que é o penhor de nossa herança e por quem somos selados para o dia da redenção.

Hb 6:11, 17-19; I Pe 1:4-5, 10-11; I Jo 3:14; Rm8:15-16; Ef.1: 13-14, e 4:30; II Co 1:21-22.

III. Esta segurança infalível não pertence de tal modo à essência da fé, que um verdadeiro crente, antes de possuí-la, não tenha de esperar muito e lutar com muitas dificuldades; contudo, sendo pelo Espírito habilitado a conhecer as coisas que lhe são livremente dadas por Deus, ele pode alcançá-la sem revelação extraordinária, no devido uso dos meios ordinários. É, pois, dever de todo o fiel fazer toda a diligência para tornar

certas a sua vocação e eleição, a fim de que por esse modo seja o seu coração no Espírito Santo confirmado em paz e gozo, em amor e gratidão para com Deus, em firmeza e alegria nos deveres da obediência que são os frutos próprios desta segurança. Este privilégio está, pois, muito longe de predispor os homens à negligência.

I Jo 5:13; I Co 2:12; I Jo 4:13; Hb 6:11-12; II Pe 1:10; Rm 5:1-2, 5. 14:17, e 15:13; Sl 119:32; Rm 6:1-2; Tt 2:11-12, 14; II Co 7: 1; Rm 8: 1; 12; I Jo 1:6-7, e 3:2-3.

IV. Por diversos modos podem os crentes ter a sua segurança de salvação abalada, diminuída e interrompida negligenciando a conservação dela, caindo em algum pecado especial que fira a consciência e entristeça o Espírito Santo, cedendo a fortes e repentinas tentações, retirando Deus a luz do seu rosto e permitindo que andem em trevas e não tenham luz mesmo os que temem; contudo, eles nunca ficam inteiramente privados daquela semente de Deus e da vida da fé, daquele amor a Cristo e aos irmãos, daquela sinceridade de coração e consciência do dever; dessas bênçãos a certeza de salvação poderá, no tempo próprio, ser restaurada pela operação do Espírito, e por meio delas eles são, no entanto, suportados para não caírem no desespero absoluto.

Sl 51: 8, 12, 14; Ef. 4:30; Sl 77: 1-10, e 31:32; I Jo 3:9; Lc 22:32; Mq 7:7-9; Jr 32:40; II Co 4:8-10.

CAPÍTULO XIX - DA LEI DE DEUS

I. Deus deu a Adão uma lei como um pacto de obras. Por este pacto Deus o obrigou, bem como toda sua posteridade, a uma obediência pessoal, inteira, exata e perpétua; prometeu-lhe a vida sob a condição dele cumprir com a lei e o ameaçou com a morte no caso dele violá-la; e dotou-o com o poder e capacidade de guardá-la.

Gn 1:26, e 2:17; Ef. 4:24; Rm 2:14-15, e 10:5, e 5:12, 19.

II. Essa lei, depois da queda do homem, continuou a ser uma perfeita regra de justiça. Como tal, foi por Deus entregue no monte Sinai em dez mandamentos e escrita em duas tábuas; os primeiros quatro

mandamentos ensinam os nossos deveres para com Deus e os outros seis os nossos deveres para com o homem.

Tiago 1:25 e 2:8, 10; Dt 5:32, e 10:4; Mt 22:37-40.

III. Além dessa lei, geralmente chamada lei moral, foi Deus servido dar ao seu povo de Israel, considerado uma igreja sob a sua tutela, leis cerimoniais que contêm diversas ordenanças típicas. Essas leis, que em parte se referem ao culto e prefiguram Cristo, as suas graças, os seus atos, os seus sofrimentos e os seus benefícios, e em parte representam várias instruções de deveres morais, estão todas ab-rogadas sob o Novo Testamento.

Hb 10:1; Gl 4:1-3; Cl 2:17; Ex 12:14; I Co 5:7; II Co 6:17; Cl 2:14, 16-17; Ef. 2:15-16.

IV. A esse mesmo povo, considerado como um corpo político, Deus deu leis civis que terminaram com aquela nacionalidade, e que agora não obrigam além do que exige a sua equidade geral.

Ex 21, e 22:1-29; Gn 49:10; Mt 5:38-39.

V. A lei moral obriga para sempre a todos a prestar-lhe obediência, tanto as pessoas justificadas como as outras, e isto não somente quanto à matéria nela contida, mas também pelo respeito à autoridade de Deus, o Criador, que a deu. Cristo, no Evangelho, não desfaz de modo algum esta obrigação, antes a confirma.

I Jo 2:3-4, 7; Rm 3:31; Tiago, 2:8, 10, 11; Rom-. 3:19- Mt 5:18-19.

VI. Embora os verdadeiros crentes não estejam debaixo da lei como pacto de obras, para serem por ela justificados ou condenados, contudo, ela lhes serve de grande proveito, como aos outros; manifestando-lhes, como regra de vida, a vontade de Deus, e o dever que eles têm, ela os dirige e os obriga a andar segundo a retidão; descobre-lhes também as pecaminosas poluições da sua natureza, dos seus corações e das suas vidas, de maneira que eles, examinando-se por meio dela, alcançam mais profundas convicções do pecado, maior humilhação por causa deles e maior aversão

a eles, e ao mesmo tempo lhes dá uma melhor apreciação da necessidade que têm de Cristo e da perfeição da obediência dele. Ela é também de utilidade aos regenerados, a fim de conter a sua corrupção, pois proíbe o pecado; as suas ameaças servem para mostrar o que merecem os seus pecados e quais as aflições que por causa deles devem esperar nesta vida, ainda que sejam livres da maldição ameaçada na lei. Do mesmo modo as suas promessas mostram que Deus aprova a obediência deles e que bênção podem esperar, obedecendo, ainda que essas bênçãos não lhes sejam devidas pela lei considerada como pacto das obras - assim o fazer um homem o bem ou o evitar ele o mal, porque a lei anima aquilo e proíbe isto, não é prova de estar ele debaixo da lei e não debaixo da graça.

Rm 6:14, e 8:1; Gl 3:13; Rm 7:12, 22, 25; Sl 119:5; I Co 7:19; Rm 7:7, e 3:20; Tiago 1:23, 25; Rm 7:9,14, 24; Gl 3:24; Rm 8:3-4; Rm 7:25; Td 2:11; Ed 9:13-14; Sl 89:30-34 e 37:11, e 19:11; Gl 2:16; Lc 17:10; Rm 6:12,-14; Hb 12:28-29; I Pe 3:8-12; Sl 34:12, 16.

VII. Os supracitados usos da lei não são contrários à graça do Evangelho, mas suavemente condizem com ela, pois o Espírito de Cristo submete e habilita a vontade do homem a fazer livre e alegremente aquilo que a vontade de Deus, revelada na lei, requer se faça.

Gl 3:21; Ez 36:27; Hb 5:10.

CAPÍTULO XX - DA LIBERDADE CRISTÃ E DA LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

I. A liberdade que Cristo, sob o Evangelho, comprou para os crentes consiste em serem eles libertos do delito do pecado, da ira condenatória de Deus, da maldição da lei moral e em serem livres do poder deste mundo. do cativo de Satanás, do domínio do pecado, do mal das aflições, do aguilhão da morte, da vitória da sepultura e da condenação eterna: como também em terem livre acesso a Deus, em lhe prestarem obediência, não movidos de um medo servil, mas de amor filial e espírito voluntário. Todos estes privilégios eram comuns também aos crentes debaixo da lei, mas sob o Evangelho, a liberdade dos cristãos está mais ampliada, achando-se eles isentos do jugo da lei cerimonial a que estava sujeita a Igreja Judaica, e

tendo maior confiança de acesso ao trono da graça e mais abundantes comunicações do Espírito de Deus, do que os crentes debaixo da lei ordinariamente alcançavam.

Tt 2:14; I Ts 1: 10; Gl 3:13; Rm 8: 1; Gl 1:4; At. 26:18; Rm 6:14; I Jo 1:7; Sl 119:71; Rm 8:28; I Cor, 15:54-57; Rm 5: 1-2; Ef. 2:18 e 3:12; Hb 10: 19; Rm 8:14. 15; Gl 6:6; I Jo 6:18; Gl 3:9, 14, e 5: 1; At. 15: 10; Hb 4:14, 16, e 10: 19-22; Jo 7:38-39; Rm 5:5.

II. Só Deus é senhor da consciência, e ele deixou livre das doutrinas e mandamentos humanos que em qualquer coisa, sejam contrários à sua palavra ou que, em matéria de fé ou de culto estejam fora dela. Assim crer tais doutrinas ou obedecer a tais mandamentos como coisa de consciência é trair a verdadeira liberdade de consciência; e requerer para elas fé implícita e obediência cega e absoluta é destruir a liberdade de consciência e a mesma razão.

Rm 14:4, 10; Tg 4:12; At. 4:19, e 5:29; Mt 28:8-10; Cl 2:20-23; Gl 1: 10, e 2:4-5, e 4:9-10, e 5: 1; Rm 14:23; At. 17:11; Jo 4:22; Jr 8:9; I Pe 3: 15.

III. Aqueles que, sob o pretexto de liberdade cristã, cometem qualquer pecado ou toleram qualquer concupiscência, destroem por isso mesmo o fim da liberdade cristã; o fim da liberdade é que, sendo livres das mãos dos nossos inimigos, sem medo sirvamos ao Senhor em santidade e justiça, diante dele todos os dias da nossa vida.

Lc 1:74-75; Rm 6:15; Gl 5:13; I Pe 2:16; II Pe 3: 15.

IV. Visto que os poderes que Deus ordenou, e a liberdade que Cristo comprou, não foram por Deus designados para destruir, mas para que mutuamente nos apoiemos e preservemos uns aos outros, resistem à ordenança de Deus os que, sob pretexto de liberdade cristã, se opõem a qualquer poder legítimo, civil ou religioso, ou ao exercício dele. Se publicarem opiniões ou mantiverem práticas contrárias à luz da natureza ou aos reconhecidos princípios do Cristianismo concernentes à fé, ao culto ou ao procedimento; se publicarem opiniões, ou mantiverem práticas contrárias ao poder da piedade ou que, por sua própria natureza ou pelo modo de publicá-las e mantê-las, são destrutivas da paz externa da Igreja

e da ordem que Cristo estabeleceu nela, podem, de justiça ser processados e visitados com as censuras eclesiásticas.

I Pe 2:13-16; Hb 13:17; Mt 18:15-17; II Ts 3:14; Tt 3:10; I Co 5:11-13; Rm 16:17; II Ts 3:6.

CAPÍTULO XXI - DO CULTO RELIGIOSO E DO DOMINGO

I. A luz da natureza mostra que há um Deus que tem domínio e soberania sobre tudo, que é bom e faz bem a todos, e que, portanto, deve ser temido, amado, louvado, invocado, crido e servido de todo o coração, de toda a alma e de toda a força; mas o modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por ele mesmo e tão limitado pela sua vontade revelada, que não deve ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens ou sugestões de Satanás nem sob qualquer representação visível ou de qualquer outro modo não prescrito nas Santas Escrituras.

Rm 1:20; Sl 119:68, e 31:33; At. 14:17; Dt 12:32; Mt 15:9, e 4:9, 10; Jo 4:3, 24; Ex 20:4-6.

II. O culto religioso deve ser prestado a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo - e só a ele; não deve ser prestado nem aos anjos, nem aos santos, nem a qualquer outra criatura; nem, depois da queda, deve ser prestado a Deus pela mediação de qualquer outro senão Cristo.

Jo 5:23; Mt 28:19; II Co 13:14; Cl 2:18; Ap 19:10; Rm 1:25; Jo 14:6; I Tm 2:5; Ef. 2:18; Cl 3:17.

III. A oração com ações de graças, sendo uma parte especial do culto religioso, é por Deus exigida de todos os homens; e, para que seja aceita, deve ser feita em o nome do Filho, pelo auxílio do seu Espírito, segundo a sua vontade, e isto com inteligência, reverência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança. Se for vocal, deve ser proferida em uma língua conhecida dos circunstantes.

Fp 4:6; I Tm 2:1; Cl 4:2; Sl 65:2, e 67:3; I Ts 5:17-18; Jo 14:13-14; I Pe 2:5; Rm 8:26; Ef. 6:8; Jo 5:14; Sl 47:7; Hb 12:28; Gn 18:27; Tg 5:16; Ef. 6:18; I Co 14:14.

IV. A oração deve ser feita por coisas lícitas e por todas as classes de homens que existem atualmente ou que existirão no futuro; mas não pelos mortos, nem por aqueles que se saiba terem cometido o pecado para a morte.

Mt 26:42; I Tm 2:1-2; Jo 17:20; II Sm 7:29, e 12:21-23; Lc 16:25-26; I Jo 5: 16.

V. A leitura das Escrituras com o temor divino, a sã pregação da palavra e a consciente atenção a ela em obediência a Deus, com inteligência, fé e reverência; o cantar salmos com graças no coração, bem como a devida administração e digna recepção dos sacramentos instituídos por Cristo - são partes do ordinário culto de Deus, além dos juramentos religiosos; votos, jejuns solenes e ações de graças em ocasiões especiais, tudo o que, em seus vários tempos e ocasiões próprias, deve ser usado de um modo santo e religioso.

At. 15:21; Ap 1:3; II Tm 4:2; Tiago 1:22; At. 10:33; Hb 4:2; Cl 3:16; Ef. 5:19; Tiago 5:13; At. 16:25; Mt 28:19; At. 2:42; Dt 6:13; Ne. 10:29; Ec. 5:4-5; Joel 2:12; Mt 9:15.

VI. Agora, sob o Evangelho, nem a oração, nem qualquer outro ato do culto religioso é restrito a um certo lugar, nem se torna mais aceito por causa do lugar em que se ofereça ou para o qual se dirija, mas, Deus deve ser adorado em todo o lugar, em espírito e verdade - tanto em famílias diariamente e em secreto, estando cada um sozinho, como também mais solenemente em assembleias públicas, que não devem ser descuidosas, nem voluntariamente desprezadas nem abandonadas, sempre que Deus, pela sua providência, proporciona ocasião.

Jo 5:21; Ml 1:11; I Tm 2:8; Jo 4:23-24; Jr 10: 25; Jó 1:5; II Sm 6:18-20; Dt 6:6-7; Mt 6: 11, e 6:6; Is 56:7; Hb 10:25; Pv 5:34; At. 2:42.

VII. Como é lei da natureza que, em geral, uma devida proporção do tempo seja destinada ao culto de Deus, assim também em sua palavra, por um preceito positivo, moral e perpétuo, preceito que obriga a todos os homens em todos os séculos, Deus designou particularmente um dia em sete para

ser um sábado (descanso) santificado por Ele; desde o princípio do mundo, até a ressurreição de Cristo, esse dia foi o último da semana; e desde a ressurreição de Cristo foi mudado para o primeiro dia da semana, dia que na Escritura é chamado Domingo, ou dia do Senhor, e que há de continuar até ao fim do mundo como o sábado cristão.

Ex 20:8-11; Gn 2:3; I Co 16:1-2; At. 20:7; Ap 1:10; Mt 5: 17-18.

VIII. Este sábado é santificado ao Senhor quando os homens, tendo devidamente preparado os seus corações e de antemão ordenado os seus negócios ordinários, não só guardam, durante todo o dia, um santo descanso das suas próprias obras, palavras e pensamentos a respeito dos seus empregos seculares e das suas recreações, mas também ocupam todo o tempo em exercícios públicos e particulares de culto e nos deveres de necessidade e misericórdia.

Ex 16:23-26,29:30, e 31:15-16; Is58:13.

CAPÍTULO XXII - DOS JURAMENTOS LEGAIS E DOS VOTOS

I. O Juramento, quando lícito, é uma parte do culto religioso pelo qual o crente, em ocasiões necessárias e com toda a solenidade, chama a Deus por testemunha do que assevera ou promete; pelo juramento ele invoca a Deus para julgá-lo segundo a verdade ou falsidade do que jura.

Dt 10:20; Ex.20:7; Lev. 19:12; II Co 1:23; II Cr 6:22-23.

II. O único nome pelo qual se deve jurar é o nome de Deus, nome que se pronunciará com todo o santo temor e reverência; jurar, pois, falsa ou temerariamente por este glorioso e tremendo nome ou jurar por qualquer outra coisa é pecaminoso e abominável, contudo, como em assuntos de gravidade e importância o juramento é autorizado pela palavra de Deus, tanto sob o Novo Testamento como sob o Velho, o juramento, sendo exigido pela autoridade legal, deve ser prestado com referência a tais assuntos.

Dt 6:13; Jr 5:7; Mt 5:34,37; Tiago 5:12; Hb 6:16; I Rs 5:31; Esdras 10:5.

III. Quem vai prestar um juramento deve considerar refletidamente a gravidade de ato tão solene e nada afirmar de cuja verdade não esteja plenamente persuadido, obrigando-se tão somente por aquilo que é justo e bom e que tem como tal, e por aquilo que pode e está resolvido a cumprir. É, porém, pecado recusar prestar juramento concernente a qualquer coisa justa e boa, sendo ele exigido pela autoridade legal.

Jr 4:2; Gn 24:2-3; 9; Ne.5: 12.

IV. O juramento deve ser prestado conforme o sentido claro e óbvio das palavras, sem equívoco ou restrição mental. Não pode obrigar a pecar, mas sendo prestado com referência a qualquer coisa não pecaminosa, obriga ao cumprimento, mesmo com prejuízo de quem jura. Não deve ser violado, ainda que feito a hereges ou infiéis.

Sl 24:4, e 15:4; Ez 17:16, 18.

V. O voto é da mesma natureza que o juramento promissório; deve ser feito com o mesmo cuidado religioso e cumprindo com igual fidelidade.

Is 19:21; Ec. 5:4-6; Sl 66:13-14.

VI. O voto não deve ser feito a criatura alguma, mas somente a Deus; para que seja aceitável, deve ser feito voluntariamente, com fé e consciência de dever, em reconhecimento de misericórdias recebidas ou para obter o que desejamos. Pelo voto obrigamo-nos mais restritamente aos deveres necessários ou a outras coisas, até onde ou quando elas conduzirem a esses deveres.

Sl 76:1 1; Dt 23:21, 23; Sl 50:14.

VII. Ninguém deve prometer fazer coisa alguma que seja proibida na palavra de Deus ou que embarace o cumprimento de qualquer dever nela ordenado, nem o que não está em seu poder cumprir e para cuja execução não tenha promessa ou poder de Deus; por isso os votos monásticos que os papistas fazem do celibato perpétuo, pobreza voluntária e obediência regular, em vez de serem graus de maior perfeição, não passam de laços supersticiosos e iníquos com os quais nenhum cristão deve embaraçar-se.

At. 23:12; Mc 6:26; I Co 2:9; Ef. 4:28; I Ts 4:11-12; I Co 7:23.

CAPÍTULO XXIII - DO MAGISTRADO CIVIL

I. Deus, o Senhor Supremo e Rei de todo o mundo, para a sua glória e para o bem público, constituiu sobre o povo magistrados civis que lhe são sujeitos, e a este fim, os armou com o poder da espada para defesa e incentivo dos bons e castigo dos malfeitores.

Rm 13:1-4; I Pe 2:13-14.

II. Aos cristãos é lícito aceitar e exercer o ofício de magistrado, sendo para ele chamado; e em sua administração, como devem especialmente manter a piedade, a justiça, e a paz segundo as leis salutares de cada Estado, eles, sob a dispensação do Novo Testamento e para conseguir esse fim, podem licitamente fazer guerra, havendo ocasiões justas e necessárias.

Pv 8:15-16; Sl 82:3-4; II Sm 23:3; Lc 3:14; Mt 8:9-10; Rm 13:4.

III. Os magistrados civis não podem tomar sobre si a administração da palavra e dos sacramentos ou o poder das chaves do Reino do Céu, nem de modo algum intervir em matéria de fé; contudo, como pais solícitos, devem proteger a Igreja do nosso comum Senhor, sem dar preferência a qualquer denominação cristã sobre as outras, para que todos os eclesiásticos sem distinção gozem plena, livre e indisputada liberdade de cumprir todas as partes das suas sagradas funções, sem violência ou perigo. Como Jesus Cristo constituiu em sua Igreja um governo regular e uma disciplina, nenhuma lei de qualquer Estado deve proibir, impedir ou embaraçar o seu devido exercício entre os membros voluntários de qualquer denominação cristã, segundo a profissão e crença de cada uma. E é dever dos magistrados civis proteger a pessoa e o bom nome de cada um dos seus jurisdicionados, de modo que a ninguém seja permitido, sob pretexto de religião ou de incredulidade, ofender, perseguir, maltratar ou injuriar qualquer outra pessoa; e bem assim providenciar para que todas as assembleias religiosas e eclesiásticas possam reunir-se sem ser perturbadas ou molestadas.

Hb 5:4; II Cr 26:18; Mt 16:19; I Co 4:1-2; Jo 15:36; At. 5:29; Ef. 4:11-12; Is 49:23; Sl 105:15; 11 Sm 23:3.

IV. É dever do povo orar pelos magistrados, honrar as suas pessoas, pagá-lhes tributos e outros impostos, obedecer às suas ordens legais e sujeitar-se à sua autoridade, e tudo isto por amor da consciência. Incredulidade ou indiferença de religião não anula a justa e legal autoridade do magistrado, nem absolve o povo da obediência que lhe deve, obediência de que não estão isentos os eclesiásticos. O papa não tem nenhum poder ou jurisdição sobre os magistrados dentro dos domínios deles ou sobre qualquer um do seu povo; e muito menos tem o poder de privá-los dos seus domínios ou vidas, por julgá-los hereges ou sob qualquer outro pretexto.

I Tm 2:1-3; II Pe 2:17; Mt 22:21; Rm 13:2-7, e 13:5; Tt 3:1; I Pe 2:13-14, 16; Rm 13:1; At. 25:10-11; II Tm 2:24; I Pe 5:3.

CAPÍTULO XXIV - DO MATRIMÔNIO E DO DIVÓRCIO

I. O casamento deve ser entre um homem e uma mulher; ao homem não é lícito ter mais de uma mulher nem à mulher mais de um marido, ao mesmo tempo.

Gn 2:24; Mt 19:4-6; Rm 7:3.

II. O matrimônio foi ordenado para o mútuo auxílio de marido e mulher, para a propagação da raça humana por uma sucessão legítima e da Igreja por uma semente santa, e para impedir a impureza.

Gn 2:18, e 9:1; Ml2:15; I Co 7:2,9.

III. A todos os que são capazes de dar um consentimento ajuizado, é lícito casar; mas é dever dos cristãos casar somente no Senhor; portanto, os que professam a verdadeira religião reformada não devem casar-se com infiéis, papistas ou outros idólatras; nem devem os piedosos prender-se desigualmente pelo jugo do casamento aos que são notoriamente ímpios em suas vidas ou que mantêm heresias perniciosas.

Hb 13:4; I Tm 4:3; Gn 24:57-58; I Co 7:39; II Co 6:14.

IV. Não devem casar-se as pessoas entre as quais existem os graus de consanguinidade ou afinidade proibidos na palavra de Deus, tais casamentos incestuosos jamais poderão tornar-se lícitos pelas leis humanas ou consentimento das partes, de modo a poderem coabitar como marido e mulher.

I Co 5:1; Mc 6:18; Lv 18:24, 28.

V. O adultério ou fornicção cometida depois de um contrato, sendo descoberto antes do casamento, dá à parte inocente justo motivo de dissolver o contrato; no caso de adultério depois do casamento, à parte inocente é lícito propor divórcio, e depois de obter o divórcio casar com outrem, como se a parte infiel fosse morta.

Mt, 1: 18-20, e 5:31-32, e 19:9.

VI. Posto que a corrupção do homem seja tal que o incline a procurar argumentos a fim de indevidamente separar aqueles que Deus uniu em matrimônio, contudo só é causa suficiente para dissolver os laços do matrimônio o adultério ou uma deserção tão obstinada que não possa ser remediada nem pela Igreja nem pelo magistrado civil; para a dissolução do matrimônio é necessário haver um processo público e regular, não se devendo deixar ao arbítrio e discricção das partes o decidirem seu próprio caso.

Mt 19:6-8; I Co 7:15; Dt 24:1-4; Ed 10:3.

CAPÍTULO XXV - DA IGREJA

I. A igreja católica ou universal, que é invisível, consta do número total dos eleitos que já foram, dos que agora são e dos que ainda serão reunidos em um só corpo sob Cristo, seu cabeça; ela é a esposa, o corpo, a plenitude daquele que cumpre tudo em todas as coisas.

Ef. 1: 10, 22-23; Cl 1:18.

II. A Igreja Visível, que também é católica ou universal sob o Evangelho (não sendo restrita a uma nação, como antes sob a Lei) consta de todos aqueles que pelo mundo inteiro professam a verdadeira religião, juntamente com seus filhos; é o Reino do Senhor Jesus, a casa e família de Deus, fora da qual não há possibilidade ordinária de salvação.

I Co 1:2, e 12:12-13; Sl 2:8; I Co 7 :14; At. 2:39; Gn 17:7; Rm 9:16; Mt 13:3
Cl 1:13; Ef. 2:19, e 3:15; Mt 10:32-33; At. 2:47.

III. A esta igreja católica visível Cristo deu o ministério, os oráculos e as ordenanças de Deus, para congregação e aperfeiçoamento dos santos nesta vida, até o fim do mundo, e pela sua própria presença e pelo seu Espírito, os torna eficazes para esse fim, segundo a sua promessa.

Ef. 4:11-13; Is 59:21; Mt 28:19-20.

IV. Esta Igreja Católica tem sido ora mais, ora menos visível. As igrejas particulares, que são membros dela, são mais ou menos puras conforme neles é, com mais ou menos pureza, ensinado e abraçado o Evangelho, administradas as ordenanças e celebrado o culto público.

Rm 11:3-4; At. 2:41-42; I Co 5:6-7.

V. As igrejas mais puras debaixo do céu estão sujeitas à mistura e ao erro; algumas têm degenerado ao ponto de não serem mais igrejas de Cristo, mas sinagogas de Satanás; não obstante, haverá sempre sobre a terra uma igreja para adorar a Deus segundo a vontade dele mesmo.

I Co 1:2, e 13:12; Mt 13:24-30, 47; Rm 11.20-22; Ap 2:9; Mt 16:18.

VI. Nosso Senhor Jesus Cristo é o único Cabeça da Igreja, e a pretensão de qualquer homem ser vigário de Cristo e cabeça da Igreja, é contrária à Escritura nem tem base alguma na História e é uma usurpação que desonra a nosso Senhor Jesus Cristo.¹

¹ Neste artigo adotamos a versão de 1903 da *Presbyterian Church in the United States of America*, presente no Livro de Confissões publicado pela Missão Presbiteriana do Brasil Central em 1969. A versão original diz: “Não há outro Cabeça da Igreja senão o Senhor Jesus Cristo; em sentido algum pode ser o Papa de Roma o cabeça dela, mas ele é aquele anticristo,

Cl 1:18; Ef. 1:22; Mt 23:8-10; I Pe 5:2-4; II Ts 2:3-4.

CAPÍTULO XXVI - DA COMUNHÃO DOS SANTOS

I. Todos os santos que pelo seu Espírito e pela fé estão unidos a Jesus Cristo, seu Cabeça, têm com Ele comunhão nas suas graças, nos seus sofrimentos, na sua morte, na sua ressurreição e na sua glória, e, estando unidos uns aos outros no amor, participam dos mesmos dons e graças e estão obrigados ao cumprimento dos deveres públicos e particulares que contribuem para o seu mútuo proveito, tanto no homem interior como no exterior.

I Jo 1:3; Ef. 3:16-17; Jo 1:16; Fp 3:10; Rm 6:56, e8:17; Ef. 4:15-16; I Ts5:11, 14; Gl 6:10.

II. Os santos são, pela sua profissão, obrigados a manter uma santa sociedade e comunhão no culto de Deus e na observância de outros serviços espirituais que tendam à sua mútua edificação, bem como a socorrer uns aos outros em coisas materiais, segundo as suas respectivas necessidades e meios; esta comunhão, conforme Deus oferecer ocasião, deve estender-se a todos aqueles que em qualquer lugar, invocam o nome do Senhor Jesus.

Hb 10:24-25; At.2:42,46; I Jo3:17; At. 11:29-30.

III. Esta comunhão que os santos têm com Cristo não os torna de modo algum participantes da substância da sua Divindade, nem iguais a Cristo em qualquer respeito; afirmar uma ou outra coisa, é ímpio e blasfemo. A sua comunhão de uns com os outros não destrói, nem de modo algum enfraquece o título ou domínio que cada homem tem sobre os seus bens e possessões.

Cl 1:18; I Co 8:6; I Tm 6:15-16; At. 5:4.

aquele homem do pecado e filho da perdição que se exalta na Igreja contra Cristo e contra tudo o que se chama Deus.”

CAPÍTULO XXVII - DOS SACRAMENTOS

I. Os sacramentos são santos sinais e selos do pacto da graça, imediatamente instituídos por Deus para representar Cristo e os seus benefícios e confirmar o nosso interesse nele, bem como para fazer uma diferença visível entre os que pertencem à Igreja e o resto do mundo, e solenemente obrigá-los ao serviço de Deus em Cristo, segundo a sua palavra.

Rm 6:11; Gn 17:7-10; Mt 28:19; I Co 11:23, e 10:16, e 11:25-26; Ex 12:48; I Co 10:21; Rm 6:3-4; I Co 10:2-16.

II. Em todo o sacramento há uma relação espiritual ou união sacramental entre o sinal e a coisa significada, e por isso os nomes e efeitos de um são atribuídos ao outro.

Gn 17:10; Mt 26:27-28; Tt 3:5.

III. A graça significada nos sacramentos ou por meio deles, quando devidamente usados, não é conferida por qualquer, poder neles existentes; nem a eficácia deles depende da piedade ou intenção de quem os administra, mas da obra do Espírito e da palavra da instituição, a qual, juntamente com o preceito que autoriza o uso deles, contém uma promessa de benefício aos que dignamente o recebem.

Rm 2:28-29; I Pe 3:21; Mt 3:11; I Co 12:13; Lc 22:19-20; I Co 11:26.

IV. Há só dois sacramentos ordenados por Cristo, nosso Senhor, no Evangelho - O Batismo e a Santa Ceia; nenhum destes sacramentos deve ser administrado senão pelos ministros da palavra legalmente ordenados.

Mt 28:19; I Co 11: 20, 23-34; Hb 5:4.

V. Os sacramentos do Velho Testamento, quanto às coisas espirituais por eles significados e representados, eram em substância os mesmos que do Novo Testamento.

I Co 10: 1-4.

CAPÍTULO XXVIII - DO BATISMO

I. O batismo é um sacramento do Novo Testamento, instituído por Jesus Cristo, não só para solenemente admitir na Igreja a pessoa batizada, mas também para servir-lhe de sinal e selo do pacto da graça, de sua união com Cristo, da regeneração, da remissão dos pecados e também da sua consagração a Deus por Jesus Cristo a fim de andar em novidade de vida. Este sacramento, segundo a ordenação de Cristo, há de continuar em sua Igreja até o fim do mundo.

Mt 28:19; I,Co 12:13; Rm 4:11; Cl 2:11-12; Gl 3:27; Tt 3:5; Mc 1:4; At. 2:38; Rm 6:3-4; Mt 28:19-20.

II. O elemento exterior usado neste sacramento, é água com a qual um ministro do Evangelho, legalmente ordenado, deve batizar o candidato em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

At. 10-47, e 8:36-38; Mt 28:19.

III. Não é necessário imergir na água o candidato, mas o batismo é devidamente administrado por efusão ou aspensão.

At. 2:41, e 10:46-47, e 16:33; I Co 10:2.

IV. Não só os que professam a sua fé em Cristo e obediência a Ele, mas os filhos de pais crentes (embora só um deles o seja) devem ser batizados.

At. 9:18; Gn 17:7, 9; Gl 3:9, 14; Rm 4:11-12; At. 2:38-39.

V. Posto que seja grande pecado desprezar ou negligenciar esta ordenança, contudo, a graça e a salvação não se acham tão inseparavelmente ligadas com ela, que sem ela ninguém possa ser regenerado e salvo os que sejam indubitavelmente regenerados todos os que são batizados.

Lc 7:30; Ex 4:24-26; Dt 28:9; Rm 4:11; At. 8:13, 23.

VI. A eficácia do batismo não se limita ao momento em que é administrado; contudo, pelo devido uso desta ordenança, a graça

prometida é não somente oferecida, mas realmente manifestada e conferida pelo Espírito Santo àqueles a quem ele pertence, adultos ou crianças, segundo o conselho da vontade de Deus, em seu tempo apropriado.

Jo 3:5, 8; Gl 3:27; Ef. 5:25-26.

VII. O sacramento do batismo deve ser administrado uma só vez a uma mesma pessoa.

Tt 3:5.

CAPÍTULO XXIX - DA CEIA DO SENHOR

I. Na noite em que foi traído, nosso Senhor Jesus instituiu o sacramento do seu corpo e sangue, chamado Ceia do Senhor, para ser observado em sua Igreja até ao fim do mundo, a fim de lembrar perpetuamente o sacrifício que em sua morte Ele fez de si mesmo; selar aos verdadeiros crentes os benefícios provenientes. desse sacrifício para o seu nutrimento espiritual e crescimento nele e a sua obrigação de cumprir todos os seus deveres para com Ele; e ser um vínculo e penhor da sua comunhão com Ele e de uns com os outros, como membros do seu corpo místico.

I Co 11:23-26, e 10: 16-17, 21, e 12:13.

II. Neste sacramento não se oferece Cristo a seu Pai, nem de modo algum se faz um sacrifício pela remissão dos pecados dos vivos ou dos mortos, mas se faz uma comemoração daquele único sacrifício que Ele fez de si mesmo na cruz, uma só vez, e por meio dele uma oblação de todo o louvor a Deus; assim o chamado sacrifício papal da missa é sobremodo ofensivo ao único sacrifício de Cristo, o qual é a única propiciação por todos os pecados dos eleitos.

Hb 9:22, 25-26, 28; Mt 26:26-27; Lc 22:19-20; Hb 7:23-24, 27, e 10:11-12, 14, 18.

III. Nesta ordenança o Senhor Jesus constituiu seus ministros para declarar ao povo a sua palavra de instituição, orar, abençoar os elementos,

pão e vinho, e assim separá-los do comum para um uso sagrado, tomar e partir o pão, tomar o cálice dele participando também e dar ambos os elementos aos comungantes e tão somente aos que se acharem presentes na congregação.

Mc 14:22-24; At. 20:7; I Co 11:20.

IV. A missa ou recepção do sacramento por um só sacerdote ou por uma só pessoa, bem como a negação do cálice ao povo, a adoração dos elementos, a elevação ou procissão deles para serem adorados e a sua conservação para qualquer uso religioso, são coisas contrárias à natureza deste sacramento e à instituição de Cristo.

I Tm1:3-4; I Co 11:25-29; Mt 15:9.

V. Os elementos exteriores deste sacramento, devidamente consagrados aos usos ordenados por Cristo, têm tal relação com Cristo Crucificado, que verdadeira, mas só sacramentalmente, são às vezes chamados pelos nomes das coisas que representam, a saber, o corpo e o sangue de Cristo; porém em substância e natureza conservam-se verdadeira e somente pão e vinho, como eram antes.

Mt 26:26-28; I Co 11:26-28.

VI. A doutrina geralmente chamada transubstanciação, que ensina a mudança da substância do pão e do vinho na substância do corpo e do sangue de Cristo, mediante a consagração de um sacerdote ou por qualquer outro meio, é contrária, não só às Escrituras, mas também ao senso comum e à razão, destrói a natureza do sacramento e tem sido a causa de muitas superstições e até de crassa idolatria.

At. 3:21; I Co 11:24-26; Lc 24:6, 39.

VII. Os que comungam dignamente, participando exteriormente dos elementos visíveis deste sacramento, também recebem intimamente, pela fé, a Cristo Crucificado e todos os benefícios da sua morte, e nele se alimentam, não carnal ou corporalmente, mas real, verdadeira e espiritualmente, não estando o corpo e o sangue de Cristo, corporal ou

carnalmente nos elementos pão e vinho, nem com eles ou sob eles, mas espiritual e realmente presentes à fé dos crentes nessa ordenança, como estão os próprios elementos aos seus sentidos corporais.

I Co 11:28, e 10:16.

VIII. Ainda que os ignorantes e os ímpios recebam os elementos visíveis deste sacramento, não recebem a coisa por eles significada, mas, pela sua indigna participação, tornam-se réus do corpo e do sangue do Senhor para a sua própria condenação; portanto eles como são indignos de gozar comunhão com o Senhor, são também indignos da sua mesa, e não podem, sem grande pecado contra Cristo, participar destes santos mistérios nem a eles ser admitidos, enquanto permanecerem nesse estado.

I Co 11:27, 29, e 10:21; II Co 6:14-16; I Co 5:6-7, 13; II Ts 3:6, 14-15; Mt 7:6.

CAPÍTULO XXX - DAS CENSURAS ECLESIASTICAS

I. O Senhor Jesus, como Rei e Cabeça da sua Igreja, nela instituiu um governo nas mãos dos oficiais dela; governo distinto da magistratura civil.

Is 9:6-7; I Tm 5:17; I Ts 5:12; At. 20:17, 28; I Co 12:28.

II. A esses oficiais estão entregues as chaves do Reino do Céu. Em virtude disso eles têm respectivamente o poder de reter ou remitir pecados; fechar esse reino a impenitentes, tanto pela palavra como pelas censuras; abri-lo aos pecadores penitentes, pelo ministério do Evangelho e pela absolvição das censuras, quando as circunstâncias o exigirem.

Mt 16:19, e 18:17-18; Jo 20:21-23; II Co 2:6-8.

III. As censuras eclesiásticas são necessárias para chamar e ganhar para Cristo os irmãos ofensores para impedir que outros pratiquem ofensas semelhantes, para purgar o velho fermento que poderia corromper a massa inteira, para vindicar a honra de Cristo e a santa profissão do Evangelho e para evitar a ira de Deus, a qual com justiça poderia cair sobre a Igreja, se ela permitisse que o pacto divino e os seios dele fossem profanados por ofensores notórios e obstinados.

I Co 5; I Tm 5:20; e 1:20; Jd 23.

IV. Para melhor conseguir estes fins, os oficiais da Igreja devem proceder na seguinte ordem, segundo a natureza do crime e demérito da pessoa: repreensão, suspensão do sacramento da Ceia do Senhor e exclusão da Igreja.

Mt 18:17; I Ts 5:12; II Ts 3:6,14-15; I Co 5:4-5;13.

CAPÍTULO XXXI - DOS SÍNODOS E CONCÍLIOS

I. Para melhor governo e maior edificação da Igreja, deverá haver as assembleias comumente chamadas sínodos ou concílios. Em virtude do seu cargo e do poder que Cristo lhes deu para edificação e não para destruição, pertence aos pastores e outros presbíteros das igrejas particulares criar tais assembleias e reunir-se nelas quantas vezes julgarem útil para o bem da Igreja.

At.15:2, 4, 6 e 20:17, 28; Ap 2:1-6.

II. Aos sínodos e concílios compete decidir ministerialmente controvérsias quanto à fé e casos de consciência, determinar regras e disposições para a melhor direção do culto público de Deus e governo da sua Igreja, receber queixas em caso de má administração e autoritativamente decidi-las. Os seus decretos e decisões, sendo consoantes com a palavra de Deus, devem ser recebidas com reverência e submissão, não só pelo seu acordo com a palavra, mas também pela autoridade pela qual são feitos, visto que essa autoridade é uma ordenação de Deus, designada para isso em sua palavra.

At. 16:4, e 15:27-31.

III. Todos os sínodos e concílios, desde os tempos dos apóstolos, quer gerais quer particulares, podem errar, e muitos têm errado; eles, portanto, não devem constituir regra de fé e prática, mas podem ser usados como auxílio em uma e outra coisa.

At. 17:11; I Co 2:5; II Co 1:24.

IV. Os sínodos e concílios não devem discutir, nem determinar coisa alguma que não seja eclesiástica; não devem imiscuir-se nos negócios civis do Estado, a não ser por humilde petição em casos extraordinários ou por conselhos em satisfação de consciência, se o magistrado civil os convidar a fazê-lo.

Lc 12:13-14; Jo 18:36; Mt 11:21.

CAPÍTULO XXXII - DO ESTADO DO HOMEM DEPOIS DA MORTE E DA RESSURREIÇÃO DOS MORTOS

I. Os corpos dos homens, depois da morte, convertem-se em pó e vêm a corrupção; mas as suas almas (que nem morrem nem dormem), tendo uma substância imortal, voltam imediatamente para Deus que as deu. As almas dos justos, sendo então aperfeiçoadas na santidade, são recebidas no mais alto dos céus onde vêm a face de Deus em luz e glória, esperando a plena redenção dos seus corpos; e as almas dos ímpios são lançadas no inferno, onde ficarão, em tormentos e em trevas espessas, reservadas para o juízo do grande dia final. Além destes dois lugares destinados às almas separadas de seus respectivos corpos as Escrituras não reconhecem nenhum outro lugar.

Gn 3:19; At. 13:36; Lc 23:43; Ec. 12:7; Ap 7:4, 15; II Co 5: 1, 8; Fp 1:23; At. 3:21; Ef. 4:10; Rm 5:23; Lc 16:25-24.

II. No último dia, os que estiverem vivos não morrerão, mas serão mudados; todos os mortos serão ressuscitados com os seus mesmos corpos e não outros, posto que com qualidades diferentes, e ficarão reunidos às suas almas para sempre.

I Ts 4:17; I Co 15:51-52, e 15:42-44.

III. Os corpos dos injustos serão pelo poder de Cristo ressuscitados para a desonra, os corpos dos justos serão pelo seu Espírito ressuscitados para a honra e para serem semelhantes ao próprio corpo glorioso dele.

At. 24:15; Jo5:28-29; Fp 3:21.

CAPÍTULO XXXIII - DO JUIZO FINAL

I. Deus já determinou um dia em que, segundo a justiça, há de julgar o mundo por Jesus Cristo, a quem foram pelo Pai entregues o poder e o juízo. Nesse dia não somente serão julgados os anjos apóstatas, mas também todas as pessoas que tiverem vivido sobre a terra comparecerão ante o tribunal de Cristo, a fim de darem conta dos seus pensamentos, palavras e obras, e receberem o galardão segundo o que tiverem feito, bom ou mau, estando no corpo.

At. 17:31 ; Jo 5:22, 27; Jd 6; II Pe 2:4; II Co 5:10; Ec. 12:14; Rm 2:16, e 14:10, 12; Mt 12:36-37.

II. O fim que Deus tem em vista, determinando esse dia, é manifestar a sua glória - a glória da sua misericórdia na salvação dos eleitos e a glória da sua justiça na condenação dos réprobos, que são injustos e desobedientes. Os justos irão então para a vida eterna e receberão aquela plenitude de gozo e alegria procedente da presença do Senhor; mas os ímpios, que não conhecem a Deus nem obedecem ao Evangelho de Jesus Cristo, serão lançados nos eternos tormentos e punidos com a destruição eterna proveniente da presença do Senhor e da glória do seu poder.

Rm 9:23; Mt 2.5:21; Rm 2:5-6; II Ts 1:7-8; Mt 25:31-34; At. 3:19.

III. Assim como Cristo, para afastar os homens do pecado e para maior consolação dos justos nas suas adversidades, quer que estejamos firmemente convencidos de que haverá um dia de juízo, assim também quer que esse dia não seja conhecido dos homens, a fim de que eles se despojem de toda confiança carnal, sejam sempre vigilantes, não sabendo a que hora virá o Senhor, e estejam prontos para dizer - "Vem logo, Senhor Jesus". Amém.

II Pe 3:11, 14; II Co 5:11; II Ts 1:5-7; Lc 21:27-28; Mt 24:36, 42-44; Mc 13:35-37; Lc 12:35-36; Ap 22:20. ²

² Diante da necessidade de exprimir claramente a doutrina da Igreja a respeito do Espírito Santo, das Missões e do amor de Deus para com todos os homens, em 1903, a *Presbyterian Church in the United States of America* adicionou dois capítulos à Confissão de Fé de Westminster:

CAPÍTULO XXXIV - DO ESPÍRITO SANTO

I. O Espírito Santo é a terceira pessoa da Trindade, procedente do Pai e do Filho, da mesma substância e igual em poder e glória, e deve-se crer nele, amá-Lo, obedecê-Lo e adorá-Lo, juntamente com o Pai e o Filho, por todos os séculos. (Mt.3:16-17; Mt.28:19; II Co 13:13; Jo.15:26 e 16:13,14 e 17:24)

II. É Ele o Senhor e Doador da vida, presente em toda parte na natureza, e é a fonte de todos os pensamentos bons, desejos puros e conselhos santos que se encontram nos homens. Por Ele os Profetas foram levados a falar a Palavra de Deus, e todos os autores da Sagrada Escritura foram inspirados a registrar de um modo infalível a disposição e a vontade de Deus. A dispensação do Evangelho foi-lhe entregue de um modo especial. O Espírito Santo prepara o caminho para o Evangelho, acompanhado com seu poder persuasivo e recomenda a sua mensagem à razão e à consciência dos homens, de maneira que os que rejeitam a oferta misericordiosa, ficam não somente sem desculpa, mas também culpados de terem resistido ao Espírito Santo. (Rm 8:2; Gn.1:2; Sl.139:7; Jo.16:13,14; II Pe. 1:19-21; Jo 14:16 e 16:7-11; At.7:51-53)

III. O Espírito Santo, o qual o Pai prontamente dá a todos os que Lho pedirem, é o único agente eficaz na aplicação da redenção. Ele convence os homens do pecado, leva-os ao arrependimento, regenera-os pela sua graça e persuade-os e habilita-os a abraçar a Jesus Cristo pela fé. Ele une todos os crentes a Cristo, habita neles como seu Consolador e Santificador, dá-lhes o espírito de adoção e de oração, e cumpre neles todos os graciosos ofícios pelos quais eles são santificados e selados até o dia da redenção. (Lc.11:13; At.1:5; At.5:32; Jo.16:8; At.2:37,38; Tt.3:4-7; At.8:29,37; I Co 12:13 e 3:16,17; Rm8:15; Ef.4:30).

IV Pela presença do Espírito Santo nos seus corações, todos os crentes, estando intimamente unidos a Cristo, a Cabeça, estão assim unidos uns aos outros na Igreja, que é o seu corpo. Ele chama e unge os ministros para o seu santo ofício, prepara todos os outros oficiais na Igreja para o seu trabalho especial e concede vários dons e graças aos demais membros. Ele torna eficazes a Palavra e as ordenanças do Evangelho. Por Ele a Igreja será preservada e aumentada até cobrir a face da terra, será purificada e, afinal, tornada perfeitamente santa na presença de Deus. (Ef.1:22,23; At.20:28; I Co 12:11; Ef.5:27)

CAPÍTULO XXXV - DO AMOR DE DEUS E DAS MISSÕES

I. Em seu amor infinito e perfeito - e tendo provido no pacto da graça, pela mediação e sacrifício do Senhor Jesus Cristo, um caminho de vida e salvação suficiente e adaptado a toda a raça humana decaída como está - Deus determinou que a todos os homens esta salvação de graça seja anunciada no Evangelho. (Jo.3:16; I Tm 4:10; Mc.16:15)

II. No Evangelho Deus proclama o seu amor ao mundo, revela clara e plenamente o único caminho da salvação, assegura vida eterna a todos quantos verdadeiramente se arrependem e creem em Cristo, e ordena que esta salvação seja anunciada a todos os homens, a fim de que conheçam a misericórdia oferecida e, pela ação do Seu Espírito, a aceitem como dádiva da graça. (Jo.3:16 e 14:6; At.4:12; I Jo.5:12; Mc.16:15; Ef.2:4,8,9)

III. As Escrituras nos asseguram que os que ouvem o Evangelho e aceitam imediatamente os seus misericordiosos oferecimentos, gozam os eternos benefícios da salvação: porém, os que continuam impenitentes e incrédulos agravam a sua falta e são os únicos culpados pela sua perdição. (Jo.5:24 e 3:18)

IV. Visto não haver outro caminho de salvação a não ser o revelado no Evangelho e visto que, conforme o usual método de graça divinamente estabelecido, a fé vem pelo ouvido que atende à Palavra de Deus, Cristo comissionou a sua Igreja para ir por todo o mundo e ensinar a todas as nações. Todos os crentes, portanto, têm por obrigação sustentar as ordenanças religiosas onde já estiverem estabelecidas e contribuir, por meio de suas orações e ofertas e por seus esforços, para a dilatação do Reino de Cristo por todo o mundo. (Jo.14:6; At.4:12; Rm10:17; Mt.28:19,20; I Co 4:2; II Co 9:6,7,10)

8

Catecismo Menor de Westminster

PERGUNTA 1. Qual é o fim principal do homem?

R: O fim principal do homem é glorificar a Deus, e regozijar-se nele para sempre.

Rm 11.36; 1Co 10.31; Sl 73.25-26; Is 43.7; Rm 14.7-8; Ef 1.5-6; Is 60.21; 61.3.

PERGUNTA 2. Que regra deu Deus para nos dirigir na maneira de o glorificar e de nos regozijarmos nele?

R. A Palavra de Deus, que se acha nas Escrituras do Velho e do Novo Testamentos, é a única regra para nos dirigir na maneira de o glorificar e de regozijarmos nele.

Lc 24.27, 44; 2Pe 3.2, 15-16; 2Tm 3.15-17; Lc 16.29-31; Gl 1.8-9; Jo 15.10-11; Is 8.20; Hb 1:1; Lc 1.1-4 e Jo 20.30-31.

PERGUNTA 3. Qual é a coisa principal que as Escrituras nos ensinam?

R. A coisa principal que as Escrituras nos ensinam é o que o homem deve crer acerca de Deus, o dever que Deus requer do homem.

Jo 5.39; 20.31; Sl 119.105; Rm 15.4; 1Co 10.11.

PERGUNTA 4. Quem é Deus?

R. Deus é espírito, infinito, eterno e imutável em seu ser, sabedoria, poder, santidade, justiça, bondade e verdade.

Jo 4.24; Ex 3.14; Sl 145.3; 90.2; Tg 1.17; Rm 11.33; Gn 17.1, Ap 4.8; Ex 34.6-7.

PERGUNTA 5. Há mais de um Deus?

R. Há só um Deus, o Deus vivo e verdadeiro.

Dt 6.4; 1Co 8.4; Jr 10.10; Jo 17.3.

PERGUNTA 6. Quantas pessoas há na Divindade?

R. Há três pessoas na Divindade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo, e estas três são um Deus, da mesma substância, iguais em poder e glória.

Mt 3.16-17; 28.19; 2Co 13.13; Jo 1.1; 3.18; At 5.3-4; Hb 1.3; Jo 10.30.

PERGUNTA 7. Que são os decretos de Deus?

R. Os decretos de Deus são o seu eterno propósito, segundo o conselho da sua vontade, pelo qual, para sua própria glória, Ele predestinou tudo o que acontece.

Rm 11.36; Ef 1.4-6, 11; At 2.23; 17.26; Jo 21.19; Is 44.28; At 13.48; 1Co 2.7; Ef 3.10-11.

PERGUNTA 8. Como executa Deus os seus decretos?

R. Deus executa os seus decretos nas obras da criação e da providência.

Ap 4.11; Dn 4.35; Is 40.26; 14.26-27; 46.9-11; At 4.24.

PERGUNTA 9. Qual é a obra da criação?

R. A obra da criação é aquela pela qual, Deus fez todas as coisas do nada, no espaço de seis dias, e tudo muito bem.

Gn 1; Hb 11.3; Sl 33.9; Gn 1.31.

PERGUNTA 10. Como criou Deus o homem?

R. Deus criou o homem macho e fêmea, conforme a sua própria imagem, em conhecimento, retidão e santidade com domínio sobre as criaturas.

Gn 1.27-28; Cl 3.10; Ef 4.24; Rm 2.14-15; Sl 86-8.

PERGUNTA 11. Quais são as obras da providência de Deus?

R. As obras da providência de Deus são a sua maneira muito santa, sábia e poderosa de preservar e governar todas as suas criaturas, e todas as ações delas.

Sl 145.17; 104.10-24; Hb 1.3; Mt 10.29-30; Os 2.6.

PERGUNTA 12. Que ato especial de providência exerceu Deus para com o homem no estado em que ele foi criado?

R. Quando Deus criou o homem, fez com ele um pacto de vida, com a condição de perfeita obediência: proibindo-lhe comer da árvore da ciência do bem e do mal, sob pena de morte.

Gl 3.12; Gn 2.17.

PERGUNTA 13. Nossos primeiros pais conservaram-se no estado em que foram criados?

Nossos primeiros pais, sendo deixados à liberdade da sua própria vontade, caíram do estado em que foram criados, pecando contra Deus.

Rm 5.12; Gn 3.6.

PERGUNTA 14. O que é pecado?

R. Pecado é qualquer falta de conformidade com a lei de Deus, ou qualquer transgressão desta lei.

Tg 2.10; 4.17; 1Jo 3.4.

PERGUNTA 15. Qual foi o pecado pelo qual nossos primeiros pais caíram do estado em que foram criados?

R. O pecado pelo qual nossos primeiros pais caíram do estado em que foram criados foi o comerem do fruto proibido.

Gn 3.12-13; Os 6.7.

PERGUNTA 16. Todo o gênero humano caiu na primeira transgressão de Adão?

R. Visto que o pacto foi feito com Adão não só para ele, mas também para sua posteridade, todo gênero humano que dele procede por geração ordinária, pecou nele e caiu com ele na sua primeira transgressão.

Gn 1.28; At 17.26; 1Co 15.21-22; Rm 5.12-14.

PERGUNTA 17. Qual foi o estado a que a queda reduziu o gênero humano?

R. A queda reduziu o gênero humano a um estado de pecado e miséria.

Rm 5.12.

PERGUNTA 18. Em que consiste o estado de pecado em que o homem caiu?

R. O estado de pecado em que o homem caiu consiste na culpa do primeiro pecado de Adão, na falta de retidão original e na corrupção de toda a sua natureza, o que ordinariamente se chama Pecado Original, juntamente com todas as transgressões atuais que procedem dele.

Rm 5.18-19; Ef 2.1-3; Rm 8.7-8; Sl 51.5.

PERGUNTA 19. Qual é a miséria do estado em que o homem caiu?

R. Todo o gênero humano pela sua queda perdeu comunhão com Deus, está debaixo da sua ira e maldição, e assim sujeito a todas as misérias nesta vida, à morte e às penas do Inferno para sempre.

Gn 3.8, 24; Ef 2.3; Rm 6.23; Mt 25.41-46.

PERGUNTA 20. Deixou Deus todo o gênero humano perecer no estado de pecado e miséria?

R. Tendo Deus, unicamente pela sua boa vontade desde toda a eternidade, escolhido alguns para a vida eterna, entrou com eles em um pacto de graça, para os livrar do estado de pecado e miséria, e trazer a um estado de salvação por meio de um Redentor.

Ef 1.4; Tt 1.2; 3.4-7; Jo 17.6.

PERGUNTA 21. Quem é o Redentor dos escolhidos de Deus?

R. O único redentor dos escolhidos de Deus é o Senhor Jesus Cristo que, sendo o eterno Filho de Deus, se fez homem, e assim foi e continua a ser Deus e homem em duas naturezas distintas, e uma só pessoa, para sempre.

1Tm 2.5; Jo 1.14; Rm 9.5; Cl 2.9; Hb 13.8.

PERGUNTA 22. Como Cristo, sendo o Filho de Deus, se fez homem?

R. Cristo, o Filho de Deus, fez-se homem tomando um verdadeiro corpo, e uma alma racional, sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da virgem Maria, e nascido dela, mas sem pecado.

Hb 2.14; Mt 26.38; Lc 2.52; 1.31, 35; Hb 4.15.

PERGUNTA 23. Que ofícios Cristo exerce como nosso Redentor?

R: Cristo, como nosso Redentor, exerce o ofício de profeta, sacerdote e rei, tanto no seu estado de humilhação como no de exaltação.

At 3.22; Hb 5.5-6; Sl 2.6; Jo 1.49.

PERGUNTA 24. Como Cristo exerce o ofício de profeta?

R. Cristo exerce o ofício de profeta, revelando-nos, pela sua Palavra e pelo seu Espírito, a vontade de Deus para a nossa salvação.

Jo 1.18; Hb 1.1-2; Jo 14.26; 16.13.

PERGUNTA 25. Como Cristo exerce o ofício de sacerdote?

R. Cristo exerce o ofício de sacerdote, oferecendo-se a si mesmo uma vez em sacrifício, para satisfazer a justiça divina, reconciliar-nos com Deus e fazendo contínua intercessão por nós.

Hb 9.28; Rm 3.24-26; 10.4; Hb 2.17; 7.25; Is 53.12.

PERGUNTA 26. Como Cristo exerce o ofício de rei?

R. Cristo exerce o ofício de rei, sujeitando-nos a si mesmo, governando-nos e protegendo-nos, contendo e subjugando todos os seus e os nossos inimigos.

Sl 110.3; At 2.36; 18.9-10; Is 9.6-7; 1Co 15.26-27.

PERGUNTA 27. Em que consistiu a humilhação de Cristo?

R. A humilhação de Cristo consistiu em Ele nascer, e isso em condição baixa, feito sujeito à lei; em sofrer as misérias desta vida, a ira de Deus e amaldiçoada morte na cruz; em ser sepultado, e permanecer debaixo do poder da morte durante certo tempo.

Lc 2.7; Fp 2.6-8; Gl 4.4; 3.13; Is 53.3; Mt 27.43; 1Co 15.3-4.

PERGUNTA 28. Em que consiste a exaltação de Cristo?

R. A exaltação de Cristo consiste em Ele ressurgir dos mortos no terceiro dia; em subir ao Céu e estar sentado à mão direita de Deus Pai, e em vir para julgar o mundo no último dia.

1Co 15.4; Ef 1.20-21; At 17.31.

PERGUNTA 29. Como nos tornamos participantes da redenção adquirida por Cristo?

R. Tornamo-nos participantes da redenção adquirida por Cristo pela eficaz aplicação dela a nós pelo Seu Santo Espírito.

Jo 1.12; 3.5-6; Tt 3.5-6.

PERGUNTA 30. Como nos aplica o Espírito a redenção adquirida por Cristo?

R. O Espírito aplica-nos a redenção adquirida por Cristo, operando em nós a fé, e unindo-nos a Cristo por meio dela em nossa vocação eficaz.

Gl 2.20; Ef 2.8; 1Co 12.12-13.

PERGUNTA 31. Que é vocação eficaz?

R. Vocação eficaz é a obra do Espírito Santo, pela qual, convencendo-nos do nosso pecado, e da nossa miséria, iluminando nossos entendimentos pelo conhecimento de Cristo, e renovando a nossa vontade, nos persuade e habilita a abraçar Jesus Cristo, que nos é oferecido de graça no Evangelho.

1Ts 2.13; At 2.37; 26.18; Ez 36.25-27; 2Tm 1.9; Fp 2.13; Jo 6.37, 44-45.

PERGUNTA 32. Que bênçãos gozam nesta vida aqueles que são eficazmente chamados?

R. Aqueles que são eficazmente chamados, gozam, nesta vida, da justificação, adoção e santificação, e das diversas bênçãos que acompanham estas graças ou delas procedem.

Rm 8.30; Ef 1.5; 1Co 1.30.

PERGUNTA 33. Que é justificação?

R. Justificação é um ato da livre graça de Deus, no qual Ele perdoa todos os nossos pecados, e nos aceita como justos diante de Si, somente por causa da justiça de Cristo a nós imputada, e recebida só pela fé.

Ef 1.7; 2Co 5.21; Rm 4.6; 5.18; Gl 2.16.

PERGUNTA 34. Que é adoção?

R. Adoção é um ato de livre graça de Deus, pelo qual somos recebidos no número dos filhos de Deus, e temos direito a todos os seus privilégios.

1Jo 3.1; Jo 1.12; Rm 8.14-17.

PERGUNTA 35. Que é santificação?

R. É a obra da livre graça de Deus, pela qual somos renovados em todo o nosso ser, segundo a imagem de Deus, e habilitados a morrer cada vez mais para o pecado e a viver para a retidão.

1Pe 1.2; Ef 4.20-24; Rm 6.6; 12.1-2.

PERGUNTA 36. Quais são as bênçãos que nesta vida acompanham a justificação, adoção e santificação ou delas procedem?

R. As bênçãos que nesta vida acompanham a justificação, adoção e santificação, ou delas procedem, são: certeza do amor de Deus, paz de consciência, gozo no Espírito Santo, aumento de graça, e perseverança nela até o fim.

Rm 5.1-5; 14.17; Jo 1.16; Fp 1.6; 1Pe 1.5.

PERGUNTA 37. Quais são as bênçãos que os fiéis recebem de Cristo na hora da morte?

R. As almas dos fiéis na hora da morte são aperfeiçoadas em santidade, e imediatamente entram na glória; e os corpos que continuam unidos Cristo, descansam na sepultura até a ressurreição.

Ap 14.13; Lc 23.43; At 7.55, 59; Fp 1.23; 1Ts 4.14; Jo 5.28-29; 14.2-3; Hb 12.22-23.

PERGUNTA 38. Quais são as bênçãos que os fiéis recebem de Cristo na ressurreição?

R. Na ressurreição, os fiéis, sendo ressuscitados em glória, serão publicamente reconhecidos e absolvidos no dia de juízo, e tornados perfeitamente felizes no pleno gozo de Deus por toda a eternidade.

1Co 15.43; Mt 10.32; 25.34; Sl 16.11.

PERGUNTA 39. Qual é o dever que Deus exige do homem?

R. O dever que Deus exige do homem é obediência à sua vontade revelada.

Mq 6.8; Lc 10.27-28; Gn 17.1.

PERGUNTA 40. Que revelou Deus primeiramente ao homem para regra de sua obediência?

R. A regra que Deus revelou primeiramente ao homem para sua obediência foi a lei moral.

Rm 2.14-15.

PERGUNTA 41. Onde está a lei moral resumidamente compreendida?

R. A lei moral está resumidamente compreendida nos dez mandamentos.

Dt 10.4; Mt 19.17-19.

PERGUNTA 42. Em que se resumem os dez mandamentos?

R. Os dez mandamentos se resumem em amar ao Senhor nosso Deus de todo o nosso coração, de toda a nossa alma, de todas as nossas forças e de todo o nosso entendimento; e ao nosso próximo como a nós mesmos.

Mt 22-37-40.

PERGUNTA 43. Qual é o prefácio dos dez mandamentos?

R. O prefácio dos dez mandamentos é: "Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão".

Ex 20.2.

PERGUNTA 44. Que nos ensina o prefácio dos dez mandamentos?

R. O prefácio dos dez mandamentos ensina-nos que nós temos obrigação de guardar todos os mandamentos de Deus, por ser Ele o Senhor nosso Deus e Redentor.

Dt 11.1; 1Pe 1.15-19.

PERGUNTA 45. Qual é o primeiro mandamento?

R. O primeiro mandamento é: "Não terás outros deuses além de mim".

Ex 20.3.

PERGUNTA 46. Que exige o primeiro mandamento?

R. O primeiro mandamento exige de nós o conhecer e reconhecer a Deus como o único Deus verdadeiro, e nosso Deus; e como tal adorá-lo.

1Cr 28.9; Dt 26.17; Sl 95.6-7.

PERGUNTA 47. Que proíbe o primeiro mandamento?

R. O primeiro mandamento proíbe o negar, ou deixar de adorar ou glorificar ao verdadeiro Deus, como Deus, e nosso Deus; e dar a qualquer outro a adoração e a glória que só a Ele são devidas.

Sl 14.1; Rm 1.20-21, 25; Sl 8.11.

PERGUNTA 48. Que se nos ensina especialmente pelas palavras "além de mim", no primeiro mandamento?

R. As palavras "além de mim", no primeiro mandamento, ensinam-nos que Deus, que vê todas as coisas, toma conhecimento e muito se ofende do pecado de ter-se em seu lugar outro deus.

Sl 139.1-3; Dt 30.17-18.

PERGUNTA 49. Qual é o segundo mandamento?

R. O segundo mandamento é: "Não farás para ti imagem de escultura, nem figura alguma de tudo que há em cima no Céu, e do que há embaixo na terra, nem de coisa alguma que haja nas águas, debaixo da terra. Não as adorarás, nem lhes darás culto; porque eu sou o Senhor teu Deus, o Deus zeloso, que vingará a iniquidade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem; e que usa de misericórdia com milhares daqueles que me amam e que guardam os meus preceitos".

Ex 20.4-6.

PERGUNTA 50. Que exige o segundo mandamento?

R. O segundo mandamento exige que recebamos, observemos e guardemos puros e inteiros todo o culto e ordenanças religiosas que Deus instituiu na sua Palavra.

Dt 12.32; Mt 28.20; Jo 4.23-24.

PERGUNTA 51. Que proíbe o segundo mandamento?

R. O segundo mandamento proíbe o adorar a Deus por meio de imagens, ou de qualquer outra maneira não prescrita na sua Palavra.

Rm 1.22-23; 2Rs 18.3-4.

PERGUNTA 52. Quais são as razões anexas ao segundo mandamento?

R. As razões anexas ao segundo mandamento são a soberania de Deus sobre nós, a sua propriedade em nós em nós, e o zelo que Ele tem pelo seu culto.

Sl 45.11; 100.3; Ex 34.14; 1Co 10.22.

PERGUNTA 53. Qual é o terceiro mandamento?

R. O terceiro mandamento é: "Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão, porque o Senhor não terá por inocente aquele que tomar em vão o nome do Senhor seu Deus".

Ex 20.7.

PERGUNTA 54. Que exige o terceiro mandamento?

R. O terceiro mandamento exige o santo e reverente uso dos nomes, títulos, atributos, ordenanças, palavras e obras de Deus.

Sl 29,2; Ap 15.3-4; Ec 5.1; Sl 138.2; 104.24.

PERGUNTA 55. O que proíbe o terceiro mandamento?

R. O terceiro mandamento proíbe toda a profanação ou abuso das coisas por meio das quais Deus se faz conhecer.

Lv 19.12; Mt 5.34-35.

PERGUNTA 56. Qual é a razão anexa ao terceiro mandamento?

R. A razão anexa ao terceiro mandamento é que, embora os transgressores deste mandamento escapem do castigo dos homens, o Senhor nosso Deus não os deixará escapar do seu justo juízo.

Dt 28.58-59.

PERGUNTA 57. Qual é o quarto mandamento?

R. O quarto mandamento é: "Lembra-te de santificar o dia do Sábado. Trabalharás seis dias, e farás nele tudo o que tens para fazer. O sétimo dia, porém, é o Sábado do Senhor teu Deus. Não farás nesse dia, obra alguma, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o peregrino que vive das tuas portas para dentro. Porque o Senhor fez em seis dias o céu, a terra e o mar, e tudo o que neles há, e descansou no sétimo dia. Por isso o Senhor abençoou o dia sétimo e o santificou".

Ex 20. 8.11.

PERGUNTA 58. Que exige o quarto mandamento?

R. O quarto mandamento exige que consagremos a Deus os tempos determinados em sua Palavra, particularmente um dia inteiro em cada sete, para ser um dia de santo descanso a Ele dedicado.

Lv 19.30; Dt 5.12.

PERGUNTA 59. Qual dos sete dias designou Deus para esse descanso semanal?

R. Desde o princípio do mundo até a ressurreição de Cristo, Deus designou o sétimo dia da semana para o descanso semanal; e desde então o primeiro dia da semana para continuar sempre até ao fim do mundo, que é o Sábado cristão, ou Domingo.

Gn 2.3; Ex 16.23; At 20.7; 1Co 16.1-2; Ap 1.10.

PERGUNTA 60. De que modo se deve santificar o Domingo?

R. Deve-se santificar o Domingo com um santo repouso por todo aquele dia, mesmo das ocupações e recreações temporais que são permitidas nos outros dias; empregando todo o tempo em exercícios públicos e particulares de adoração a Deus, Exceto o tempo preciso para as obras de pura necessidade e misericórdia.

Lv 23.3; Is 58.13-14; Mt 12.11-12; Mc 2.27-28.

PERGUNTA 61. Que proíbe o quarto mandamento?

R. O quarto mandamento proíbe a omissão ou a negligência no cumprimento dos deveres exigidos, e a profanação deste dia por meio de ociosidade ou por fazer aquilo que é em si mesmo pecaminoso, ou por desnecessários pensamentos, palavras, ou obras acerca de nossos negócios e recreações temporais.

Jr 17.21; Lc 23.56.

PERGUNTA 62. Quais são as razões anexas ao quarto mandamento?

R. As razões anexas ao quarto mandamento são: a permissão que Deus nos concede de fazermos uso dos seis dias da semana para os nossos interesses temporais; o reclamar ele para si a propriedade especial do dia sétimo, o seu próprio exemplo, e a benção que ele conferiu ao dia do descanso.

Ex 31. 15-16; Lv 23.3; Ex 31.17; Gn 2.3.

PERGUNTA 63. Qual é o quinto mandamento?

R. O quinto mandamento é: "Honrarás a teu pai e a tua mãe, para teres uma dilatada vida sobre a terra que o Senhor teu Deus te há de dar".

Ex 20.12.

PERGUNTA 64. Que exige o quinto mandamento?

R. O quinto mandamento exige a conservação da honra e o desempenho dos deveres pertencentes a cada um em suas diferentes condições e relações, como superiores, inferiores ou iguais.

Ef 6.1-3; Rm 13.1-2; 12.10.

PERGUNTA 65. Que proíbe o quinto mandamento?

R. O quinto mandamento proíbe negligenciarmos ou fazermos alguma coisa contra a honra e dever que pertencem a cada um em suas diferentes condições e relações.

Rm 13.7-8.

PERGUNTA 66. Qual é a razão anexa ao quinto mandamento?

R. A razão anexa ao quinto mandamento é uma promessa de longa vida e prosperidade (quanto sirva para glória de Deus e bem do homem) a todos aqueles que guardam este mandamento.

Ef 6.2-3.

PERGUNTA 67. Qual é o sexto mandamento?

R. O sexto mandamento é: "Não matarás".

Ex 20.13.

PERGUNTA 68. Que exige o sexto mandamento?

R. O sexto mandamento exige todos os esforços lícitos para conservar a nossa vida e a dos nossos semelhantes.

Sl 132.3-4; At 27.33-34; Rm 12.20-21; Lc 10.33-37.

PERGUNTA 69. Que proíbe o sexto mandamento?

R. O sexto mandamento proíbe o tirar a nossa própria vida, ou a do nosso próximo injustamente, e tudo aquilo que para isso concorre.

At 16.28; Gn 9.6; Dt 24.6; Pv 24.11-12; 1Jo 3.15.

PERGUNTA 70. Qual é o sétimo mandamento?

R. O sétimo mandamento é: "Não adulterarás"

Ex 24.14.

PERGUNTA 71. Que exige o sétimo mandamento?

R. O sétimo mandamento exige a conservação da nossa própria castidade, e da do nosso próximo, no coração, nas palavras e nos costumes.

1Ts 4.4; Ef 4.29; 5.11-12; 1Pe 3.2.

PERGUNTA 72. Que proíbe o sétimo mandamento?

R. O sétimo mandamento proíbe todos os pensamentos, palavras e ações impuras.

Mt 5.28; Ef 5.3-4.

PERGUNTA 73. Qual é o oitavo mandamento?

R. O oitavo mandamento é: "Não furtarás".

Ex 20.15.

PERGUNTA 74. Que exige o oitavo mandamento?

R. O oitavo mandamento exige que procuremos o lícito adiantamento das riquezas e do estado exterior, tanto nosso como do nosso próximo.

Pv. 27.23; 22.1-14; Fp 2.4; Ex 23.4-6.

PERGUNTA 75. Que proíbe o oitavo mandamento?

R. O oitavo mandamento proíbe tudo o que impede ou pode impedir injustamente o adiantamento da riqueza ou do bem-estar, tanto nosso como do nosso próximo.

Pv 28.19; 1Tm 5.8; Tg 5.1-4.

PERGUNTA 76. Qual é o nono mandamento?

R. O nono mandamento é: "Não dirás falso testemunho contra o teu próximo".

Ex 20.16.

PERGUNTA 77. Que exige o nono mandamento?

R. O nono mandamento exige a conservação e promoção da verdade entre os homens, e a manutenção da nossa boa reputação, e a do nosso próximo, especialmente quando somos chamados a dar testemunho.

Ef 4.25; 1Pe 3.16; At 25.10; 3Jo 12; Pv 14.5, 25; Mt 5.37.

PERGUNTA 78. Que proíbe o nono mandamento?

R. O nono mandamento proíbe tudo o que é prejudicial à verdade, ou injurioso, tanto à nossa reputação como à do nosso próximo.

Cl 3.9; 2Co 8.20-21; Sl 15.3; 12.3.

PERGUNTA 79. Qual é o décimo mandamento?

R. O décimo mandamento é: "Não cobiçarás a casa do teu próximo; não desejarás a sua mulher, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que lhe pertença.

Ex 20.17.

PERGUNTA 80. Que exige o décimo mandamento?

R. O décimo mandamento exige o pleno contentamento com a nossa condição, bem como disposição caridosa para com o nosso próximo e tudo o que lhe pertence.

Hb 13.5; 1Tm 6.6-10; Lv 19.18; 1Co 13.4-6.

PERGUNTA O que proíbe o décimo mandamento?

R. O décimo mandamento proíbe todo o descontentamento com a nossa condição, todo o movimento de inveja ou pesar à vista da prosperidade do nosso próximo e todas as tendências ou afeições desordenadas a alguma coisa que lhe pertence.

1Co 10.10; Gl 5.26; Cl 3.5; 1Tm 6.6-10.

PERGUNTA 82. Será alguém capaz de guardar perfeitamente os mandamentos de Deus?

R. Nenhum mero homem, desde a queda de Adão, é capaz, nesta vida, de guardar perfeitamente os mandamentos de Deus, mas diariamente os quebranta por pensamentos, palavras e obras.

Rm 3.9-10; Tg 3.2.

PERGUNTA 83. São igualmente odiosas todas as transgressões da lei?

R. Alguns pecados em si mesmos, e em razão de circunstâncias agravantes, são mais odiosos à vista de Deus do que outros.

Sl 19.13; Mt 11.24; Lc 12.10; Hb 2.2-3.

PERGUNTA 84. Que merece cada pecado?

R. Cada pecado merece a ira e a maldição de Deus, tanto nesta vida como na vindoura.

Gl 3.10; Tg 2.10; Mt 25.41.

PERGUNTA 85. Que exige Deus de nós para que possamos escapar a sua ira e maldição em que temos incorrido pelo pecado?

R. Para escaparmos à ira e maldição de Deus, em que temos incorrido pelo pecado, Deus exige de nós fé em Jesus Cristo e arrependimento para a vida, com o uso diligente de todos os meios exteriores pelos quais Cristo nos comunica as bênçãos da redenção.

At 20.21; 2Pe 1.10; Hb 2.3; 1Tm 4.16.

PERGUNTA 86. Que é fé em Jesus Cristo?

R. Fé em Jesus Cristo é uma graça salvadora, pela qual o recebemos e confiamos só nEle para a salvação, como Ele nos é oferecido.

At 16.31; Hb 10.39; Jo 1.12; Fp 3.9; Ap 22.17.

PERGUNTA 87. Que é arrependimento para a vida?

R. Arrependimento para a vida é uma graça salvadora pela qual o pecador, tendo um verdadeiro sentimento do seu pecado e percepção da misericórdia de Deus em Cristo, se enche de tristeza e de horror pelos seus pecados, abandona-os e volta para Deus, inteiramente resolvido a prestar-lhe nova obediência.

2Co 7.10; At 2.37; Lc 1.77-79; Jr 31.18-19; Rm 6.18.

PERGUNTA 88. Quais são os meios exteriores e ordinários pelos quais Cristo nos comunica as bênçãos da redenção?

R. Os meios exteriores e ordinários pelos quais Cristo nos comunica as bênçãos da redenção, são as suas ordenanças, especialmente a Palavra, os sacramentos e a oração; as quais todas se tornam eficazes aos eleitos para a salvação.

At 2.41-42.

PERGUNTA 89. Como se torna a Palavra eficaz para a salvação?

R. O Espírito de Deus torna a leitura e especialmente a pregação da Palavra, meios eficazes para convencer e converter os pecadores, para os edificar em santidade e conforto, por meio da fé para a salvação.

Ne 8.8; At 20.32; Rm 15.4; 2Tm 3.15.

PERGUNTA 90. Como se deve ler e ouvir a Palavra a fim de que ela se torne eficaz para a salvação?

R. Para que a Palavra se torne eficaz para a salvação, devemos ouvi-la com diligência, preparação e oração; recebê-la com fé e amor, guardá-la em nossos corações e praticá-la em nossas vidas.

Dt 6.6-7; 1Pe 2.1-2; Sl 119.11-18; Rm 1.16; 2Ts 2.10; Tg 1.21-25.

PERGUNTA 91. Como se tornam os sacramentos meios eficazes para a salvação?

R. Os sacramentos tornam-se meios eficazes para a salvação, não por alguma virtude que eles ou aqueles que os ministram tenham, mas somente pela bênção de Cristo e pela obra do seu Espírito naqueles que pela fé os recebem.

1Pe 3.21; Rm 2.28-29; 1Co 12.13; 10.16-17.

PERGUNTA 92. Que é um sacramento?

R. Um sacramento é uma santa ordenança, instituída por Cristo, na qual, por sinais sensíveis, Cristo e as bênçãos do novo pacto são representadas, seladas e aplicadas aos crentes.

Mt 26.26-28; 28.19; Rm 4.11.

PERGUNTA 93. Quais são os sacramentos do Novo Testamento?

R. Os sacramentos do Novo Testamento são o Batismo e a Ceia do Senhor.

At 10.47-48; 1Co 11.23-26.

PERGUNTA 94. Que é o Batismo?

R. O Batismo é o sacramento no qual o lavar com água em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo significa e sela a nossa união com Cristo, a

participação das bênçãos do pacto da graça, e a promessa de pertencermos ao Senhor.

Mt 28.19; Jo 3.5; Rm 6.1-11; Gl 3.27.

PERGUNTA 95. A quem deve ser ministrado o Batismo?

R. O Batismo não deve ser ministrado àqueles que estão fora da igreja visível, enquanto não professarem sua fé em Cristo e obediência a Ele; mas os filhos daqueles que são membros da igreja visível devem ser batizados.

At 18.8; Gn 17.7-14; At 2.38-39; 1Co 7.14.

PERGUNTA 96. O que é a Ceia do Senhor?

R. A Ceia do Senhor é o sacramento no qual, dando-se e recebendo-se pão e vinho, conforme a instituição de Cristo, se anuncia a sua morte, e aqueles que participam dignamente tornam-se, não de uma maneira corporal e carnal, mas pela fé, participantes do seu corpo e do seu sangue, com todas as suas bênçãos para o seu alimento espiritual e crescimento em graça.

1Co 11.23-26; At 3.21; 1Co 10.16.

PERGUNTA 97. Que se exige para participar dignamente da Ceia do Senhor?

R. Exige-se daqueles que desejam participar dignamente da Ceia do Senhor que se examine sobre o seu conhecimento em discernir o corpo do Senhor, sobre a sua fé para se alimentarem dele, sobre o seu arrependimento, amor e nova obediência; para não suceder que, vindo indignamente, comam e bebam para si a condenação.

1Co 11.27; 31-32; Rm 6.17-18.

PERGUNTA 98. O que é Oração?

R. A Oração é um santo oferecimento dos nossos desejos a Deus, por coisas conformes com a sua vontade, em nome de Cristo, com a confissão dos nossos pecados, e um agradecido reconhecimento das suas misericórdias.

Sl 10.17; 145.19; 1Jo 5.14; 1.9; Jo 16.23-24; Fp 4.6.

PERGUNTA 99. Qual é a regra que Deus nos deu para nos dirigir em oração?

R. Toda palavra de Deus é útil para nos dirigir em oração, mas a regra especial de direção é aquela forma de oração que Cristo ensinou aos seus discípulos, e que geralmente se chama a Oração Dominical.

Rm 8.26; Sl 119.170; Mt 6.9-13.

PERGUNTA 100. Que nos ensina o prefácio da Oração Dominical?

R. O prefácio da Oração Dominical, que é: "Pai nosso que estás no Céu", ensina-nos que nós devemos aproximar de Deus com toda a santa reverência e confiança, como filhos a um pai poderoso e pronto para nos ajudar, e também nos ensina a orar com os outros e por eles.

Lc 11.13; Rm 8.15; 1Tm 2.1-2.

PERGUNTA 101. Pelo que oramos na primeira petição?

R. Na primeira petição que é: "Santificado seja o Teu nome" pedimos que Deus nos habilite a nós e aos outros a glorificá-lo em tudo aquilo em que se dá a conhecer; e que disponha tudo para sua glória.

Sl 67.1-3; Rm 11.36; Ap 4.11.

PERGUNTA 102. Pelo que oramos na segunda petição?

R. Na segunda petição, que é: "Venha o Teu reino", pedimos que o reino de Satanás seja destruído e que o reino da graça seja adiantado; que nós e os outros a ele sejamos guiados e nele guardados, e que cedo venha o reino da glória.

Sl 68.1; Jo 12.31; Mt 9.37-38; 2Ts 3.1; Rm 10.1; Ap 22.20.

PERGUNTA 103. Pelo que oramos na terceira petição?

R. Na terceira petição, que é: "Seja feita Tua vontade, assim na terra como no Céu", pedimos que Deus, pela sua graça, nos torne capazes e desejosos de conhecer a sua vontade, de obedecer e submeter-nos a ela em tudo, como fazem os anjos no Céu.

Mt 24.39; Fp 1.9-11; Sl 103.20-21.

PERGUNTA 104. Pelo que oramos na quarta petição?

R. Na quarta petição, que é: "O pão nosso de cada dia nos dá hoje", pedimos que da livre dádiva de Deus recebamos uma porção suficiente das coisas boas desta vida, e gozemos com elas de suas bênçãos.

Pv 30.8-9; 1Tm 6.6-8; Pv 10.22.

PERGUNTA 105. Pelo que oramos na quinta petição?

R. Na quinta petição, que é: "E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós também perdoamos aos nossos devedores", pedimos que Deus, por amor de Cristo, nos perdoe gratuitamente os nossos pecados, o que somos animados a pedir, porque, pela Sua graça somos habilitados a perdoar de coração ao nosso próximo.

Sl 51.1-2, 7; Mt 18.35.

PERGUNTA 106. Pelo que oramos na sexta petição?

R. Na sexta petição, que é: "E não nos deixes cair em tentação", pedimos que Deus nos guarde de sermos tentados a pecar, ou nos preserve e livre, quando formos tentados.

Mt 26.41; Sl 19.13; Jo 17.15; 1Co 10.13.

PERGUNTA 107. Que nos ensina a conclusão da Oração Dominical?

R. A conclusão da Oração Dominical, que é: "Porque Teu é o reino, o poder e a glória, para sempre. Amém", ensina-nos que na Oração devemos confiar somente em Deus, e louvá-lo em nossas orações, atribuindo-Lhe reino, poder e glória. E em testemunho do nosso desejo e certeza de sermos ouvidos, dizemos: Amém.

Dn 9.18-19; Fp 4.6; 1Cr 29.11-13; 1Co 14.16; Ap 22.20-21.

OS DEZ MANDAMENTOS

Ex 20.3-17

1. Não terás outros deuses além de mim.
2. Não farás para ti imagem de escultura, nem figura alguma de tudo que há em cima no céu, e do que há em baixo na terra, nem de coisa que haja nas águas debaixo da terra. Não as adorarás, nem lhes darás culto, porque Eu sou o Senhor teu Deus, o Deus zeloso, que vinga a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem, e que usa de misericórdia com milhares daqueles que me amam e que guardam os meus preceitos.
3. Não tomarás em vão o nome do Senhor teu Deus, porque o Senhor não terá por inocente aquele que tomar em vão o nome do Senhor seu Deus.
4. Lembra-te de santificar o dia de Sábado. Trabalharás seis dias e farás neles tudo o que tens para fazer. O sétimo dia, porém, é o sábado do Senhor teu Deus. Não farás nesse dia obra alguma, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu animal, nem o peregrino que vive das tuas portas para dentro. Porque o Senhor fez em seis dias o céu e a terra, e tudo o que neles há, e descansou no sétimo e o santificou.
5. Honrarás a teu pai e a tua mãe, para teres uma vida dilatada sobre a terra que o Senhor teu Deus te há de dar.
6. Não matarás.
7. Não adulterarás.
8. Não furtarás.
9. Não dirás falso testemunho contra o teu próximo.
10. Não cobiçarás a casa de teu próximo; não desejarás a sua mulher, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que lhe pertença.

RESUMO DOS DEZ MANDAMENTOS

Lc 10.27

Amarás ao Senhor teu Deus de todo o coração, de toda tua alma, de todas as tuas forças e de todo o teu entendimento; e ao teu próximo como a ti mesmo.

ORAÇÃO DOMINICAL

Mt 6.9-13

Pai nosso que estás nos Céus, santificado seja Teu nome; venha o Teu reino; seja feita a Tua vontade, assim na terra como no Céu. O pão nosso de cada dia nos dá hoje; e perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores; e não nos deixes cair em tentação, mas livra-nos do mal; porque Teu é o reino, o poder e a glória para sempre. Amém.

CREDO

Creio em Deus Pai, todo poderoso, Criador do céu e da terra. Creio em Jesus Cristo, Seu único Filho, nosso Senhor, o qual foi concebido por obra do Espírito Santo; nasceu da Virgem Maria; padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; desceu em Hades; ressurgiu dos mortos ao terceiro dia; subiu ao Céu; está sentado à mão direita de Deus Pai todo poderoso; donde há de vir a julgar os vivos e os mortos. Creio no Espírito Santo; na santa Igreja católica; na comunhão dos santos; na remissão dos pecados; na ressurreição do corpo; na vida eterna. Amém.

Declaração Teológica de Barmen

I. UM APELO ÀS CONGREGAÇÕES EVANGÉLICAS E AOS CRISTÃOS NA ALEMANHA

O Sínodo Confessional da Igreja Evangélica Alemã reuniu-se na cidade de Barmen, de 29 a 31 de maio de 1934. Representantes de todas as Igrejas Confessionais alemãs uniram-se unanimemente numa confissão do único Senhor da Igreja una, santa e apostólica. Fiéis à sua confissão de fé, membros das Igrejas Luteranas, Reformada e Unida procuraram redigir uma mensagem comum e para ir ao encontro das necessidades e tentação da igreja em nossos dias. Com gratidão a Deus, estão convictos de que lhes foi concedida uma palavra comum para dizerem. Não foi sua intenção fundar uma nova Igreja ou formar uma união de Igrejas. Nada esteve tão longe dos seus pensamentos do que a abolição do status confessional das nossas igrejas. Pelo contrário, sua intenção era resistir com fé e unanimidade à destruição da Confissão de Fé, e, por conseguinte, da Igreja Evangélica na Alemanha. Em oposição às tentativas de estabelecer a unidade da Igreja Evangélica Alemã mediante uma falsa doutrina, fazendo uso da força e de práticas insinceras, o Sínodo Confessional insiste que a unidade das Igrejas Evangélicas na Alemanha só poderá provir da Palavra de Deus na fé concedida pelo Espírito Santo. Somente assim a igreja se renova.

O Sínodo Confessional, portanto, conclama as congregações para se unirem em oração e coesas cerrarem fileiras em torno dos pastores e mestres que permanecem fiéis às Confissões.

Não vos deixeis enganar pelos boatos de que pretendemos opor-nos à unidade da nação alemã! Não deis ouvidos aos sedutores que pervertem nossas intenções, dando a impressão de que desejaríamos quebrar a unidade da Igreja Evangélica Alemã ou abandonar as Confissões dos Pais da Igreja.

Examinai os espíritos, a ver se eles são de Deus! Provai também as palavras do Sínodo Confessional da Igreja Evangélica Alemã para testar se estão conformes com a Sagrada Escritura e com a Confissão dos Pais. Se achardes que nossas palavras se opõem à Escritura, então não nos deis atenção! Mas se julgardes que nossa posição está conforme com a Escritura, então não permitais que o medo ou a tentação vos impeça de trilhar conosco a vereda da fé e da obediência à Palavra de Deus, a fim de que o povo de Deus tenha um só pensamento na terra e que nós experimentemos pela fé aquilo que ele mesmo disse: Nunca vos deixarei, nem vos abandonarei. Por esse motivo, não temais, ó pequenino rebanho, porque vosso Pai se agradou em dar-vos o seu reino.

II. DECLARAÇÃO TEOLÓGICA A RESPEITO DA SITUAÇÃO ATUAL DA IGREJA EVANGÉLICA ALEMÃ

Conforme as palavras iniciais da sua Constituição, datada de 11 de julho de 1933, a Igreja Evangélica Alemã é uma federação de Igrejas Confessionais, oriundas da Reforma, gozando de direitos iguais. O fundamento teológico para a unificação dessas igrejas se acha nos artigos 1º. e 2º. (1) da Constituição da Igreja Evangélica Alemã, reconhecida pelo Governo do Reich em 14 de julho de 1933:

Artigo 1º. A base inviolável da Igreja Evangélica Alemã é o Evangelho de Jesus Cristo, conforme nos é atestado nas Sagradas Escrituras e trazido novamente à luz nas Confissões da Reforma. Todos os poderes necessários à Igreja para cumprir sua missão por ele são determinados e limitados.

Artigo 2º. A Igreja Evangélica Alemã é dividida em igrejas regionais (Landeskirchen).

Nós, os representantes das igrejas Luterana, Reformada e Unida, dos Sínodos livres, das assembleias eclesiais e organizações paroquiais unidas no Sínodo Confessional da Igreja Evangélica Alemã, declaramos estarmos unidos na base da Igreja Evangélica Alemã como uma federação de Igrejas Confessionais. Unifica-nos a confissão de um só Senhor da Igreja una, santa, católica e apostólica.

Declaramos publicamente nesta Confissão, perante todas as igrejas evangélicas da Alemanha, que aquilo que ela mantém como patrimônio comum está em grande perigo que também ameaça a unidade da Igreja Evangélica Alemã. Ela se acha ameaçada pelos métodos de ensino e de ação do partido eclesiástico dominante dos cristãos alemães e pela administração da Igreja conduzida por ele. Esses métodos se vêm tornando cada vez mais salientes neste primeiro ano de existência da Igreja Evangélica Alemã. Essa ameaça reside no fato de que a base teológica da unidade da Igreja Evangélica Alemã tem sido contrariada contínua e sistematicamente e tornada ineficaz por doutrinas estranhas, da parte dos líderes e porta-vozes dos cristãos alemães, bem como da parte da administração da igreja. Se tais doutrinas conseguirem impor-se, então, conforme todas as Confissões em vigor em nosso meio, a Igreja deixará de ser Igreja, e a Igreja Evangélica Alemã, como federação de Igrejas Confessionais, tornar-se-á intrinsecamente impossível.

Na qualidade de membros das Igrejas Luterana, Reformada e Unida, podemos e devemos falar com uma só voz neste assunto. Precisamente por querermos ser e permanecer fiéis às nossas várias Confissões, não podemos silenciar, pois cremos ter recebido uma mensagem comum para proclamá-la numa época de necessidades e tentações gerais. Depositamos nossa confiança em Deus pelo que isto possa significar para as interrelações das igrejas Confessionais.

Face dos erros dos cristãos alemães da presente administração da Igreja do Reich, erros que estão assolando a igreja e, também rompendo, por esse motivo, a unidade da Igreja Evangélica Alemã, confessamos as seguintes verdades evangélicas:

1. *Eu sou o caminho e a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim (Jo 14.6).*

Em verdade, em verdade vos digo: o que não entra pela porta no aprisco das ovelhas, mas sobe por outra parte, esse é ladrão e salteador... Eu sou a porta: se alguém entrar por mim, será salvo (Jo 10.1 e 9).

Jesus Cristo, como nos é atestado na Sagrada Escritura, é a única Palavra de Deus que devemos ouvir, e em quem devemos confiar e a quem devemos obedecer na vida e na morte.

Rejeitamos a falsa doutrina de que a igreja teria o dever de reconhecer — além e aparte da Palavra de Deus — ainda outros acontecimentos e poderes, personagens e verdades como fontes da sua pregação e como revelação divina.

2. Mas vós sois dele, em Cristo Jesus, o qual se nos tornou da parte de Deus sabedoria e justiça e santificação e redenção (I Co 1.30).

Assim como Jesus Cristo é a certeza divina do perdão de todos os pecados, assim e também com a mesma seriedade, é a reivindicação poderosa de Deus sobre toda a nossa existência. Por seu intermédio experimentamos uma jubilosa libertação dos ímpios grilhões deste mundo, para servirmos livremente e com gratidão às suas criaturas.

Rejeitamos a falsa doutrina de que em nossa existência haveria áreas em que não pertencemos a Jesus Cristo, mas a outros senhores, áreas em que não necessitaríamos da justificação e santificação por meio dele.

3. “Mas, seguindo a verdade em amor, cresçamos em tudo naquele que é o cabeça, Cristo, de quem todo o corpo, bem ajustado e consolidado, pelo auxílio de toda junta, segundo a justa cooperação de cada parte, efetua seu próprio crescimento para a edificação de si mesmo em amor (Ef 4.15-16).

A Igreja Cristã é a comunidade dos irmãos, na qual Jesus Cristo age atualmente como o Senhor na Palavra e nos Sacramentos através do Espírito Santo. Como Igreja formada por pecadores justificados, ela deve, num mundo pecador, testemunhar com sua fé, sua obediência, sua mensagem e sua organização que só dele ela é propriedade, que ela vive e deseja viver tão somente da sua consolação e das suas instruções na expectativa da sua vinda.

Rejeitamos a falsa doutrina de que à Igreja seria permitido substituir a forma da sua mensagem e organização, a seu bel prazer ou de acordo com as respectivas convicções ideológicas e políticas reinantes.

4. *Sabeis que os governadores dos povos os dominam e que os maiores exercem autoridade sobre eles. Não é assim entre vós; pelo contrário, quem quiser tornar-se grande entre vós, será esse o que vos sirva (Mt 20.25-26).*

A diversidade de funções na Igreja não estabelece o predomínio de uma sobre a outra, mas, antes o exercício do ministério confiado e ordenado a toda a comunidade.

Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja, desviada deste ministério, poderia dar a si mesma ou permitir que se lhe dessem líderes especiais revestidos de poderes de mando.

5. *Temei a Deus, honrai ao rei! (1 Pe 2.17).*

A Escritura nos diz que o Estado tem o dever, conforme ordem divina, de zelar pela justiça e pela paz no mundo ainda que não redimido, no qual também vive a Igreja, segundo o padrão de julgamento e capacidade humana com emprego da intimidação e exercício da força. A Igreja reconhece o benefício dessa ordem divina com gratidão e reverência a Deus. Lembra a existência do Reino de Deus, dos mandamentos e da justiça divina, chamando, dessa forma a atenção para a responsabilidade de governantes e governados. Ela confia no poder da Palavra e lhe presta obediência, mediante a qual Deus sustenta todas as coisas.

Rejeitamos a falsa doutrina de que o Estado poderia ultrapassar a sua missão específica, tornando-se uma diretriz única e totalitária da existência humana, podendo também cumprir desse modo, a missão confiada à Igreja.

Rejeitamos a falsa doutrina de que a igreja poderia e deveria, ultrapassando a sua missão específica, apropriar-se das características, dos deveres e das dignidades estatais, tornando-se assim, ela mesma, um órgão do Estado.

6. *Eis que estou convosco todos os dias até a consumação do século (Mt 28.20). A Palavra de Deus não está algemada (II Tm 2.9)*

A missão da Igreja, na qual repousa sua liberdade, consiste em transmitir a todo o povo — em nome de Cristo e, portanto, a serviço da sua Palavra e da sua obra pela pregação e pelo sacramento— a mensagem da livre graça de Deus.

Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja, possuída de arrogância humana, poderia colocar a Palavra e a obra do Senhor a serviço de quaisquer desejos, propósitos e planos escolhidos arbitrariamente.

O Sínodo Confessional da Igreja Evangélica Alemã declara ver no reconhecimento destas verdades e na rejeição desses erros, a base teológica indispensável da Igreja Evangélica Alemã na sua qualidade de federação de igrejas Confessionais. Ele convida a todos os que estiverem aptos a aceitar esta declaração a terem sempre em mente estes princípios teológicos em suas decisões na política eclesiástica. Ele concita a não pouparem esforços para o retorno à unidade da fé, do amor e da esperança.

Confissão de 1967¹

PREFÁCIO

01. A igreja confessa sua fé quando contêm um testemunho atual da graça de Deus em Jesus Cristo.
02. Em todas as épocas, a igreja tem expressado seu testemunho em palavras e obras da maneira que as necessidades da época exigem. Os exemplos mais antigos de confissão são encontrados nas Escrituras. Declarações confessionais tomaram variadas formas tais como hinos, fórmulas litúrgicas, definições doutrinárias, catecismos, sistemas teológicos em sumário, e declarações de propósito contra as ameaças malignas.
03. Confissões e declarações são padrões subordinados na igreja, sujeitos à autoridade de Jesus Cristo, da Palavra de Deus, como as Escrituras testemunham a respeito dele. Nenhum tipo de confissão é exclusivamente válida, nenhuma declaração é irreformável. Obediência a Jesus Cristo somente identifica a única igreja universal e fornece a continuidade de sua tradição. Essa obediência é a base do dever e da liberdade da igreja para se reformar em vida e doutrina quando as ocasiões, na providência de Deus, possam demandar.
04. A Igreja Presbiteriana Unida nos Estados Unidos da América se reconhece auxiliada no entendimento do evangelho pelo testemunho da igreja de épocas passadas e de muitas outras terras. Mais especialmente ela é guiada pelo Credo Niceno e pelo Credo dos Apóstolos vindo do tempo da igreja primitiva; a Confissão Escocesa, o Catecismo de Heidelberg, e a Segunda Confissão Helvética da era da Reforma; a Confissão de Westminster e o Catecismo Menor vindo do século dezessete; e a Declaração Teológica de Barmen vinda do século vinte.

¹ Versão com linguagem inclusiva.

05. O propósito da Confissão de 1967 é convidar a igreja àquela unidade de confissão e missão que é exigida dos discípulos hoje. Esta Confissão não é um “sistema de doutrina”, nem tampouco inclui todos os tópicos tradicionais de teologia. Por exemplo, a Trindade e a Pessoa de Cristo não são redefinidas, mas são reconhecidas e reafirmadas como formando as bases e determinando a estrutura da fé cristã.
06. A Obra reconciliadora de Deus em Jesus Cristo e a missão de reconciliação para a qual ele chamou a sua Igreja são o coração do Evangelho em qualquer época. Nossa geração encontra-se em singular necessidade de reconciliação em Cristo. Consequentemente, esta Confissão de 1967 está fundamentada nesse tema.

A CONFISSÃO DE 1967

07. Em Jesus Cristo, Deus estava reconciliando o mundo com ele mesmo. Jesus Cristo é Deus com a humanidade. Ele é o eterno Filho do Pai, que se tornou humano e viveu entre nós para completar a obra de reconciliação. Ele está presente na igreja através do poder do Espírito Santo para continuar e completar sua missão. Esse trabalho de Deus, o Pai, Filho, e Espírito Santo, é o fundamento de toda declaração de fé sobre Deus, a humanidade e o mundo. Consequentemente, a igreja chama todas as pessoas para serem reconciliadas com Deus e uns com os outros.

PARTE I

A OBRA DE RECONCILIAÇÃO DE DEUS

Seção A. A Graça de Nosso Senhor Jesus Cristo

1. JESUS CRISTO

08. Em Jesus de Nazaré, a verdadeira humanidade se consumou uma vez por todas. Jesus, um Judeu Palestino, viveu entre seu próprio

povo e compartilhou suas necessidades, tentações, alegrias e tristezas. Ele expressou o amor de Deus em palavras e obras e tornou-se um irmão para todo tipo de pessoa pecadora. Mas sua completa obediência o levou a entrar em conflito com seu povo. Sua vida e ensinamento julgava a bondade deles, suas aspirações religiosas, e esperanças nacionais. Muitos o rejeitaram e pediram sua morte. Em entregando-se livremente para eles, ele tomou para si o julgamento sob o qual todo ser humano já está condenado. Deus o ressuscitou dos mortos, o apontando como Messias e Senhor. A vítima de pecado tornou-se vencedor, e ganhou a vitória sobre o pecado e morte para todos.

09. O ato reconciliador de Deus em Jesus Cristo é um mistério que as Escrituras descrevem de várias maneiras. É chamado o sacrifício do cordeiro, a vida de um pastor dada por sua ovelha, expiação por um sacerdote; ainda ele é o resgate pago por um escravo, pagamento de débito, satisfação vicária de uma penalidade legal, e vitória sobre os poderes do mal. Estas são expressões de uma verdade que permanece além do alcance de qualquer teoria sobre a profundidade do amor de Deus pela humanidade. Elas revelam a gravidade, custo, e a firme realização da obra reconciliadora de Deus.
10. O Cristo ressurreto é o Salvador de toda a humanidade. Aqueles que se juntam a ele por fé são feitos retos com Deus e comissionados a servir como sua comunidade da reconciliação. Cristo é cabeça desta comunidade, a igreja, que começou com os apóstolos e continuou através das gerações.
11. O mesmo Jesus Cristo é o juiz de toda a humanidade. Seu julgamento descobre a suprema seriedade da vida e traz promessa da vitória final de Deus sobre o poder do pecado e da morte. Para receber vida do Senhor ressurreto é ter vida eterna; recusar a vida vinda dele é escolher a morte que é a separação de Deus. Todos que puserem sua confiança em Cristo enfrentam o julgamento divino sem medo, porque o seu juiz é também seu redentor.

2. O PECADO HUMANO

12. O ato de reconciliação de Deus em Jesus Cristo expõe o mal que há no ser humano como pecado aos olhos de Deus. Em pecado, o ser humano se afirma senhor de sua própria vida, volta-se contra Deus e os seus semelhantes, e se torna explorador e despojador do mundo. Ele perde sua humanidade em esforço fútil e, assim, fica em rebelião, desespero e isolamento.
13. Homens e mulheres sábios e virtuosos, através dos séculos, têm buscado o supremo bem em dedicação à liberdade, justiça, paz, verdade e beleza. Ainda assim, toda virtude humana, quando vista à luz do amor de Deus em Jesus Cristo, revela-se infectada por interesse pessoal e hostilidade. Todas as pessoas, igualmente bons e maus, estão no erro diante de Deus e, sem o seu perdão, nada podem fazer. Assim, submetem-se ao julgamento de Deus. Ninguém é mais sujeito a esse julgamento do que aquele que assume que é sem culpa diante de Deus ou moralmente superior aos outros.
14. O amor de Deus nunca muda. Contra todos que o opõe, Deus expressa seu amor em ira. No mesmo amor, Deus levou sobre si julgamento e morte vergonhosa em Jesus Cristo, para trazer as pessoas ao arrependimento e nova vida.

Seção B. O Amor de Deus

15. O soberano amor de Deus é um mistério além do alcance da mente humana. O pensamento humano atribui a Deus imenso poder, sabedoria e bondade. Mas Deus revela seu amor em Jesus Cristo, mostrando poder na forma de um servo, sabedoria na estupidez da cruz, e bondade ao receber os humanos pecadores. O poder do amor de Deus em Cristo para transformar o mundo mostra que o Redentor é o Senhor e Criador que fez todas as coisas para servir ao propósito do seu amor.
16. Deus criou o mundo de espaço e tempo para ser a esfera de seu relacionamento com a humanidade. Em sua beleza e vastidão,

sublimidade e terror, ordem e desordem, o mundo reflete aos olhos da fé a majestade e o mistério do seu Criador.

17. Deus criou o ser humano numa relação pessoal com ele de tal forma que o homem e a mulher devem responder ao amor do Criador. Ele criou macho e fêmea e deu a eles uma vida que procede do nascimento para a morte numa sucessão de gerações e num amplo complexo de relações sociais. Ele os dotou com capacidades para fazer o mundo atender suas necessidades e para desfrutar de suas boas coisas. Vida é um presente para ser recebido com gratidão e uma tarefa para ser exercida com coragem. O ser humano é livre para seguir sua vida dentro dos propósitos de Deus: desenvolver e proteger os recursos da natureza para o bem-estar comum, trabalhar para justiça e paz em sociedade, e de outras maneiras usar seus poderes criativos para satisfação da vida humana.
18. Deus expressou seu amor por toda humanidade através de Israel, o qual ele escolheu para ser o povo com o qual tinha aliança para servi-lo em amor e fidelidade. Quando Israel foi infiel, ele disciplinou a nação com seu julgamento e manteve sua causa através dos profetas, sacerdotes, mestres, e verdadeiros crentes.

Essas testemunhas chamaram todos os Israelitas para um destino no qual serviriam a Deus fielmente e se tornariam uma luz para as nações. As mesmas testemunhas proclamaram a vida de uma nova era, e um verdadeiro servo de Deus em quem o propósito de Deus para Israel e a humanidade se realizaria.

19. Fora de Israel, Deus, no tempo próprio, levantou Jesus. Sua fé e obediência foram a resposta do perfeito filho de Deus. Ele foi a realização da promessa de Deus para Israel, o início da nova criação, e o pioneiro da nova humanidade. Ele deu significado e direção à história e chamou a igreja para ser sua serva para a reconciliação do mundo.

Seção C. A comunhão do Espírito Santo

20. Deus, o Espírito Santo, realiza o trabalho de reconciliação na vida humana. O Espírito Santo cria e renova a igreja como a comunidade na qual homens e mulheres são reconciliados com Deus e com os outros. Ele os habilita a receber perdão quando perdoam uns aos outros e a desfrutar a paz de Deus quando alcançam paz entre eles. Apesar de seus pecados, ele lhes dá poder para tornarem-se representantes de Jesus Cristo e seu evangelho de reconciliação para todas as pessoas.

1. A NOVA VIDA

21. O trabalho de reconciliação de Jesus foi a suprema crise na vida da humanidade. Sua cruz e ressurreição se tornaram crise pessoal e apresenta esperança para os seres humanos quando o evangelho é proclamado e crido. Nesta experiência, o Espírito traz perdão de Deus as pessoas, as leva a responder em fé, arrependimento, e obediência, e inicia a nova vida em Cristo.

22. A nova vida toma forma em uma comunidade na qual as pessoas sabem que Deus as ama e aceita apesar do que elas são. Elas, assim, se aceitam e amam uns aos outros, sabendo que ninguém tem qualquer base na qual possa se sustentar, exceto a graça de Deus.

23. A nova vida não liberta as pessoas de conflitos por falta de fé, orgulho, lascívia, medo. Ele ainda tem que lutar com dificuldades e problemas de desânimo. Entretanto, como ele se amadurece no amor e fidelidade em sua vida com Cristo, ele vive em liberdade e bom ânimo, testemunhando em bons e maus dias, confiante que a nova vida está agradável a Deus e útil para os outros.

24. A nova vida encontra sua direção na vida de Jesus, suas obras e palavras, suas lutas contra tentação, sua compaixão, sua ira, e seu desejo de sofrer morte. Os ensinamentos dos apóstolos e profetas orientam as pessoas para viver esta vida, e a comunidade Cristã as alimenta e capacita para seus ministérios.

25. Os membros da igreja são emissários de paz e buscam o bem de todos em cooperação com poderes e autoridades políticas, cultura e economia. Mas eles têm que lutar contra pretensões e injustiças quando estes mesmos poderes colocam em perigo o bem-estar humano. Sua força está em sua confiança de que o propósito de Deus, mais do que os esquemas humanos, vai finalmente prevalecer.
26. Vida em Cristo é vida eterna. A ressurreição de Jesus é o sinal de Deus de que ele vai consumir sua obra de criação e reconciliação além da morte e levar a consumação da nova vida que começou em Cristo.

2. A BÍBLIA

27. A única revelação suficiente de Deus é Jesus Cristo, a Palavra de Deus encarnada, para o qual o Espírito Santo sustenta singular e confiável testemunho através das Santas Escrituras, que são recebidas e obedecidas como a palavra escrita de Deus. As Escrituras não são um testemunho entre outras, mas o testemunho sem paralelo. A igreja recebeu os livros do Velho e do Novo Testamentos como testemunho profético e apostólico no qual ela ouve a palavra de Deus e pelo qual sua fé e obediência são alimentadas e reguladas.
28. O Novo Testamento é o registro do testemunho dos apóstolos sobre a vinda do Messias, Jesus de Nazaré, sobre o envio do Espírito Santo à Igreja. O Velho Testamento dá testemunho da fidelidade de Deus em sua aliança com Israel e aponta o caminho para o cumprimento de seu propósito em Cristo. O Velho Testamento é indispensável para a compreensão do novo e, em si mesmo, sem este, não é plenamente compreendido.
29. A Bíblia deve ser interpretada à luz do seu testemunho da obra de reconciliadora, que Deus realiza em Cristo. As Escrituras, dadas sob a direção do Espírito Santo, são, contudo, palavras humanas, condicionadas pela linguagem, pelas formas de pensamento e pelos estilos literários dos lugares épocas em que foram escritas. Refletem pontos de vista correntes na época quanto à vida, a História e ao cosmos. A Igreja tem, portanto, a obrigação de aproximar se das

Escrituras com com reensão literária e histórica. Como Deus proferiu sua palavra em diferentes situações culturais, a igreja confia que ele continuará a falar pelas Escrituras num mundo em mudança e em cada forma de cultura humana.

30. A palavra de Deus é hoje anunciada à igreja se as Escrituras são fielmente pregadas e lidas com atenção e na dependência da iluminação do Espírito Santo e com a disposição de receber a sua verdade e orientação.

PARTE II

O MINISTÉRIO DA RECONCILIAÇÃO

Seção A. A Missão da Igreja

1. DIREÇÃO

31. Estar reconciliado com Deus é ser enviado ao mundo como sua comunidade de reconciliação. Essa comunidade, a Igreja universal, é encarregada da mensagem de reconciliação de Deus e participa do seu trabalho de desfazer inimizades que separam os seres humanos de Deus e uns dos outros. Cristo vocacionou a Igreja para essa missão e lhe deu, o dom do Espírito Santo. A Igreja mantém continuidade com os apóstolos e com Israel pela fiel obediência a sua vocação.
32. A vida, morte, ressurreição e a vinda prometida de Jesus Cristo estabeleceram o padrão para a missão da Igreja. Sua vida humana envolve a Igreja na vida comum de todas as pessoas. Seu serviço aos homens e mulheres encarrega a Igreja de trabalhar a favor de toda forma de bem-estar humano. Seu sofrimento torna a Igreja sensível a todos os sofrimentos da humanidade, de modo que nas faces das pessoas, em qualquer espécie de necessidade, ela vê a face de Cristo. Sua crucificação revela à Igreja o juízo de Deus sobre a desumanidade das relações humanas e as terríveis consequências da sua própria cumplicidade com a injustiça. No poder do Cristo ressurreto e na esperança da sua vinda a Igreja vê a promessa que

Deus faz de renovar a vida humana na sociedade e a garantia da vitória de Deus sobre todo o erro.

33. A Igreja segue esse padrão na forma da sua vida e no seu método de ação. Assim, viver e servir é confessar a Cristo como Senhor.

2. FORMAS E ORDEM

34. As instituições do povo de Deus mudam e variam segundo requer sua missão em diferentes épocas e lugares. A unidade da Igreja é compatível com ampla variedade de formas, mas ela fica oculta e deformada quando se permite que formas variantes se enrijeçam em divisões sectárias, em denominações exclusivas e em facções rivais.
35. Onde quer que a Igreja exista, seus membros tanto se congregam em vida comunitária, como se dispersam na sociedade para realizar a sua missão no mundo.
36. A Igreja se reúne para louvar a Deus, para ouvir a sua palavra para a humanidade, para batizar e para participar da Ceia do Senhor, para orar a favor do mundo e para apresentá-lo a Deus em culto, para gozar da fraternidade, para receber instrução, força conforto, para ordenar e organizar a sua própria vida comunitária, para ser provada, renovada e reformada, e para falar e agir nos negócios do mundo, segundo convier as necessidades da ocasião.
37. A Igreja se dispersa para servir a Deus onde quer que se encontrem seus membros, no trabalho ou na recreação, na vida privada ou na vida da sociedade. A oração desses membros dispersos, e o seu estudo da Bíblia são partes do culto e da reflexão teológica da Igreja. O testemunho deles é o evangelismo da Igreja. Sua ação diária no mundo é a Igreja em missão no mundo. A qualidade da sua relação com outras pessoas é a mediada da fidelidade da Igreja.
38. Cada membro da Igreja no mundo, dotado de algum dom de ministério pelo Espírito e é responsável pela integridade do seu testemunho em sua própria situação particular. Está habilitado para receber a orientação e o amparo da comunidade cristã e sujeito ao

seu conselho e disciplina. Ele, por sua vez, com sua própria competência, ajuda a guiar a Igreja.

39. Em reconhecimento dos dons especiais do Espírito e para ordem da sua vida como comunidade, a Igreja chama, prepara e autoriza certos membros a exercerem a liderança e a supervisão. As pessoas qualificadas para esses deveres, de acordo com a constituição da Igreja, são separadas pela ordenação ou por outro ato apropriado e assim feitas responsáveis pelos seus ministérios especiais.
40. Assim, a Igreja ordena sua vida como instituição com uma constituição, um governo, com oficiais, finanças e regras administrativas. Estes são instrumentos de sua missão, e não um fim em si mesmos. Diferentes ordens têm servido ao Evangelho e nenhuma pode pretender validade exclusiva. O sistema presbiteriano reconhece a responsabilidade de todos os membros pelo ministério e mantém a relação orgânica de todas as congregações da Igreja. Procura proteger a Igreja da exploração pelo poder e ambição eclesiásticas ou seculares. Toda ordem eclesiástica deve estar aberta a qualquer reforma que venha a ser necessária para torná-la instrumento mais efetivo da missão de reconciliação.

3. REVELAÇÃO E RELIGIÃO

41. A igreja em sua missão defronta-se com as religiões humanas e nesse encontro toma consciência de seu próprio caráter humano como uma religião. A revelação de Deus a Israel, expressa dentro da cultura semítica, deu origem à religião do povo Hebreu. A revelação de Deus em Jesus Cristo provocou a resposta dos judeus e gregos e resultou na expressão da religião cristã dentro do judaísmo e do Helenismo. A religião cristã, distinta da revelação que faz Deus de si mesmo, foi, através de toda a sua história, moldada pelas formas culturais de seu ambiente.
42. O cristão descobre paralelos entre outras religiões e a sua própria, e deve encarar todas elas com mente aberta e com respeito. Repetidamente Deus tem usado a maneira de ver dos não cristãos para desafiar a Igreja à renovação. Mas a palavra de reconciliação do

Evangelho é o juízo de Deus sobre todas as formas de religião, inclusive a cristã. O dom de Deus em Cristo é para todos. A Igreja é, pois, comissionada a levar o Evangelho a todos, seja qual for sua religião e mesmo que não professem nenhuma.

4. RECONCILIAÇÃO NA SOCIEDADE

43. Em cada época e lugar há problemas e crises particulares pelos quais Deus chama a Igreja à ação. A Igreja, guiada pelo Espírito, humilhada pela sua própria cumplicidade e instruída por todo conhecimento disponível, procura discernir a vontade de Deus e aprender como obedecer nessas situações concretas. São particularmente urgentes na hora atual os pontos abaixo.
44. **a. Deus criou os povos da terra** para constituírem uma família universal. Em seu amor reconciliador ele vence as barreiras entre os irmãos e destrói toda forma de discriminação baseada em diferença racial ou étnica, real ou imaginária. A Igreja é chamada a levar todos os seres humanos a se receberem e a se afirmarem uns aos outros como pessoas em todas as relações da vida: no emprego, na vizinhança, na educação, no lazer, no casamento, na família, na igreja e no exercício dos direitos políticos. Portanto, a Igreja trabalha pela abolição da discriminação racial e ministra aos prejudicados por ela. Congregações, indivíduos, ou grupos de cristãos que excluem, dominam ou menosprezam os seus semelhantes, ainda que de modo sutil, resistem ao Espírito de Deus e provocam desprezo à fé que professam.
45. **b. A reconciliação de Deus em Jesus Cristo** é o fundamento da paz, da justiça e da liberdade entre as nações, que todos os poderes governamentais são chamados a servir e defender. A Igreja, em sua própria vida, é chamada a praticar o perdão dos inimigos e a recomendar às nações como política prática o esforço de cooperação e paz. Isto requer a busca de relações novas e responsáveis através de toda linha de conflito, mesmo com risco da segurança nacional, para reduzir áreas de conflito e ampliar a compreensão internacional. A reconciliação entre as nações se torna especialmente urgente, A medida que os países desenvolvem armas

nucleares, químicas e biológicas, desviando suas energias humanas e seus recursos de usos construtivos, e pondo em risco o aniquilamento da humanidade. Embora as nações sirvam aos propósitos de Deus na História, a Igreja que identifica a soberania de qualquer nação ou qualquer estilo de vida com a causa de Deus nega o domínio de Cristo e trai a sua vocação.

46. **c. A reconciliação da humanidade por Jesus Cristo** torna claro que a pobreza escravizadora em um mundo de abundância é uma violação intolerável da boa criação de Deus. Porque Jesus se identificou com o necessitado e o explorado, a causa dos pobres do mundo é a causa dos seus discípulos. A igreja não pode tolerar a pobreza seja ela produto de estruturas sociais injustas, da exploração dos indefesos, da falta de recursos nacionais, da ausência de conhecimentos tecnológicos, ou da expansão rápida das populações. A Igreja chama todo ser humano a usar suas habilidades, suas posses e os frutos da tecnologia como dons que lhe foram por Deus confiados para a manutenção da sua família e para a promoção do bem-estar comum. Ela estimula as forças da sociedade humana que elevam as esperanças da humanidade para melhores condições e lhes fornecem oportunidade de uma vida decente. Uma Igreja indiferente à pobreza, ou que se furta à sua responsabilidade em questões econômicas, ou que está aberta somente a uma classe social, ou que espera gratidão pela beneficência que faz, zomba da reconciliação e não oferece culto aceitável a Deus.
47. **d. A relação entre homem e mulher** exemplifica de modo básico a ordem de Deus quanto à vida interpessoal, para a qual ele criou a humanidade. A anarquia nas relações sexuais é sintoma de que o ser humano está alienado de Deus, de seu próximo e de si mesmo. A perene confusão humana acerca do sentido do sexo tem sido agravada em nossos dias pela disponibilidade de novos meios de controle de natalidade e de tratamento de infecções, pelas pressões da urbanização, pela exploração dos símbolos sexuais na comunicação social e pela superpopulação mundial. A Igreja, como a família de Deus, é chamada a afastar as pessoas dessa alienação e reconduzi-las à liberdade responsável da nova vida em Cristo. Reconciliado com Deus, cada um sente alegria em sua própria

humanidade e a respeita, bem como a de outras pessoas; o homem e a mulher estão habilitados a se casarem, a se dedicarem a uma vida mutuamente partilhada e a responderem um ao outro por um interesse afetivo e vitalício: os pais recebem a graça para cuidar dos filhos com amor e para educar a sua individualidade. A igreja se coloca sob o juízo de Deus e se expõe à rejeição pela sociedade, todas as vezes que falha em levar homens e mulheres à significação plena da vida comum, ou impede que a compaixão de Cristo alcance os que foram apanhados na confusão moral de nosso tempo.

Seção B. O Aparelhamento da Igreja

48. Jesus Cristo deu à Igreja a pregação e o ensino, o louvor e a adoração, o Batismo e a Ceia do Senhor como meios de realizar o serviço de Deus entre as pessoas. Esses dons permanecem, mas a Igreja é obrigada a mudar as formas do seu serviço, de maneira apropriada às diferentes gerações e culturas.

1. PREGAÇÃO E ENSINO

49. Deus instrui a sua Igreja e a aparelha para a missão mediante a pregação e o ensino. Por esses meios, quando realizados com fidelidade às Escrituras e na dependência do Espírito Santo, o povo ouve a palavra de Deus, aceita a Cristo e o segue. A mensagem é dirigida as pessoas em situações particulares. Portanto, a pregação, o ensino e o testemunho pessoal eficazes requerem estudo disciplinado tanto da Bíblia como do mundo contemporâneo. Todos os atos de culto público devem orientar se no sentido de que as pessoas ouçam o Evangelho em lugar e tempo particulares e respondam com a obediência adequada.

2. LOUVOR E ORAÇÃO

50. A igreja responde à mensagem de reconciliação com oração e louvor. Nessa resposta ela se entrega de novo à sua missão, experimenta o aprofundamento da fé e da obediência e de testemunho público do Evangelho. A adoração a Deus é o reconhecimento do Criador pela criatura. A confissão de pecado é a admissão da culpa de todos diante

de Deus e da necessidade que eles têm do seu perdão. A ação de graças é o regozijo na bondade de Deus para com todos e na generosidade para com as necessidades dos outros. As petições e intercessões são dirigidas a Deus a favor da continuidade da sua bondade, da cura das enfermidades e do seu livramento de toda forma de opressão. As artes especialmente a música e a arquitetura contribuem para o louvor e a oração de uma congregação cristã, sempre que ajudam as pessoas a olhar além de si mesmas, para Deus e para o mundo, que é o objeto do seu amor.

3. BATISMO

51. Pela humilde submissão ao batismo de João, Cristo uniu-se aos seres humanos em suas necessidades e deu início ao seu ministério de reconciliação no poder do Espírito. O batismo cristão marca o recebimento do mesmo Espírito por todo o seu povo. O batismo com água representa não só a purificação do pecado, mas também a morte com Cristo e a alegre ressurreição com ele para uma nova vida. Ele impele todos os cristãos a morrerem cada dia para o pecado e a viverem para a justiça. No batismo a igreja celebra a renovação da aliança com que Deus ligou seu povo a si mesmo. Pelo batismo os indivíduos são recebidos publicamente na igreja para partilharem da sua vida e do seu ministério, e a igreja se torna responsável pelo seu preparo e sustento no discipulado cristão. Quando os batizados são crianças, a congregação, assim como os pais, tem a obrigação especial de educá-los na vida cristã, levando-os a dar, pela profissão pública, resposta pessoal ao amor de Deus anunciado no seu batismo.

4. A CEIA DO SENHOR

52. A Ceia do Senhor é a celebração da reconciliação dos homens e mulheres com Deus e de uns com os outros: nela eles alegremente comem e bebem juntos à mesa do seu Salvador. Jesus Cristo deu à sua igreja esse memorial de sua morte pelos pecadores, a fim de que, dela participando, tenham comunhão com ele e com todos os que a ele vierem juntar-se. Dele participando, ao comerem do pão e beberem do vinho, de acordo com o que Cristo ordenou, recebem do

Senhor ressurreto e vivo os benefícios de sua morte e ressurreição. Eles se regozijam no antegozo do reino, que ele levará à consumação em sua prometida vinda, e sairão da Mesa do Senhor com coragem e esperança para o serviço ao qual ele os chamou.

PARTE III

A REALIZAÇÃO DA RECONCILIAÇÃO

53. A obra redentora de Deus em Jesus Cristo abrange a totalidade da vida humana: vida social e cultural, econômica e política, científica e tecnológica, individual e comunitária. Ela inclui o ambiente natural da pessoa explorada e espoliada pelo pecado. É a vontade de Deus que o seu propósito para a vida humana se realize sob o domínio de Cristo, e todo o mal seja banido da sua criação.
54. As visões e imagens bíblicas do domínio de Cristo, tais como a cidade celestial, a casa do Pai, o novo céu e a nova terra, a festa de bodas e o dia infindável culminam na imagem do reino. O reino representa o triunfo de Deus sobre todos os que resistem à sua vontade e subvertem a sua criação. O reino de Deus já está presente como fermento no mundo, despertando a esperança nas pessoas e preparando o mundo para receber o seu juízo e a redenção finais.
55. Com a urgência nascida desta esperança a Igreja se aplica às presentes tarefas e luta por um mundo melhor. Ela não identifica nenhum progresso limitado com o reino de Deus na terra, nem se desespera em face do desapontamento e da derrota. Com inabalável esperança a igreja contempla, além de toda realização parcial, o triunfo final de Deus.
56. Ora, Aquele que é poderoso para fazer infinitamente mais do que tudo quanto pedimos, ou pensamos, a ele seja a glória, na igreja e em Cristo Jesus, por todas as gerações, para todo o sempre. Amém.

Confissão de Accra¹

Pacto pela Justiça Econômica e pela Vida na Terra

Introdução

1. Em resposta ao urgente chamado da região sul da África, que se reuniu em *Kitwe* em 1995, e reconhecendo a urgência crescente da injustiça econômica global e da destruição ecológica, a 23^a Assembleia Geral (Debrecen, Hungria, 1997) convidou as igrejas-membros da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas a participarem de um processo de “reconhecimento, educação e confissão (*processus confessionis*)”. As igrejas refletiram sobre o texto de Isaías 58.6 “...que soltes as ligaduras da impiedade, desfaças as ataduras da servidão, deixes livres os oprimidos”, ouvindo o clamor de irmãos e irmãs do mundo inteiro e presenciando as ameaças ao dom de Deus na Criação.

2. Desde então, nove igrejas-membros comprometeram-se com uma declaração de fé; algumas estão em processo de construir um pacto; e outras estudaram as questões e vêm fazendo uma avaliação da profundidade da crise. Além disso, em parceria com o Conselho Mundial de Igrejas, a Federação Luterana Mundial e organizações ecumênicas regionais, a Aliança Mundial de Igrejas Reformadas empenhou-se em realizar consultas em todas as partes do mundo, de Seul/Bancoc (1999) a *Stony Point* (2004). Outras consultas aconteceram com as igrejas do Hemisfério Sul, em Buenos Aires (2003) e com igrejas do Norte e do Sul, em *London Colney* (2004).

3. Reunidos em Accra, Gana, para a Assembleia Geral da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas, visitamos as masmorras de Elmina e de *Cape Coast*, onde milhões de africanos foram amontoados, vendidos e submetidos aos horrores da repressão e da morte. Os gritos de “nunca

¹ Texto traduzido pelo Rev. Daniel do Amaral.

mais” vêm à tona, com as realidades presentes do tráfico de seres humanos e da opressão do sistema econômico global.

4. Hoje decidimos assumir um compromisso de fé.

Lendo os sinais dos tempos

5. Ouvimos que a criação, continua a gemer, em cativeiro, aguardando sua libertação (Romanos 8.22). Somos desafiados pelo clamor dos povos que sofrem e pelas feridas da própria criação. Vemos uma convergência dramática entre o sofrimento dos povos e os danos feitos ao que resta da criação.

6. Os sinais dos tempos tornaram-se mais alarmantes e precisam ser interpretados. As causas subjacentes das ameaças à vida em larga escala são, sobretudo, produto de um sistema econômico injusto defendido e protegido por poderes políticos e armados. Os sistemas econômicos são uma questão de vida ou morte.

7. Vivemos em um mundo de escândalos, que nega o chamado de Deus à vida para todos. A renda anual dos 1% mais ricos é igual à dos 57% mais pobres, e 24.000 pessoas morrem a cada dia de pobreza e de desnutrição. A dívida dos países pobres continua a aumentar, apesar de terem sido pagas muitas vezes seu valor original. Guerras por recursos naturais tomam as vidas de milhões, enquanto outros milhões morrem de doenças para as quais existe prevenção. A pandemia global do HIV e da AIDS aflige a vida em todas as partes do mundo, afetando os mais pobres onde os medicamentos genéricos não estão disponíveis. A maioria do que vivem na pobreza é de mulheres e crianças e o número de pessoas que vivem na pobreza absoluta, com menos de um dólar americano por dia, continua a aumentar.

8. A política de crescimento ilimitado entre países industrializados e a corrida pelo lucro das corporações transnacionais pilharam a terra e danificaram severamente o ambiente. Em 1989, uma espécie era extinta a cada dia, e em 2000 era uma por hora. Mudanças climáticas, o esgotamento da população de peixes, desmatamento, erosão do solo e as ameaças à água potável estão entre as consequências devastadoras.

Comunidades são desestruturadas, perdem-se os meios de subsistência, as regiões litorâneas e as ilhas do Pacífico são ameaçadas por inundações e pelo agravamento das tempestades. Os níveis elevados de radioatividade ameaçam a saúde e a ecologia. Formas de vida e de saber cultural estão sendo patenteadas com a finalidade de gerarem ganhos financeiros.

9. Esta crise está relacionada diretamente ao desenvolvimento da globalização econômica neoliberal, que está baseada nas seguintes premissas:

- A competição irrestrita, o consumo e o crescimento econômico e a acumulação ilimitada de riqueza representam o melhor para o mundo;
- a posse da propriedade privada não implica qualquer obrigação social;
- especulação de capital, liberalização e desregulamentação do mercado, privatização de bens públicos e de recursos naturais, acesso irrestrito a investimentos estrangeiros e importações, menos impostos, e movimentação de capital sem barreiras proporcionarão riqueza para todos;
- os encargos sociais, a proteção dos pobres e dos carentes, os sindicatos e as relações entre os povos estão subordinados aos processos do crescimento econômico e da acumulação de capital.

10. Esta ideologia se apresenta como sem alternativas, exigindo um ininterrupto sacrifício dos pobres e da criação. Mentira, quando promete que pode conservar o mundo através da geração da riqueza e da prosperidade, reivindicando domínio sobre a vida e exigindo uma lealdade total, comparável à idolatria.

11. Reconhecemos a enormidade e a complexidade da situação. Não buscamos respostas simples. Como pessoas que buscam a verdade e a justiça, e com o olhar dos desamparados e dos que sofrem, vemos que a presente (des)ordem mundial está enraizada em um sistema econômico extremamente complexo e imoral, defendido por um império. Ao empregar o termo império queremos dizer a reunião dos poderes econômico, cultural, político e militar, que constitui um sistema de dominação dirigido por nações poderosas a fim de proteger e defender seus próprios interesses.

12. Na economia liberal clássica, o Estado existe para proteger a propriedade e os contratos privados na competição do mercado. Com os esforços do movimento dos trabalhadores, os Estados passaram a regular os mercados e fornecê-los para o bem-estar dos povos. Desde os anos 80, com a transnacionalização do capital, o neoliberalismo ajustou-se para fora para desmontar as funções do bem-estar do Estado. Sob o neoliberalismo, a finalidade da economia é aumentar os lucros e dar retorno para os proprietários da produção e do capital financeiro, excluindo a maioria dos povos e tratando a natureza como um produto.

13. Como os mercados se tornaram globais, assim também as instituições políticas e legais que as protegem. O governo dos Estados Unidos da América e de seus aliados, junto com os meios financeiros internacionais e as instituições de comércio (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio), instituições políticas, econômicas, ou alianças militares, a fim de proteger e antecipar os interesses dos donos do capital.

14. Vemos a convergência dramática da crise econômica com a integração da globalização econômica e geopolítica apoiada pela ideologia neoliberal. É um sistema global que defende e protege os interesses dos poderosos. Afeta-nos e cativa-nos a todos. Além disso, em termos bíblicos tal sistema da acumulação da riqueza à custa dos pobres é visto como infiel a Deus e responsável pelo sofrimento evitável do ser humano é chamado de Mamom. Jesus tem-nos dito que não podemos servir a Deus e a Mamom (Lucas 16.13).

Confissão de Fé face à injustiça econômica e à destruição ecológica

15. Um compromisso de fé pode ser expresso de várias maneiras, de acordo com tradições regionais e teológicas: como confissão, como confissão coletiva, como declaração de fé, como fidelidade à aliança com Deus. Escolhemos a confissão, não no sentido de uma confissão doutrinária clássica, pois a Aliança Mundial de Igrejas Reformadas não poderia elaborar tal confissão, mas para mostrar a necessidade e a urgência de uma resposta ativa aos desafios de nosso tempo e à chamada

de Debrecen. Convidamos as igrejas-membro a receber e a responder ao nosso testemunho comum.

16. Falando a partir de nossa tradição reformada e lendo os sinais dos tempos, a Assembleia Geral da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas afirma que a justiça econômica global é essencial à integridade de nossa fé em Deus e de nosso discipulado como cristãos. cremos que a integridade de nossa fé é posta em jogo quando nos calam ou nos recusamos a agir face ao sistema atual de globalização econômica neoliberal e, portanto, confessamos, diante de Deus e uns dos outros.

17. cremos em Deus, Criador e Sustentador de toda a vida, que nos chama como sócios na criação e na redenção do mundo. Vivemos sob a promessa de que Jesus Cristo veio para que todos possam ter vida em abundância (João 10.10). Guiados e sustentados pelo Espírito Santo, abrimo-nos à realidade de nosso mundo.

18. cremos que Deus é soberano sobre toda a criação. “Ao SENHOR pertence a terra e a sua plenitude” (Salmo 24.1).

19. Consequentemente, repudiamos a presente ordem econômica mundial imposta pelo capitalismo neoliberal global e por qualquer outro sistema econômico, inclusive economias de planejamento absoluto, que confrontam a aliança de Deus excluindo os pobres, os fracos e toda a criação da vida em plenitude. Repudiamos toda reivindicação do império econômico, político e militar que subverta a soberania de Deus sobre a vida e atue contra o justo mandato de Deus.

20. cremos que Deus fez um pacto com a toda a criação (Gênesis 9.8-12). Deus trouxe à existência uma comunidade planetária baseada numa visão de justiça e de paz. O pacto é um presente da graça, que não é posto a venda no mercado (Isaías 55.1). É uma economia da graça para a casa de toda a criação. Jesus mostra que este pacto é inclusivo, onde os pobres e os marginalizados são sócios preferenciais, e chama-nos para colocar a justiça para com os “pequeninos” (Mateus 25.40) no centro da comunidade da vida. Toda a criação é bendita e incluída nesse pacto (Oséias 2.18 ss).

21. Consequentemente, repudiamos a cultura do consumismo desenfreado e da ganância e o egoísmo competitivo do sistema global neoliberal de mercado, ou qualquer outro sistema, que alega não haver nenhuma outra alternativa.

22. cremos que qualquer economia da casa da vida, dada a nós pela aliança de Deus para sustentar a vida, é responsável perante Deus. cremos que a economia existe para servir à dignidade e ao bem estar dos povos na comunidade, dentro dos limites da sustentabilidade da criação. cremos que os seres humanos são chamados a escolher Deus em lugar de Mamom e que confessar a nossa fé é um ato de obediência.

23. Consequentemente, repudiamos a acumulação não regulada da riqueza e o crescimento ilimitado que tem custado as vidas dos milhões e já tem destruído muito da criação de Deus.

24. cremos que Deus é um deus de justiça. Em um mundo de corrupção, exploração, e ganância, Deus é, de forma especial, o Deus dos desamparados, dos pobres, dos explorados, dos injustiçados e maltratados (Salmo 146.7-9). Deus nos chama a um relacionamento justo com toda a criação.

25. Consequentemente, repudiamos toda ideologia ou regime econômico que coloca os lucros à frente das pessoas, não se importa com toda a criação, e privatiza os dons de Deus destinados a todos. Repudiamos todo ensino que justifique aqueles que apoiem, ou que não resista, a tal ideologia em nome do Evangelho.

26. cremos que Deus nos chama a estar com aqueles que são vítimas da injustiça. Sabemos o que o Senhor requer de nós: praticar a justiça, e amar a misericórdia, e andar humildemente com Deus (Miquéias 6.8). Somos chamados para nos opormos a toda forma de injustiça na economia e a destruição do ambiente, de modo que corra o juízo como as águas; e a justiça, como ribeiro perene (Amos 5.24).

27. Consequentemente, repudiamos toda teologia que afirme que Deus está somente ao lado dos ricos e que a pobreza é culpa dos pobres. Repudiamos toda forma de injustiça que destrua as relações justas –

gênero, raça, classe, deficiência ou casta. Repudiamos toda teologia que afirme que os interesses humanos dominam a natureza.

28. cremos que Deus nos chama para ouvir o clamor dos pobres e os gemidos da criação e para seguir a missão pública de Jesus Cristo, que veio para que todos pudessem ter a vida e a tivessem em abundância (João 10.10). Jesus traz a justiça aos oprimidos e dá o pão ao que tem fome; liberta os presos e restaura a vista aos cegos (Lucas 4.18); apoia e protege os oprimidos, os estrangeiros, os órfãos e as viúvas.

29. Consequentemente repudiamos toda a prática da igreja ou ensino que exclua os pobres e o cuidado para com a criação, em sua missão; dando apoio àqueles que vêm roubar, matar e destruir (João 10.10) ao invés de seguir o Bom Pastor que veio para que todos tenham vida (João 10.11).

30. cremos que Deus reúne homens, mulheres e crianças de cada lugar, ricos e pobres, para promover a unidade da igreja e de sua missão, de modo que a reconciliação a que Cristo nos chama possa se tornar visível.

31. Consequentemente repudiamos toda a tentativa na vida da igreja de separar justiça e unidade.

32. cremos que somos chamados no Espírito para dar razão da esperança que está dentro de nós através de Jesus Cristo, e que a justiça prevalecerá e a paz reinará.

33. Comprometemo-nos a buscar um pacto global pela justiça na economia e na Terra na casa de Deus.

34. Confessamos humildemente esta esperança, sabendo que nós, também, estamos sob o julgamento da justiça de Deus.

- Reconhecemos a cumplicidade e a culpa daqueles que, conscientemente ou não, se beneficiam do atual sistema econômico global neoliberal; nós reconhecemos que entre estes estão igrejas e membros de nossa própria família reformada e consequentemente nós os conclamamos a uma confissão de pecados.
- Reconhecemos que nos tornamos escravos da cultura do consumismo, da ganância, do egoísmo e da competitividade do

sistema econômico atual. Isto tem permeado frequente nossa própria espiritualidade.

- Confessamos nosso pecado na criação, no mau uso da criação e ao não desempenharmos nosso papel como mordomos e companheiros da natureza. Confessamos nosso pecado, de que nossa desunião dentro da família reformada tem prejudicado nossa capacidade de servir à missão de Deus em plenitude.

35. Cremos, em obediência a Jesus Cristo, que a igreja é chamada para confessar, testemunhar e agir, mesmo que as autoridades e a lei humana possam nos proibir, e punição e sofrimento sejam a consequência (Atos 4.18 ss). Jesus é Senhor.

36. Unimo-nos no louvor a Deus, Criador, Redentor, Espírito, que derrubou de seus tronos os poderosos e exaltou os humildes, encheu de bens os famintos e despediu vazios os ricos (Lucas 1.52 ss).

Pacto pela justiça

37. Confessando juntos a nossa fé, nos aliamos em obediência à vontade de Deus como um ato de fidelidade, em solidariedade mútua e em relacionamentos responsáveis. Isto cria laços para trabalharmos pela justiça na economia e na terra em nosso contexto global comum, bem como em nossos vários âmbitos regionais e locais.

38. Nesta caminhada comum, algumas igrejas já têm expressado o seu compromisso em uma confissão de fé. Nós as conclamamos a continuar a traduzir regionalmente e localmente essa confissão em ações concretas nos âmbitos regionais e locais. Outras igrejas já iniciaram um processo de envolvimento, inclusive desenvolvendo ações, e as exortamos a ampliar seu engajamento por meio de iniciativas de educação, confissão e ação. Àquelas outras igrejas que ainda estão no processo do reconhecimento, exortamo-las com base em nosso mútuo compromisso de responsabilidade a aprofundar sua educação e avançar rumo à confissão.

39. A Assembleia Geral convida as igrejas-membro, com base neste relacionamento, a empreender a tarefa dura e profética de interpretar esta confissão em suas congregações locais.

40. A Assembleia Geral conclama as igrejas-membro a implementarem esta confissão seguindo as recomendações do comitê de assuntos públicos com relação à justiça econômica e temas ecológicos.

41. A Assembleia Geral compromete a Aliança Mundial de Igrejas Reformadas a trabalhar junto a outras comunhões, a comunidade ecumênica, a comunidades de outras religiões, a movimentos da sociedade civil e a organizações populares por uma economia justa e a integridade da criação e convidam nossas as igrejas-membro a fazerem o mesmo.

42. Agora nós proclamamos com paixão que nos comprometeremos, com nosso tempo e nossa energia a mudar, renovar, e restaurar a economia e a terra, escolhendo a vida, de modo que nós e nossos descendentes possamos viver (Deuteronômio 30.19).

ALIANÇA MUNDIAL DE IGREJAS REFORMADAS
24^a Assembleia Geral
Accra, Gana – 2004

Documentos de Atibaia¹

1. MANIFESTO DE ATIBAIA

Nós, abaixo assinados – pastores, presbíteros e povo presbiteriano, quase todos com dezenas de anos de trabalho fiel no seio da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) -, sentimos o imperioso dever de consciência cristã de elaborarmos este documento como fundamento das deliberações que tomamos nesta data.

Há doze anos que a direção da IPB tomou um rumo inteiramente contrário à sua história no Brasil desde a sua fundação. Temos aguardado pacientemente durante todo este longo tempo, na pressuposição de que o bom senso voltaria a imperar na comunidade presbiteriana. Contudo, o que se observa é a formação de verdadeiro partido político no seio da Igreja, com normas de atuação próprias do meio secular, a fim de perpetuar o domínio de um grupo apenas.

A continuidade dos mesmos elementos através de eleições sucessivas denota o caráter de imoralidade, daí, no século, a previsão nas constituições decentes da impossibilidade de reeleição do presidente da República. É evidente que aqueles que têm o domínio têm poderosa máquina para manobras com caráter de legalidade, a fim de se perpetuarem no poder. E, como consequência da corrupção do grupo dominante, a vida toda da Igreja foi atingida, notando-se as seguintes anomalias:

1. As eleições para os concílios seguem os caminhos das eleições seculares. Há corridas de um lado para outro, conciliábulos, informações

¹ Entre os dias 07 e 10 de setembro de 1978, em Atibaia/SP, no III Encontro de Presbiterianos, foram aprovados os seguintes documentos: Manifesto, Declaração, Pronunciamento Social e Compromisso de Atibaia, e fundada a Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas (FENIP) – que em 1983 tornou-se Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU). Estes documentos fundantes compõem o corpus doutrinário da IPU (cf. Princípios de Fé e Ordem, Art. 3º) ao lado de outros documentos históricos da Igreja cristã e da família reformada.

tendenciosas, tudo para garantir o número necessário de votos para eleição da pessoa indicada, no caso do Supremo Concílio, o candidato cuja publicidade já é feita com muita antecedência, através do órgão oficial da Igreja.

2. Há divisões de presbitérios e de sínodos com o propósito claro de aumentar o número de votos que garanta a reeleição do mesmo grupo. E até às comunidades locais desce a trama infamante, envolvendo pessoas humildes e de nenhuma experiência das sutilezas maquiavélicas da cúpula dominante. E se foi alguém da cúpula que disse, deve ser verdade. A suposição falsa de que aqueles que estão no poder sempre estão certos. Total falta de respeito aos concílios locais. Divisões feitas nos concílios superiores, sem consulta e, às vezes, sem conhecimento dos concílios inferiores e das comunidades locais. Tudo sempre para favorecer o domínio de um grupo.

3. A perseguição de pastores e membros que deram o melhor de sua vida para o trabalho da Igreja, através de processos eclesiásticos, da imprensa oficial, com publicações contendo meias-verdades, a fim de indispor com a comunidade presbiteriana – tanto local como nacional – pastores honrados.

4. O uso tendencioso da Constituição da Igreja, que serve de norma apenas quando favorece a cúpula da Igreja. As mais absurdas medidas têm sido tomadas contra concílios, pastores e comunidades locais, com violação clamorosa das leis e praxes presbiterianas.

5. O jornal oficial da Igreja [Brasil Presbiteriano], que deveria expressar o pensamento da Igreja em geral, expressa as idiossincrasias da facção dominante. Em tempos passados, o órgão oficial procurava edificar a Igreja. Trazia artigos das expressões maiores do pensamento presbiteriano. Não era jornal de um grupo. Agora, aqueles que realmente pensam não têm lugar no jornal da Igreja. A pobreza do que é publicado seria tolerável não fora o veneno do insulto misturado à clamorosa ignorância de um fanatismo intolerante.

6. Quanto à alegação de que não há concordância doutrinária para a constituição de nova denominação, e que tudo não passa de questões

personais: não é verdade. O que se condena na atual administração da Igreja é a sua prepotência, falta de respeito à pessoa humana, veiculação de notícias tendenciosas a respeito de igrejas locais e de respeitáveis ministros do evangelho, cuja vida aí está patente perante a Igreja Nacional. E a politicagem, a cobiça dos cargos, das vantagens pecuniárias, o fascínio do poder. Pergunta-se: existem heresias mais graves do que causar divisões no seio da Igreja devido a interesses pessoais?

7. Ouve-se também a afirmação de que a formação de outra denominação produz escândalo; que o fato de se trazer à luz do dia a degenerescência da administração produz escândalo. Pergunta-se: não há maior escândalo nas injustiças praticadas pela atual cúpula da Igreja contra comunidades e pastores? E maior escândalo ainda é o fato de muitos crentes estarem conscientes de tais injustiças e ficarem calados para, segundo eles, não produzirem escândalos. Não foi assim que procedeu ao Senhor Jesus, que denunciou sem rodeios a cúpula dirigente da Igreja dos seus dias. E assim como o Mestre, também o fizeram os profetas da antiga aliança. E hoje, numa atitude que indica um cristianismo desfibrado, nada se quer fazer com a falsa desculpa de que vai produzir escândalo.

8. Fato inédito da história da Igreja Presbiteriana: o domínio do Instituto Mackenzie pela cúpula da Igreja. Toda a cúpula ajustou-se com grande “desprendimento” aos polpudos empregos do Mackenzie. Aqueles que sempre se opuseram à presente administração defenderam a desvinculação do Mackenzie da Igreja. Na atual situação, o que vai acontecer, sempre, é a luta política pela posse da direção da Igreja, porque quem tiver esta terá também a posse do Mackenzie. E assim instala-se a cobiça e a luta política dentro da Igreja. E é isto que tem acontecido e contra isto é que se levantam os signatários deste documento.

Diante desta situação insolúvel, nada mais poderíamos fazer. Nem protestos, nem recursos encontram encaminhamento para solução pacífica. Assim foi com a liderança da Igreja na antiga aliança e de igual modo a Igreja Cristã em séculos passados. A Igreja sobrevive quando reconhece a necessidade constante de reforma. Tivemos de seguir o exemplo de Paulo e Barnabé: a separação. Nem é mesmo separação, pois que congregações locais e concílios, que foram eliminados da Igreja Nacional, se reúnem para prosseguir no trabalho que já vinham fazendo

sem quebra de fidelidade à Palavra de Deus, aos Credos da Igreja e às Confissões de Fé da Igreja Reformada. Tudo isto é dolorido, mas não podemos deixar de prosseguir na obra que nos foi confiada por Deus, e nem podemos ser infiéis à voz da nossa consciência iluminada pelo Espírito Santo. O Senhor Jesus nos julgará.

Os signatários da ata de instalação da Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas – pastores e presbíteros representantes de igrejas e concílios maiores – tomam as seguintes decisões:

1. Declaramos constituída, nesta data, a Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas, que se regerá, na esfera civil, pelos seus estatutos e, na esfera eclesiástica, pelo seu regimento.
2. Declaramos que é nosso desejo prosseguir na obra do Reino de Deus, dominados pelo Espírito de Cristo, em harmonia e alegre comunhão uns com os outros, paz e respeito mútuo.
3. Expressamos nossos propósitos nos seguintes termos: declaramos que é o nosso propósito edificar nova comunidade onde reine o amor e a consagração à obra de redenção do homem e não interesses humanos subalternos, indignos daqueles que fazem profissão de fé cristã.
4. Declaramos que, como mordomos do Senhor Jesus, não poderemos gastar o tempo retornando às questões passadas, reavivando injustiças sofridas ou reivindicando direitos de que fomos esbulhados, mas, com a visão voltada para o futuro, colocamos o nosso coração na obra que temos para fazer, na consciência clara da nossa responsabilidade diante do Senhor da Igreja, a quem teremos de prestar conta do uso que fizemos da nossa vida. Assim Deus nos ajude. Amém.

Atibaia, 10 de setembro de 1978.

2. DECLARAÇÃO DE ATIBAIA

1. Aceitamos o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador, conforme o registro das Escrituras Sagradas do Velho e Novo Testamentos.

2. Aceitamos, defendemos e promovemos a tradição presbiteriana como incorporada nos Credos da Igreja Universal, representada nas confissões históricas das Igrejas Reformadas.

3. Constituímo-nos em Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas (FENIP), formada de todas as igrejas organizadas a ela associadas ou que venham a associar-se, obedecidos os princípios básicos de autonomia e soberania da comunidade local. As igrejas associadas à FENIP e que já se encontram agrupadas em presbitérios e sínodos deverão permanecer nesta posição, nada impedindo, no entanto, que as demais, isoladas, se congreguem a FENIP, mesmo que não estejam agrupadas a esses órgãos.

4. Como Igreja Reformada e que, por isto, está sempre se reformando, aceitando a multiforme operação do Espírito Santo na vida do povo de Deus, e em obediência às estratégias de Deus nas mutáveis situações, reconhecemos o direito a diferentes formas de fidelidade e posicionamentos exegéticos e teológicos perante as Escrituras Sagradas.

5. Reconhecemos que o ministério a Igreja total não pode ser reduzido ao ministério pastoral, mas que a diversidade de dons e vocações do Espírito é concedida a todos os membros do povo de Deus, sem exclusão de nenhum deles por motivo de sexo, de cor, de cultura, e de posição social.

6. Reconhecemos a necessidade de orientação pastoral e pedagógica mais uniforme em maior consonância com as prioridades doutrinárias, conforme estabelecidas nos símbolos de Fé, para mais eficiente doutrinação das comunidades.

7. Fiéis à oração sacerdotal do Senhor e ao empenho de Calvino em favor da unidade da Igreja, sentimo-nos obrigados à convivência com o movimento de diálogo inter-confessional nacional e mundial e à participação na Aliança Mundial de Igrejas Reformadas, e recomendamos orações pela unidade cristã.

8. Adotamos, como expressão da responsabilidade social da Igreja, o Pronunciamento Social da Igreja Presbiteriana do Brasil, aprovado pelo Supremo Concílio no ano de 1962.

Atibaia, 10 de setembro de 1978.

3. PRONUNCIAMENTO SOCIAL

A todos os presbíteros docentes e regentes, aos diáconos, a todos os membros da Igreja, a todos os irmãos em Cristo, ao povo de Deus em geral.

Graça e paz da parte D'aquela que é, que era, e que há de vir, e da parte dos sete espíritos que estão diante do seu trono, e da parte de Jesus Cristo que é a fiel testemunha, o primogênito dos mortos e o príncipe dos reis da terra.

No propósito de avivar a consciência de todos os fiéis para os perigos, deveres e oportunidades da hora presente, apresenta o seguinte pronunciamento sobre os problemas políticos e sociais:

1. O imperativo que impõe à Igreja a obrigação de fazer pronunciamentos sobre questões sociais da atualidade nacional e internacional deriva de sua vocação profética de proclamadora e testemunha do Reino e de sua submissão e fidelidade à Palavra de Deus.

2. Sua autoridade para pronunciar-se sobre essas questões em dada situação concreta deriva, porém, da disposição com que os cristãos participem, sincera e sacrificialmente, da luta por uma ordem social em que se expressem cada vez mais perfeitamente os postulados fundamentais da fé cristã sobre Deus, o homem, a sociedade, o Estado, e os sistemas ideológicos políticos, sociais e econômicos.

3. Neste terreno são postulados fundamentais da fé cristã:

I – Deus é o princípio e o fim de todas as coisas, pois por Ele e para Ele tudo foi criado e subsiste.

II – Na encarnação de Nosso Senhor Jesus Cristo, manifestou Deus seu propósito redentor e, na exaltação do Filho à sua mão direita, sua soberania absoluta, que abrange o indivíduo e a sociedade, os povos e as nações, a Igreja e a chamada ordem secular.

III – A vida do homem e dos povos não tem sentido se não for vivida segundo o propósito de Deus, no poder de sua graça, sob o juízo constante da palavra e no pleno reconhecimento de sua soberania.

IV – Criados, em Cristo, à imagem e semelhança de Deus, todos os homens são fundamentalmente iguais, e têm todos os direitos e oportunidades iguais de educação, saúde, trabalho e participação na vida política, de sua pessoa e de sua família; e da utilização adequada de seus bens.

V – Todas as formas de opressão religiosa, política ou econômica, todas as formas de discriminação racial e social, todas as restrições à liberdade de pensamento e de expressão, são igualmente odiosas e contrárias à fé cristã.

VI – Todas as nações do mundo têm igual direito de escolher a maneira como desejam ser governadas, desde que tal escolha se faça sem a imposição interna de minorias econômicas ou militarmente poderosas e sem a pressão externa de forças econômicas ou ideológicas; e todas têm igual direito de promover, por todos os meios legítimos, o que interessa à paz, à justiça e à prosperidade, nas suas relações internas e externas.

VII – Nenhuma ordem social é inteiramente cristã. Aproxima-se mais desse ideal aquela em que os direitos e deveres dos cidadãos forem mantidos em justo equilíbrio, em que for garantido a todos o pleno desenvolvimento de suas potencialidades para o bem, e em que for oferecida aos fracos e desvalidos a indispensável proteção.

VIII – O Estado deve ser, principalmente, um instrumento para a manutenção da ordem, eliminando as causas de perturbação social, e para preservação, incremento e transmissão do patrimônio espiritual e material da sociedade que representa; e é a vontade da maioria dos membros desta que deve determinar a forma e definir os poderes daquele.

IX – Nenhum sistema ideológico de interpretação da realidade social – seja em termos filosóficos, políticos ou econômicos – pode ser aceito como infalível ou final. Os conceitos bíblicos da história, reino de Deus e escatologia nos farão perceber sempre na condição humana, individual e social a presença de fatores que não caberão jamais dentro de uma

interpretação puramente filosófica ou científica da realidade, distanciada da interpretação cristã e teológica.

X – A presença inegável desses fatores realmente demoníacos em todas as estruturas sociais, fatores que levantam a oposição obstinada ao propósito redentor de Deus e que só serão destruídos quando vier a plenitude do Reino de Deus – essa presença deve levar os cristãos a se lembrarem de que esse propósito de Deus inclui, também, a ordem social, e deve levá-los a darem expressão concreta, nesse âmbito, ao fato de que, em Cristo, Deus manifestou seu objetivo de criar não só um novo homem mas também uma nova humanidade.

Às Igrejas Presbiterianas do Brasil compete, portanto:

1. Dar, pelo púlpito e por todos os meios de doutrinação, expressão do Evangelho total de redenção do indivíduo e da ordem social.
2. Incentivar seus membros a assumirem uma cidadania responsável, como testemunhas de Cristo, nos sindicatos, nos partidos políticos, nos diretórios acadêmicos, nas fábricas, nos escritórios, nas cátedras, nas eleições e nos corpos administrativos, legislativos e judiciários do País.
3. Clamar contra a injustiça, a opressão e a corrupção, e tomar iniciativa de esforço para aliviar os sofrimentos dos infelicitados por uma ordem social iníqua; colaborando também com aqueles que, movidos por espírito de temor a Deus e respeito à dignidade do homem, busquem esses mesmos fins, assim como aceitando sua colaboração.
4. Opor, por uma pregação viva e poderosa, relevante e atual, uma barreira inexpugnável contra as forças dissolventes do materialismo e do secularismo. 5. Lutar pela preservação e integridade da família e pela integração de grupos marginalizados pela ignorância e analfabetismo, pelos vícios, pelas doenças, e pela opressão na plena comunhão do corpo social.
6. Dar à infância e à juventude uma formação cristã que as capacite a enfrentarem vitoriosamente o impacto dos paganismos contemporâneos, com a força da interpretação cristã da vida total do homem à luz de Deus.

7. Defender, pelo exemplo de seus membros, a dignidade do trabalho, quer manual quer intelectual.

8. Fazer a proclamação profética incessante dos princípios éticos e sociais do evangelho de modo que sejam denunciados todos os erros dos poderes públicos, sejam de omissão ou comissão, que resultem em ameaças ou obstáculos à paz social ou tendam à destruição da nossa estrutura democrática.

9. Defender a necessidade de mais equitativa distribuição das riquezas, inclusive da propriedade da terra, e advertir, em nome da justiça de Deus e da fraternidade cristã, aqueles cujo enriquecimento seja fruto da exploração do próximo.

10. Tornar o Estado consciente de todos os seus deveres, transmitindo-lhe corajosamente a palavra profética, especialmente nas horas de crise, prestigiando sua ação no estabelecimento da justiça social e oferecendo-lhe colaboração para solução cristã de todos os problemas da comunidade.

Atibaia, 10 de setembro de 1978.

4. COMPROMISSO DE ATIBAIA

Estamos unidos e unidos desejamos continuar nesta Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas; e nos comprometemos, até o fim de nossos dias e até a segunda e gloriosa vinda de Nosso Senhor Jesus Cristo — rogando a Deus Pai, Deus Filho, e Deus Espírito Santo que para tanto nos conceda, pela sua graça, o amparo contínuo do seu poder —, nos comprometemos:

1. A anunciar, fiel e insistentemente, a morte e ressurreição de Jesus Cristo, a obra redentora de Deus, como o dom supremo do amor de Deus ao mundo.

2. A engajar-nos, a qualquer preço, pela nossa vida e testemunho, na encarnação viva dessa mensagem no interior das estruturas alienantes e escravizadoras da sociedade humana, cumprindo com decisão e humildade nosso papel de cristãos comprometidos com a transformação redentora do mundo.

3. A fazer da nossa Federação uma comunidade de fé, de amor, de esperança, de reconciliação e de fraternidade, de perdão e de ajuda mútua, de liberdade e de alegria, de comunhão e de serviços aos homens, uma antecipada experiência dentro da história humana do resultado da obra escatológica de Deus em Cristo — a nova humanidade.

4. A empenhar-nos em descobrir sempre, no confronto com os desafios do mundo a que somos enviados, e na criatividade responsável e livre, sob a iluminação do Espírito Santo, as formas e estruturas comunitárias mais eficientes e adequadas para o culto e ensino, para a missão e serviço, e consentâneas com a natureza do evangelho que temos de viver e testemunhar.

5. A compartilhar, ativa e intercessoriamente, como o povo de um Deus que, em Cristo, se revelou Deus, pelos homens, as dores e agonias do mundo, esforçando-nos por descobrir nelas, profeticamente, os sinais das coisas novas, que Deus insiste em criar, através da história humana.

6. A partilhar solidariamente, obrigados pelo próprio evangelho que anunciamos, e de forma compatível com ele, de todo e qualquer esforço

pela ampliação da liberdade, elevação da dignidade e preservação da integridade da pessoa humana, qualquer que seja o seu povo, etnia, classe ou cultura, conscientes que somos do conteúdo de violência e opressão implícitos em todas as formas humanas de organização social.

7. A compartilhar fraternal e livremente, dentro e fora de nossa comunidade com todos os que O amam e servem, mesmo com as limitações e fraquezas que existem também em nosso amor e serviço, e sem reconhecer nenhuma barreira institucional humana que possa obstar a ação do Espírito Santo – os resultados de nossa experiência com Cristo, sejam as vitórias ou os fracassos de nossa missão, a realidade do poder de Deus ou as frustrações de nossa infidelidade.

Assim, Deus nos ajude. Amém.

Atibaia, 10 de setembro de 1978.